

SÃO PAULO: CIDADE MUNDIAL?

**Evidências e Respostas de
uma Metrópole em Transformação**

DEDALUS - Acervo - FAU



20200017882

SÃO PAULO: CIDADE MUNDIAL?

**Evidências e Respostas de
uma Metrópole em Transformação**

Tese apresentada
à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutor

STAMATIA KOULIOUMBA

**Profª Orientadora
Drª Maria Ruth Amaral de Sampaio**

São Paulo
2002



10/10/10.
R92608

711.43098161

K849 S

Koulioumba, Stamatia

K88s São Paulo: cidade mundial? Evidências e respostas de uma metrópole em transformação. Redefinição e espacialização dos setores terciário e quaternário / Stamatia Koulioumba. -- São Paulo : s.n., 2002.

260 p. : il.

Tese (Doutorado) – FAUUSP.

1. Áreas metropolitanas – São Paulo (Cidade) - Teses 2. Globalização – Teses 3. Setor terciário e quaternário – São Paulo (Cidade) – Teses I Título

CDU 711.432(816.11)

*“Se queremos progredir,
não devemos repetir a história,
mas fazer uma história nova.”*

GANDHI

*Aos Meus Pais,
Apostolos e Antonia*

A Região Metropolitana de São Paulo tem sido objeto de inúmeras pesquisas urbanas voltadas para o entendimento das relações socioeconômicas dos diferentes agentes envolvidos. No início do século XXI têm sido reduzidas, contudo, as abordagens que enfatizam a inserção de São Paulo no novo contexto econômico mundial. Mais do que enfatizar o caráter excludente e os enormes contrastes preexistentes nas cidades semiperiféricas do sistema capitalista mundial, pretendemos tão somente apontar algumas evidências de que o processo de globalização vem tomando corpo sobre o território por meio das Atividades Terciárias e Quaternárias (*Serviços Produtivos Avançados*) aí exercidas. A presente tese objetiva discursar, portanto, sobre os distintos papéis contemporâneos desempenhados por essa metrópole que a colocam no cenário internacional, integrando-a assim, num seleto universo de *Cidades Mundiais* ou *Globais*.

Several researches have focused on the Metropolitan Region of São Paulo as its central topic, trying to understand, basically, some of its social and economical aspects. In the awake of the 21st century, however, there are few of them that emphasize the importance of São Paulo in the new world economy. Although there are enormous contrasts between Developed and Developing countries, we aim at showing here, some evidences that the process of globalization is getting shape particularly through the Tertiary and Quaternary Activities (*Advanced Producer Services*). The present thesis will point, therefore, some of the new roles played by this metropolis that contributes to its insertion in a selected universe of *World or Global Cities*.

A presente tese é resultado de um longo trabalho, iniciado entre os anos de 1994 e 1995, na University College London (Inglaterra) – Development Planning Unit (DPU), por ocasião do desenvolvimento de minha Dissertação de Mestrado, intitulada: *“The impacts of Globalization in the Spatial Arrangements of Global Cities: Case Study of São Paulo”*. A partir daquela investigação inicial, formulei algumas hipóteses, as quais viriam a ser melhor desenvolvidas no Brasil. Deixo aqui, portanto, os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador de mestrado Prof. Jorge Fiori, aos professores Julio Dávila e Sheilah Meikle e aos demais mestres da referida Universidade, por terem estimulado a minha imaginação ao se posicionarem, de início, contrariamente ao meu tema de pesquisa. Graças à rejeição pude *“(...) transformar as pedras em que tropecei, nos degraus de minha escada”* (Sócrates). Sou profundamente grata, também, à Shaheda Ohid e família, pela sua hospitalidade e amizade. Aos demais colegas de mestrado, que hoje se encontram espalhados pelos quatro cantos do planeta, a certeza de que o desenvolvimento pessoal de cada um poderá transformar os vários Países em Desenvolvimento num mundo melhor para as gerações futuras.

De volta ao Brasil, devo agradecer os ensinamentos obtidos nas disciplinas, por mim cursadas, ao longo do curso de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Dentre os mestres, destaco: Prof.^ª Dra. Rebeca Scherer, Prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli, Prof.^ª Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio, Prof. Dr. Paulo V. Bruna, Prof.^ª Dra. Heliana Comin Vargas, Prof.^ª Dra. Ermínia T.M. Maricato, Prof. Dr. Jorge H. Oseki e Prof. Dr. Sílvio Soares de Macedo. Os meus agradecimentos, ainda, ao Prof. Dr. Ricardo Toledo e Silva e à Prof.^ª Dra. Sandra Lencioni, pelas preciosas críticas e comentários por ocasião do Exame de Qualificação. Deixo o meu caloroso abraço à Ivani Sokoloff e à Isaíde F. dos Reis, da Secretaria da Pós-Graduação, que por muitas vezes esclareceram várias dúvidas, mesmo tendo tantos afazeres. Em particular, sou sempre grata a Maria Rita Lino, da Comissão de Bolsas da Pós-Graduação, pelo auxílio na obtenção da bolsa de Doutorado CAPES.

Da Graduação, na Cidade Universitária, o meu muito obrigada ao Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre, à Prof.^ª Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro, ao Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin, à Prof.^ª Beatriz Mugayar Kühl, ao Prof. Dr. Benedito Lima de Toledo e aos demais do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, por terem me acolhido, várias vezes como monitora, pelo Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino (PAE). Ao observá-los, pude compreender que o ato de ensinar envolve um eterno aprendizado, muita dedicação e paciência. Além disso, é imprescindível contar com uma equipe de auxiliares técnicos competentes, dentre eles: Almir José de Souza, Eneida Moraes de Paula, Maria Geralda da Silva e Sílvia Freitas dos Santos (do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto); Maria Inez Matos e Iliete Franco de Arruda (da Diretoria); Márcia Regina Bernardes e Regina Pires Moreira (da Assistência Acadêmica); Lilian Aparecida Ducci e Silva (da Comissão de Graduação); Ivete Marino (do Serviço de Pessoal), Regina Katayama (da Biblioteca), os quais têm acompanhado os meus esforços há anos.

Aos amigos da Pós-Graduação, Elza H.C.C. Castro, pelas agradáveis prosas e pelo seu espírito elevado; Débora da Rosa Rodrigues Lima, pela sua amizade sincera e pela sua simplicidade; Roberta C. Kronka, pelo companheirismo no trajeto acadêmico; Marco Aurélio Lagonegro, pela valiosa contribuição; Caio Adorno Vassão, Jorge Yoshida e Anderson Kazuo, pelos debates calorosos acerca da urbanização. Aos demais colegas, que de uma

forma ou de outra estimularam o pensamento acadêmico, dentre eles: Mila Freire Santoro, Maria Fernanda Derntl, Eduardo Nobre e outros mais. Aos que foram meus alunos na Graduação, o agradecimento por terem permitido expor minhas idéias e por tê-los auxiliado. Aos amigos de sempre Kiko, Andréa, Odair, Angélica e Celso, pelos poucos momentos de descontração proporcionados. Aos amigos Wilson Jorge Filho e Eliana Delarissa, pela sua amizade e pela diagramação da presente tese. À Carla Hong, pela caprichosa diagramação dos Trabalhos Programados que fizeram parte do Exame de Qualificação. À Esther Oliveira Alcântara pela meticulosa revisão gramatical. À Adriana Cavallari, por ter me encorajado em algumas etapas difíceis. A Luiz Fernando Cavallari, por ter me ensinado que a disciplina necessita ser cultivada diariamente, e sem a qual nenhuma meta pode ser atingida.

Aos meus irmãos, Niko e Meri, por serem os meus melhores referenciais e por acreditarem que os sonhos se transformam em realidade. Aos meus pais, pela lição maior de que a vida é uma eterna conquista. À minha família, que mesmo não estando por perto, sempre permaneceu unida. À Luiza e à Beta Neves Guedes, por terem me escutado pacientemente e por terem me auxiliado mesmo sem dominarem o assunto em questão. À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa. E por fim, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Ruth Amaral de Sampaio, pelos anos de cumplicidade e de amizade que têm produzido frutos tão gratificantes desde a Graduação.

A todos aqueles que aqui não mencionei, mas que de uma forma ou de outra fazem parte de minha vida, os meus sinceros agradecimentos.

FIGURA 1

As Maiores Aglomerações do Mundo

FIGURA 2

Ecumenópolis

FIGURA 3

Presença Compartilhada de Firms entre as Cidades Mundiais

FIGURA 4

Os '25 Maiores' Portos do Mundo em Termos de Tráfego de Containers, 1992

FIGURA 5

Os '25 Maiores' Aeroportos do Mundo em Termos de Tráfego de Cargas, 1992

FIGURA 6

As '25 Maiores' Rotas Internacionais com o Maior Volume de Tráfego de Telecomunicações do Mundo

FIGURA 7

Os '25 Maiores' Aeroportos do Mundo em Termos de Tráfego Internacional de Passageiros, 1984

FIGURA 8

Evolução da Forma Urbana da Cidade Norte-Americana: 1820-1970

FIGURA 9

Relações entre Cidades e as Telecomunicações como Forma de Superação dos Limites '*Tempo-Espaço*'

FIGURA 10

A Metrôpole Global Pós-Fordista, segundo Soja (1989)

FIGURA 11

Hierarquização das Cidades Européias

FIGURA 12

Puerto Madero e seus Principais Edifícios

FOTO 1

Singapura: Cidade Mundial nos Países em Desenvolvimento

FOTO 2

As Diversas Modalidades de Transportes

FOTO 3

Hong Kong: a Dinâmica da Cidade no Século XXI

FOTO 4

Vista Panorâmica do Centro Financeiro de Nova Iorque

FOTO 5

Museu do Louvre, Paris

FOTO 6

Renovação Urbana do Waterfront de Baltimore, EUA

FOTO 7

Vista de Times Square

FOTO 8

Requalificação Urbana na Área das Docas de Londres com Vista dos Antigos Armazéns ao fundo

FOTO 9

Vista geral da Isle of Dogs com o Canary Wharf Tower ao fundo

FOTO 10

Arco de La Défense, Paris

FOTO 11

Vista de La Villette

FOTO 12

Vista Aérea do Moll de La Fusta e Vila Olímpica ao fundo

FOTO 13

Vila Olímpica de Barcelona

FOTO 14

Projeto para Potsdamer Platz

FOTO 15

Vista de uma das Docas Renovadas de Puerto Madero

FOTO 16

Vista atual da Avenida Faria Lima

FOTO 17

Vista da Avenida Água Espraiada

FOTO 18

Vista da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini

FOTO 19

Cidades Medievais e seu Comércio

GRÁFICO 1

Ranking de Cidades Mundiais, 1900

GRÁFICO 2

Dominância Urbana dos Investimentos em Telecomunicações e seu Uso:
Exemplos nos Estados Unidos, Reino Unido, França e Japão

GRÁFICO 3

Mudança nas Atividades Econômicas por Setor Produtivo

GRÁFICO 4

Mundo: Evolução da Estrutura Ocupacional, 1950 e 1998 (%)

GRÁFICO 5

Centro e Periferia: Evolução da Estrutura Ocupacional, 1950 e 1998 (%)

GRÁFICO 6

Emprego por Setor Econômico nos Estados Unidos

MAPA 1

Jardins: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA 2

Localização dos Hotéis das Redes Accor e Sol Meliá
Município de São Paulo (2002)

MAPA 3

Localização dos Cinemas das Redes *Cinemark* e *UCI*
Município de São Paulo (2002)

MAPA 4

Localização das lavanderias tipo '*franchising*' das marcas *5 à Sec* e *Dryclean USA*
Município de São Paulo (2002)

MAPA 5

Localização das lojas de serviços gráficos *Alphagraphics* e de decoração *Fastframe*
Município de São Paulo (2002)

MAPA 6

Localização das Principais Redes de Escolas de Idiomas
Município de São Paulo (2002)

MAPA 7

Localização das Lojas da videolocadora Blockbuster
Município de São Paulo (2002)

MAPA 8

Rede de Infra-estrutura da empresa AT&T

MAPA 9

Rede de Infra-estrutura da empresa Pégasus

MAPA 10

Vila Olímpia e a Localização das Principais Empresas Ponto.com

MAPA 11

Localização dos Principais Shopping Centers por Distritos
Município de São Paulo (2002)

MAPA 12

Tatuapé: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA 13

Localização dos Principais Hipermercados das Redes *Wal-Mart* e *Carrefour*
Município de São Paulo (2002)

MAPA 14

Distribuição das Agências Bancárias de Alguns Bancos Estrangeiros
Selecionados por Distritos
Município de São Paulo (2002)

MAPA 15

Chácara Santo Antonio: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA 16

Vila Olímpia: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA 17

Localização das Principais Faculdades e Universidades
Município de São Paulo (2002)

MAPA 18

Localização dos Principais Hospitais por Distritos
Município de São Paulo (1998)

MAPA 19

Exclusão/Inclusão social no Município de São Paulo (2000)

MAPA 20

Violência em São Paulo (1996/1999)

MAPA 21

Distribuição dos Diversos Serviços Analisados

TABELA 1

Mercados Financeiros Seleccionados em Volume, 1990

TABELA 2

Grau de Conexão entre as 23 Principais Cidades Mundiais

TABELA 3

Relações entre Cidades Mundiais Tipo Alpha

TABELA 4

Número de Organizações Internacionais por Cidades, 1987/1988

TABELA 5

Principais Cidades Mundiais segundo a Literatura

TABELA 6

Sistema de Cidade Central versus Sistema Integrado de Cidades

TABELA 7

Hierarquia das Cidades Mundiais, segundo J. Friedmann, 1986

TABELA 8

Localização das Maiores Empresas Transnacionais, 1984

TABELA 9

Participação do Emprego nos Serviços Produtivos nas Décadas de 70 e 80 (em %)

TABELA 10

Os '12 Maiores' Centros Bancários (classificados em por 'income' e 'assets', dentre os 50 maiores bancos comerciais do mundo)

TABELA 11

Principais Centros de Serviços de Contabilidade Global

TABELA 12

Principais Centros de Serviços de Publicidade Global

TABELA 13

Principais Centros Bancários Globais

TABELA 14

Principais Centros de Serviços Legais Globais

TABELA 15

Relação das Principais Cidades Mundiais, segundo Beaverstock et al. (1999)

TABELA 16

Número de Cidades com mais de um Milhão de Habitantes com Vôos Diretos para as Principais Cidades Mundiais

TABELA 17

Número Total de Vôos 'non-stop' por Semana para as Principais Cidades Mundiais, 1992

TABELA 18

Os '25 Maiores' Pares de Cidades em Termos de Tráfego de Passageiros em Nível Internacional, 1984–1992 (000 passageiros)

TABELA 19

Serviços: Valor Agregado ao Produto Interno Bruto (%)
Diversos Países (1995/1999)

TABELA 20

Total de Serviços Comercializados por Blocos Regionais (em Milhões de Dólares)

TABELA 21

Algumas Atividades e Produtos do Setor Terciário

TABELA 22

Porcentagem de Participação dos Serviços no Produto Interno Bruto (PIB), nos países do G-7 (%)

TABELA 23

Distribuição Setorial do Emprego
20 Países Seleccionados da OCDE, 1960 (%)

TABELA 24

Emprego no Setor Terciário em Porcentagem do Emprego Total para Determinados Países Desenvolvidos, 1960–1985 (%)

TABELA 25

Evolução da Distribuição dos Empregos por Setor Econômico em Anos e Países Seleccionados (%)

TABELA 26

Dados Gerais de Emprego nos Serviços em Três Economias Desenvolvidas, 1970–1991 (em milhões)

TABELA 27

Distribuição Setorial da População Ativa em Cinco Países em Desenvolvimento (%)

TABELA 28

Emprego no Setor Terciário em Porcentagem do Emprego Total para Países em Desenvolvimento seleccionados, 1977–1984 (%)

TABELA 29

Serviços: Valor Agregado no Produto Interno Bruto (%)
Diversos Países em Desenvolvimento (1995/1999)

TABELA 30

Participação Percentual do PIB, segundo os Setores (%)
Brasil – (1950/1994)

TABELA 31

Participação das Classes e Atividades no Valor Adicionado a Preços Básicos (%)
Brasil – (1995/1999)

TABELA 32

Distribuição da População Ocupada, segundo os Setores (%)
Brasil – (1970/1990)

TABELA 33

Pessoal Ocupado nos Serviços e Pessoal Ocupado Total (em milhões)
Brasil – (1990/2000)

TABELA 34

Evolução da Distribuição dos Empregos por Setor Econômico (%)
Brasil – (1940/1990)

TABELA 35

Taxas Anuais de Crescimento da População Ocupada no Terciário, segundo os Gêneros (% a. a.)
Brasil – (1970/1990)

TABELA 36

Estrutura de Ocupação do Setor Serviços por Subsetor (%)
Brasil – (1985/1995)

TABELA 37

Subsetor Comércio: Indicação de Participação e Geração de Ocupação (%)
Brasil – (1985/1995)

TABELA 38

Subsetor Outros Serviços: Indicação de Participação e Geração de Ocupação
Brasil – (1985/1995)

TABELA 39

Taxas Anuais de Crescimento do Produto por trabalhador e da PEA, segundo os Setores (%)
Brasil – (1950/1989)

TABELA 40

Indicadores de Produtividade Aparente (%)
Brasil – (1990)

TABELA 41

Serviços: Indicadores de Produtividade Aparente (%)
Brasil – (1985/1995)

TABELA 42

Distribuição Regional da População Ocupada, segundo os Setores (%)
Brasil – (1989)

TABELA 43

Distribuição Espacial da Indústria de Transformação, segundo Regiões e Estados Seleccionados (1980/1995)

TABELA 44

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado, segundo Região Administrativa (%)
Estado de São Paulo (1996)

TABELA 45

Atividade Econômica Industrial no Estado, segundo Região Administrativa
Estado de São Paulo (1996)

TABELA 46

Participação das Pessoas Ocupadas segundo o Setor de Atividade Econômica (%)
Município de São Paulo (1996/1999)

TABELA 47

Distribuição dos Estabelecimentos, segundo os principais Setores de Atividade Econômica (%)
Município de São Paulo (1986/1997)

TABELA 48

Número de Estabelecimentos no Setor de Serviços (%)
Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Município de São Paulo (1986/1997)

TABELA 49

Grau de Concentração (GC) dos Estabelecimentos nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, segundo a Classe de Atividades Econômicas (CNAE) – 1996

TABELA 50

Os 10 Maiores Projetos de Imóveis Corporativos em Construção no Eixo Nova Faria Lima – Berrini

TABELA 51

Distribuição dos Turistas Estrangeiros por Motivo de Viagem (1998)

TABELA 52

Evolução da Motivação da Viagem dos Turistas que visitam São Paulo

TABELA 53

As 20 Maiores Redes de Hotéis e Flats da Grande São Paulo, hoje, e em 2004

TABELA 54

Distribuição dos Principais Hotéis e Flats por Distritos
Município de São Paulo (2002)

TABELA 55

Os Futuros Hotéis de Cinco Estrelas de São Paulo

TABELA 56

Salas de Cinema, por Tipo de Entidade Mantenedora
Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede (1999)

TABELA 57

Salas de Cinema no Município de São Paulo (2000)

TABELA 58

Distribuição das Salas de Cinema por Distritos
Município de São Paulo (2002)

TABELA 59

Museus, por Tipo de Entidade Mantenedora
Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede (1999)

TABELA 60

Número Anual de Visitantes da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1992/2001)

TABELA 61

Distribuição das Galerias de Arte por Distritos
Município de São Paulo (2002)

TABELA 62

Teatros, por Tipo de Entidade Mantenedora
Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede (1999)

TABELA 63

Distribuição dos Principais Teatros e Casas de Espetáculos por Distritos
Município de São Paulo (2002)

TABELA 64

As 20 franquias com maior número de unidades na metrópole (2001)

TABELA 65

Pousos, Decolagens, Embarques e Desembarques Internacionais (Total)
Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (1990/2000)

TABELA 66

Evolução no Número de Empresas de Transporte Aéreo Internacional
Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (1991/2000)

TABELA 67

Os 30 Maiores Aeroportos do Mundo (2000)
(em milhões de passageiros/ano)

TABELA 68

Transporte Aéreo Internacional de Correio (Total em Kg)
Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (1992/2000)

TABELA 69

Transporte Aéreo Internacional de Cargas (Total em Kg)
Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (1992/2000)

TABELA 70

A Era da Informação

TABELA 71

Domicílios com TV a Cabo
Estado de São Paulo, Brasil e Países Selecionados (1999)

TABELA 72

Terminais Telefônicos (para 100 habitantes)
Estado de São Paulo, Brasil e Países Selecionados (1990/1998)

TABELA 73

Acessos Telefônicos Fixos em Serviço, por Categoria
Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede (1999)

TABELA 74

Evolução do Número de Assinantes de TV por Assinatura (1993/2000)

TABELA 75

Número de Assinantes de TV a cabo por Região Metropolitana (2001)

TABELA 76

Participação do Valor Adicionado do Comércio no PIB (em %)
Estado de São Paulo e Brasil (1980/1997)

TABELA 77

Os 50 Maiores Bancos, por Patrimônio e as suas Respectiveas Sedes
Brasil (2000)

TABELA 78

Negociação de Ações e Títulos entre Fronteiras em % do PIB

TABELA 79

Investimentos Estrangeiros Diretos por Atividade Econômica de Aplicação de
Recursos (em Milhões de dólares)
Brasil (1995/2000)

TABELA 80

Valor Total das Ações Comercializadas em milhões de dólares (Mercados
Principais e Paralelos)
Mundo (1995/2000)

TABELA 81

Resumo das Operações por Quantidade de Papéis e Volume Total Geral
Negociado (em Reais) na Bolsa de Valores de São Paulo (1995/2000)

TABELA 82

Os Maiores Mercados Publicitários do Mundo

TABELA 83

As Sedes das 30 Maiores Agências de Publicidade
Brasil (1999)

TABELA 84

Empresas do Setor de Serviços de Informática, Receita Líquida e Pessoal
Ocupado, segundo Região (%)
Estado de São Paulo (1996)

TABELA 85

As 50 Maiores Empresas do Mundo Digital, por Vendas e as suas
Respectiveas Sedes

TABELA 86

As Mais Ricas Populações do Mundo

TABELA 87

Os Distritos mais Populosos do Município de São Paulo

INTRODUÇÃO	28
------------------	----

PRIMEIRA PARTE – ASPECTOS TEÓRICOS DA GLOBALIZAÇÃO

1. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A SUA FASE ATUAL: A QUESTÃO DA GLOBALIZAÇÃO	30
2. ANÁLISE DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E DOS SISTEMAS MUNDIAIS (<i>WORLD-SYSTEM THEORY</i>)	33
3. CONCEITUAÇÃO DO TERMO GLOBALIZAÇÃO	38
4. AS DIVERSAS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO	40
4.1. ESCOLA HIPERGLOBALIZANTE	40
4.2. ESCOLA CÉTICA	41
4.3. ESCOLA TRANSFORMALISTA	42
5. A GLOBALIZAÇÃO E A SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO URBANO: MEGACIDADES VERSUS <i>CIDADES GLOBAIS OU MUNDIAIS</i>	43
5.1. <i>A CIDADE MUNDIAL OU GLOBAL</i> E A SUA INSERÇÃO NA NOVA ECONOMIA MUNDIAL	47
5.2. <i>AS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS</i> E O SURGIMENTO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE CIDADES	51
5.2.1. Da Ecumenópolis ao World-System: Sistemas de Cidades	51
5.2.2. Relações entre <i>Cidades Mundiais</i> : um Panorama Geral	54
5.3. IDENTIFICAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS <i>CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS</i>	57

5.4. PRINCIPAIS ABORDAGENS DAS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS NA LITERATURA	61
5.4.1. As 'World Cities' ou Cidades Mundiais de Peter Hall	61
5.4.2. A 'Hipótese da Cidade Mundial' de John Friedmann	63
5.4.3. Feagin & Smith e a Nova Divisão Internacional do Trabalho: o papel das Corporações Multinacionais	66
5.4.4. Os Serviços Produtivos Avançados e os estudos desenvolvidos por Saskia Sassen	68
5.4.5. Outras aproximações: a Escola Californiana	69
5.5. CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS: NOVA IORQUE, LONDRES E TÓQUIO	70
5.6. NOVAS ABORDAGENS SOBRE AS CIDADES MUNDIAIS: UM ESTUDO DE CASO	74
5.6.1. O Setor de Contabilidade	75
5.6.2. O Setor de Publicidade e Propaganda	76
5.6.3. O Setor Bancário e Financeiro	77
5.6.4. O Setor Legal	78
5.6.5. Conclusão	79
5.7. O PAPEL DOS TRANSPORTES NA CONCEITUAÇÃO DAS CIDADES MUNDIAIS	80
6. CONCLUSÕES PRELIMINARES	88

SEGUNDA PARTE – OS EXEMPLOS INTERNACIONAIS (1975/2002)

7. OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NO TERRITÓRIO SOB A ÉGIDE DA GLOBALIZAÇÃO	92
7.1. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES URBANAS: NOVOS USOS E ALTERAÇÕES NO ESPAÇO EXISTENTE	92
7.2. RENOVAÇÃO URBANA NO FINAL DO SÉCULO XX E COMPETITIVIDADE ENTRE CIDADES	101
7.2.1. Renovação versus Reabilitação (ou Requalificação) Urbana	101
7.2.2. O Início da Transformação Urbana Contemporânea	102
7.2.3. O Caso Europeu: a Hierarquização Excludente	104

8. ALGUNS EXEMPLOS INTERNACIONAIS	106
8.1. NOVA IORQUE	106
8.1.1. A Reconstrução da Times Square: o Centro da Indústria do Entretenimento Mundial	106
8.2. LONDRES	108
8.2.1. Evolução histórica das docas de Londres	108
8.2.2. Intervenções Urbanas nas London Docklands: Canary Wharf	110
8.3. PARIS	111
8.3.1. A Arquitetura da Cidade Luz	111
8.3.2. La Villette	113
8.4. OUTRAS CIDADES: BARCELONA, BERLIM, MANCHESTER, HONG KONG, BUENOS AIRES, SÃO PAULO	113
8.4.1. Requalificação Urbana em Barcelona: o Exemplo da Vila Olímpica	113
8.4.2. Berlim: o Ressurgimento da Potsdamer Platz	116
8.4.3. Manchester: um Centro Comercial Refeito	118
8.4.4. Hong Kong: um Mundo em uma Ilha	119
8.4.5. Puerto Madero: o Renascimento de um Distrito Portuário em Buenos Aires	121
8.4.6. São Paulo: Metrópole Corporativa na Semiperiferia do Capitalismo	123
9. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SEMELHANÇAS E DAS DIFERENÇAS ENTRE AS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS DO 'PRIMEIRO MUNDO' E AS DOS 'PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO'	127
10. AS TRANSFORMAÇÕES DE NATUREZA ECONÔMICA NAS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS: AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO	128
10.1. A FLEXIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	128
11. O NOVO PAPEL ECONÔMICO DAS CIDADES: A EMERGÊNCIA DOS SETORES TERCIÁRIO E QUATERNÁRIO	130
11.1. SETOR TERCIÁRIO (OU DE SERVIÇOS) E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	130
11.2. DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO SETOR TERCIÁRIO (OU DE SERVIÇOS)	136

11.3. ANÁLISE DO SETOR TERCIÁRIO	143
11.3.1. O Setor Terciário nos Países Desenvolvidos	145
11.3.2. O Setor Terciário nos Países em Desenvolvimento	150
12. O SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL	153
13. CONCLUSÕES PRELIMINARES	161
 TERCEIRA PARTE – ESTUDO DE CASO DE SÃO PAULO (1975/ 2002)	
14. A GLOBALIZAÇÃO E O ESTUDO DE CASO DE SÃO PAULO	164
14.1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO OU ' <i>DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA</i> ': TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA INDÚSTRIA PAULISTA	164
14.2. OS SERVIÇOS EM SÃO PAULO: MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA E/OU COMPLEMENTARIDADE DO SETOR INDUSTRIAL	167
15. A ORGANIZAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SETORES TERCIÁRIO E QUATERNÁRIO EM SÃO PAULO	172
15.1. OS SERVIÇOS PESSOAIS	172
15.1.1. Turismo	172
15.1.2. Hotelaria	174
15.1.3. Cultura e Lazer	178
15.1.4. Serviços Pessoais Tipo ' <i>Franchising</i> '	184
15.2. OS SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS	188
15.2.1. Transportes	189
15.2.2. Telecomunicações	193
15.2.3. Comércio	201
15.3. OS SERVIÇOS PRODUTIVOS	204
15.3.1. Setor Bancário	206
15.3.2. Finanças	208
15.3.3. Publicidade e Propaganda	214
15.3.4. Consultoria e Assessoria (e Outras Profissões Liberais)	216
15.3.5. Informática	218

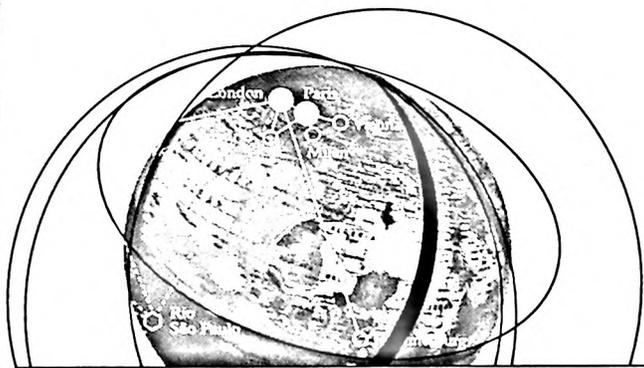
15.4. OS SERVIÇOS SOCIAIS	220
15.4.1. Educação	221
15.4.2. Saúde	222
15.4.3. Organizações Não-Governamentais e outras Instituições	225
16. SÃO PAULO E O CRESCIMENTO DOS SERVIÇOS: RUMO À CIDADE MUNDIAL?	225
16.1. A SÃO PAULO 'NÃO GLOBAL': CONTRASTES DE UMA MESMA METRÓPOLE	225
16.1.1. Um país desigual chamado Brasil	225
16.1.2. A São Paulo ilegal: o global <i>versus</i> o local	227
17. CONCLUSÕES FINAIS: DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS DA HIPÓTESE	232
REFERÊNCIAS	238
ANEXOS	255

A presente tese de doutorado busca responder à hipótese de que São Paulo vem se transformando numa *Cidade Mundial* ou *Global*, esboçando, para tanto, processos relativamente similares aos observados em outros importantes centros globais de comando do Sistema Capitalista Mundial. O principal enfoque da análise é o desenvolvimento dos Setores Terciário e Quaternário da economia, que têm possibilitado novos arranjos espaciais e novas funções nesta metrópole, devido a um acelerado processo de Globalização.

Neste sentido, a *Primeira Parte* irá tratar dos '*Aspectos Teóricos da Globalização*'. O principal objetivo consiste em traçar um panorama teórico, a partir da literatura existente, de modo a conceituar os diversos termos envolvidos na questão. Para tal, dividir-se-á, esta parte, em dois grandes blocos. Numa primeira etapa, analisaremos os aspectos subjacentes à Globalização, as suas implicações epistemológicas e as diferentes escolas teóricas. É nesse universo complexo, de trocas socioeconômicas e culturais desiguais entre Nações, que se inserem as chamadas '*Cidades Mundiais* ou *Globais*'. A partir daí, numa segunda fase, faremos uma reflexão sobre estas últimas, visando obter subsídios com os quais poder-se-á melhor abordar o estudo de caso referente à São Paulo.

A *Segunda Parte*, por sua vez, tratará de alguns '*Exemplos Internacionais*' dentro do período estabelecido (1975-2000). Com isso, pretendemos ilustrar, inicialmente, alguns dos impactos da Globalização sobre o território, sobretudo daqueles ligados às transformações urbanas. Antes de adentrarmos o objeto de estudo, propriamente dito, faremos, ainda, uma análise dos Setores Terciário e Quaternário, uma das principais '*portas de entrada*', por nós predeterminadas, para a averiguação da hipótese.

Por último, na *Terceira Parte*, efetuar-se-á a decomposição dos Setores Terciário e Quaternário para o '*Estudo de Caso de São Paulo*'. Assim, embora existam semelhanças entre as diversas *Cidades Mundiais* ou *Globais*, adiantaremos, por ora, que São Paulo se destaca no cenário internacional como sendo um caso específico e bastante peculiar.



PRIMEIRA PARTE

Aspectos Teóricos da Globalização

1 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A SUA FASE ATUAL: A QUESTÃO DA GLOBALIZAÇÃO

A *Globalização* expressa um *novo ciclo de expansão do Capitalismo*, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial (Ianni, 1999). Como coloca Ianni (1999), trata-se de um processo de amplas proporções, que envolve nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações (p. 11).

“Não só a vida e a ação cotidiana que ultrapassam as fronteiras do Estado nacional com o auxílio de redes de comunicação interativas e interdependentes; também é nova a consciência desta transnacionalidade (na mídia, no consumo, no turismo); é novo o ‘desterramento’ da comunidade, do trabalho, do capital; também é nova a consciência dos riscos ecológicos com seus respectivos campos de atuação; é nova também a ampla percepção do ‘Outro’ transcultural na própria vida e todas as convicções contraditórias que resultam desta convivência; são novos os terrenos da circulação da ‘indústria cultural global’; também são novidades o nascimento de um novo modelo europeu de Estado, a quantidade e o poderio de atores, instituições e acordos transnacionais; e é nova também, por fim, a escala da concentração econômica, que no entanto será freada pela futura concorrência do mercado mundial” (Beck, 1999:33).

Em verdade, o processo de integração das diversas economias mundiais vem ocorrendo desde longa data¹. Alguns remetem os primórdios do Sistema Capitalista Mundial ao século XVI, com o início do Colonialismo². Outros, ao surgimento das Companhias Internacionais. Para outros, ainda, ela surgiu com o término do câmbio fixo ou com a queda do bloco do leste Europeu³ (Beck, 1999:46). Vários teóricos concordam porém, que o Capitalismo, desde as suas origens, é *internacional* (Giddens, 1990:63; Ianni, 1997:135). Isso ocorre graças às razões diagnosticadas por Marx, em que este aponta para a natureza instável e inquieta do Capitalismo, que exige uma permanente *‘reprodução expandida’* a fim de manter-se. Dessa forma,

“(...) o modo capitalista de produção pode ser visto como um todo complexo, desigual, contraditório, e dinâmico, uma totalidade aberta ou propriamente histórica. Está sempre em movimento, no sentido de que se transforma e expande, entra em crise e retoma sua expansão, de maneira errática mas progressiva, com frequência inexorável” (Ianni, 1997:138).

1
Ver BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Mitos da Globalização”, In *Coleção Documentos n.º 52*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, set. 1997, p. 6. Este autor sugere que a globalização não é um fato novo como apresentam muitos autores, nem tampouco os fatores subjacentes que a justificam.

2
Ver GRUZINSKI, Serge. *A Passagem do Século: 1480- 1520 – as origens da globalização*. Tradução Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Conforme este autor, as origens da globalização remontam ao *‘desencravamento’* da América isolada e à tomada de consciência da existência de outras possibilidades socioeconômicas e culturais, além das apresentadas até então (p. 96-104).

3
Segundo IANNI, O. (1997), a globalização vem de longe e envolve diversas formas produtivas e de relações de produção: acumulação originária, mercantilismo, colonialismo, imperialismo, interdependência, transnacionalismo e globalismo. São, portanto, diferentes e inter-relacionadas as formas pelas quais o capitalismo desenvolve-se, transforma-se e generaliza-se, ao longo da história e da geografia (p. 146).

Entretanto, apesar da abrangência da abordagem anterior, o tema desta discussão enfoca tempos relativamente recentes⁴ (Robertson, 1999:23). A revolução tecnológica, por meio da cibernética, da informática e da eletrônica, tem exercido, por exemplo, um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, o que assegura a simultaneidade das ações e, por conseguinte, a aceleração do processo histórico (Santos, 2000:25). O Capitalismo no século XX se torna, desta forma, um modo de produção propriamente *global*, expandindo-se para além dos limites nacionais (Ianni, 1997; 1999). Passamos de um período imperialista, em que cada país regulava a sua própria produção, a de suas colônias e o comércio com os demais, o fluxo de produtos, mercadorias e pessoas, o valor do dinheiro e as formas de governo, para um mundo em que o aumento da velocidade estimula a competitividade e a interação. O momento atual pode ser compreendido, então, enquanto *ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista* (Santos, 2000:23).

“O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica das forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. (...) Voltamos assim, ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro” (Furtado, 1998:29).

Vários fatores explicam esta nova arquitetura. A unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada, são alguns exemplos (Santos, 2000:24). Beck (1999) menciona, além desses, outros exemplos que tornam a *globalidade* irreversível, tais como: a ampliação geográfica e a crescente interação internacional, a conexão global dos mercados financeiros e o crescimento do poder das companhias transnacionais, o princípio do discurso democrático, as correntes icônicas da indústria cultural global, os atores internacionais, a questão ambiental mundial e os conflitos transculturais localizados (p. 30). No âmbito da produção, temos também a *nova divisão internacional do trabalho*, que envolve o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização.

Desse modo, o período atual do Capitalismo constitui-se pela *convergência dos acontecimentos*, os quais não se instalam gradativamente como antes nem tampouco são privilégio de alguns continentes e países, como

4

Também é nova a tentativa de uma abordagem sociológica distinta da anterior. Segundo alguns autores, as Ciências Sociais sempre analisaram a história moderna e contemporânea a partir da ótica das sociedades nacionais, ou seja, dos Estados-Nação. Mais recentemente, contudo, tem emergido neste e em outros campos de atuação, a necessidade do conhecimento das realidades internacionais ou mundiais (Ianni, 1997; Beck, 1999). A abordagem epistemológica atual requer, pois, uma aproximação que transcenda a visão clássica do conhecimento acumulado, focando no entendimento das novas configurações que vem se estabelecendo (Ianni, 1997:191; Furtado, 1998:21; Robertson, 1992:25).

outrora. Realizam-se com muita força em toda a parte (Santos, 2000:34). Nesse sentido, Ianni (1997) coloca que a globalização do Capitalismo pode ser vista como produto e como condição do capital em geral, no qual se realizam e se multiplicam todas as outras formas de capital⁵. Ela caracteriza-se, ao mesmo tempo, como um período e como uma crise, pois ambas as situações se revelam (Santos, 2000:33). Suas características exclusivas irão repercutir, por sua vez, nas principais esferas de intercâmbio entre os Estados-Nação, entre elas: o comércio internacional, os investimentos estrangeiros diretos, as finanças e as corporações transnacionais.

Mas se por um lado o mundo se torna mais integrado, graças à *velocidade* e à *fluidez* com que as informações se processam, por outro, constata-se que a *fragmentação* se torna uma das principais pautas do dia, conduzindo a diversas combinações de formas e níveis de Capitalismo, uma vez que nem todos os agentes sociais envolvidos se transformam num mesmo ritmo. Temos, portanto, um universo de diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos, simultaneamente a articulações, associações e integrações regionais, transnacionais e globais. Essa nova realidade que integra recria singularidades, particularidades, idiosincrasias, nacionalismos, provincianismos, etnicismos, identidades ou fundamentalismos (Ianni, 1999:27). Ou seja, “(...) a mesma fábrica das diversidades, fábrica das desigualdades” (Ibid., 1999:28). Santos (2000) fala igualmente da criação de uma dupla tirania: *a do dinheiro e a da informação*. A ‘*perversidade*’ da utilização desses dois recursos, que teoricamente deveriam servir para a ampliação do conceito de ‘*aldeia global*’, acaba por restringir-se a alguns atores com interesses particulares, aprofundando, assim, as desigualdades sociais⁶.

O *espaço*, entendido como meio, e o *tempo*, como uma sucessão de eventos, globalizam-se de modo a responder às intervenções suscitadas pela unificação mundial da técnica. Temos, então, a compactação dos diferentes ‘*tempos*’ num único, mundial normatizado e normativo. Surge aquilo que Beck (1999) denomina de ‘*mundo do tempo compacto*’, no qual os eventos das variadas regiões do planeta são deslocados para um eixo temporal exclusivo. Mas o que passa a existir, em verdade, são *temporalidades hegemônicas*, ou *hegemonizadas* (Santos, 1997:31-2). Elas são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade, enfim. Os outros agentes sociais, hegemonizados pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos.

5 Segundo este autor, um dos signos principais da história da globalização do capitalismo é o desenvolvimento do capital em geral, o qual transcende mercados e fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, regionalismos e geopolíticas, culturas e civilizações (Ianni, 1999:17).

6 A título de ilustração Santos (2000) mostra-nos algumas estatísticas gerais que revelam o grau de exclusão propiciado pela crescente integração econômica. Ele cita, por exemplo, que apenas três praças financeiras (Nova Iorque, Londres e Tóquio) concentram mais da metade de todas as transações e ações mundiais; as empresas transnacionais são responsáveis pela maior parte do comércio dito mundial; os 47 países menos avançados representam juntos apenas 0,3% do comércio mundial, em lugar dos 2,3%, em 1960. Estes índices indicam que, embora a tecnologia e as finanças tenham evoluído substancialmente, favorecendo uma maior integração global, sua utilização permanece parcialmente restrita aos países mais desenvolvidos. Desta forma, o desenvolvimento se dá em determinadas regiões em detrimento de outras (p. 41).

Observa-se também, por outro lado, a *mundialização do espaço*. Este é formado por redes desiguais, que atuam em diferentes escalas e níveis que se sobrepõem, e são alongadas por outras de características distintas. São os chamados '*espaços hegemônicos*' ou '*meio técnico-científico-informacional*'⁷, conforme nomenclatura proposta por Santos (1997), nos quais se instalam as forças reguladoras das principais atividades produtivas e das trocas de alto nível. No entanto, nem todos os lugares se tornam mundiais, senão como uma metáfora. "*Cada lugar (...) é o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais*" (Santos, 1997:19). Existem, pois, inter-relações entre países que privilegiam apenas certas localidades do sistema mundial. Os demais espaços tornam-se ora dependentes, ora excluídos dos centros econômicos mundiais, de acordo com a análise sugerida adiante.

7 Segundo Santos (1997), o meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico, cujo território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação (p. 44).

2 ANÁLISE DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E DOS SISTEMAS MUNDIAIS (WORLD-SYSTEM THEORY)

"O mundo moderno compreende uma única economia capitalista mundial que emergiu historicamente no século XVI e que prevalece até nossos dias. Ela parte da premissa que os Estados-Nação não são sociedades que possuem histórias separadas e paralelas, mas são partes de um todo e refletem o mesmo" (Wallerstein, 1997:53).

As teorias neomarxistas despontaram, após a década de 50, com a finalidade de entender as principais transformações socioeconômicas ocorridas no pós-guerra. Contudo, suas origens remontam ao passado, por meio das teorias imperialistas clássicas delineadas por Lenin, Luxemburgo, Bukharin e Hilferding, acerca do domínio de algumas nações sobre as demais, dando início ao conceito de *sistema econômico global articulado*, propriamente dito. Segundo tais teorias, a reprodução do capital expandir-se-ia em direção às colônias, sob novas formas de apropriação. Por meio da formação de trustes e monopólios e do rápido deslocamento das corporações produtivas, dar-se-ia a '*financeirização*' do próprio capital, como forma de expansão da *mais-valia*. Tal Imperialismo possibilitaria, conseqüentemente, o controle de um mercado global, bem como o acesso à mão-de-obra e às

matérias-primas baratas. A acumulação do capital e de suas forças produtivas permaneceriam centradas, entretanto, nas metrópoles.

O Capitalismo como sistema atingiria, assim, uma amplitude maior com o aumento do fluxo de capitais e o deslocamento de parte da produção industrial para os países menos desenvolvidos. A noção de *'core-periphery'*, ou centro-periferia, cederia gradualmente espaço para um sistema plural, em que Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos deixariam de existir, dando lugar a um sistema baseado na reprodução do capital sobre o próprio capital (*Capitalismo Financeiro*)⁸. O desenvolvimento e o paralelo progresso, decorrentes desta integração econômica mundial favorecida pelo espraiamento do capital, beneficiariam, de acordo com Marx, todas as sociedades. A análise marxista anteriormente descrita compreende, todavia, apenas uma das várias vertentes teóricas.

Dentre as outras aproximações, destacamos a *Teoria* neomarxista *dos Sistemas Mundiais (World-System Theory)* e as variantes em torno da questão da *Dependência*. Elas avançam em relação às demais, uma vez que objetivam melhor compreender as inter-relações entre as várias economias capitalistas em redor de um único sistema. A *análise da Dependência* centraliza-se, por exemplo, na *compreensão estrutural do subdesenvolvimento* ocorrido nos países periféricos⁹, procedente, em parte das metas não alcançadas por meio das teorias de modernização. Inspirada nos estudos pioneiros de Paul Baran e baseada no trabalho de seu principal teórico, André Gunder Frank, ela indica, sob o ponto de vista socioeconômico, os desequilíbrios existentes nas economias periféricas em decorrência de trocas desiguais, sejam estas comerciais, culturais e/ ou tecnológicas.

Ao estudar a evolução dos investimentos estrangeiros e das finanças para a América Latina, com base nas diferentes etapas do Capitalismo, Frank (1967) traça o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Para esse autor, o subdesenvolvimento é um processo conjuntural cujas origens se situam no período de colonização de regiões mais afastadas. Durante esse período, os investimentos tinham como finalidade primordial estimular o acúmulo de matérias-primas, a exploração de mão-de-obra e o comércio exterior voltado para as grandes metrópoles centrais. A ampliação do déficit comercial na periferia conduziria, posteriormente, ao incremento dos empréstimos, sobretudo daqueles direcionados aos transportes e às utilidades públicas, contribuindo para a geração direta ou indireta de riqueza nos

8

O capitalismo financeiro, conceituado por Hilferding, no início do século, não como fase transitória, mas como defende Sweezy, como tendência permanente, tem-se mostrado presente na fase atual do Capitalismo, com a importância cada vez mais acentuada do capital financeiro. Ver SWEEZY, Paul. *Teoría del Desarrollo Capitalista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974. 1ª Edição: 1942.

9

Outros trabalhos que abordam a questão do subdesenvolvimento foram primeiramente desenvolvidos por pesquisadores latino-americanos, tais como: Raul Prebisch e Celso Furtado, por ocasião da CEPAL (comissão de estudos econômicos cujos interesses voltavam-se para o entendimento do desenvolvimento da América Latina).

grandes centros capitalistas. A estrutura do subdesenvolvimento latino-americano estaria consolidada, portanto, durante o século XIX (p. 295).

Em uma última etapa, a dependência seria cada vez mais acentuada devido à total incorporação das periferias por parte das corporações monopolísticas centrais. Assim sendo, a expansão do neo-imperialismo metropolitano renova o subdesenvolvimento latino-americano (Frank, 1967:298). Em virtude da transferência de recursos tecnológicos e de pessoal especializado, bem como da presença de classes dominantes aliadas aos interesses internacionais, constata-se uma permanência das condições de desigualdade socioeconômicas anteriormente mencionadas. A única forma de romper com a exploração inapropriada das periferias dar-se-ia, por conseguinte, por meio de transformações políticas profundas, entre elas a implementação do socialismo¹⁰.

Dentro dessa corrente encontram-se ainda teóricos tão radicais quanto Samir Amin. Em seus estudos para o continente africano, esse autor argumenta que as causas principais do subdesenvolvimento da periferia concentram-se, basicamente, na questão de sua desarticulação estrutural. Segundo ele, as formações sociais nela encontradas não são puramente capitalistas, o que prejudica o desenvolvimento das forças produtivas. Sua análise compreende o entendimento dos diferentes sistemas geopolíticos, da dependência, dos imperialismos, das trocas desiguais, entre outras coisas. O Estado-nação continuaria a desempenhar, assim, um papel importante na ruptura desse sistema-mundo rumo a projetos nacionais, movimentos anti-sistêmicos, etc. (Ianni, 1997).

Cardoso & Faletto (1970) apresentam uma outra visão, um tanto diferenciada daquela proposta por André Gunder Frank, Samir Amin e outros. Eles tentam esclarecer alguns pontos controversos sobre as condições e formas de dependência para com os pólos hegemônicos do sistema capitalista mundial geradas nos países latino-americanos. Sua análise enfatiza os *processos econômicos* enquanto *processos sociais*. Eles consideram, portanto, as variações históricas peculiares de cada uma das nações latino-americanas. Pressupõem ainda um estudo mais amplo, onde são incorporados os componentes externos significativos para o desenvolvimento interno de cada um desses países. Ou seja, buscam:

"(..) uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos gru-

10

Ver AMIN, Samir.
Delinking: towards a polycentric world. Translated by Michael Wolfers. London: Zed Books Ltd., 1990.

pos sociais e não só justapô-los. (...) Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico” (Cardoso & Faletto, 1970:21-2).

O que se pretende ressaltar, neste caso, são as diferentes formas de vinculação entre os países da América Latina e o mercado mundial, decorrentes de distintas possibilidades de desenvolvimento e autonomia. Similarmente ao exposto por Frank (1967), Cardoso & Faletto (1970) dizem que a integração das economias industriais-periféricas ao mercado econômico mundial acaba gerando uma subordinação na tomada de decisões estratégicas, o que prejudica o seu pleno desenvolvimento. O setor industrial continua dependendo, ainda, da capacidade de importação de bens de capital e de matérias-primas complementares, e quem detém os meios de produção, as tecnologias avançadas etc. são os países centrais. Mas, ao contrário do proposto *na teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento*, Cardoso & Faletto (1970) sugerem que um certo grau de desenvolvimento se processa nos países periféricos, mesmo que de forma parcial.

Com a internacionalização do mercado surge um novo caráter da dependência, diferente das etapas anteriores (Ibid., p. 125). Ocorre, então, um ***desenvolvimento dependente***. *“A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa – processo óbvio – mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência as situações passadas desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. (...) A situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto da-quele que no passado assegurava a hegemonia externa” (Ibid., p. 141).*

Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel irão debruçar-se, por sua vez, sobre as diversas configurações contemporâneas de economias-mundo (World-System Economy). *“Braudel propõe uma espécie de teoria geral geohistórica, contemplando as economias-mundo. E está influenciado pelo funcionalismo originário de Durkheim (...), combinando história, sociologia, geografia, antropologia e outras disciplinas. Ao passo que Wallerstein debruça-se sobre o capitalismo moderno, apoiando-se em recursos metodológicos muitas vezes semelhantes aos do estruturalismo marxista” (Ianni,*

1997). A reflexão de ambos prioriza, no entanto, uma análise dos *aspectos econômicos* em um *contexto histórico e geográfico*.

A Teoria dos Sistemas Mundiais, concebida por Immanuel Wallerstein, introduz, assim, um tipo de ordem bem diferente, pela primeira vez genuinamente global em seu escopo e baseada mais no poder econômico do que no político (Giddens, 1990:73), tendo sido considerada a escola mais sistematicamente utilizada nos estudos mundiais (Sklair, 1995). Sua visão holística e historicista propõe que a *economia capitalista mundial* tem existido desde o século XVI, com o início da expansão européia além-mar. Para Wallerstein (1974), “(...) a expansão do século XVI foi não somente de caráter geográfico, mas uma expansão econômica (...). Ela marca o estabelecimento de um comércio regular entre a Europa e o restante do mundo habitado” (p. 102).

Na perspectiva deste autor, o Capitalismo torna-se mais forte conforme o conjunto se articula e as sociedades crescentemente tomam parte no desenvolvimento do sistema, em conseqüência de suas posições na sistêmica e única divisão mundial do trabalho (Robertson, 1999:32). Assim, *centro*, *periferia* e *semiperiferia* desenvolvem-se de acordo com os diferentes modos de apropriação da mais-valia e de suas respectivas especializações, porém, relacionados em um único todo. Desse modo, “(...) o que distingue a economia capitalista mundial é o fato das decisões econômicas serem primariamente orientadas para o cenário da economia mundial, ao passo que as decisões políticas se voltam para estruturas menores (...), para os Estados situados dentro da economia mundial” (Wallerstein, 1974:67).

Existem, portanto, dois tipos de sistemas mundiais: os *impérios-mundo*, nos quais um único sistema político atua sobre uma área principal, e aqueles sistemas nos quais inexistente um único sistema político, denominados *economias-mundo* (p. 347). A peculiaridade do sistema capitalista mundial reside justamente no fato de ele não ter se transformado em um império-mundo. Sua estrutura se dá em torno de uma constante expansão, partindo da premissa de que o Capitalismo envolve não somente a apropriação do excedente, mas, também, a incorporação da mais-valia de toda a economia mundial pelas áreas centrais (Wallerstein, 1997:19).

Várias são, contudo, as objeções quanto à lógica apresentada pelas teorias de subordinação de determinadas regiões em relação a outras. O conceito de *Dependência* é, na realidade, algo bastante vago e amplo para

ser utilizado como tal, uma vez que todas as nações se encontram, de certa forma, interconectadas às demais, vindo a depender umas das outras (Webster, 1990). Ademais, as teorias dependentistas têm sido freqüentemente alvo de críticas em decorrência do seu caráter estritamente generalizante e 'a-histórico', uma vez que não consideram o desenvolvimento recente de regiões pertencentes aos denominados '*Países de Terceiro Mundo*', por meio da crescente atuação de suas empresas transnacionais e de suas respectivas economias.

A *Teoria dos Sistemas Mundiais (World-System Theory)* enfatiza igualmente uma rígida demarcação na construção do sistema capitalista mundial, deixando à margem os desenvolvimentos pré-modernos anteriores. Além disso, como nos mostra Giddens (1990), ela concentra-se enfaticamente sobre o aspecto econômico e dificilmente explica, de forma satisfatória, outros processos paralelos. As distinções entre centro, semiperiferia e periferia (elas mesmas de valor questionável), baseadas nestes critérios, não permitem elucidar concentrações de poder político ou militar que não se alinhem de maneira exata às diferenciações econômicas (p. 74). Outros aspectos problemáticos envolvem ausência na incorporação da luta de classes, bem como uma certa distorção da história do Capitalismo em prol da formulação de uma teoria pouco flexível (Sklair, 1995).

Apesar das ressalvas, tem-se notado, pela literatura internacional, que as teorias anteriormente descritas colaboram diretamente para o embasamento teórico referente à '*mundialização do capital*'¹¹. Novas tentativas de análise têm se concentrado nos aspectos transnacionais¹² (Sklair, 1995) e na valorização das demais facetas, que não as econômicas, melhor discutidas a partir das várias definições de Globalização e de suas escolas teóricas.

11
Termo forjado por Chesnais (1996) para referir-se aos processos internacionalizantes do capital.

12
Este autor refere-se à prática de análises transnacionais, dando suma importância à sociedade transnacional e às formas de cultura universal, dentro de um contexto em que as empresas globalizadas se tornam o principal mote econômico.

3 CONCEITUAÇÃO DO TERMO GLOBALIZAÇÃO

A *Globalização* pode ser compreendida como um processo pelo qual os sistemas econômicos se tornam mais integrados e a informação flui mais rapidamente, por meio de tecnologias avançadas. Trata-se, neste sentido, da intensificação das relações econômicas, políticas, sociais e culturais além das fronteiras (Holm and Soresen, 1995; Ianni, 1997). Ou, ainda, dos processos em cujo andamento os Estados nacionais vêem sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas

orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais (Beck, 1999:30). Assim sendo, normalmente o termo é concebido em sentido mais amplo, mas o seu principal foco empírico está alinhado, ao mesmo tempo, com a crescente aceleração da concreta interdependência e da consciência da totalidade global no século XX (Robertson, 1999:23). Uma primeira leitura converge, portanto, para a questão econômica¹³, ou para aquilo que Beck (1999), entre outros, nomeou de '*globalismo*'¹⁴.

Somente mais recentemente, com a introdução de outras abordagens, é que tem sido possível um novo entendimento e uma ampliação do real significado do termo¹⁵. Na verdade, ela pode incluir todos os aspectos da atividade social, sejam aqueles relacionados à comunicação, à ecologia, ao comércio, aos aspectos regulatórios, à ideologia, ou a quaisquer outros. A compressão do mundo e o aumento da consciência mundial ('*globalização cultural*'), têm contribuído, assim, segundo Robertson (1999), para a complementação do processo anteriormente restrito à esfera econômica (Hoogvelt, 1997:117). Conforme esse autor, o *local* e o *global* não se excluem, mas o que ocorre, na realidade, é um encontro entre as diferentes culturas locais, contribuindo para o surgimento de uma chamada '*glocalização*'. Aumentam então os riscos e as oportunidades que se apresentam aos indivíduos, os quais se tornam simultaneamente objetos e agentes do processo, e as ações individuais passam a apresentar conseqüências dramáticas para as relações internacionais (Holm & Soresen, 1995:5).

Harvey (1996) também se posiciona em um nível de entendimento bastante próximo ao de vários autores quando coloca que o contexto atual corresponde à *compressão das relações entre tempo e espaço*. Esse autor mostra como se dá a aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que se vencem as barreiras espaciais, de tal modo que o mundo em si parece '*encolher*' como um todo (p. 219). Giddens (1990), por sua vez, embora similar em sua essência, distingue-se dos demais em seu vocabulário, visto que sugere o conceito de *alongamento do distanciamento entre tempo-espaço*, fazendo com que as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornem correspondentemente mais afastadas umas das outras (p. 69). Para esse autor, a globalização pode ser entendida, ainda, como '*conseqüência da modernidade*', ou seja, como resultado de um projeto ocidental de civilização.

13 De acordo com Ianni (1997), diversas são as metáforas referentes à globalização. Terminologias como: economia-mundo, sistema-mundo, shopping center global, Disneylândia global, nova divisão internacional do trabalho, entre outras, têm sido amplamente difundidas pela literatura. O conceito de '*aldeia global*' é um dos mais antigos e representa uma busca incessante da humanidade de formação de uma comunidade mundial única, facilitada pelos meios de comunicação, informática e outros. Não pretendemos, contudo, discutir aqui a evolução da terminologia pertinente, mas, sim, traçar um panorama conceitual que servirá de embasamento futuro na discussão das *idades globais* ou *mundiais*.

14 O '*globalismo*' corresponde a uma forma reduzida e unidimensional de compreensão da globalização, baseada somente na ideologia do mercado mundial, ou seja, centrada puramente no aspecto econômico. Já para Ianni (1999), o *globalismo* diz respeito a uma nova realidade social, econômica, política e cultural particular em âmbito propriamente global, a despeito de suas conotações locais, nacionais, regionais ou outras procedentes do desabamento do mundo bipolarizado entre capitalismo e comunismo (p. 184). Seja como for, o *globalismo* refere-se a um novo momento histórico, distinto dos períodos anteriores (Beck, 1999).

15 O termo '*globalização*' tem sido amplamente utilizado nos últimos tempos, porém sua interpretação é geralmente nebulosa e mal compreendida. Sua eficácia política é, contudo, inigualável (Beck, 1999:44).

Está claro, por conseguinte, que as análises epistemológicas do termo posicionam-nos diante de um novo objeto de estudo. O mais interessante a ser notado, contudo, é que a questão da globalização compreende um processo e não um estado final de resultados ou definições. Como expõe Hoogvelt (1997), “(...) não é possível falarmos ainda em uma economia global propriamente dita ou ainda uma sociedade global” (p. 131). Torna-se imprescindível, portanto, identificar as diversas escolas teóricas e as suas distintas argumentações, a fim de ampliarmos os horizontes.

4 AS DIVERSAS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO

4.1 ESCOLA HIPERGLOBALIZANTE

Dessa forma, de acordo com a *escola hiperglobalizante*, a atual conjuntura reflete uma nova época na história da humanidade, na qual os tradicionais Estados-nação, começam a se dissolver, influenciados por mudanças súbitas na dinâmica industrial, nas informações disponíveis, nas preferências dos consumidores e nos fluxos de capitais. Para um de seus principais precursores, Kenichi Ohmae (1996), a globalização constitui-se em um momento sublime de integração entre nações, cujo ápice do processo conduzirá à erradicação do Estado-nação e à perfeita harmonia entre os povos.

Esse autor argumenta que os Estados-Nação estariam se tornando obsoletos, vindo a ser gradualmente substituídos por Estados-regiões, os quais se baseiam em unidades econômicas e não políticas, cujo foco não possui precedentes locais. Em outras palavras, os Estados-regiões “(...) podem residir totalmente dentro das fronteiras de um Estado-nação ou transcendê-las. (...) O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretos para serem as verdadeiras unidades de negócios da economia global” (Ohmae, 1996:XXI). Alguns exemplos desses Estados-regiões incluem:

“ (...) unidades geográficas como o norte da Itália; Baden-Württemberg (ou o alto do Reno); País de Gales; San Diego/ Tijuana; Hong Kong/ sul da China; o Vale do Silício/ Bay Area de San Francisco na Califórnia; e Pusan (na extremidade sul da península da Coreia) e as cidades de Fukuoka e Kitakyushu no norte da ilha japonesa de Kyushu. Outras dessas áreas são o Triângulo do Crescimento, de Singapura, Johore (o estado mais ao sul da Malásia) e as vizinhas ilhas Riau da Indonésia (incluindo Batam, um paraíso fiscal); o Triângulo da Pesquisa, na Carolina do Norte; a região francesa de Rhone-Alps,

centrada em Lyon, com seus estreitos vínculos comerciais e culturais com a Itália; a região de Languedoc-Roussillon, centrada em Toulouse, com seus vínculos estreitos com a Catalunha; Tóquio e suas adjacentes; Osaka e a região de Kansai; a ilha malaia de Penang; e mesmo o recém-emergente Triângulo de Maior Crescimento, surgido em 1992 através do estreito de Malaca, conectando Penang, Medan (uma cidade indonésia em Sumatra) e Phuket, na Tailândia” (Ohmae, 1996:74).

É importante ressaltar, porém, que os Estados-regiões não correspondem necessariamente a uma megacidade, como por exemplo Calcutá ou Cidade do México, embora suas dimensões possam ser semelhantes¹⁶. Segundo este autor, “(...) em virtude de sua subordinação política, as megacidades são imunes à lógica global, não a procuram e tampouco são capazes de explorá-la quando disponíveis” (Ohmae, 1996:75). Dessa forma, a população não é a questão-chave na caracterização dos Estados-regiões. Diferentemente, os Estados-regiões figuram como portais de entrada de uma economia global, cujo tamanho é suficiente para justificar economias não de escala, mas de serviços. Sua base é, portanto, regional, e não físico-política.

4.2 ESCOLA CÉTICA

Em contrapartida, a *corrente cética* sugere que o presente momento não é passível de transformações, considerando que os fluxos atuais de comércio, investimento e mão-de-obra não são superiores aos do século passado¹⁷. Em outras palavras, teóricos como Paul Hirst e Grahame Thompson (1998) argumentam que a conceituação do termo inexistente, pois a atualidade em nada difere do contexto histórico-mundial anterior. O advento da globalização, assim sendo, não passaria de um ‘mito’ (Batista Jr., 1997).

Conforme Paulo Nogueira Batista Jr. (1997), a atualidade seria, em verdade, a retomada de processos e tendências bastante antigos, pois a internacionalização da economia e a revolução nos meios de informação e transportes já existem a pelo menos cem anos. Logo, a ilusão decorre do fato da integração alcançada no passado recente ser muito significativa quando comparada ao baixo grau de abertura das economias do pós-guerra. Dessa forma, “(...) o que temos hoje é uma economia internacional e não uma economia global” (p. 13), conforme argumenta Batista Jr. (1997), baseado em conceitos de Hirst e Thompson (1998). Em termos financeiros, a despeito da acentuada expansão das operações em nível internacional, as aplicações domésticas ainda prevalecem essenciais (Batista Jr., 1997:15).

16

Ver OHMAE, Kenichi. *O Fim do Estado Nação: A Ascensão das Economias Regionais*. Tradução de Ivo Korytowsky. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996, p. 95. Segundo Ohmae (1996), determinadas megacidades deveriam ser tratadas como Estados-regiões, integradas à economia global, e não como territórios delimitados por amplo espectro populacional, como por exemplo o caso da *metrópole de São Paulo*.

17

Ver BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Mitos da Globalização”, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, set. 1997, p. 8-12 (Documentos, 52). O autor cita uma série de estatísticas, por meio das quais demonstra que os fluxos atuais não são superiores aos do século passado. As relações entre as exportações e o PIB, por exemplo, para os países desenvolvidos, era de 12,9% em 1913, passando para 14,3% em 1992; apenas um pouco maior do que em 1913.

Ao contrário do que apresentam os teóricos hiperglobalizantes, a ofensiva neoliberal também não chegou a modificar, de forma substancial, a dimensão do Estado, para a grande maioria dos países desenvolvidos. Tem-se verificado a preponderância do peso dele, particularmente nas questões referentes à regulamentação dos mercados financeiros, políticas de imigração, soberania e outras (Batista Jr., 1997). Ou, como nos colocam Hirst e Thompson (1998), “(...) o Estado pode ter menos controle sobre as idéias, mas permanece um controlador de suas fronteiras e do movimento das pessoas que as cruzam.” Desse modo, a globalização, longe de eliminar barreiras territoriais, tem acentuado entraves de diversas grandezas, particularmente no que tange às relações internacionais entre os Estados-nação¹⁸.

4.3 ESCOLA TRANSFORMALISTA

Finalmente, os *teóricos transformalistas* partem do pressuposto de que os processos contemporâneos não possuem precedentes. “(...) A globalização econômica, portanto, é uma realidade, e que não se trata apenas de uma continuação de tendências de anos anteriores ou de uma reversão delas. Embora uma parte considerável do comércio permaneça regionalizada, há uma economia plenamente global no nível dos mercados financeiros”¹⁹ (Giddens, 2000:40). Segundo Anthony Giddens (2000), assuntos de natureza doméstica e internacional sofrem transposições. Esse autor argumenta, entretanto, que apesar da crescente interdependência entre nações e da criação de novas regiões econômicas e culturais (que muitas vezes transpõem fronteiras nacionais), o papel desempenhado pelo Estado-nação permanece ainda de extrema relevância e não o contrário, como proposto pelos teóricos hiperglobalizantes.

“As nações conservam, e vão conservar por um futuro previsível, considerável poder governamental, econômico e cultural sobre seus cidadãos e na arena externa. Frequentemente, contudo, elas só serão capazes de manipular esses poderes em ativa colaboração umas com as outras, com suas próprias localidades e regiões, e com grupos e associações transnacionais. “Governo”, assim, torna-se menos identificado com “o” governo – governo nacional – e mais abrangente. A “governança” torna-se um conceito mais relevante para designar algumas formas de capacidades administrativas ou reguladoras” (Giddens, 2000).

18

Ver HIRST, Paul & Grahame Thompson. *Globalização em questão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

19

Ver GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000, p.39-43. A revolução da tecnologia da informação, juntamente com a contribuição dos governos, com a emissão de títulos para saldar seus compromissos domésticos, teriam contribuído imensamente para a globalização dos mercados financeiros, além do próprio aumento das trocas financeiras em relação ao comércio, por um fator de cinco ao longo dos últimos quinze anos.

Porém, ao propor a política da “terceira via”, Giddens (2000) diz que deveria ser adotada uma atitude mais positiva em relação ao tema da internacionalização. A chamada ‘*nação cosmopolita*’, por ele assim denominada, seria portanto, uma sociedade multicultural, embasada no entrelaçamento de regiões, nos princípios democráticos de governabilidade, na cooperação internacional, gerenciamento ecológico global e no investimento de caráter social. Todavia, nem todos problemas são passíveis de soluções imediatas, se não forem abordados em sua essência global, como nos descreve este autor:

“(...) A crescente prosperidade para muitos deixa outros em dificuldades financeiras e marginalizados. Os vinte países mais ricos do mundo experimentaram um aumento constante de prosperidade desde 1980. A estagnação econômica, ou mesmo o declínio absoluto, caracterizou muitas das sociedades mais pobres. Cerca de 30% da população do mundo vivem numa linha de pobreza, com ganhos equivalentes a um dólar americano por dia. (...) Os problemas envolvidos na redução da desigualdade mundial são verdadeiramente desencorajadores. Parece muito pouco provável que se possa causar um impacto significativo sobre eles sem progresso na direção de um maior governo global” (Giddens, 2000:164).

Com base nos fatos apresentados, podemos concluir que os aspectos teóricos da globalização não são questões simples e nem tampouco encerradas em si próprias. De acordo com Ianni (1997), “(...) o dilema consiste em constatar-se se está ou não havendo uma ruptura histórica em grandes proporções, em âmbito global, assinalando o declínio do Estado-nação e a emergência de novos e poderosos centros mundiais de poder, soberania e hegemonia” (p. 40).

5 A GLOBALIZAÇÃO E A SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO URBANO: MEGACIDADES VERSUS CIDADES GLOBAIS OU MUNDIAIS

Por se encontrar na encruzilhada da geografia e da história, das relações sociais de indivíduos e coletividades, em escala local, provinciana, nacional, regional e mundial, as *ciudades* exibem as manifestações mais avançadas e extremadas das possibilidades sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade. “*A rigor, a globalização do mundo revela-se de modo particularmente acentuado na grande cidade, metrópole, megalópole*” (Ianni, 1999:55). Diante das circunstâncias contemporâneas, elas ganham uma nova dimensão e um novo papel, mediante uma vida de relações tam-

bém renovada, cuja densidade inclui as tarefas ligadas à produção globalizada. Por isso, tornam-se o lugar onde melhor se esclarecem as relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos 'fragmentos' do território com o país e o 'mundo' (Santos, 2000:95).

"As cidades grandes têm fascinado os cientistas sociais ao longo do último século, e isso pode ser comprovado através da imensa gama de termos utilizados para descrevê-las: cidades imperiais, cidades primárias, grandes cidades industriais, cidades milionárias, cidades mundiais, cidades capitalistas globais, centros financeiros internacionais, megacidades e cidades globais são denominações bastante conhecidas" (Beaverstock et al., 1999:445).

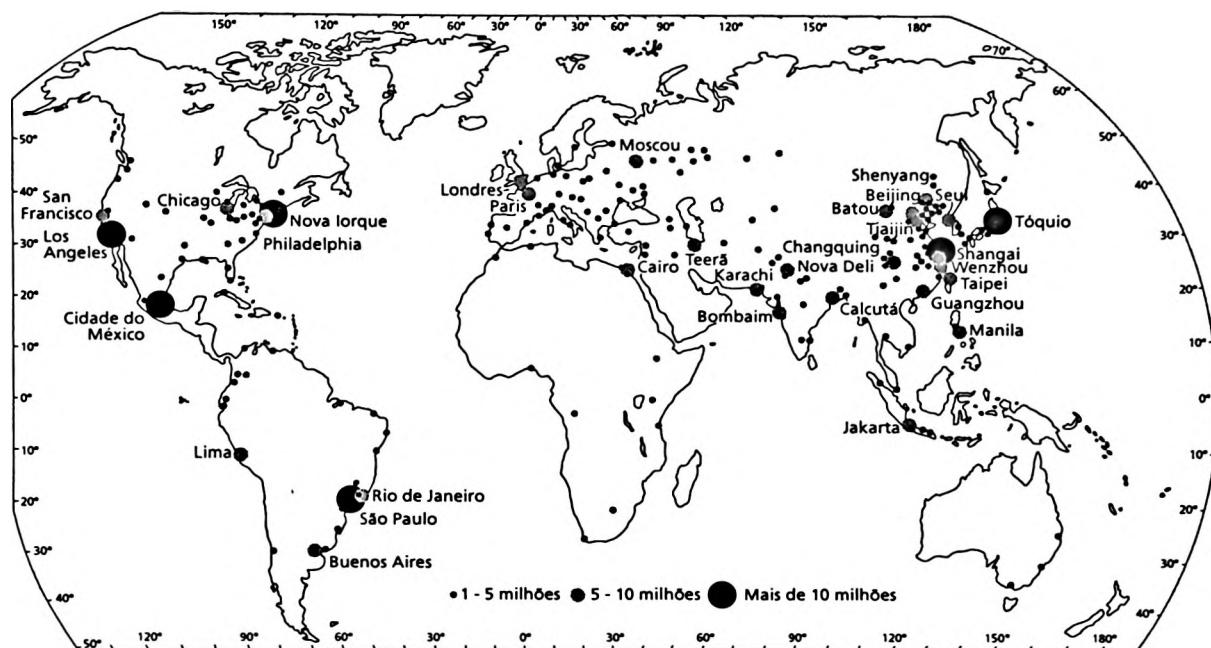
Segundo Beaverstock et al. (1999), a grande variação terminológica a que as cidades vêm sendo submetidas reflete, principalmente, as suas respectivas naturezas e as diferentes abordagens com que são estudadas. Dentre elas, destacam esses autores duas correntes principais sobre os estudos das cidades. A primeira delas refere-se à *tradição demográfica*, fundamentalmente centrada na questão do tamanho das cidades e cujos exemplos se traduzem no projeto das *megacidades*. Uma segunda abordagem, denominada *tradição funcionalista*, trata das cidades enquanto partes integrantes de um amplo sistema. Esta última concentra-se na questão das *cidades mundiais* ou *globais*²⁰. Todavia, é importante salientar que, em inúmeras situações, as diversas abordagens se sobrepõem, tornando as classificações bastante complexas.

A questão da classificação por *tamanho* parece ser a mais facilmente identificável. Assim sendo, a grandeza de uma cidade pode referir-se a algo vasto ou colossal, como no caso de uma *megalópole*, conforme salienta Jones (1990). As *megacidades* são, desse modo, cidades enormes que concentram grandes populações (Lo & Yeung, 1998) ou, ainda, cidades cuja população excede os 8 milhões de habitantes, conforme a classificação fornecida pelas Nações Unidas. O crescimento mais acelerado dessas cidades tem ocorrido, sobretudo, nos países menos desenvolvidos. São Paulo, Cidade do México, Pequim, Calcutá, Seul e Jacarta constituem alguns dos exemplos. A Figura 1 ilustra as maiores aglomerações do mundo, com base nas respectivas estimativas populacionais.

Comumente tem-se observado que as *megacidades* dominam a região ao seu redor. Nesse sentido, os estudos desenvolvidos pelo geógrafo alemão Christaller, em meados dos anos 30, destacam-se, em função da busca

20

Ao longo deste ensaio, o termo *cidade mundial* ou *global* assumirá a mesma conotação, referindo-se às cidades que possuem ampla capacidade de comando e gerenciamento das mais diversas funções, tanto em nível nacional quanto internacional.



pelo entendimento do domínio exercido por uma cidade em relação ao seu entorno, em função do seu tamanho e das respectivas *atividades* desempenhadas. Para Christaller (1966), existe uma série de razões *funcionais* para que as cidades situadas no topo de uma hierarquia regional distingam-se tanto das demais. A *primazia* de determinadas cidades concentra-se, por conseguinte, nas desproporcionais relações entre uma cidade e outras menores que pertencem a um mesmo sistema. Ou, ainda, como discorrem Brunn & Williams (1983):

“O índice de primazia, definido enquanto índice entre a primeira e a segunda maior cidade, em um mesmo país, reflete o grau de domínio populacional do maior centro urbano. Índices de primazia que crescem conforme o tempo, demonstram que a cidade primária está se tornando mais importante em termos populacionais, e provavelmente, em muitos aspectos sociais, econômicos e políticos em relação ao país” (p. 462).

A adoção do tamanho como elemento medidor da importância de uma cidade é, contudo, um conceito essencialmente elástico, como discorre Jones (1990). Diz esse autor: *“(..) o tamanho apresenta um impacto poderoso e imediato, mas geralmente nos vemos perdidos em nossas avaliações. Temos que nos apoiar em números que comumente não se justificam, pois deturpam nosso entendimento geral”* (Jones, 1990:2). A classificação em função do tamanho é, conseqüentemente, extremamente relevante, porém, não suficiente o bastante para caracterizar a grandiosidade de uma cidade em relação ao

FIGURA 1

As Maiores Aglomerações do Mundo

Fonte: Jones, 1990:5.

sistema econômico mundial. Alguns outros aspectos devem ser igualmente considerados, conforme nos sugere Chase-Dunn (1985), que não aqueles voltados para as simples relações econômicas e políticas entre cidades (p. 274).

Assim sendo, embora as *megacidades* tenham se tornado um fenômeno global e tenham adquirido uma importância tanto nacional quanto internacional, existe uma outra classe de cidades que tem sido considerada primordial para a nova ordem econômica mundial. “*Estas são as chamadas cidades mundiais ou globais, pois desempenham certas funções que as diferenciam das demais e que contribuem para o desenvolvimento da economia global, como um todo*” (Lo & Yeung, 1998:9).

A *cidade mundial* ultrapassa, pois, a rede nacional urbana, tornando-se parte de um sistema internacional. Apesar de apresentarem características de primazia de estágios iniciais de domínio, como, por exemplo, terem tamanho considerável e serem sedes importantes de poder político e de instituições governamentais, as *cidades mundiais* vão além disso, uma vez que desempenham funções altamente especializadas (Jones, 1990:13-4). A tese central desenvolvida por Sassen (1994) argumenta, por exemplo, que a transformação na economia mundial ocorrida nas últimas décadas em consequência da globalização tem renovado a importância de determinadas cidades. Segundo essa autora, “(...) *é precisamente a combinação da dispersão e integração das atividades globais – sob a contínua concentração econômica e de controle – que tem contribuído para um papel estratégico desempenhado por determinadas cidades: as chamadas cidades globais*” (Sassen, 1994:4).

Com base nesses fatos, vários autores têm se debruçado sobre a ordenação das *cidades globais* em torno de uma *hierarquia mundial* (Hall, 1966; Friedmann & Wolff, 1982; Friedmann, 1986; Sassen, 1991, 1994). A classificação de uma cidade em *mundial* ou *global* parece ser, entretanto, mais complexa e menos confiável, pois baseia-se por inúmeras vezes em critérios subjetivos, atributivos e ora aleatórios. Beaverstock et al. (1999) apontam, por exemplo, o fato de a classificação hierárquica ser bastante problemática, uma vez que se estrutura unicamente no ranking de cidades em vez de estruturar-se no relacionamento entre elas. Trata-se de uma aproximação estática, considerando-se a própria natureza perversa e transformadora da globalização. Ou seja, as cidades estão em constante variação no posicionamento, em decorrência dos impactos benéficos ou maléficos gerados pela crescente integração econômica mundial.

Short et al. (2000) observam ainda que, embora os trabalhos sobre as cidades mundiais sejam interessantes, eles limitam a identificação das cidades em *globais* ou *não globais*, pois restringem a análise a um seletivo agrupamento de cidades. Esses autores preferem, então, denominar todas as cidades como *'gateway cities'*, ou *'portas de entrada'*, em vez de rotulá-las como *cidades mundiais*²¹. Marcuse & Kempen (2000), por sua vez, compartilham posição teórica semelhante a desses autores ao introduzir uma nova definição para as chamadas *cidades globais*. Poder-se-ia denominar as cidades sob influência do impacto da globalização *'cidades globalizantes'*²² em vez da tradicional terminologia *'cidades globais'*. Abranger-se-ia, com isso, as cidades que fazem ou não parte da hierarquia global, uma vez que, no entender de Marcuse & Kempen (2000), a globalização compreende um processo contínuo, que atinge todas as cidades do mundo, mesmo que de forma variável.

Nesse sentido, Jones (1990) coloca que, ao se conceituar as *cidades mundiais*, é necessário atentar para uma visão não exclusivista e ocidentalizante como a adotada pela maioria dos estudiosos da questão. Diz esse autor, "(...) ao enfatizar os aspectos tecnológicos ocidentais, talvez estejamos supervalorizando uma posição ocidentalizante do mundo, em detrimento às outras cidades fora deste circuito" (p. 125). *Mundiais* ou não, é possível concluir, por hora, que as cidades se encontram na pauta principal dos estudos relacionados ao meio habitável. Ou, ainda, segundo a reflexão de Sassen (1994):

"(...) as novas tendências empíricas e o desenvolvimento de novas teorias têm transformado as cidades em objetos proeminentes nas ciências sociais. As cidades têm ressurgido não apenas como objetos de estudo, mas também como locais estratégicos para a teorização de uma vasta gama de processos sociais, econômicos e políticos da era atual: a globalização econômica e a migração internacional; a emergência de serviços especializados e as finanças enquanto setor em constante crescimento nas economias mais avançadas; e as novas formas de desigualdades" (p. 7).

5.1 A CIDADE MUNDIAL OU GLOBAL E A SUA INSERÇÃO NA NOVA ECONOMIA MUNDIAL

"Há um consenso entre os especialistas que, desde os meados dos anos 70, novos padrões têm-se tornado evidentes na economia mundial. Primeiramente, o eixo geográfico das transações internacionais mudou-se de Norte-Sul para Leste-Oeste. Neste processo partes significativas da África e

21
Short et al. (2000) sugerem que praticamente todas as cidades do mundo poderiam ser classificadas como *'gateway cities'*, ou seja, 'portas de entrada' para a transmissão econômica, política e cultural da globalização.

22
O termo em inglês empregado pelo autor é *'globalizing cities'*, evocando o aspecto transitório e, portanto, não permanente a que estão sujeitas as diversas cidades mundiais sob o efeito da globalização.

da América Latina se desprenderam de seus fortes vínculos com os mercados mundiais de bens primários. Houve, a seguir, um aumento considerável nos investimentos externos diretos em serviços e no papel desempenhado pelos mercados financeiros internacionais” (Sassen, 1994:27).

Importantes mudanças ocorreram na economia mundial nas décadas de 70 e 80. Dentre elas, Knox (1995) destaca a passagem de uma economia internacional para uma *economia global*. Diferentemente da economia internacional, na qual os bens e os serviços eram comercializados através das fronteiras nacionais, com base em severos mecanismos reguladores, a economia global passou a atuar a partir de uma rede corporativa mundial, cujas operações ultrapassam as fronteiras nacionais e são muito pouco reguladas pelos Estados-nação (Knox, 1995:3). Essas transformações contemporâneas, baseadas num modo de produção flexível (inspirado no modelo japonês) e aliadas ao advento das telecomunicações avançadas²³, têm propiciado o surgimento de uma *nova geometria das atividades econômicas internacionais* e de uma *nova divisão social do trabalho*. Além desses fatores, a *globalização das finanças* tem sido considerada, freqüentemente, como um outro elemento facilitador importante nesse processo, permitindo que as corporações transnacionais obtenham acesso a enormes volumes de capital (King, 1990; Sassen, 1994; Knox, 1995).

Nesse sentido, muitos autores consideram que a crescente *internacionalização do capital* tem possibilitado o ressurgimento da importância de determinadas cidades, as quais vêm atuando como elementos organizacionais desta nova economia (Sassen, 1994; Knox, 1995) (Tabela 1). King (1990) sugere, também, que o fator explicativo para a emergência das *cidades-mundiais* seria o substancial crescimento da internacionalização do capital (ou melhor, das relações capitalistas internacionais) ao longo das últimas décadas (p. 14). Sassen (1994), por sua vez, argumenta, além disso, que a crescente mobilidade do capital não só produz mudanças na organização da produção industrial e da rede de mercados financeiros, mas gera, igualmente, uma demanda por serviços capazes de controlar e gerenciar essa nova organização industrial e financeira (Sassen, 1994:3).

A internacionalização da produção e das finanças tem implicado, dessa forma, na correspondente internacionalização administrativa e de controle por meio dos serviços produtivos avançados, ou seja, das atividades relacionadas à prestação de assistência a fim de que as demais se realizem,

23
Graham & Marvin (1996) sugerem que a introdução da telemática e de outras formas de comunicação avançada têm possibilitado a reestruturação dos diferentes estágios operacionais, facilitando a passagem da produção tipo fordista para um modelo de produção flexível (p. 128).

	Valor de Mercado (US\$ milhões)		Empresas listadas		
	Ações	Bonds	Doméstico	Estrangeiro	Empresas membros
Nova Iorque	2.692.123	1.610.175	1.678	96	516
Tóquio	2.821.660	978.895	1.627	125	124
Reino Unido (princ. Londres)	858.165	576.291	1.946	613	410
Frankfurt	341.030	645.382	389	354	214
Paris	304.388	481.073	443	226	44
Zurique	163.416	158.487	182	240	27
Toronto	241.925	-	1.127	66	71
Amsterdã	148.553	166.308	260	238	152
Milão	148.766	588.757	220	-	113
Austrália	108.628	46.433	1.085	37	90
Hong Kong	83.279	656	284	15	686
Singapura	34.854	98.698	150	22	26
Taiwan	98.854	6.551	199	-	373
Coréia	110.301	71.353	699	-	25

TABELA 1

Mercados Financeiros
Selecionados em
Volume, 1990

Fonte: Sassen, 1994:24.

entre elas: pesquisa e desenvolvimento, planejamento estratégico, atividades bancárias, seguros, contabilidade, serviços legais, consultoria, propaganda e outras atividades afins (King, 1990:17). Assim sendo, as *idades mundiais* emergem como sedes de corporações transnacionais, de atividades financeiras internacionais, de instituições transnacionais e de telecomunicações e processamento de informações. Elas são, portanto, os *centros de controle e comando de atividades independentes* em finanças e cultura, as quais sustentam, juntas, a globalização da indústria (Knox, 1995:6) (Ver também Sassen, 1994; King, 1990; Jones, 1990).

Essas cidades têm surgido, assim, a fim de possibilitar um domínio da rede metropolitana planetária (Graham & Marvin, 1996:139). As cidades mais potentes dessa nova geografia da centralidade conecta, portanto, são os principais centros financeiros e de negócios do mundo desenvolvido: Nova Iorque, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Sydney, Hong Kong, entre outras. Mas incluem-se, ainda, outras cidades do mundo em desenvolvimento, tais como São Paulo e Cidade do México (Sassen, 1994:4-5). Desse modo, uma *nova hierarquia urbana de cidades* tem colaborado para o estabelecimento de diferenciados mecanismos de gerenciamento e controle mundial.

São Paulo se insere, por conseguinte, nesse novo contexto, em que tal metrópole se destaca pela sua onipresença em relação ao restante do território brasileiro e por sua conexão com os demais espaços hegemônicos. Sua importância reside não mais exclusivamente na força de sua indústria, mas no fato de ser capaz de produzir, coletar e classificar informações próprias e dos outros, e de distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses (Santos, 1997:151). Essa cidade vem atravessando um processo de intensa redefinição do seu traçado urbano e de suas atividades econômicas, semelhante ao processo que vem se desenvolvendo nas principais metrópoles mundiais. Como sugere Verás (1999), São Paulo concentra igualmente as polaridades identificadas nas *idades mundiais*: desconcentração industrial, aumento da produção do Setor Terciário, bem como exclusão social, elevadas taxas de desemprego e miséria urbana, freqüentemente expressos pela sua configuração espacial (favelas, autoconstrução, cortiços, 'homeless' em contraposição às áreas residenciais de classe média e alta, shopping centers, áreas de lazer e entretenimento de luxo etc.)²⁴.

De um lado, constata-se a concentração de trabalhadores altamente qualificados e a existência de uma indústria de serviços e finanças bastante especializada. Em contrapartida, desigualdades sociais crescentes, tais como: aumento da violência urbana, declínio dos padrões sociais, elevados índices de analfabetismo, crise no sistema de transportes públicos, déficit habitacional, entre outros, tornam-se cada vez mais representativas desta nova realidade socioeconômica²⁵ (Souza, 1999). Portanto, pode-se argumentar que, apesar do crescimento significativo do Setor Terciário em São Paulo (120 sedes de bancos e mais de 60% das sedes de empresas multinacionais estão aí localizadas) e do aumento do estoque edificado construído, tem ocorrido um aumento das desigualdades sociais, facilmente identificado a partir da leitura do espaço urbano metropolitano. Dessa forma, como coloca Verás (1999), apesar de São Paulo preencher todos os requerimentos necessários para exercer seu papel competitivo na economia mundial, ela o faz apenas parcialmente.

Assim sendo, embora existam similaridades entre as metrópoles do 'Primeiro Mundo' e as dos 'Países em Desenvolvimento', é necessário que sejam traçados os diferentes perfis dos agentes envolvidos, para não incorrerem em generalizações. Medeiros (1997) sugere que, "(...) mais do que procurar por outra Nova Iorque ou Tóquio em São Paulo, é preciso definir um modelo meta-teórico que seja capaz de inteligir como as forças produzidas

24
Sobre a questão dos contrastes existentes em São Paulo, ver também ABLAS, Luiz. "São Paulo: cidade mundial ou metrópole subdesenvolvida", In: *São Paulo em Perspectiva*, 7 (2): 45-49. São Paulo: abril/junho, 1993.

25
Estatísticas recentes apontam que a exclusão social tem aumentado e que aproximadamente 60% da população de São Paulo vive em condições subnormais (19% moram em favelas, 28% em residências alugadas, e 25% em habitação autoconstruída na periferia). Ver: VERÁS, Maura Pardini. "Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global", In: Souza, Maria Adélia et al (orgs.). *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.

no cenário internacional assumem formas distintas em lugares específicos, de acordo não apenas com níveis diferenciados de desenvolvimento econômico, mas igualmente de acordo com culturas e conformações sócio-espaciais particulares. (...) É preciso que se questione, por exemplo, até que ponto os novos padrões sociais, culturais, econômicos e espaciais observáveis em São Paulo se devem mais aos efeitos de sua inserção no mercado internacional do que a dinâmicas internas”.

É nesse sentido que a problemática deste objeto de estudo busca responder à seguinte hipótese:

As transformações urbanas que vêm se processando em São Paulo, sob a égide da globalização, apresentam similaridades às que vêm ocorrendo em outras cidades mundiais, tais como: Londres, Paris, Nova Iorque, Tóquio e outras. Ou seja, encontramos nesta metrópole, da semiperiferia do sistema capitalista mundial, os quesitos que a classificam como uma Cidade Mundial ou Global, a partir da organização, da distribuição e do tipo de atividades socioeconômicas contemporâneas (Setores Terciário e Quaternário) desempenhadas sobre o seu território, além dos paralelos padrões arquitetônicos e urbanísticos que nela se esboçam. Apesar disso, nos encontramos diante de um estudo de caso distinto, cujas particularidades revelam um misto de progresso e retrocesso, que nos mostra uma nova dimensão deste tema tão atual.

5.2 AS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS E O SURGIMENTO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE CIDADES

5.2.1 Da Ecumenópolis ao World-System: Sistemas de Cidades

A formação de um *sistema de cidades* não constitui um tema novo. O arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiadis, por exemplo, já havia abordado a questão no início dos anos 70, ao propor o conceito da *Ecumenópolis*. Para ele, o crescimento inevitável dos diversos assentamentos urbanos resultaria num padrão urbano único, por ele denominado inicialmente *Ecumenópolis*, ou *cidade-mundo*. Diz esse autor sobre o tema:

“Ecumenópolis será formada pelas forças principais que compõem as cidades atuais (...); por grandes sistemas de transportes, o imã inevitável da indústria e de outras atividades; e pelas forças estéticas da natureza, tais como, a atração de grandes contingentes populacionais nas orlas marítimas” (Doxiadis, In: LeGates & Stout, 1996).

A Figura 2, adiante, indica os principais assentamentos humanos, de acordo com Doxiadis. Redes policêntricas de transportes e comunicações conectariam, paralelamente, as principais cidades, formando uma rede global integrada, na qual se concentrariam as principais populações do mundo (Brunn, 1983).

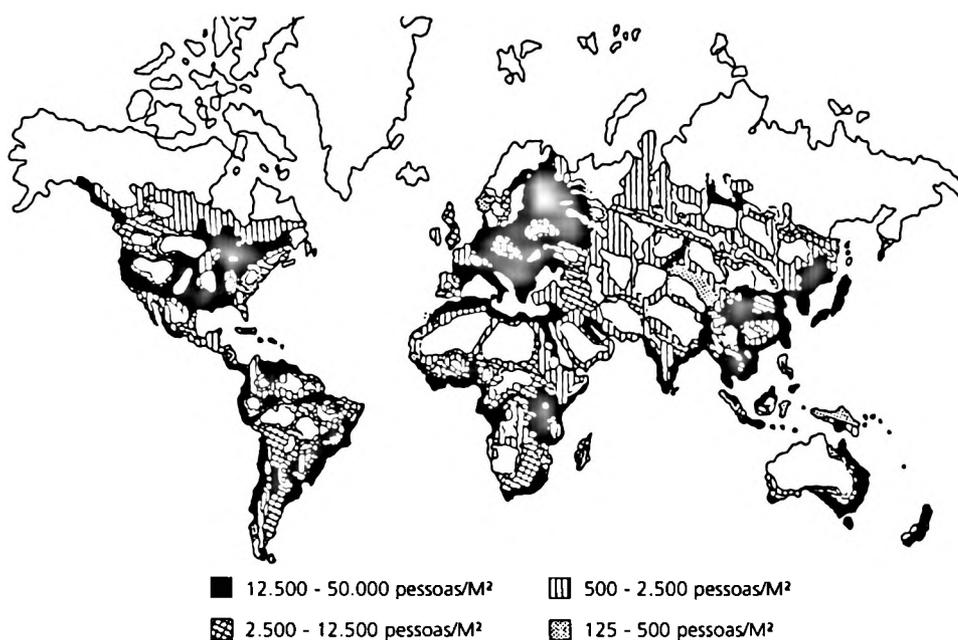


FIGURA 2

Ecumenópolis

Fonte: LeGates & Stout, 1996:464.

Recentemente, porém, com a emergência das *cidades mundiais* (como locus principal de comando e gerenciamento de atividades transnacionais), nota-se que diversos autores têm se voltado para o entendimento da formação de um *sistema hierárquico de cidades interconectadas* (Smith & Timberlake, 1995a, 1995b; Feagin & Smith, 1987; Friedmann & Wolff, 1982; Friedmann, 1986; Chase-Dunn, 1985). Baseados nos estudos de Immanuel Wallerstein²⁶, esses teóricos desenvolveram uma *concepção estrutural do sistema global*. Algumas das características da estrutura do sistema mundial em realce seriam, portanto, a existência de uma hierarquia do *centro, semiperiferia e periferia*, a presença de vários mecanismos de troca desiguais, a possibilidade de mobilidade de determinados países ao longo de um período histórico e o despontamento ou declínio de certas forças hegemônicas (Smith & Timberlake, 1995a:88).

Dentre esses estudos, destacamos o trabalho de Chase-Dunn (1985), que identifica uma hierarquia de cidades globais, com base na evolução do

26

Ver WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System II*, New York: Academic Press, 1980 e WALLERSTEIN, I. *The Capitalist World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ranking populacional, para os vários períodos históricos. Para o autor, “(...) o sistema de cidades mundiais não surgiu nos anos 50. (...) As cidades têm sido, há muito tempo, nacionais e internacionais” (Chase-Dunn, 1985:273). Chase-Dunn (1985) procura mostrar, com isso, as correlações existentes entre o processo de urbanização e o surgimento do sistema capitalista mundial (World-system) em suas diversas etapas, desde as suas origens até os tempos modernos. O Gráfico 1, a seguir, exemplifica o posicionamento dos principais centros urbanos em 1900. É interessante notar a posição de destaque que as cidades de Londres e Nova Iorque apresentavam desde então. Apesar do aspecto essencialmente historicista da proposta, torna-se nítido que um amplo processo de hierarquização de cidades vem ocorrendo desde longa data.

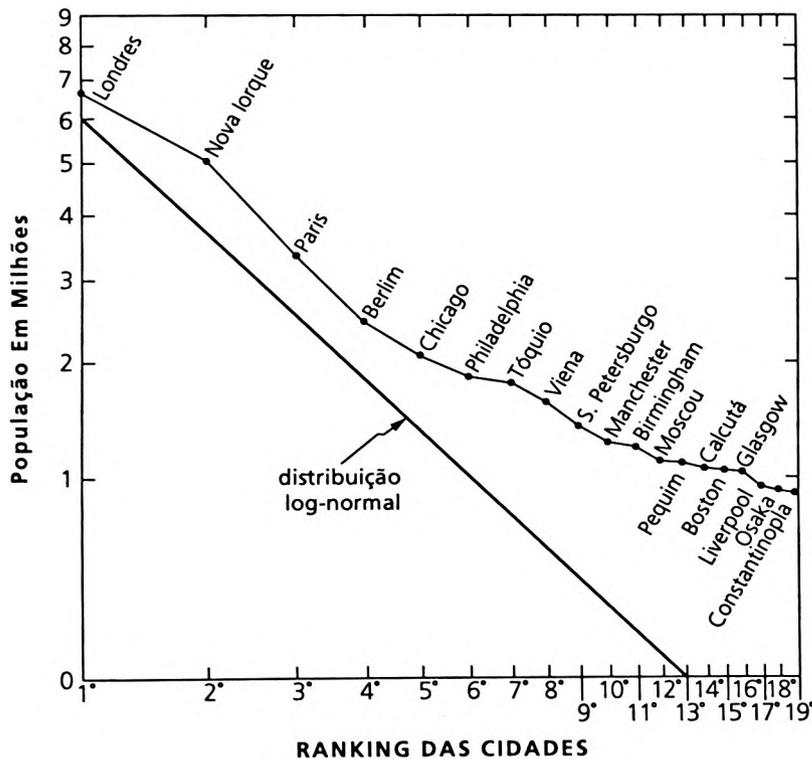


GRÁFICO 1

Ranking de Cidades Mundiais, 1900

Fonte: Chase Dunn, 1985.

Em outro trabalho, Smith & Timberlake (1995b) compreendem as cidades, também, como uma rede hierárquica dos diversos arranjos econômicos e políticos globais. Esses autores colocam que “(...) apesar do sistema mundial ser politicamente fragmentado, ele se constitui por um sistema econômico hierarquicamente organizado em centro, semiperiferia e periferia” (p. 81). Sassen (1991) diz, por último, o seguinte acerca disso:

“As interações entre Nova Iorque, Londres e Tóquio, particularmente em termos financeiros e de investimento, sugerem a possibilidade de que elas constituam um sistema. Estas cidades simplesmente não competem entre si pelo mesmo tipo de negócio. Há um sistema econômico que se apoia nos três diferentes tipos de localizações representados por estas cidades” (Sassen, 1991:169).

A grande maioria dos estudos concentra-se, entretanto, exclusivamente na análise das cidades mundiais por si só, atribuindo um enfoque reduzido quanto às relações existentes entre elas (Beaverstock et al., 2000). *“(...) As relações diretas entre cidades são extremamente fundamentais. As cidades estão em contato direto e freqüente umas com as outras, através dos diversos fluxos entre si. Contudo, as conexões entre cidades têm sido subestimadas ou até mesmo pouco examinadas” (Smith & Timberlake, 1995b:290).* Além das relações entre cidades mundiais propriamente ditas, outras áreas urbanas articulam-se à economia política global, merecendo, assim, um maior aprofundamento teórico. Nesse sentido, pesquisas contemporâneas têm procurado exemplificar como se dão as principais conexões entre as *cidades mundiais* e as suas respectivas intensidades (Smith & Timberlake, 1995b; Beaverstock et al., 2000). Outros estudos buscaram identificar, por sua vez, a importância de algumas outras cidades, que têm sido poucas vezes mencionadas nas abordagens mais convencionais.

5.2.2 Relações entre Cidades Mundiais: um Panorama Geral

Smith & Timberlake (1995b) apontam, porém, as enormes dificuldades existentes em se conceituar as diversas ligações entre *cidades mundiais*. Eles sugerem que existe uma tendência a se analisar os principais fluxos, a partir de aspectos meramente econômicos. Dizem os autores: *“(...) exemplos de relações econômicas incluem: migração de trabalho (humanas), bens (material), e comunicações de negócios, tais como os ‘faxes’ (informações). Relações políticas (invasões, ajuda internacional, tratados), culturais (exibições de arte, filmes etc.) e de reprodução social (migração familiar, remessas etc.) também fluem através dos espaços geográficos e podem ser considerados mecanismos de conexão entre as cidades” (Smith & Timberlake, 1995b:294).* Uma outra abordagem panorâmica é, portanto, necessária. Assim sendo, outras possíveis fontes de análise incluiriam, segundo Smith & Timberlake (1995a):

1. Pesquisas periódicas das diversas populações nacionais, de tempos em tempos, a fim de obter-se um fluxo do sistema mundial de trabalho;

2. Levantamento do fluxo de viajantes;
3. Dados de companhias aéreas, que podem fornecer boas estimativas sobre quais cidades estariam conectadas entre si, conforme o movimento de passageiros;
4. Quantificação dos fluxos econômicos, a partir da análise das cadeias produtivas entre as distintas regiões geográficas;
5. E, finalmente, o mapeamento das telecomunicações, como base capaz de indicar a conectividade entre as diversas cidades.

Essa metodologia permitiria analisar os múltiplos fluxos simultâneos de trocas ou vínculos entre as cidades, de maneira a revelar o complexo padrão de conexão entre elas, bem como a estrutura de todo o sistema (Smith & Timberlake, 1995b:295). Smith & Timberlake (1995b) indicam, como exemplo, uma *análise de dados aéreos* (Item 3 anterior) baseada no estudo de matrizes entre pares de cidades pesquisadas. Para isso, foram avaliados os graus de dissimilaridades entre as principais cidades mundiais. A conclusão desse trabalho mostra altos índices de conectividade entre os principais centros mundiais, liderados respectivamente por Londres, Paris, Nova Iorque e Tóquio. Cidades tais como Sydney e São Paulo apresentam, por sua vez, baixos índices de conexão com outras cidades mundiais (Tabela 2).

Cidades		Cidades (cont.)	
0.355	Seattle	0.023	Cidade do México
0.336	São Paulo	-0.013	Chicago
0.244	Sydney	-0.051	Los Angeles
0.216	Montreal	-0.117	Frankfurt
0.200	Boston	-0.119	Singapura
0.159	Houston	-0.115	Amsterdã
0.133	Seul	-0.177	Hong Kong
0.101	São Francisco	-0.295	Tóquio
0.080	Miami	-0.301	Nova Iorque
0.072	Madri	-0.339	Paris
0.061	Milão	-0.414	Londres
0.027	Zurique		

TABELA 2

**Grau de Conexão
entre as 23 Principais
Cidades Mundiais**

Fonte: Smith & Timberlake, 1995b.

Nota: Índices negativos
refletem alto grau de conexão
entre cidades.

Em outro estudo, Beaverstock et al. (2000) buscaram identificar as principais ligações entre as mais importantes cidades mundiais, com base na *identificação das redes intra-firmas* (Item 4 anterior) dos mais significativos serviços produtivos avançados, localizados em 55 cidades mundiais²⁷. Para esta pesquisa, foram utilizadas somente 10 cidades globais

27

Ver o outro estudo de Beaverstock et al. (1999), mencionado mais adiante neste texto, sobre a classificação das cidades mundiais, de acordo com os parâmetros preestabelecidos pelos autores.

tipo Alpha²⁸, a fim de identificar-se as relações comuns entre elas. Foram selecionadas assim, 46 das 74 empresas, nos setores de contabilidade, publicidade, finanças, advocacia, cuja presença ocorria nestas cidades. A Tabela 3, adiante, expõe as principais empresas compartilhadas entre elas.

	CH	FF	HK	LN	LA	ML	NY	PA	SG	TK
Chicago										
Frankfurt	21									
Hong Kong	21	30								
Londres	23	32	38							
Los Angeles	21	23	29	33						
Milão	19	28	29	32	22					
Nova Iorque	23	32	38	45	32	32				
Paris	21	30	32	35	27	28	34			
Singapura	20	30	34	35	26	29	35	32		
Tóquio	23	30	34	37	30	29	37	32	32	

TABELA 3

Relações entre Cidades Mundiais Tipo Alpha

Fonte: Beaverstock et al., 2000.

Obs.: Número de empresas compartilhadas por ambas as cidades.

Os dados evidenciam uma acentuada presença compartilhada de firmas entre Londres e Nova Iorque, com 45 empresas situadas em ambas as cidades. Isso indica uma forte tendência das empresas em se instalar nas principais cidades globais. A Figura 3 exemplifica, também, a forte triangulação existente entre Londres, Nova Iorque e Tóquio no domínio dos serviços produtivos avançados, tendo como base os coeficientes de presença compartilhada (Ver também Sassen, 1991; 1994).

28

Cidades mundiais tipo Alpha referem-se àquelas que apresentam elevadas características globais de comando e gerenciamento em nível internacional e onde se situam grande parte dos serviços produtivos avançados mundiais.

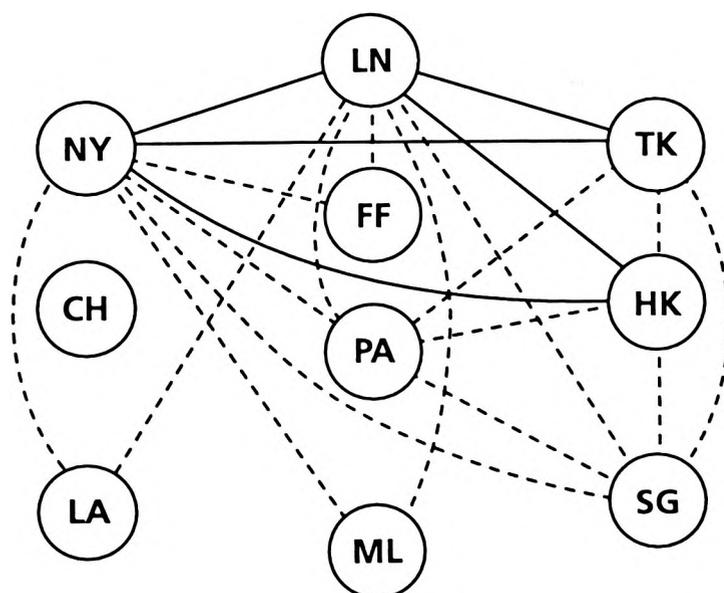


FIGURA 3

Presença Compartilhada de Firmas entre as Cidades Mundiais

Fonte: Beaverstock et al., 2000.

Presença compartilhada:

----- < 30

————— < 35

Apesar de apresentarem conclusões similares quanto às cidades localizadas no topo da hierarquia urbana, os resultados obtidos, em ambos os casos, sugerem a importância em se aprofundar os estudos referentes às cidades globais, abrangendo, para tanto, novas metodologias de aproximação do objeto pesquisado. Conseqüentemente, as pesquisas atuais sobre as *idades mundiais* ou *globais* têm focado, também, a questão referente à *formação de redes ou sistemas mundiais*. Adiante discutiremos um pouco mais sobre a abordagem tradicional do estudo das cidades globais, para posteriormente introduzirmos alguns dos novos aspectos que têm sido analisados pela literatura.

5.3 IDENTIFICAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS

As *idades mundiais* são os centros do poder político, tanto nacional quanto internacional, bem como as sedes de organizações governamentais, são os centros nacionais e internacionais do comércio e dos negócios. Além disso, concentram as sedes bancárias, de seguradoras e de outros serviços financeiros, são os centros avançados das atividades profissionais de todos os gêneros (em medicina, em direito, em educação superior, e de aplicação dos conhecimentos científicos na tecnologia). São, igualmente, os centros de processamento e difusão da informação, por meio da imprensa e da mídia, e são também os centros de consumo, de luxo para a minoria e de massa para a maioria, bem como os centros de arte, cultura, entretenimento e de outras atividades primordiais para o seu funcionamento (Hall, 1998:17).

“(...) As cidades globais ou mundiais abrigam, portanto, os centros de serviços financeiros (bancos, seguradoras) e as sedes das principais empresas produtoras; (...) elas atraem os serviços especializados, tais como, direito comercial e contabilidade, publicidade e propaganda, relações públicas e serviços legais, todos eles incrivelmente globalizados e relacionados com o controle das sedes das multinacionais. Em troca, essa concentração atrai o turismo de negócios e a especulação imobiliária; o turismo de negócios se alia ao turismo de lazer, pois ambos são atraídos para essas cidades devido às suas reputações culturais, gerando efeitos nos setores de transportes, comunicações, serviços personalizados, entretenimento e cultura” (Hall, 1998:18-9).

Elas são entroncamentos do poder decisório internacional. Importantes agências governamentais e não-governamentais possuem nelas suas sedes. A Tabela 4, a seguir, mostra algumas das principais localizações dessas or-

ganizações internacionais. Essas cidades já são, ou estão predestinadas a ser, importantes centros políticos, econômicos e de atividades culturais; tais cidades não são necessariamente as maiores do país, mas, sim, aquelas que apresentam uma atmosfera e um perfil internacionais (Brunn, 1983:477).

Ranking	Cidade	Nº de organizações internacionais	Ranking	Cidade	Nº de organizações internacionais
1	Paris	866	11	Estrasburgo	93
2	Bruxelas	862	12	Zurique	89
3	Londres	493	13	Oslo	88
4	Roma	445	14	Bangkok	82
5	Genebra	397	15	Helsinki	75
6	Nova Iorque	232	16	Nairobi	75
7	Washington	180	17	México City	69
8	Estocolmo	128	18	Caracas	68
9	Viena	115	19	Hague	67
10	Copenhague	114	20	Tóquio	65

TABELA 4

Número de Organizações Internacionais por Cidades, 1987/1988

Fonte: Daniels, 1993:127 (baseado em Knight and Gappert, 1989).

De acordo com Knox (1995), as *cidades mundiais* são igualmente centros das sedes de empresas transnacionais, dos serviços e negócios, das finanças internacionais, das instituições transnacionais, das telecomunicações e do processamento de dados. Elas são os centros de controle para os fluxos financeiros e culturais, os quais, juntos, sustentam a indústria da globalização (p. 6). E, mais adiante, Knox (1995) coloca:

"Neste novo contexto econômico, o arquipélago das cidades mundiais não apenas representa os mais importantes teatros de acumulação, mas tam-



FOTO 1

Singapura: Cidade Mundial nos Países em Desenvolvimento

Fonte: Banco de Dados da Autora.

bém constitui o local-chave das atividades administrativas, financeiras, de pesquisa e desenvolvimento, dos serviços, do processamento e interpretação de funções” (Knox, 1995:7).

Esse autor diz, ainda, que a distinção entre a *cidade mundial* e as demais cidades reside em sua capacidade decisória e de interação em relação às questões econômicas, culturais e políticas. O seu significado dentro de uma economia mundial, que tem sido dramaticamente descentralizada pela globalização da produção industrial (nova divisão internacional do trabalho) e do advento da telemática, resume-se ao seu papel enquanto centro de autoridade, enquanto local capaz de gerar e disseminar discursos e pensamentos coletivos, de desenvolver, testar e forjar as inovações, e que oferece atmosfera ‘sociável’ para o processamento de informações de alto nível (econômico, político e cultural) (Knox, 1995:8).

Dentre os principais exemplos de *idades mundiais*, destacamos:

Autores	Principais Cidades Identificadas
Budd (1995) ²	Tóquio, Londres, Nova Iorque, Paris, Frankfurt
Cohen (1981)	Tóquio, Londres, Osaka, Paris, Reno-Ruhr
Drennan (1995) ²	Londres, Nova Iorque, Tóquio
The Economist (1992) ²	Nova Iorque, Tóquio, Londres
The Economist (1998) ²	Londres, Nova Iorque, Tóquio
Feagin & Smith (1987)	Nova Iorque, Londres, Tóquio
Friedmann (1986)	Londres, Paris, Nova Iorque, Chicago, Los Angeles
Friedmann (1995)	Londres, Nova Iorque, Tóquio
Friedmann & Wolff (1982)	Tóquio, Los Angeles, São Francisco, Miami, Nova Iorque
Glickman (1986)	Nova Iorque, Tóquio, Londres, Paris
Hall (1966)	Londres, Paris, Randstad, Reno-Ruhr, Moscou, Nova Iorque, Tóquio
Heenan (1977)	Miami, Paris, Honolulu
Hymer (1972)	Nova Iorque, Londres, Paris, Bonn, Tóquio
Knox (1995 a-b)	Londres, Nova Iorque, Tóquio
Lee & Schmidt-Marwede (1993) ²	Londres, Nova Iorque, Tóquio
Llewelyn-Davies (1996)	Londres, Paris, Nova Iorque, Tóquio
Martin (1994) ²	Londres, Nova Iorque, Tóquio, Osaka, Chicago
Meyer (1986) ²	Nova Iorque, Londres, Paris, Zurique, Tóquio
Muller (1997)	Londres, Nova Iorque, Tóquio
O'Brien (1992) ²	Londres, Frankfurt, Paris, Hong Kong, Singapura
Reed (1981) ²	Londres
Reed (1989) ²	Nova Iorque, Londres
Sassen (1991)	Nova Iorque, Londres, Tóquio
Sassen (1994 a-b) ²	Nova Iorque, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt
Short et al. (1996)	Tóquio, Londres, Nova Iorque, Paris, Frankfurt
Thrift (1989)	Nova Iorque, Londres, Tóquio
Warf (1989) ²	Nova Iorque, Londres, Tóquio

TABELA 5

Principais Cidades Mundiais segundo a Literatura

Fonte: Beaverstock et al, 1999²⁹.

29

Notas:

1) Limita-se às 5 cidades principais identificadas na hierarquia global, com exceção de Hall (1966) que exibe 7 cidades.

2) Refere-se aos estudos específicos, nos quais são identificados centros financeiros internacionais.

É fundamental ressaltar, todavia, que apesar dos elementos comuns existentes entre as principais cidades mundiais, significativas diferenças ocorrem entre elas. Diferenças e semelhanças entre Londres, Nova Iorque e Tóquio constituem, por exemplo, um dos vários estudos abordados por Saskia Sassen, em seu livro intitulado *"The Global City"* (Sassen, 1991). Assim sendo, podemos colocar que, "(...) *As cidades mundiais devem ser vistas não somente pelas diferentes relações que cada uma delas desenvolve com respeito a seu papel como interface regional entre centro, semiperiferia, e periferia, mas também por sua mediação interna de macro-nível nos processos econômicos, culturais e políticos por via das condições locais das estruturas socioeconômicas e políticas, pela estrutura física das suas áreas metropolitanas*" (Knox, 1995:9). Desta maneira, conclui-se que:

"(...) nem todas as cidades são mundiais: mesmo os significantes complexos urbanos, tais como Osaka-Kobe, Chicago e Los Angeles, apresentam importância em nível regional, ao invés de nacional ou internacional" (Hall, 1966:3).

Por outro lado, alguns autores têm procurado ampliar a importância individual de cada uma das *cidades globais* por meio de uma outra conceituação: a das chamadas *'city-regions'*. De acordo com Scott et al. (2000), as *'city-regions'*, ou *cidades-regiões*³⁰ (complexo urbano composto por várias cidades), apresentariam um papel igualmente fundamental para a nova economia global, atuando como entroncamentos integrados, essenciais para o funcionamento do novo sistema econômico mundial. Tem-se observado em torno delas uma concentração das mais diferentes atividades, tais como: indústria de alta tecnologia, serviços, indústria do lazer e da cultura.

Batten (1995) é outro autor que também aborda o tema das *cidades interconectadas*. Em seu estudo de caso sobre a região de Randstad (Holanda) e Kansai (Japão), ele procura demonstrar que a rede de cidades interligadas³¹ vem exercendo papel equivalente ao de uma única cidade mundial central. Suas estruturas policêntricas e flexíveis são, assim, capazes de gerar vantagens competitivas sobre as diseconomias de formas urbanas monocêntricas e altamente concentradas. Além disso, as oportunidades oferecidas pelas comunicações de longa distância permitem que as *'network cities'* sejam mais eficientes do que as cidades isoladas por si só (Batten, 1995:319-20). A Tabela 6, adiante, revela algumas das vantagens de um sistema sobre o outro, conforme proposta de Batten (1995).

30
Ver mais sobre as *'cidades-regiões'* em SCOTT, A.J. et al. "Cidades-regiões Globais". *Espaço & Debates (Revista de Estudos Regionais e Urbanos)*, São Paulo, ano XVII, n. 41, p. 11-25, 2001.

31
O termo em inglês é definido como *'network cities'* (Ver Batten, 1995).

Sistema de cidade central	Sistema integrado de cidades
Centralidade	Sistema nodal
Dependência no tamanho	Neutralidade no tamanho
Tendência em relação a primazia e subserviência	Tendência em relação a complementaridade e flexibilidade
Serviços e bens homogêneos	Serviços e bens heterogêneos
Acessibilidade vertical	Acessibilidade horizontal
Fluxos unidirecionais	Fluxos bidirecionais
Custos nos transportes	Custos informativos
Competição perfeita sobre o espaço	Competição imperfeita com discriminação de preços

TABELA 6

Sistema de Cidade Central versus Sistema Integrado de Cidades

Fonte: Batten, 1995.

Dessa forma, o debate sobre o conceito de *cidade mundial* apresenta-se de forma bastante complexa, requerendo uma abrangência maior do que a simples limitação em torno de um restrito universo de cidades. Podemos sugerir, por conseguinte, que se faz essencial uma releitura das diversas teorias sobre as cidades mundiais, assim como a incorporação de outros conceitos.

5.4 PRINCIPAIS ABORDAGENS DAS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS NA LITERATURA

5.4.1 As 'World Cities' ou Cidades Mundiais de Peter Hall

As primeiras pesquisas sobre as *cidades mundiais* caracterizaram-se por uma identificação da dominação estratégica de certas cidades em relação às demais do sistema mundial, bem como pelo estudo da localização de determinadas multinacionais em cidades específicas nos países desenvolvidos. O pioneiro estudo de Peter Hall (1966), inspirado na obra de Geddes³² (1994) e intitulado '*World Cities*', destaca-se como um dos principais trabalhos a realizar interessante análise sobre Londres, Paris, Randstad, Reno-Ruhr, Moscou, Nova Iorque e Tóquio, classificando-as em *cidades mundiais*, por apresentarem determinadas características em comum, anteriormente descritas.

Numa amostra contemporânea, Hall (1998) procura redefinir sua conceituação de *cidade mundial* ou *global*, a partir de um *subsistema de cidades* baseado em cidades globais, subglobais e regionais. De acordo com o autor, as *cidades globais* constituir-se-iam em locais especializados na produção de serviços avançados informatizados, tais como: finanças, mídia, educação e saúde, turismo etc. Londres, Nova Iorque e Tóquio seriam os ar-

32

O original da obra de Geddes data de 1915.

quétipos mais visíveis desse caso. As cidades *subglobais*, por sua vez, abrangeriam algumas capitais européias, bem como um determinado número de cidades que apresentam importantes posições comerciais e culturais e que tentam competir com as cidades globais, em relação a determinados setores especializados. Destacam-se Frankfurt e Zurique, para a área financeira/bancária, Bruxelas, Roma e Genebra, para a questão governamental, e Milão, para o design, (todas na Europa) e diversos outros paralelos nos Estados Unidos e Japão, como por exemplo: Chicago, São Francisco, Los Angeles, Osaka etc. Finalmente, no caso *regional*, ele apresenta um conjunto de cidades que geralmente não competem com outras de nível superior, tanto em nível global quanto subglobal, como Manchester, Birmingham, Lyon, Marselha, Boston, Atlanta, entre outras (p. 24-5).

Infelizmente, porém, as análises de Hall (1966; 1998) são bastante restritas. “*Apesar do trabalho de Hall (1966) introduzir o conceito de ‘cidades mundiais’, na pauta dos estudos urbanos contemporâneos, ele o realiza a partir da ótica do cosmopolitismo, em vez de conceituar o desenvolvimento das cidades mundiais enquanto produto da concentração do capital em geografias desiguais no sistema mundial*” (Beaverstock, 1999). Ou seja, sua abordagem resume-se em classificar as cidades em função da internacionalização de determinadas características particulares. O fenômeno da *metropolização* não abrange, portanto, somente as cidades do mundo ocidental avançado, como buscou demonstrar Hall (Jones, 1990). Para Jones (1990), a metropolização é um fenômeno vasto, presente também em muitas cidades de países em desenvolvimento. Assim sendo, Jones (1990) diz que: “*(...) os sete exemplos de cidades mundiais propostos por Hall são muito limitados para cobrir a questão*” (p. 125).

O próprio Hall (1998) sugere que o conceito de *cidade mundial* necessitaria revisões e ampliações, em função da *globalização* e do seu respectivo reflexo sobre o sistema urbano, devido à chamada ‘*informatização da economia*’ (p. 18). Podemos concluir, desta maneira, que estes estudos tratam do tema de uma forma bastante simplificada. Além dos trabalhos desenvolvidos por Hall (1966), temos ainda os estudos de Hymer (1972), para o mesmo período, sobre a *concentração de multinacionais* nas principais *cidades mundiais*. Embora sua abordagem seja de suma relevância, seu destaque, através da literatura, é inferior ao trabalho proposto por Hall (1966), não sendo portanto aqui abordado.

5.4.2 A 'Hipótese da Cidade Mundial' de John Friedmann

“O modo específico de integração do sistema dá origem a uma hierarquia urbana de influência e controle. No ápice dessa hierarquia encontra-se um pequeno número de regiões urbanas, as quais denominam-se cidades mundiais. Amplamente conectadas entre si, a partir de mecanismos decisórios e de finanças, elas constituem um sistema mundial de controle sobre a produção e os mercados. Exemplos incluem metrópoles, tais como: Tóquio, Los Angeles, São Francisco, Miami, Nova Iorque, Londres, Paris, Frankfurt, Zurique, Cairo, Bangkok, Singapura, Hong Kong, Cidade de México e São Paulo” (Friedmann & Wolff, 1982, In Allen & Hamnett, 1995).

Uma segunda aproximação do tema corresponde à releitura dos trabalhos anteriores, buscando situar as *cidades mundiais* em relação a uma *nova divisão internacional do trabalho*. “O conjunto de trabalhos que inclui Cohen (1981), Friedmann & Wolff (1982), Glickman (1987), Feagin & Smith (1987), Godfrey & Zhou (1999) e, de certa forma um pouco menos, Knox (1995) e Thrift (1989), por exemplo, veio não apenas a enriquecer a perspectiva teórica sobre as *cidades mundiais*, bem como a atuar enquanto elemento catalisador para as pesquisas desenvolvidas posteriormente na década de 90” (Beaverstock, 1999). Uma das principais hipóteses é aquela apresentada por Friedmann e Wolff (1982). Seu principal argumento concentra-se no papel-chave desempenhado pelas *empresas transnacionais*. Segundo esses autores, a economia mundial estaria sendo organizada e controlada a partir das transnacionais, localizadas em áreas urbanas estratégicas. As *cidades mundiais* seriam, portanto, manifestações de controle deste sistema econômico, sendo a hierarquia urbana dividida em *cidades principais do mundo ocidental capitalista* e *cidades principais da semiperiferia do capitalismo* (Friedmann & Wolff, 1982).

O estudo posterior desenvolvido por Friedmann (1986), que versa sobre a *'hipótese da cidade mundial'*, dá continuidade ao primeiro, podendo ser considerado o exemplar mais importante. Friedmann (1986) constata a existência de uma *hierarquia mundial de cidades*, que se inserem numa gama de países centrais e semiperiféricos. Sobre a *hipótese da cidade mundial*, coloca esse autor:

“A hipótese da cidade mundial baseia-se na organização espacial da nova divisão internacional do trabalho. Como tal, ela se refere às relações contraditórias da produção na era do gerenciamento global e à determinação política dos interesses territoriais. Ela colabora para o entendimento das principais cidades globais na economia mundial e do significado dos conflitos

políticos entre elas. Embora não consiga prever os resultados dessas dificuldades, essa teoria sugere as origens comuns das relações entre elas no sistema global" (Friedmann, in Knox & Taylor, 1995:317-8).

Os critérios adotados por Friedmann (1986) para a caracterização das cidades mundiais assemelham-se, por sua vez, aos vários pontos descritos anteriormente por Hall (1966), entre eles: principais centros financeiros, sedes de transnacionais (incluindo sedes regionais), instituições internacionais, rápido crescimento do setor de serviços, importantes centros industriais, principais pontos de intersecção dos transportes e tamanho da população total. Apesar de nem todos terem sido utilizados, podemos notar que essa proposta avança efetivamente na questão da conceituação das cidades mundiais, pois as inter-relaciona a um espectro macroeconômico mais amplo do que o das propostas anteriores.

A hipótese de Friedmann (1986), centrada numa única divisão espacial do trabalho e inserida no sistema capitalista mundial, como sugerido por Wallerstein, é, portanto, a chave para a compreensão das mudanças estruturais ocorridas nas *cidades mundiais* (Smith & Timberlake, 1995a). Nesse sentido, esse autor identifica as seguintes *cidades mundiais* como 'enclaves' relevantes:

HIERARQUIA DAS CIDADES MUNDIAIS			
Países desenvolvidos principais		Países Semiperiféricos	
PRIMÁRIAS	SECUNDÁRIAS	PRIMÁRIAS	SECUNDÁRIAS
Londres	Bruxelas		
Paris	Milão		
Roterdã	Viena		
Frankfurt	Madri		
Zurique			Joanesburgo
Nova Iorque	Toronto	São Paulo	Buenos Aires
Chicago	Miami		Rio de Janeiro
Los Angeles	Houston		Caracas
	São Francisco		Cidade do México
Tóquio	Sydney	Singapura	Hong Kong
			Taipei
			Manila
			Bangkok
			Seul

TABELA 7

Hierarquia das Cidades Mundiais, segundo J. Friedmann, 1986

Fonte: Friedmann (1986), "The World City Hypothesis", *Development and Change*, n. 17 (1):72.

Entretanto, embora o trabalho de Friedmann (1986) seja um excelente ponto de partida sobre a formação de uma *hierarquia de cidades*, tem-se constatado inúmeras críticas acerca desta abordagem *heurística*. A teoria proposta por Friedmann e Wolff (1982) tem sido considerada, por exemplo, *funcionalista*, como discorrem Allen e Hamnett (1995), uma vez que se limita exclusivamente à questão das transnacionais. Tanto esta última quanto a teoria da '*hipótese da cidade mundial*' (Friedmann, 1986) são questionáveis, uma vez que muitas das cidades listadas não possuem verdadeira função de coordenação do sistema econômico global (Allen e Hamnett, 1995). Assim sendo,

"O trabalho de Friedmann é essencialmente teórico, embora proponha uma lista de cidades mundiais, de acordo com o suposto papel desempenhado na nova economia global. (...) Ele está simultaneamente preocupado em estabelecer um sistema de cidades e em posicioná-las conforme uma ordem global. Todavia, sua estratégia metodológica é, basicamente, atributiva, limitando seus objetivos teóricos" (Smith & Timberlake, 1995b:292).

Além disso, muitos autores têm argumentado contrariamente ao *empirismo casual* (Taylor, 1997), e o próprio Friedmann (1995), em recente revisão de sua obra, reconheceu prontamente que a construção de uma hierarquia urbana global estável é algo bastante difícil (Beaverstock, 1999). Nesse estudo, Friedmann (1995) identifica as transformações contemporâneas a que vêm sendo submetidas as principais cidades mundiais, por ele anteriormente identificadas. O autor conclui que não existem critérios precisos que validem o status de mundial para nenhuma das cidades envolvidas, a não ser para aquelas situadas no topo da hierarquia. Segundo ele, as mudanças vêm ocorrendo continuamente, sendo muito provável que, em trinta anos, o mapa das cidades mundiais corresponda a algo completamente diferente daquele esboçado em meados dos anos 80 (Friedmann, 1995:40).

Knox (1995) considera, igualmente, a necessidade de se revisar a hipótese proposta por Friedmann (1986), levando-se em consideração, especialmente, a natureza contemporânea do sistema mundial (*World-system*). Para esse autor, a classificação das cidades mundiais segundo uma hierarquia é cada vez menos satisfatória³³. Isso ocorre porque a posição das cidades mundiais secundárias, tanto do centro quanto da semiperiferia do sistema capitalista mundial, tem sido freqüentemente revertida, de acordo com as novas funções desempenhadas (p. 9).

33

Isso ocorre devido à flexibilidade das corporações no sistema mundial e à revisão constante dos meios de comunicação, no tocante às cidades mundiais, situadas na base inferior da hierarquia urbana. Com isso, os autores sugerem a possível mobilidade de cidades posicionadas inferiormente na hierarquia mundial, proposta por Friedmann (1986).

King (1990) também é pouco favorável ao raciocínio de Friedmann (1986) em conectar os processos de urbanização às forças econômicas globais. Esse primeiro autor coloca que, “(...) *quaisquer que sejam os méritos, a hipótese de Friedmann (1986) não relaciona os processos de urbanização, em geral, às forças econômicas, mas somente àqueles aspectos ligados às cidades mundiais: nada é dito com relação às outras partes dos sistemas urbanos nacionais com os quais as cidades mundiais se conectam e que estão igualmente sujeitas às forças econômicas globais (...); essa teoria aborda somente uma parte (embora fundamental) da organização espacial da nova divisão internacional do trabalho*” (p. 53).

É inegável, contudo, a importância dos estudos de Friedmann & Wolf (1982) e Friedmann (1986) na construção de um embasamento teórico sobre as *cidades mundiais*. Trata-se, portanto, de um paradigma que sintetiza as diversas pesquisas equidistantes (mercado de trabalho, tecnologia da informação, migração internacional, estudos culturais, localização industrial, formação de classes sociais, políticas urbanas etc.) em uma única meta-narrativa, atuando, também, como base para uma perspectiva crítica (Friedmann, 1995:43).

5.4.3 Feagin e Smith e a *Nova Divisão Internacional do Trabalho*: o Papel das Corporações Multinacionais

Apesar de os estudos de Friedmann & Wolff (1982) e Friedmann (1986) terem abordado a questão das *cidades mundiais* sob um enfoque diferenciado dos anteriores, sugere-se que o trabalho desenvolvido por Feagin & Smith (1987) seja o que mais se deteve concretamente no fornecimento de subsídios teóricos para a compreensão de uma *nova divisão internacional do trabalho*, bem como de sua conseqüente repercussão sobre o território. Acerca disso, falam os próprios autores:

“Nas décadas recentes, uma nova divisão internacional do trabalho tem emergido, uma que não mais envolve empresas de médio porte, com distintas identidades, comercializando somente através das fronteiras nacionais, mas, sim, uma que crescentemente envolve firmas transnacionais, que investem pesadamente em muitos países e comercializam bens e serviços umas com as outras, ou também empresas subsidiárias de firmas transnacionais que atuam dentro de um espectro global em uma grande corporação multinacional” (Feagin & Smith, 1987:4-5).

Embora essa *mudança na divisão internacional do trabalho* não seja um fato totalmente novo³⁴, tem-se notado nas últimas décadas, uma impressionante concentração do capital em torno de 500 à 1000 corporações multinacionais. Tais organizações têm criado uma rede integrada de produção, comercialização, finanças e serviços corporativos, dispostos em torno de um sistema hierárquico de cidades (Feagin & Smith, 1987:6). A Tabela 8, a seguir, ilustra a localização das principais multinacionais. Podemos verificar que a maioria das empresas se concentra nas principais cidades do centro da economia capitalista mundial. Já as atividades produtivas industriais têm se dispersado, sobretudo, para os países de Terceiro Mundo, gerando mudanças, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento (Feagin & Smith, 1987:10).

34

Feagin & Smith (1987) argumentam que mudanças na divisão internacional do trabalho não são, de fato, algo novo. Segundo os autores, há pelo menos dois séculos os capitalistas têm expandido suas operações além das fronteiras nacionais, a fim de explorar matérias-primas, trabalho, locais de produção e mercados consumidores (p. 4).

Cidade	Área Metropolitana População (000s)	Número de firmas	Cidade	Área Metropolitana População (000s)	Número de firmas
1 Nova Iorque	17.082	59	27 Stuttgart	1.835	3
2 Londres	11.100	37	28 Colônia	1.810	3
3 Tóquio	26.200	34	29 Cleveland	2.174	3
4 Paris	9.650	26	30 Milão	3.775	3
5 Chicago	7.865	18	31 Basel	580	3
6 Essen	5.050	18	32 Eindhoven, Holanda	374	3
7 Osaka	15.900	15	33 Midland, MI	100	3
8 Los Angeles	10.519	14	34 Gênova	830	2
9 Houston	3.109	11	35 Zurique	780	2
10 Pittsburgh	2.171	10	36 Akron, OH	606	2
11 Hamburgo	2.250	10	37 Winston-Salem, NC	291	2
12 Dallas	3.232	9	38 Peoria, IL	320	2
13 St. Louis	2.228	8	39 Ashland, KY	100	2
14 Detroit	4.315	7	40 Wilmington, DE	100	2
15 Toronto	2.998	7	41 Bethlehem, PA	100	2
16 Frankfurt	1.880	7	42 Southfield, MI	100	2
17 Minneapolis	2.041	7	43 Moline, IL	100	2
18 São Francisco	4.920	6	44 Philadelphia	5.254	2
19 Roma	3.115	6	45 Joanesburgo	3.650	2
20 Estocolmo	1.402	6	46 Madri	4.515	2
21 Turim	1.191	5	47 Melbourne	2.722	2
22 Hartford, CT	1.020	5	48 Munique	1.955	2
23 Fairfield, CT	100	5	49 São Diego	1.788	2
24 Seul	6.889	4	50 Cincinnati	1.481	2
25 Atlanta	2.196	4	51 Roterdã	1.090	2
26 Montreal	2.828	3			

TABELA 8

Localização das Maiores Empresas Transnacionais, 1984³⁵

Fonte: Feagin & Smith, 1987.

35

É possível sugerir que o número de transnacionais tem aumentado de 1984 para cá, apesar das diversas oscilações na economia internacional, que têm implicado numa redução substancial no número de firmas. O ranking proposto por Feagin & Smith (1987) tem se mantido intacto, porém, principalmente para as quatro ou cinco posições superiores.

Segundo esses autores, as empresas multinacionais criam uma economia transnacional, em cuja intersecção se encontram as cidades mundiais. *“Mas nem todas as cidades se situam num nível de comando. Na realidade, diferentes cidades ocupam uma variedade de nichos na economia capitalista mundial”* (Feagin & Smith, 1987:3). Desse modo, Glickman (1987), cujo parecer é bastante próximo de Feagin & Smith (1987), afirma que *“(...) algumas cidades mundiais, em particular, têm emergido enquanto locais de organização e administração de corporações multinacionais. Cidades, tais como, Nova Iorque, Tóquio, Londres e Paris, abrigam concentrações de sedes corporativas, serviços avançados, sedes bancárias, centros de pesquisa e entidades governamentais. (...) Quanto mais elevada a posição de uma cidade na hierarquia urbana, maior será o controle sobre o seu destino econômico”* (p. 70). Portanto, nota-se que, cada vez mais, a *difusão da atividade econômica* tem colaborado para a *acentuação da hierarquização territorial*.

5.4.4 Os Serviços Produtivos Avançados e os Estudos Desenvolvidos por Saskia Sassen

Uma outra perspectiva de análise do tema focaliza as *cidades mundiais* como locais adequados para a internacionalização e a *concentração dos serviços produtivos na economia mundial* (Beaverstock, 1999). Os trabalhos realizados por Sassen (1991; 1994) emergem como principais expoentes da questão. Para Sassen (1994), *“(...) as cidades globais são os locais-chave, onde se situam os serviços avançados e as telecomunicações, necessários à implementação e ao gerenciamento das atividades econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as sedes de firmas, sobretudo, daquelas que operam em mais de um continente”* (p. 19).

Friedmann (1995), ao analisar o trabalho de Sassen (1994) diz que: *“(...) Sassen favorece um paradigma que enfatiza a produção das finanças e dos serviços avançados, não apenas enquanto categoria residual da produção industrial, mas particularmente enquanto uma atividade em si própria. (...) Sassen caracteriza, conseqüentemente, as cidades globais como locais de produção de serviços avançados e mercados financeiros para a compra e venda de ações”* (p. 29).

A nova geografia proposta pela autora inclui, assim, importantes centros financeiros e de negócios, que muitas vezes não coincidem com as capi-

tais nacionais. Argumenta-se, dessa forma, que estas últimas vêm perdendo funções econômicas centrais e de poder para novas *ciudades globais*, as quais têm assumido papéis de coordenação e de produção, outrora concentrados nas capitais nacionais (Sassen, 1994). As *ciudades globais* ou *mundiais* vêm se reestruturando, por conseguinte, sob vários aspectos, a fim de acomodar as transformações decorrentes da globalização.

Todavia, embora os trabalhos de Sassen (1991; 1994) sejam ricos no fornecimento de dados comparativos sobre as principais cidades globais da 'tríade' (Londres, Nova Iorque e Tóquio), as principais críticas apontam para a inexistência de evidências diretas das possíveis relações entre as três e destas para com as demais cidades mundiais. Beaverstock et al. (2000) colocam, por exemplo, que a abordagem adotada por Sassen é essencialmente atributiva e, ademais, limitada em seu escopo, quanto as relações intercidades. A própria Sassen (2001) tem se voltado, em estudos mais recentes, para uma análise mais detalhada dos possíveis circuitos de cidades globais. Apesar das limitações, seus trabalhos têm sido considerados um marco na literatura referente às cidades globais, principalmente por incorporarem satisfatórias compilações de dados urbanos regionais.

5.4.5 Outras aproximações: A Escola Californiana

Podemos falar, ainda, de algumas outras aproximações para o estudo das *ciudades globais*, ou *mundiais*, cujo impacto tem sido mais em nível regional do que na formação de um corpo teórico mais amplo. Dentre elas ressaltam-se aquelas desenvolvidas pela Escola de Los Angeles, ou Escola Californiana, como é mundialmente conhecida, em que se destacam autores, tais como: Soja (1989; 1996); Davis (1990); Scott (1988); Jameson (1992); Scott & Soja (1986) e Storper (1997). Embora se concentrem exclusivamente no caso de Los Angeles como modelo de cidade mundial, esses autores procuram esmiuçar as diversas transformações ali ocorridas com bastante distinção. Dessa maneira, eles revelam o surgimento de novas geografias urbanas, sobretudo em regiões outrora pouco estudadas. Inúmeras outras pesquisas têm contribuído igualmente para o surgimento de uma base literária mais vasta e conceituada do que aquela desenvolvida há trinta anos. Porém, tratando-se de uma problemática complexa, limitar-nos-emos em relatar alguns *exemplos particulares de ciudades mundiais*.

5.5 CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS: NOVA IORQUE, LONDRES E TÓQUIO

“A expansão maciça de transações financeiras, a integração dos mercados financeiros em uma rede global, e o crescimento mundial acelerado dos serviços produtivos avançados têm se constituído em elementos da base econômica das principais cidades. Mas Nova Iorque, Londres e Tóquio concentram uma proporção substancial dessas transações e mercados. Elas apresentam as maiores concentrações de serviços produtivos, as vinte e quatro maiores seguradoras do mundo, sessenta e três dos cem maiores bancos do mundo, 84% da capitalização mundial, e as maiores concentrações de uma variedade de mercados de ações” (Sassen, 1991:190).

A dispersão geográfica das atividades industriais e de serviços, graças aos avanços tecnológicos, bem como a reorganização das finanças, ao longo das últimas décadas, têm colaborado para a centralização de novas formas de gerenciamento da rede de produção mundial e dos mercados financeiros. Em consequência disso, determinadas cidades têm emergido, como locus de controle e gestão dessas atividades, conforme explicado em outras ocasiões. Nesse sentido, apesar dos serviços produtivos terem aumentado em diversas cidades ao redor do mundo, tem-se constatado a concentração dessas atividades em torno de *Nova Iorque, Londres e Tóquio* (Sassen, 1991:190). Sobre isso, Sassen (1991) diz:

“É evidente que os serviços produtivos, como um todo, têm crescido rapidamente ao longo da última década e que eles têm aumentado mais nos países do que nas cidades. Mas essas três (Nova Iorque, Londres, Tóquio)³⁶ correspondem a uma fatia desproporcional dos empregos nacionais e regionais em serviços, seus centros de negócios apresentam altas concentrações dessas indústrias, e uma substancial parcela da força de trabalho dessas cidades se encontra empregada nesses serviços” (p. 138-139).

Sassen (1995) argumenta que Nova Iorque, Londres e Tóquio podem ser vistas como elementos constituintes de uma *nova centralidade trans-territorial*³⁷ em relação ao complexo de indústrias e de atividades específicas nelas realizadas (p. 71). Essas *cidades globais* são líderes na produção e exportação de serviços, tais como: contabilidade, propaganda, consultoria administrativa, serviços legais, atividades bancárias, finanças e outros tipos de serviços. As estatísticas evidenciam uma liderança total destas se comparadas ao restante do país em que se situam, particularmente em relação aos serviços produtivos avançados. A Tabela 9 sintetiza o elevado *poder de concentração* exercido por elas.

36

A autora não cita explicitamente as três cidades, portanto, trata-se de uma nota minha pessoal.

37

Vários outros autores já apontaram a centralidade exercida por essas cidades em períodos anteriores, mesmo com relação a prestação de serviços e atividades afins (ver King, 1990; Chase-Dunn, 1985). O que difere o momento atual, segundo Sassen, é a *magnitude e o peso* representado pelas atividades terciárias e quaternárias, em redor desses centros urbanos, com a finalidade de controle e gerenciamento da produção dispersa sobre o território global (p. 168).

	Serviços produtivos em % de emprego				Emprego total da cidade em % do total nacional
	Bancos e Finanças	Seguros	Setor Imobiliário	Serviços Intermediários ³⁸	
1970					
Londres (1971)	4.0	2.6	0.7	6.3	16.0
Nova Iorque (1970)	7.3	3.2	3.0	6.3	5.9
Tóquio (1975)	4.5 e		1.9	-	11.0
Reino Unido (1971)	1.6	1.2	0.4	2.9	-
Estados Unidos (1970)	2.9	2.2	1.2	2.9	-
Japão (1975)	2.6 e		0.7	-	-
1980/ 1981					
Londres (1981)	4.5	1.9	0.6	8.1	15.7
Nova Iorque (1981)	10.2	3.4	3.0	8.3	3.9
Tóquio (1980)	4.2 e		1.8	-	10.2
Reino Unido (1981)	2.1	1.1	0.3	4.3	-
Estados Unidos (1981)	3.4	2.3	1.3	4.1	-
Japão (1980)	2.8 e		0.7	-	-
1984/ 1985					
Londres (1984)	4.8	1.7	1.0	10.2	16.6
Nova Iorque (1985)	10.7	3.2	3.1	9.4	3.7
Tóquio (1985)	4.2 e		1.9	-	10.2
Reino Unido (1984)	2.4	1.1	0.6	5.0	-
Estados Unidos (1985)	3.5	2.2	1.4	5.3	-
Japão (1985)	3.0 e		0.8	-	-

TABELA 9

Participação do Emprego nos Serviços Produtivos nas Décadas de 70 e 80 (em %)

Fonte: Sassen, 1991.

Nota:

e: categorias combinadas entre as finanças e seguros tanto para Tóquio como para o Japão.

38

Os Serviços Intermediários ou de negócios abrangem aqueles, tais como: publicidade e propaganda, advocacia, consultoria, dentre outros.

Essas cidades contêm, portanto, *concentrações de empresas estrangeiras e de serviços produtivos* que são vendidos para o mundo todo. Anteriormente, foi mencionada a importância da concentração das sedes de empresas multinacionais na conceituação das cidades mundiais. A análise baseada em Feagin & Smith (1987) mostra igualmente uma forte concentração das empresas multinacionais em Nova Iorque, Londres e Tóquio (Tabela 8).

Em termos de *finanças*, elas também se destacam sobremaneira se comparadas às outras. Sassen (1991) diz: "*Nenhuma das bolsas no mundo se aproxima da magnitude representada por Londres, Nova Iorque e Tóquio*"

(p. 173). A Tabela 1, anterior, ilustra a questão. Um outro fator fundamental é a predominância do *setor bancário* nessas cidades. Em 1988, Tóquio, Londres e Nova Iorque incorporavam 47 dos 100 maiores bancos do mundo e concentravam 60% do seu capital, como nos mostra a Tabela 10, a seguir. "Londres, Tóquio e Nova Iorque formam conjuntamente um mercado financeiro global, que está intimamente integrado através da telemática. (...) Juntas elas oferecem um mercado financeiro global integrado 24 horas consecutivas, que domina os fluxos e serviços da economia capitalista mundial" (Graham & Marvin, 1996:143).

A enorme concentração desses serviços compõe, por sua vez, *espaços internacionalizados* situados no coração dessas cidades, cujo entorno é basicamente doméstico (Sassen, 1991:169). Isso ocorre graças à participação

Ranking pelo 'income' de 1986	1985		1986	
	Income (em milhões de dólares americanos)	Número de firmas	Income (em milhões de dólares americanos)	Número de firmas
Tóquio	2.922	20	6.424	22
Nova Iorque	5.372	14	5.763	16
Londres	2.282	10	2.934	5
Paris	983	6	1.712	6
Osaka	617	4	1.261	4
Frankfurt	763	3	1.003	3
Zurique	337	1	826	2
Amsterdã	172	1	739	3
Basel	291	1	415	1
Hong Kong	348	1	392	1
Los Angeles	636	2	386	1
Montreal	605	2	354	1

TABELA 10

Os '12 Maiores' Centros Bancários³⁹ (classificados por 'income' e 'assets', dentre os 50 maiores bancos comerciais do mundo)

Fonte: Sassen, 1991:176.

39

Estes dados são anteriores às diversas crises econômicas que afetaram sobremaneira as instituições financeiras japonesas e asiáticas. Dados mais recentes apontam para a predominância de algumas instituições norte-americanas no setor bancário.

Ranking pelos 'assets' de 1986	1985		1986	
	Assets (em bilhões de dólares americanos)		Assets (em bilhões de dólares americanos)	
Tóquio	1086.3		1801.4	
Nova Iorque	846.0		904.8	
Paris	543.7		659.3	
Osaka	366.7		557.6	
Londres	376.3		390.3	
Frankfurt	228.8		306.8	
Amsterdã	51.4		193.4	
Munique	53.7		133.4	
Nagoya	77.7		123.9	
São Francisco	118.5		109.2	
Kobe	61.2		107.1	
Hong Kong	68.8		90.8	

de firmas estrangeiras que atuam como agenciadoras de operações imobiliárias internacionais. Assim sendo, o que se tem verificado, freqüentemente, em qualquer uma dessas cidades, é um rápido processo de reabilitação de determinadas áreas centrais, com o intuito de abrigar serviços e profissionais especializados, bem como atividades correlacionadas. Exemplos internacionais incluem: Battery Park City, em Nova Iorque; London Docklands, em Londres; e Shinjuku, em Tóquio⁴⁰.

Um outro indicador, de acordo com Graham & Marvin (1996), são as *telecomunicações*. Tanto esses autores quanto Sassen (1991; 1994) consideram que a concentração das atividades terciárias e quaternárias acaba gerando um agrupamento das telecomunicações em torno das principais cidades mundiais. Em parte isso ocorre em função do tipo de operação adotada pelas modernas tecnologias, como no caso da fibra ótica, por exemplo, que muitas vezes segue a lógica espacial de antigos sistemas de comunicação (Daniels, 1993:118). A necessidade de conectar grandes cidades às demais acaba por auto-reforçar o papel exclusivo de algumas, tais como Nova Iorque, Londres e Tóquio. O Gráfico 2, adiante, exibe a predominância das telecomunicações, em Londres, Nova Iorque, Tóquio e Paris, em comparação aos seus respectivos Estados nacionais.

40

Ver estudo mais aprofundado sobre estas cidades em, SAVITCH, H.V. *Post-Industrial Cities: Politics and Planning in New York, Paris and London*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

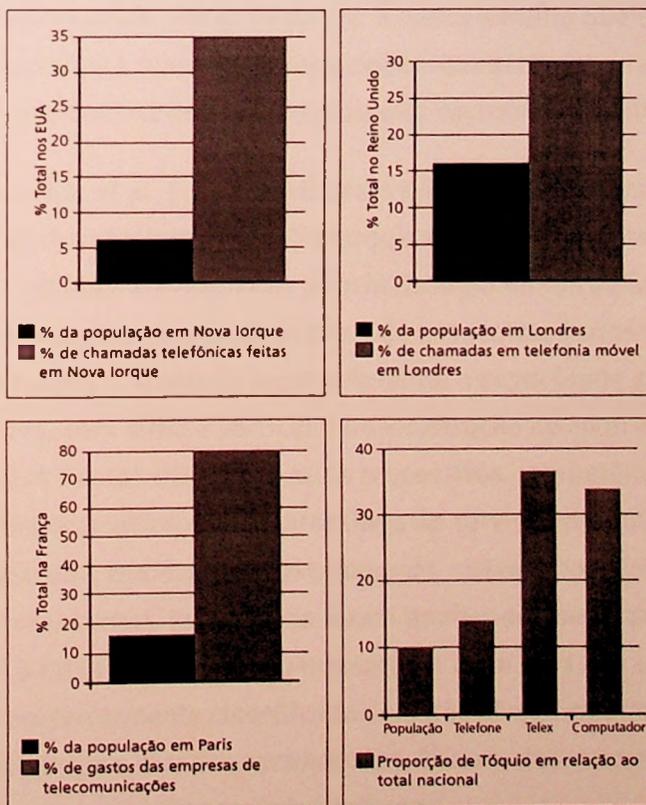


GRÁFICO 2

Dominância Urbana dos Investimentos em Telecomunicações e seu Uso: Exemplos nos Estados Unidos, Reino Unido, França e Japão

Fonte: Graham & Marvin, 1996:133 (baseado em Financial Times, 1994).

É inegável, portanto, a relevância de *Nova Iorque, Londres e Tóquio* enquanto protótipos das chamadas *idades mundiais*, pois tanto os volumes financeiros nelas negociados quanto as respectivas esferas de domínio são únicas no âmbito internacional. No entanto, a fim de enriquecer nossa proposta, abordaremos, em seguida, algumas pesquisas que visam reavaliar a hierarquia das cidades mundiais, principalmente nas esferas intermediárias e inferiores.

5.6 NOVAS ABORDAGENS SOBRE AS CIDADES MUNDIAIS: UM ESTUDO DE CASO

Muito embora diversos autores salientem a predominância de algumas cidades específicas em detrimento de outras, como por exemplo, Nova Iorque, Londres e Tóquio, conforme dito anteriormente, é imprescindível considerarmos novas aproximações para o tópico em questão. Assim sendo, há uma variedade de outros fatores que podem ser adotados como mais relevantes na classificação das cidades mundiais, entre eles: o poder econômico, a localização com relação às zonas de crescimento e de estagnação na economia internacional, o poder de atração de investimentos estrangeiros (bancos, multinacionais, serviços produtivos etc.), a estabilidade política e, especialmente, as conexões histórico-culturais com outras cidades do sistema econômico mundial (King, 1990:37). É nesse sentido que estudos contemporâneos sobre a *hierarquia das cidades mundiais* procuram avançar e inovar, tanto em termos quantitativos quanto em termos analíticos.

Beaverstock et al. (1999) realizaram interessante trabalho, recentemente, no qual questionaram a hierarquização preexistente de *idades mundiais* ou *globais*. Baseado nos principais argumentos de Sassen (1994) sobre as cidades globais enquanto pólos de concentração dos serviços produtivos avançados⁴¹, o estudo buscou levantar a capacidade global das diversas cidades, com ênfase particular na localização de empresas de serviços avançados nestas últimas, e suas respectivas competências globais. Para isso, foram selecionados quatro tipos de serviços produtivos avançados: *contabilidade, publicidade e propaganda, sistema bancário/ financeiro e direito internacional*. Esses itens foram analisados separadamente, de acordo com a incidência maior ou menor para cada uma das cidades listadas, sendo posteriormente classificados em três níveis: *idades primárias, cidades relevantes e cidades secundárias*. Abaixo, descrevemos sinteticamente alguns dos aspectos mais importantes.

⁴¹ Para Saskia Sassen (1994), as cidades mundiais constituem o locus da produção pós-industrial, e são os sítios onde se localizam, por conseguinte, os principais centros produtivos de serviços avançados.

5.6.1 O Setor de Contabilidade

Numa primeira análise, relativa ao setor da *contabilidade internacional*, notou-se elevada concentração desta atividade em regiões específicas. Das 78 cidades eleitas, segundo os critérios adotados pelos autores, apenas 13 obtiveram o status de *primárias*, apontando Atlanta (EUA) e Dusseldorf (Alemanha) como duas grandes surpresas do setor. Pôde-se verificar, igualmente, a presença de inúmeras empresas em cidades alemãs, em todos os níveis, demonstrando o poder altamente concentrador desse país quanto a esta modalidade. A Tabela 11, a seguir, exhibe os resultados dessa pesquisa.

PRIMÁRIAS	RELEVANTES	SECUNDÁRIAS
Atlanta	Amsterdã	Adelaide
Chicago	Auckland	Antuérpia
Dusseldorf	Berlim	Arhus
Frankfurt	Birmingham	Baltimore
Londres	Boston	Bolonha
Los Angeles	Brisbane	Calgary
Milão	Bruxelas	Caracas
Nova Iorque	Colônia	Colombus
Paris	Copenhague	Detroit
Sydney	Dallas	Dresden
Tóquio	Hamburgo	Dublin
Toronto	Hong Kong	Genebra
Washington DC	Houston	Gênova
	Jacarta	Gotemburgo
	Joanesburgo	Helsinki
	Lyon	Kuala Lumpur
	Madri	Leeds
	Manchester	Lille
	Melbourne	Luxemburgo
	México City	Marselha
	Montreal	Miami
	Moscou	Minneapolis
	Munique	Nova Deli
	Osaka	Oslo
	Philadelphia	Santiago
	Roma	Turim
	Roterdã	Utrecht
		São Francisco
		São Paulo
		Seul
		Singapura
		Estocolmo
		Stuttgart
		Taipei
		Tel Aviv
		The Hague
		Vancouver
		Zurique

TABELA 11

Principais Centros de Serviços de Contabilidade Global

Fonte: Beaverstock et al., 1999²¹.

42

Dados:

Os dados das firmas de contabilidade foram compilados a partir de oito firmas, resumidas em seis, a fim de demonstrar a força destas no mercado mundial. Dados de cinco das firmas foram utilizados por estarem disponíveis conforme citado abaixo:

- Arthur Andersen (classificação 1) – todas as cidades com duas filiais ou escritórios
- Ernst & Young (2) – todas as cidades com duas filiais ou escritórios estão listadas
- KPMG Peat Marwick (4) – cidades com filiais as quais 20 ou mais profissionais contatam
- Coopers and Lybrand (5) – cidades com filiais as quais 20 ou mais profissionais contatam
- Price Waterhouse (6) – todas as cidades com duas filiais ou escritórios

Definições:

As cidades têm pontuação de 1 (um) ponto para cada presença significativa.

- Cidades primárias: cidades com um resultado final de 5 pontos.
- Cidades relevantes: cidades com um resultado final de 4 ou 3 pontos.
- Cidades secundárias: cidades com um resultado final de 3 ou 2 pontos.

5.6.2 O Setor de Publicidade e Propaganda

No caso da publicidade e propaganda, houve uma concentração espacial inferior daquela identificada no setor da contabilidade. Foram analisadas as 50 agências mais importantes de acordo com o volume comercializado anualmente. No topo da hierarquia destacaram-se Londres, Nova Iorque e Tóquio, sendo que apenas 8 cidades obtiveram a classificação de cidade primária. Minneapolis (EUA), Osaka (Japão) e Seul (Coreia do Sul) enquadram-se nesta categoria, sendo que nenhuma delas aparece como cidade primária nos demais levantamentos. Trata-se, portanto, de exceções aos modelos anteriores. Além disso, há uma tendência das empresas em apresentarem sede em apenas uma cidade do país, normalmente a capital, como no caso de Amsterdã, Atenas, Tel Aviv e Varsóvia. Esse fato indica a vocação para atender-se às demandas do mercado nacional, em detrimento do mercado internacional (Tabela 12).

PRIMÁRIAS	RELEVANTES	SECUNDÁRIAS
Chicago	Amsterdã	Auckland
Londres	Atenas	Bangalore
Minneapolis	Barcelona	Bangkok
Nova Iorque	Boston	Beijing
Osaka	Bruxelas	Bogotá
Paris	Caracas	Bucareste
Seul	Copenhague	Budapeste
Tóquio	Dusseldorf	Buenos Aires
	Frankfurt	Cidade do Cabo
	Helsinki	Dallas
	Hong Kong	Detroit
	Istambul	Dublin
	Lisboa	Genebra
	Los Angeles	Hamburgo
	Madri	Jakarta
	Melbourne	Joanesburgo
	México City	Kuala Lumpur
	Milão	Lima
	Praga	Manila
	São Francisco	Miami
	Santiago	Montevideu
	São Paulo	Montreal
	Singapura	Moscou
	Estocolmo	Mumbai
	Sydney	Nova Deli
	Toronto	Oslo
	Viena	Rio de Janeiro
	Zurique	Taipei
		Tel Aviv
		Varsóvia
		Wellington

TABELA 12

Principais Centros de Serviços de Publicidade Global

Fonte: Beaverstock et al., 1999⁹¹.

43

Dados:

(i) Lista das 50 maiores empresas de publicidade do mundo de acordo com o faturamento total.

(ii) Escritórios dos seguintes grupos de empresas:

Presença significativa definida por um registro apenas: O&M, DMB&B, Lowe Howard Spink, Grey, e Abbott Mead Vickers.

Presença definida por dois registros: Publicis, Young & Rubican, e TMP.

Definições:

· Centros primários: lista das 50 cidades principais selecionadas; soma do ranking inverso para definir as 8 cidades principais com pontuação 50 e acima.

· Centros relevantes: as cidades remanescentes com 50 sedes principais acrescidas das cidades nas quais 5, 6 ou 7 das empresas especificadas possuem forte presença na cidade.

· Centros secundários: cidades com 2, 3 ou 4 grupos específicos de empresas estudadas com forte presença na cidade.

5.6.3 O Setor Bancário e Financeiro

Trabalhos consideráveis têm sido desenvolvidos no setor bancário e financeiro, de modo que os dados levantados por Beaverstock et al. (1999) não revelaram grandes novidades. Os autores avaliaram 10 dos maiores 25 bancos mundiais em volume de 'assets'. Alguns pequenos problemas emergiram diante dessa seleção, pois os bancos suíços possuíam muitas filiais no próprio país. Considerou-se, portanto, somente as sedes mais relevantes. Assim sendo, o resultado apontou para a concentração do sistema bancário financeiro nos principais países desenvolvidos. Destacaram-se 3 cidades na Ásia pacífica, 5 na Europa ocidental e 2 nos Estados Unidos. Além disso, 35 cidades receberam a classificação de relevantes no setor e 28 a de secundárias, como atesta a Tabela 13, a seguir.

PRIMÁRIAS	RELEVANTES	SECUNDÁRIAS
Frankfurt	Bangkok	Abu Dhabi
Hong Kong	Beijing	Amsterdã
Londres	Bogotá	Barcelona
Milão	Buenos Aires	Boston
Nova Iorque	Caracas	Bratislava
São Francisco	Gênova	Bruxelas
Singapura	Houston	Budapeste
Tóquio	Jakarta	Cairo
Zurique	Joanesburgo	Chicago
	Kuala Lumpur	Colombo
	Labuan	Dallas
	Los Angeles	Dubai
	Luxemburgo	Dublin
	Madri	Edimburgo
	Manila	Glasgow
	México City	Istambul
	Miami	Lima
	Montreal	Lisboa
	Moscou	Lyon
	Mumbai	Melbourne
	Panamá	Montevidéu
	Praga	Munique
	São Paulo	Nova Deli
	Santiago	Osaka
	Seul	Rio de Janeiro
	Shangai	Roma
	Sydney	Teerã
	Taipei	Viena
	Toronto	
	Varsóvia	

TABELA 13

Principais Centros Bancários Globais

Fonte: Beaverstock et al., 1999^m.

44

Dados:

Dados para os 10 dos 25 maiores bancos do mundo de acordo com suas presenças significativas:

- Standard Chartered (ranked 1): todas as filiais listadas com 5 ou mais números de faxes.
- Credit Suisse (2): todas as filiais listadas exceto as da Suíça, onde há duas ou mais filiais requeridas por cidade listadas.
- UBS (3): todas as filiais listadas exceto as da Suíça, onde há duas ou mais filiais requeridas por cidade listadas.
- Compagnie Financiere de Paribas S.A. (8): todas as filiais listadas.
- Creditanstalt-Bankverein (10): todas as filiais listadas.
- JP Morgan (12): todas as filiais listadas.
- Bankers Trust (13): todas as filiais listadas.
- NatWest Group (18): todos os escritórios listados.
- Banco Bilbao Vizcaya (23): todas as filiais listadas.
- Dresdner Bank Group (24): todas as filiais listadas.

Definições:

- Para cada presença significativa a cidade tem pontuação de 1 (um) ponto.
- Cidades primárias: cidades com resultado final de 8 ou acima de 8 pontos.
 - Cidades relevantes: cidades com resultado final de 5 a 7 pontos.
 - Cidades secundárias: cidades com resultado final de 2 a 4 pontos.

5.6.4 O Setor Legal

Finalmente, com relação aos serviços legais, os autores verificaram uma concentração ímpar no eixo Reino Unido/Estados Unidos, possivelmente em decorrência de relações comerciais e de políticas bilaterais de prestígio. A Tabela 14 mostra 11 cidades primárias, entre elas Washington D.C (EUA) e Bruxelas (Bélgica). Esses centros aparecem em destaque em função de suas respectivas posições de prestígio no cenário político mundial. Vinte e oito cidades foram classificadas como relevantes e 31 como secundárias.

PRIMÁRIAS	RELEVANTES	SECUNDÁRIAS
Bruxelas	Almaty	Abu Dhabi
Chicago	Bangkok	Amsterdã
Hong Kong	Beijing	Atenas
Londres	Berlim	Atlanta
Los Angeles	Budapeste	Barcelona
Moscou	Cleveland	Boston
Nova Iorque	Dallas	Bogotá
Paris	Frankfurt	Bratislava
Singapura	Genebra	Brasília
Tóquio	Ho Chi Min City	Buenos Aires
Washington	Houston	Bucaresta
	Kiev	Cairo
	Madri	Caracas
	México City	Dubai
	Milão	Dusseldorf
	Minneapolis	Guangzhou
	Praga	Hamburgo
	Riyadh	Hanói
	Roma	Istambul
	São Francisco	Jakarta
	São Paulo	Kansas City
	Seattle	Madri
	Shangai	Manila
	Sydney	Melbourne
	Toronto	Munique
	Varsóvia	Philadelphia
	Zurique	Richmond
		Rio de Janeiro
		St. Petesburgo
		Santiago
		Estocolmo
		Taipei
		Tashkent
		Tijuana

TABELA 14

Principais Centros de Serviços Legais Globais

Fonte: Beaverstock et al., 1999⁴⁵.

45

Dados:

(i) Sedes de escritórios de advocacia nos Estados Unidos e Reino Unido com filiais no exterior.

(ii) Filiais no exterior de empresas de direito dos Estados Unidos e Reino Unido.

Definições:

Este serviço produtivo avançado é dominado por dois países principais, Estados Unidos e Reino Unido; portanto, há uma necessidade de se estabelecer critérios diferenciados para esses dois países e o restante do mundo (RDM).

Centros primários:

- RDM: cidades com 26 ou mais filiais de serviços legais americanas/ britânicas
- EUA/ REINO UNIDO: cidades hospedando 7 ou mais firmas de direito com filiais no exterior.

Centros relativos:

- RDM: cidades com 5-17 filiais de serviços legais americanas/ britânicas
- EUA/ REINO UNIDO: cidades hospedando 4 ou 5 ou mais firmas de direito com filiais no exterior.

Centros secundários:

- RDM: cidades com 2-4 filiais de serviços legais americanas/ britânicas
- EUA/ REINO UNIDO: cidades hospedando 2 ou 3 ou mais firmas de direito com filiais no exterior.

5.6.5 Conclusão

Cento e vinte e duas cidades foram analisadas no total, porém, somente foi possível detectar 10 cidades com classificação primária, 10 cidades com classificação relevante e 35 cidades secundárias. As cidades denominadas *primárias*, ou cidades *tipo Alpha*, não revelaram maiores surpresas em relação ao seu posicionamento no ranking. Delas, 4 se situam na Europa Ocidental, 3 nos Estados Unidos, e 3 na Ásia Pacífica. Constatou-se, da mesma forma, a incidência de cidades do *tipo Beta*, ou cidades *relevantes*, nas mesmas regiões mencionadas no caso anterior, porém com o aparecimento de algumas cidades, tais como: Sydney (Austrália), Toronto (Canadá), Cidade do México (México) e Moscou (Rússia). Além destas, uma região em desenvolvimento desponta na América do Sul, tendo São Paulo como exemplo. Finalmente, revelaram-se apenas 35 cidades do *tipo Gama*, ou cidades *secundárias*, das quais o maior destaque ficou para Joanesburgo, na África do Sul, a única cidade com representatividade neste continente. As demais 68 cidades eleitas apresentaram algumas evidências de formação de cidades mundiais, sendo, porém, precipitado denominá-las como tal, segundo nos sugerem esses autores. A Tabela 15, selecionada a seguir, relata as principais cidades definidas como '*mundiais*', num ranking que oscila de 1 a 12, segundo esta pesquisa.

CIDADES MUNDIAIS TIPO ALPHA (PRIMÁRIAS)	
12	Londres, Paris, Nova Iorque, Tóquio
10	Chicago, Frankfurt, Hong Kong, Los Angeles, Milão, Singapura
CIDADES MUNDIAIS TIPO BETA (RELEVANTES)	
09	São Francisco, Sydney, Toronto, Zurique
08	Bruxelas, Madri, México City, São Paulo
07	Moscou, Seul
CIDADES MUNDIAIS TIPO GAMA (SECUNDÁRIAS)	
06	Amsterdã, Boston, Caracas, Dallas, Dusseldorf, Genebra, Houston, Jacarta, Joanesburgo, Melbourne, Osaka, Praga, Santiago, Taipei, Washington
05	Bangkok, Beijing, Montreal, Roma, Estocolmo, Varsóvia
04	Atlanta, Barcelona, Berlim, Buenos Aires, Budapeste, Copenhague, Hamburgo, Istambul, Kuala Lumpur, Manila, Miami, Minneapolis, Munique, Shangai

TABELA 15

Relação das Principais Cidades Mundiais, segundo Beaverstock et al. (1999)

Fonte: Beaverstock et al., 1999.

O estudo de Beaverstock et al. (1999) busca revalidar, de uma maneira geral, algumas das classificações mais tradicionais sobre *cidades mundiais*. Sua importância reside no fato de traçar uma reflexão consistente acerca das cidades situadas nos pontos intermediários e inferiores da *hierarquia mundial de cidades*, demonstrando a inserção de inúmeras delas, outrora excluídas das classificações mais convencionais. A conclusão da

pesquisa é bastante evidente, apontando para uma concentração dos serviços avançados em determinadas cidades e regiões do planeta, que traduzem, assim, uma faceta perversa da globalização. Porém, como citam os próprios autores, uma hierarquização a partir da análise exclusiva dos serviços produtivos avançados é bastante limitada. É necessário que se efetuem, portanto, estudos com relação à interconectividade das sugeridas cidades mundiais (por meio dos transportes e das telecomunicações), ampliando, desta forma, o escopo de análise.

5.7 O PAPEL DOS TRANSPORTES NA CONCEITUAÇÃO DAS CIDADES MUNDIAIS

Os *transportes* e as *telecomunicações* têm sido bastante analisados na literatura mundial como elementos de vital importância na caracterização das *cidades mundiais*⁴⁶. Segundo Keeling (1995), “(...) os transportes e as comunicações atuam enquanto bases, nas quais se apoiam os pilares do sistema de cidades mundiais. Os transportes facilitam o movimento de pessoas, produtos, e informação, através do sistema e funcionam como componente necessário, porém não exclusivo, das cidades mundiais, e da formação, crescimento e desenvolvimento da economia mundial” (Keeling, 1995:117). Ou, ainda, conforme expõe Rimmer (1998):

“As cidades mundiais são grupos fragmentados de atividades econômicas e sociais que estão conectados por redes de transportes e telecomunicações e que operam em escalas continentais ou globais. As cidades mundiais devem ser vistas, então, como ‘conjunção de fluxos’ de bens, informação, e pessoas, ao invés de locais fixos para a produção de bens e serviços (Harris, 1994)” (In: Rimmer, 1998:437-9).

Daniels (1993) coloca, por sua vez, que a rede de cidades mundiais e a contribuição dos serviços é bastante dependente do papel mediador das *tecnologias informacionais* e das *telecomunicações*. De acordo com esse autor, o fluxo de capital global e as cidades mundiais seriam impossíveis de ocorrer sem as anteriores (Daniels, 1993:117). Além disso, os transportes e as telecomunicações conectam as cidades a partir de uma rede hierárquica, permitindo a interação, tanto nos níveis verticais quanto nos horizontais, nas mais diferentes escalas. Essas conexões são facilitadas, num nível global e regional, primariamente, pelo transporte aéreo, pelos circuitos de telecomunicações e, pelos sistemas de transferência de dados ‘*non-voice*’ (Keeling, 1995:118).

46

De acordo com Rimmer (1998), o transporte integrado e as telecomunicações são pré-requisitos fundamentais da atividade corporativa global (p. 433).

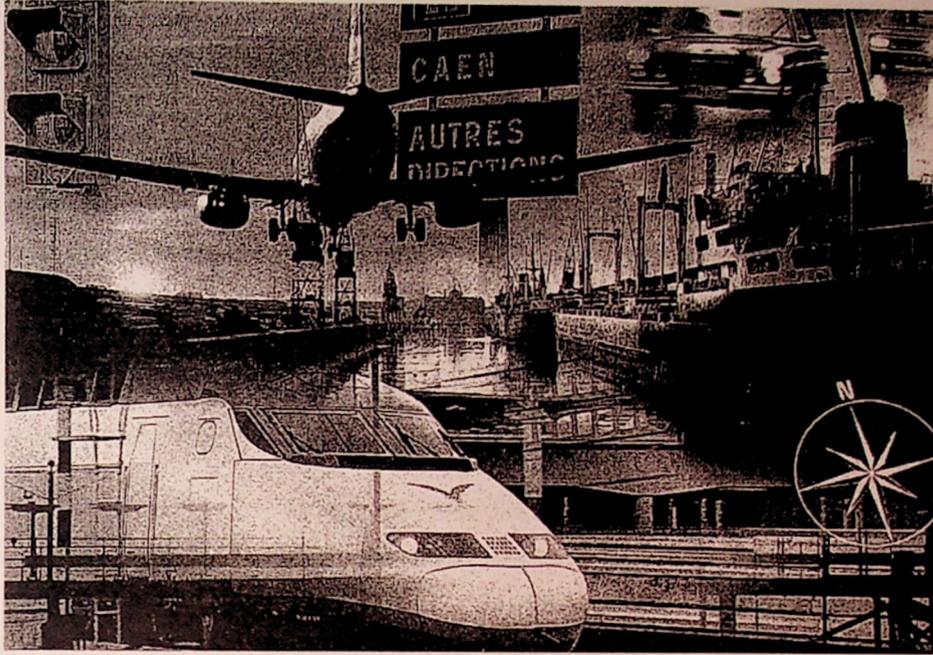


FOTO 2

As Diversas Modalidades de Transporte

Fonte: Banco de Dados da autora.

Em seu estudo, Keeling (1995) analisou os dados referentes à interconectividade com relação aos vôos internacionais 'de' e 'para' as cidades com população superior a um milhão de habitantes. Os resultados encontram-se melhor esboçados na Tabela 16, adiante, na qual aparecem as vinte cidades principais com elevado nível de conectividade, nas mais diversas escalas (vínculos horizontais e verticais entre cidades).

População (milhões)	+15	10-15	5-10	3-5	2-3	1,5-2	1-1,5	Total	
nº de cidades por categoria	5	8	17	35	53	48	100	266	
Ranking	Cidades								
1	Londres	5	5	14	24	21	23	33	125
2	Paris	5	7	14	26	21	17	29	119
3	Frankfurt	5	7	14	26	22	15	27	116
4	Nova Iorque	4	6	13	23	22	16	31	115
5	Moscou	3	5	13	16	17	19	29	102
6	Amsterdã	4	7	12	21	17	14	25	100
7	Zurique	4	6	14	13	15	13	19	84
8	Los Angeles	5	5	9	20	13	10	18	80
9	Miami	2	6	4	13	14	10	18	67
10	Tóquio	4	7	14	18	6	9	9	67
11	Bangkok	3	5	10	12	6	8	17	61
12	Singapura	3	5	12	13	8	7	12	60
13	Cairo	2	2	8	10	6	10	15	53
14	Hong Kong	4	3	10	10	7	7	7	48
15	Bombaim	4	3	8	9	4	5	11	44
16	Rio de Janeiro	3	4	3	13	6	9	5	43
17	São Paulo	2	5	3	12	5	8	6	41
18	Sydney	4	4	6	8	2	4	5	33
19	Buenos Aires	2	5	1	9	6	4	4	31
20	Joanesburgo	1	2	2	4	4	7	0	20

TABELA 16

Número de Cidades com mais de 1 Milhão de Habitantes com Vôos Diretos para as Principais Cidades Mundiais

Fonte: Keeling, 1995 (baseado em Official Airline Guide, 1992; United Nations, 1992).

Com base nos dados das conexões aéreas e destinos principais, Keeling (1995) averiguou uma expressiva primazia de Nova Iorque, Londres e Tóquio enquanto conurbações globais em transportes aéreos (Ver Tabela 17). Diz este autor: "(...) juntas, essas três cidades recebem 36,5 por cento do total global de vôos non-stop das 20 principais cidades dominantes do transporte aéreo" (Keeling, 1995:121). Singapura e Hong Kong são, por sua vez, os centros mais importantes em termos de tráfego regional da Ásia, mas Tóquio é a principal metrópole da região com relação à hierarquia das cidades mundiais. Isso ressalta a predominância da economia japonesa na região da Ásia, bem como a sua importância para o sistema mundial.

Num segundo nível, encontram-se as cidades de: Paris, Frankfurt, Amsterdã e Zurique, todas na Europa; Miami e Los Angeles, nos Estados Unidos; Singapura, na Ásia; e Cairo, na África. Tais cidades atuam como importantes conexões na economia global, mas são responsáveis por zonas específicas ao invés de colaborarem para uma interação mundial (Keeling, 1995:123). Finalmente, existem as cidades cujo papel é regional, como por exemplo, Moscou, Hong Kong, São Paulo e Sydney. Embora essas cidades, de nível terciário, concentrem inúmeros bancos e sedes de importantes multinacionais, suas influências são, na opinião deste autor, primordialmente de natureza regional e doméstica (Keeling, 1995:125).

Cidade	Global	Regional	Doméstico
Londres	775	3.239	1.063
Nova Iorque	644	634	8.837
Paris	565	2.264	1.436
Tóquio	538	401	1.814
Frankfurt	482	1.376	771
Miami	311	1.389	2.146
Cairo	277	34	114
Los Angeles	245	419	7.150
Bangkok	231	483	307
Amsterdã	229	1.593	0
Singapura	221	831	0
Hong Kong	154	713	0
Zurique	147	1.258	155
Sydney	144	89	1.541
Rio de Janeiro	93	44	933
Moscou	87	400	1.430
Bombaim	64	111	313
São Paulo	64	97	1.418
Buenos Aires	52	336	414
Joanesburgo	40	108	450

TABELA 17

Número Total de Vôos 'non-stop' por Semana para as Principais Cidades Mundiais, 1992⁴⁷

Fonte: Keeling, 1995 (baseado em Official Airline Guide, 1992; United Nations, 1992).

47

Desde 1992 até o presente momento, o número de vôos para as principais cidades mundiais têm se modificado consideravelmente, porém a compilação estatística mais recente de que dispomos é a que segue apresentada neste ensaio.

Assim sendo, Keeling (1995) finaliza seu ensaio, assinalando a existência de somente algumas conurbações dominantes em redor do mundo, em termos de transportes. Diz ele acerca disso: "(...) o tráfego em nível global parece estar limitado e concentrado em algumas cidades dominantes" (p. 125). Portanto, podemos sugerir que a concentração dos transportes aéreos, em determinadas conurbações, reflete o poder de atração e a preponderância delas em relação às demais cidades da hierarquia global.

Em trabalho semelhante, porém, mais amplo do que o de Kelling (1995), Rimmer (1998), além de analisar levantamentos referentes ao transporte aéreo de passageiros, discorre sobre o significado de *outras modalidades de transporte* (como por exemplo, *transporte marítimo e aéreo de cargas*) e das *telecomunicações*, no favorecimento da composição de um quadro significativo de *cidades mundiais*.

Inicialmente, esse autor dedicou-se ao estudo do *transporte marítimo de cargas*, particularmente daquele realizado por meio de containeres, para os 25 maiores portos mundiais, entre 1984 e 1994. Em 1984, o porto de Roterdã liderava o ranking com 2.546.000 TEUs movimentadas, seguido de Nova Iorque/Nova Jérsei, com 2.255.000 TEUs. Hong Kong e Tóquio figuravam, respectivamente, em terceiro e quarto lugares no ranking, com volumes movimentados superiores a 2 milhões de TEUs. Já em 1992, Hong Kong (com volume de 7.972.000 TEUs⁴⁸) e Singapura (7.560.000 TEUs) despontavam nas primeiras posições, conforme nos indica a **Figura 4** abaixo. Os resultados mostram, portanto, o aumento substancial no transporte de cargas na

48
Termo em inglês que corresponde a "Twenty Equivalent Units".

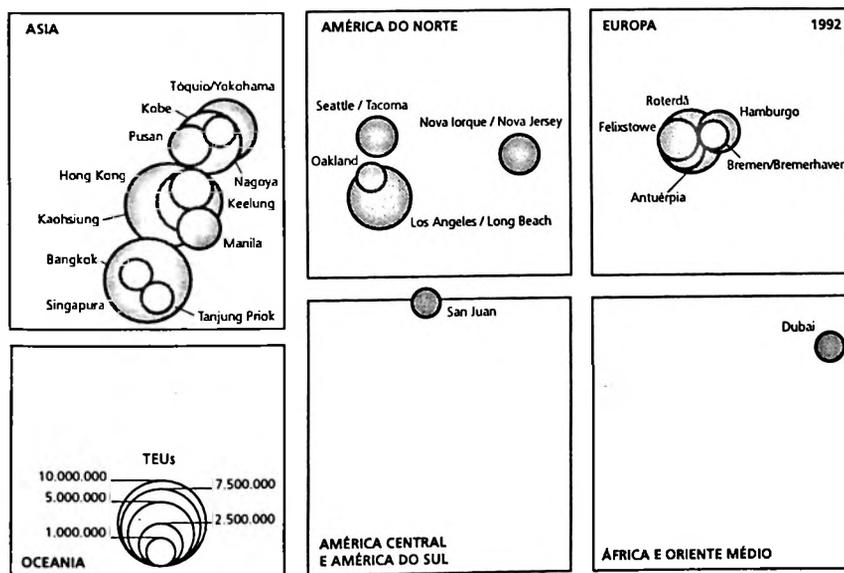


FIGURA 4

Os '25 Maiores' Portos do Mundo em Termos de Tráfego de Containers, 1992

Fonte: Rimmer, 1998:442 (a partir de dados do CIY, 1994).

região asiática, ocorrido basicamente em decorrência da reestruturação econômica mundial.

“As mudanças nas taxas de crescimento portuárias têm sido afetadas pela reestruturação econômica mundial. As taxas de crescimento em Nova Iorque, Kobe e Tóquio/Yokohama têm diminuído e até decrescido, particularmente em função da transferência das atividades industriais pelas corporações japonesas para os países asiáticos. Os portos das novas economias industriais, notavelmente, Hong Kong, Singapura, Kaohsiung e Pusan, têm mantido o seu crescimento (...)” (Rimmer, 1998:443-4).

Entretanto, Rimmer (1998) considera extremamente complexo o despontamento de certas *idades mundiais* e não o vê simplesmente como consequência do aumento nos transportes marítimos de cargas. De acordo com esse autor, a acessibilidade marítima representa um elemento importante na caracterização desse tipo de cidade, mas não necessariamente um fator determinante (Rimmer, 1998:444). Curiosamente, ao se debruçar sobre a questão do *transporte aéreo de cargas*, ele encontra as mesmas dificuldades. Na avaliação do volume transportado para o período entre 1984 e 1994, notou-se a liderança de Nova Iorque (800.600 toneladas), seguida por Tóquio (714.000 toneladas) e Londres (aerportos de Heathrow e Gatwick juntos, com 671.000 toneladas). Em 1992, contudo, Tóquio liderava esta modalidade de transporte, com 1.288.000 toneladas. Em segundo e terceiro lugares surgem, Frankfurt, com 989.000 toneladas e Hong Kong, com 976.000 toneladas. Seul e Nova Iorque apareciam na quarta e quinta posição respectivamente (Figura 5). Observa-se, mais uma vez, o crescimento do

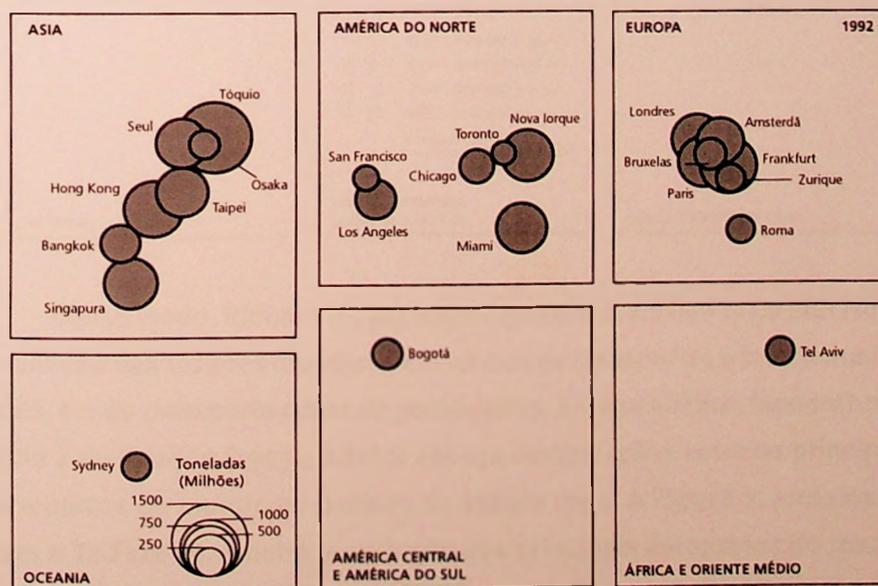


FIGURA 5

Os '25 Maiores' Aeroportos do Mundo em Termos de Tráfego de Cargas, 1992⁴⁹

Fonte: Rimmer, 1998:447 (a partir de dados do ICAO, 1993).

49

Os aeroportos de London-Heathrow e London-Gatwick, e Paris-Charles de Gaulle e Paris-Orly encontram-se computados juntos, respectivamente.

transportes em torno dos principais aeroportos localizados no mundo asiático, em detrimento aos europeus.

Embora reflitam, de certa forma, um padrão semelhante ao da hierarquia de cidades mundiais, podemos sugerir que a abordagem dos transportes engloba somente os aspectos relacionados à produção. Por isso, Rimmer (1998) considera importante uma *análise das redes informacionais*. As *telecomunicações* podem, desse modo, ser vistas como um dos elementos favorecedores do surgimento das cidades mundiais, permitindo novas formas de interação entre elas (Rimmer, 1998: 450). A Figura 6, adiante, ilustra as principais conexões em termos de *telecomunicações* (redes de telefonia); nela pode-se verificar a concentração em torno de áreas centrais do sistema econômico mundial. No entanto, a complexidade dos fatores envolvidos na quantificação desses sistemas parece ser bastante difícil. Torna-se mais complicada, então, a utilização das telecomunicações como elemento classificatório das *cidades mundiais*, uma vez que os dados disponíveis são mais escassos.

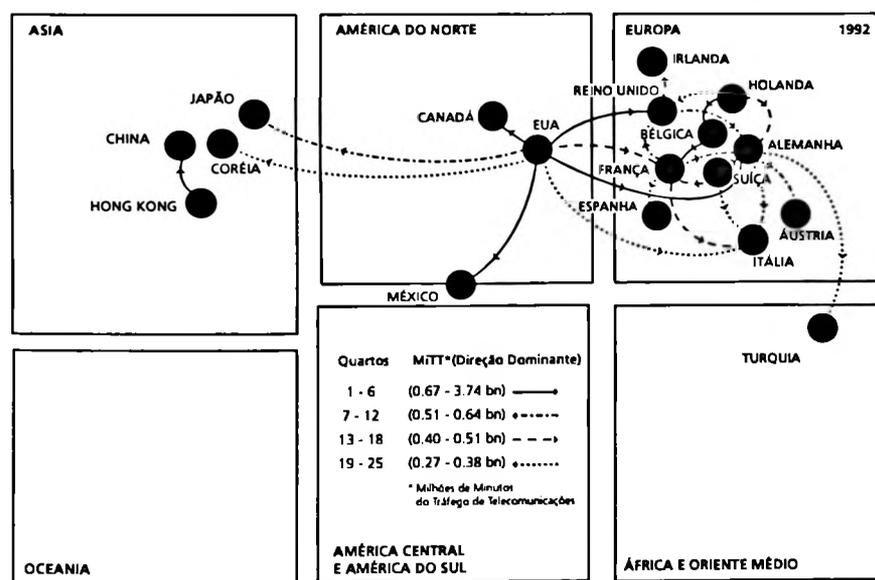


FIGURA 6

As '25 Maiores' Rotas Internacionais com o Maior Volume de Tráfego de Telecomunicações do Mundo

Fonte: Rimmer, 1998:452 (Baseado em dados de Staple, 1993).

Desse modo, Rimmer (1998) sugere que o mecanismo mais preciso na avaliação das cidades mundiais, em termos de transportes e telecomunicações, é o do *transporte aéreo de passageiros*. Em sua análise, bastante próxima à de Keeling (1995), o autor esboça comparações entre os principais aeroportos do mundo no período de 1984 a 1994. A Figura 7, juntamente com a Tabela 19, mostra a evolução dos principais aeroportos do mundo (em volumes de passageiros) ao longo da década estudada.

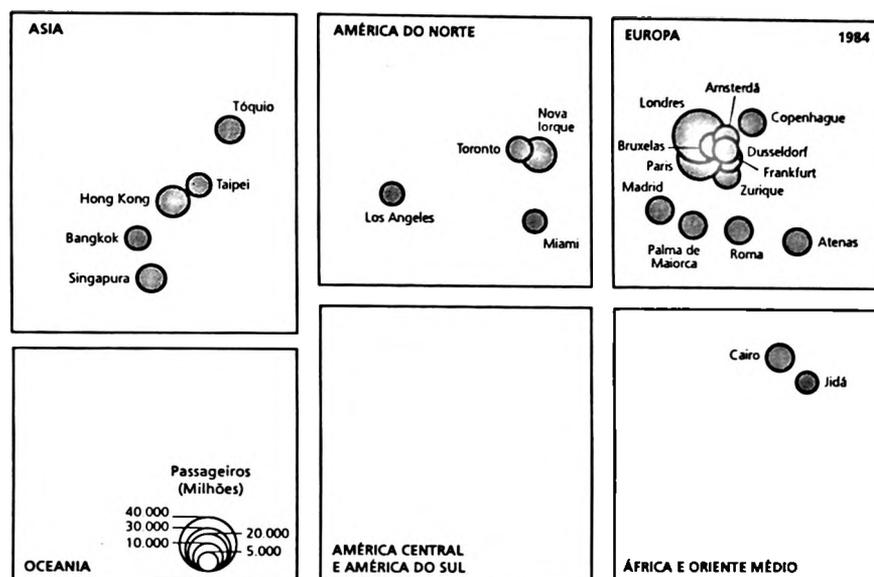


FIGURA 7

Os '25 Maiores' Aeroportos do Mundo em Termos de Tráfego Internacional de Passageiros, 1984

Fonte: Rimmer, 1998:455 (A partir de dados do ICAO, 1984).

Apesar dos dados indicarem o domínio de determinadas metrópoles, somente o estudo aprofundado entre os pares de aeroportos consegue esboçar, claramente, a importância real de certas cidades (Tabela 18). O trabalho aponta, entre os exemplos dominantes, as cidades de Londres e de Nova Iorque, com 9 pares cada. A seguir, aparecem Singapura e Hong Kong, com 5 pares, seguidos por Bangkok e Taipei, com 3 pares, e, finalmente, Los Angeles, Nova Iorque e Paris, cada uma delas com 2 pares. Dessa forma, Rimmer (1998) coloca que os pesquisadores têm exagerado na classificação das cidades mundiais. Para ele, apenas nove cidades são dignas de tal posição: Londres, Tóquio, Singapura, Hong Kong, Bangkok, Los Angeles, Paris, Nova Iorque, e Taipei. Uma série de outras cidades apresenta características potenciais, tais como: Kuala Lumpur, Manila, Seul, Toronto, Amsterdã, Bruxelas, Frankfurt e Zurique. Nenhuma delas situada, por conseguinte, na África, no Oriente Médio, nas Américas Central e do Sul, ou na Oceania. São Paulo e Sydney não se enquadrariam, assim, nessa categoria (Rimmer, 1998:462-6).

Embora haja divergência entre os dois autores quanto às posições inferiores da hierarquia das cidades mundiais (com a exclusão ou a inserção de algumas cidades), é possível concluir que, para ambos, *tanto os transportes quanto as telecomunicações constituem importantes elementos-chave na determinação da hierarquia das cidades mundiais*. Todavia, outros mecanismos de avaliação do status de cidade mundial fazem-se presentes, tais como: redes de informatização de multinacionais, redes financeiras, culturais e outras. E é no espaço urbano, contudo, que essas transformações se tornam mais visíveis, como demonstraremos na Segunda Parte.

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Londres – Paris	2.165	2.310	2.190	2.490	2.855	3.046	3.146	3.125	3.402
Londres – Nova Iorque	2.115	2.334	2.067	2.332	2.413	2.356	2.534	2.215	2.276
Kuala Lumpur – Singapura	1.316	1.365	1.241	1.316	1.505	1.636	1.866	2.034	2.109
Hong Kong – Tóquio	1.243	1.306	1.255	1.623	1.799	1.770	1.984	1.922	2.020
Amsterdã – Londres	1.115	1.187	1.291	1.608	1.724	1.637	1.661	1.607	1.775
Hong Kong – Taipei	1.114	1.170	1.228	1.403	1.737	2.056	1.815	2.075	2.223
Honolulu – Tóquio	1.001	1.054	1.067	1.282	1.591	1.903	2.063	1.902	2.131
Taipei – Tóquio	981	1.021	1.024	1.143	1.288	1.342	1.073	991	1.090
Bangkok – Hong Kong	953	947	1.063	1.339	1.629	1.906	1.680	1.715	1.649
Nova Iorque – Paris	892	893	786	1.030	1.137	1.163	1.235	1.237	1.217
Jakarta – Singapura	884	845	836	894	1.120	1.224	1.357	1.757	1.381
Frankfurt – Nova Iorque	852	751	670	901	909	854	958	881	NR
Dublin – Londres	846	906	1.113	1.377	1.427	1.719	1.917	1.725	1.721
Seul – Tóquio	837	943	1.018	1.131	1.519	1.890	1.965	1.319	2.023
Algiers – Paris	786	828	755	730	742	850	NR	NR	NR
Cairo – Jeddah	770	693	NR						
Nova Iorque – Roma	768	777	NR						
Frankfurt – Londres	761	868	865	1.053	1.103	1.146	1.330	1.143	1.222
Hong Kong – Singapura	746	802	818	885	911	NR	952	1.006	997
Nova Iorque – Toronto	720	826	940	1.068	1.131	988	964	880	NR
Bangkok – Singapura	685	757	778	949	1.073	1.162	1.156	1.058	981
Los Angeles – Tóquio	678	738	851	982	1.131	1.203	1.221	998	1.094
Miami – Nassau	668	668	686	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Chicago – Toronto	656	667	794	912	931	910	934	818	NR
Copenhague – Oslo	604	671	716	732	NR	NR	NR	NR	NR
Bruxelas – Londres	NR	NR	692	830	893	903	943	NR	1.015
Hong Kong – Manila	NR	NR	650	742	NR	956	NR	938	998
Londres – Zurique	NR	NR	NR	788	829	900	904	903	908
Londres – Miami	NR	NR	NR	NR	835	NR	NR	NR	NR
Auckland – Sydney	NR	NR	NR	NR	781	NR	NR	NR	NR
Singapura – Tóquio	NR	NR	NR	NR	NR	837	1.010	944	1.256
Guam – Tóquio	NR	NR	NR	NR	NR	819	862	NR	857
Bangkok – Tóquio	NR	NR	NR	NR	NR	NR	950	842	901
Londres - Los Angeles	NR	795	1.015						
Londres – Tóquio	NR	950							

TABELA 18

Os '25 Maiores'
Pares de Cidades em
Termos de Tráfego
de Passageiros em
Nível Internacional,
1984-1992
(000 passageiros)

Fonte: Rimmer, 1998.

6 CONCLUSÕES PRELIMINARES

“Retornei a Marósia anos depois; considerava-se que a profecia da sibila havia tempos se tornara uma realidade; o velho século está em seu ápice. A cidade certamente mudou, talvez para melhor. Mas as asas que vi são as de guarda-chuvas desconfiados sob os quais pesadas pálpebras se abaixam se olhadas; existem pessoas que acreditam poder voar, mas já fazem muito se levantam do solo abanando balandras de morcego. Ocorre também que, margeando os sólidos muros de Marósia, quando menos se espera se vislumbra uma cidade diferente, que desaparece um instante depois. Talvez toda a questão seja saber quais palavras pronunciar, quais gestos executar, e em que ordem e ritmo, ou então basta o olhar a resposta o aceno de alguém, basta que alguém faça alguma coisa pelo simples prazer de fazê-la. (...) O oráculo estava enganado? Não necessariamente. Eu o interpreto da seguinte maneira: Marósia consiste em duas cidades – a do rato e a da andorinha; ambas mudam com o tempo; mas não muda a relação entre elas: a segunda está para se libertar da primeira” (Calvino, 1991:140-1).

As **grandes cidades** sempre exerceram enorme fascínio para os estudiosos das diversas áreas sociais, através da história da humanidade. Mais recentemente, entretanto, a proliferação de pesquisas neste campo específico de atuação tem colaborado substancialmente para uma abertura teórica e empírica jamais ocorrida. Assim, da mesma maneira com que as cidades mundiais alteraram-se constantemente, nos mais variados rankings preestabelecidos, também as teorias têm sofrido releituras freqüentes. Desse modo, uma teoria que outrora se via adequada a um determinado sistema mundial, atualmente exerce pouca ou nenhuma influência sobre o cenário contemporâneo mundial.

Modernas tecnologias, fluxos acelerados de transportes, de pessoas, de capital, de informação e outros mais indicam que não é possível estabelecer uma ordem singular, seja ela econômica, social, política ou física, por um período duradouro. Salientamos aqui, portanto, que embora as principais teorias sobre as **cidades mundiais**, propostas por Hall (1966), Friedmann (1986), Sassen (1994), entre outros sintetizem a formação de um corpo teórico particular, não é viável rotular as cidades em torno de um único e fixo agrupamento. As cidades são dinâmicas e compreendem uma série de atores, não sendo ocupadas e utilizadas, por conseguinte, por um único ator (Marcuse & Kempen, 2000:265). Faz-se urgente, então, considerarmos a multiplicidade dos agentes envolvidos na eventual classificação de cidades em uma hierarquia mundial.



FOTO 3

Hong Kong: A Dinâmica da Cidade no Século XXI

Fonte: Banco de Dados da autora.

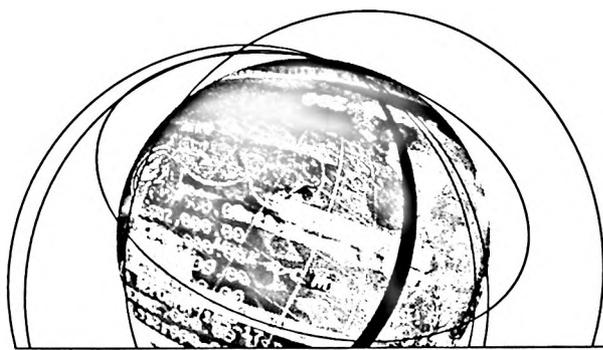
Assim sendo, as modernas pesquisas têm sugerido o estabelecimento da análise de inter-relações entre cidades em vez de abordagens exclusivistas. Por outro lado, apesar de tais estudos ressaltarem indicadores e dados mais precisos que os anteriores, eles carecem ainda de maiores elucidações e esclarecimentos, uma vez que nem todas as hipóteses foram devidamente testadas e quantificadas. Muitos desses levantamentos pecam, igualmente, quanto à quantificação e à análise de dados. Nesse sentido, podemos argumentar que se tratam de abordagens um tanto particulares.

A única forma de se avaliar, verdadeiramente, as transformações urbanas contemporâneas dá-se, conseqüentemente, pelo estabelecimento de modernos métodos analíticos e comparativos entre cidades. Todavia, a disponibilidade de mecanismos e órgãos capazes de efetuar tais estudos só recentemente começa a florescer nas principais cidades mundiais, tanto por iniciativa dos setores públicos quanto dos privados. Apesar desses esforços, os dados disponíveis para estudos constituem, ainda, alvo de crítica, pois ora são obsoletos ora não são dignos de comparação. Além disso, podemos sugerir que muitas das qualidades e defeitos inerentes às cidades não são fatores realmente comparáveis. Por sua vez, as comparações constantes entre as mais variadas cidades têm gerado uma crescente competição⁵⁰ entre elas, fato esse benéfico num certo sentido e prejudicial em outro. Desse modo, aquelas que se ajustam às novas características mundiais apresentam maiores chances de integração ao sistema capitalista mundial. As demais permanecem, por seu lado, automaticamente excluídas.

50

Sobre a questão da competitividade entre cidades, ver mais artigos em BROTCHIE, J. et al (eds.). *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Sydney, Australia: Longman, 1995.

Não existe, portanto, a nosso ver, uma maneira definitiva e única para se abordar a questão das cidades mundiais. Buscamos evidenciar, contudo, alguns conceitos e mecanismos capazes de esclarecer as possíveis evidências e os indicadores da transformação de uma cidade em mundial. Dentre eles, destacamos: *amplo setor de serviços e quaternário (incluindo finanças, setor bancário, publicidade e propaganda, direito internacional, sedes institucionais e governamentais, unidades de ensino, lazer e entretenimento, turismo e instituições culturais); eficientes sistemas de transportes e telecomunicações; novas organizações físico-sociais sobre o território; e outros mais*. Procuramos mostrar, com isso, os principais argumentos da farta literatura sobre o tema, a qual se encontra em constante evolução. Não pretendemos esgotar aqui a análise do tópico, uma vez que assumimos que *cada cidade corresponde a uma unidade dinâmica distinta*.



SEGUNDA PARTE

Os Exemplos Internacionais (1975-2002)

7 OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NO TERRITÓRIO SOB A ÉGIDE DA GLOBALIZAÇÃO

7.1 PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES URBANAS: NOVOS USOS E ALTERAÇÕES NO ESPAÇO EXISTENTE

“O processo-chave, da perspectiva da economia urbana, dá-se, contudo, com a crescente demanda por serviços pelas empresas e com o fato de que as cidades são os locais preferenciais para eles, seja em nível global, nacional ou regional. Como resultado, verifica-se nas cidades, a formação de uma nova economia urbana baseada nas finanças e nos serviços, vindo a substituir a ordem anterior tipicamente industrial” (Sassen, 1994:54).

Muitas transformações têm ocorrido nas cidades em relação aos seus aspectos funcionais. Tem-se notado o crescimento acelerado das atividades terciárias ou de serviços e das atividades quaternárias, em praticamente todas elas, muito embora a produção industrial (ou secundária) ainda seja fundamental na economia urbana das cidades (Sassen, 1994; Jones, 1990). De acordo com Jones (1990), as atividades terciárias têm sido muito importantes ao longo da história das atividades econômicas urbanas e, talvez, estejam se aproximando do seu pico, conforme nos mostra o Gráfico 3.

“A proporção de pessoas empregadas no setor terciário talvez esteja alcançando seu pico máximo, mas uma quarta categoria vem emergindo como algo bastante importante na sociedade contemporânea. Esse setor tem sido denominado ‘quaternário’ e lida, principalmente, com a transmissão e disseminação da informação” (Jones, 1990:92).

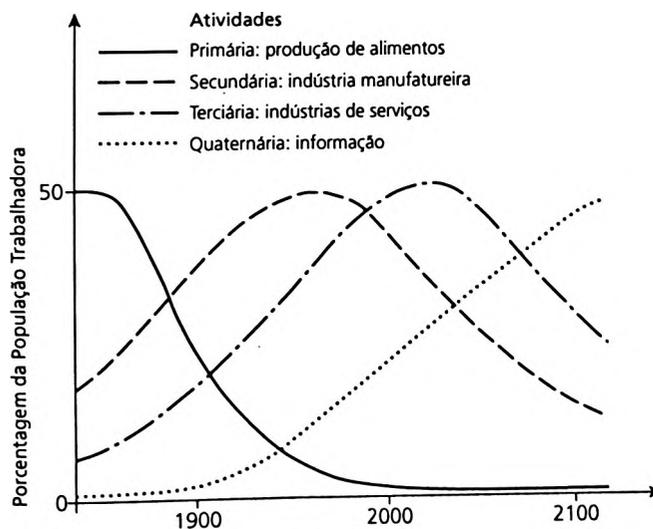


GRÁFICO 3

Mudança nas Atividades Econômicas por Setor Produtivo

Fonte: Jones, 1990:92
(baseado em Bayliss, p. 175).

Apesar de grande parcela dos serviços terem se dispersado ao longo do território, graças aos avanços tecnológicos e aos transportes, nota-se que tanto as *atividades terciárias* quanto as *quaternárias* têm-se concentrado espacialmente em específicos centros urbanos (Graham & Marvin, 1996; Sassen, 1994; Jones, 1990). Graham & Marvin (1996), estudiosos das relações entre a forma urbana e as telecomunicações, colocam, portanto, a existência de duas tendências distintas. A primeira estaria baseada na *dissolução da forma física*. A segunda, por sua vez, estaria fundamentada na *recentralização de certas atividades*, uma vez que as telecomunicações estariam sendo utilizadas para reforçar sua centralidade como controladores dos fluxos de informação (p. 312).

"(...) existem diferentes formas de visualizar as relações entre a forma urbana e as telecomunicações. Os utópicos e deterministas apontam para a dissolução das cidades, ao passo que os distópicos sugerem uma aproximação que examina o contexto no qual as telecomunicações são utilizadas na reformulação do controle exercido pelas cidades sobre redes de comunicação e o uso do espaço. Nesse contexto as telecomunicações apresentam efeitos complexos e contraditórios, facilitando, de um lado, a descentralização de alguns serviços e, de outro, reforçando o poder e o controle das cidades globais sobre as telecomunicações" (Graham & Marvin, 1996:324).

Essa recentralização ocorre, basicamente, em decorrência de vantagens competitivas que somente estes locais oferecem (Sassen, 1994; Keeling, 1995). Sassen (1994) sugere, dessa forma, que *"(...) um outro processo produtivo ocorre em relação aos serviços que se beneficiam da proximidade de outros serviços especializados. (...) A complexidade e a inovação freqüentemente requerem, portanto, múltiplos serviços especializados das mais diversas indústrias"* (Sassen, 1994:66).

"Transportes rápidos e telecomunicações tornaram, assim, a proximidade desnecessária para o exercício das atividades. Paradoxalmente, o que têm ocorrido, apesar de tais mudanças, é o reforço da centralização e da aglomeração, que têm sempre caracterizado as cidades" (Jones, 1990:94-95).

A **Figura 8**, apresentada por Graham & Marvin (1996), mostra as diversas etapas evolutivas da forma física das cidades sob influência das novas tecnologias. Em uma primeira fase, nota-se a concentração das várias atividades num mesmo espaço, a fim de possibilitar a formação de uma economia de aglomeração na qual mercado, trabalhadores e coordenação do sistema encontram-se intimamente relacionados. Posteriormente, com a intro-

dução de algumas novas tecnologias, observa-se a parcial descentralização de certas atividades produtivas industriais que se vêem facilitadas pelo avanço nas comunicações.

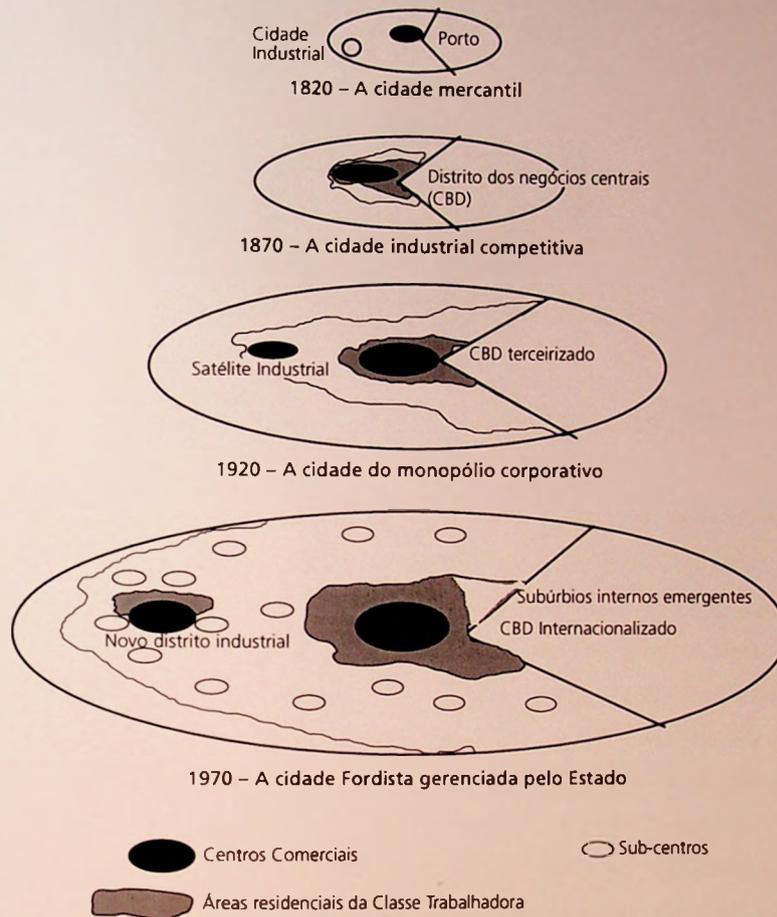


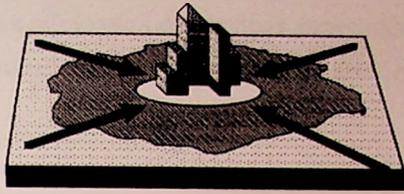
FIGURA 8

Evolução da Forma Urbana da Cidade Norte-Americana: 1820-1970

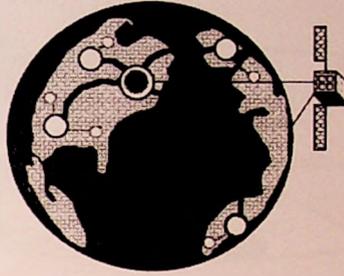
Fonte: Graham & Marvin, 1996:314 (baseado em Soja, 1989).

Já em uma segunda etapa, verifica-se a dispersão sobre o território de ambas as atividades, residenciais e de negócios, rumo aos subúrbios e regiões afastadas do centro. Com isso, têm-se, desde a década de 60, uma crescente separação das diversas atividades urbanas devido à introdução de modernas formas de transportes e comunicações. Finalmente, tais inovações têm possibilitado, mais recentemente, a compressão do tempo-espço, permitindo conectar dois pontos geograficamente distantes⁵¹. Assim sendo, conforme sugere Jones (1990), “(...) o que há de novo é a escala e o fato de que a tecnologia têm possibilitado um padrão de interação global outrora limitado aos pequenos grupos sociais e regiões” (p. 113) (Figura 9).

51
Ver igualmente CASTELLS, M.
A Sociedade em Rede. São
Paulo, Brasil: Editora Paz e
Terra, 1999.

**A cidade**

Função: superar *tempo* com *espaço*. Desenvolveu-se para facilitar as comunicações, minimizando os limites de espaço e superar os limites de tempo.

**As telecomunicações**

Função: superar *espaço* com *tempo*. Desenvolvidas para facilitar as comunicações, minimizando os limites do tempo e superar os limites de espaço.

FIGURA 9

Relações entre Cidades e as Telecomunicações como Forma de Superação dos Limites 'Tempo-Espaço'

Fonte: Graham & Marvin, 1996:115.

Dessa forma, podemos dizer que "(...) a nova cidade caracterizar-se-á pelo distanciamento das relações trabalho-moradia, pela dispersão industrial, pela redução nas comunicações interpessoais, no caso de algumas atividades (...) etc." (Graham & Marvin, 1996:322). Nesse sentido, muitos autores têm denominado esses novos centros urbanos de '*idades pós-industriais*' (Sassen, 1994; Jones, 1990; Brunn, 1983; outros). As '*idades pós-industriais*' podem ser entendidas, assim, como locais de produção das atividades econômicas de natureza não-industrial. Pode-se assumir, então, que as economias pós-industriais se caracterizam, predominantemente, pelo processamento, pela análise e pela disseminação da informação, e não pela simples produção industrial de bens como no período anterior (Brunn, 1983).

Outros autores sugerem a utilização do termo '*transacional*' para descrever as cidades cujas atividades predominantes são as *terciárias* e as *quaternárias*. Gottmann (1983), por exemplo, conceitua resumidamente a '*cidade transacional*'⁵² como sendo aquela em que os trabalhadores especializados substituem 'em peso' os trabalhadores industriais. Algumas das características das *idades transacionais* seriam, portanto:

1. Diminuição do tempo de trabalho e conseqüente aumento das atividades recreacionais. Em termos espaciais, essa mudança estrutural na atividade econômica propiciaria maior dispersão territorial no tecido urbano;

52

Ver GOTTMANN, J.
Since Megalopolis. London,
UK: The John Hopkins
University Press, 1990.

2. Aumento das atividades de serviços especializadas, tais como: hotéis de luxo, restaurantes e uma gama de atividades de entretenimento;
3. Acessibilidade à informação;
4. E, finalmente, concentração de todas as atividades anteriormente mencionadas em redor dos principais centros urbanos (Figura 10).



FIGURA 10:

A Metrópole Global Pós-Fordista, segundo Soja (1989)

Fonte: Graham & Marvin, 1996:334 (baseado em Soja, 1989).

Essa reestruturação econômica têm propiciado, assim, *uma nova organização espacial* das atividades sobre o território. Como sugerem Graham & Marvin (1996), “(...) claramente, a cidade vem se redefinindo e redesenhando em termos espaciais e eletrônicos. (...) As telecomunicações não apenas substituem ou modificam as relações com o espaço físico – elas redefinem a maneira como o espaço é utilizado, concebido e controlado. (...) A cidade torna-se muito mais fragmentada e segmentada com os novos usos do espaço físico e eletrônico” (p. 336). Algumas dessas transformações incluem a dispersão das atividades pelo território, a segregação de determinados bairros, a concentração física de atividades financeiras e a criação de áreas especialmente designadas ao lazer, ao consumo e ao entretenimento (Jones, 1990; Marcuse & Kempen, 2000; Preteceille, 1994; Sassen, 1994; Graham & Marvin, 1996).

Dessa forma, Marcuse & Kempen (2000) simplificam a questão, ao colocar que as principais *transformações urbanas* incluem de um lado a concentração urbana extrema da pobreza e, de outro, a presença de serviços avançados especializados, interconectados entre si em nível internacional⁵³. Tais transformações contribuem por gerar uma divisão social⁵⁴, a qual se reflete amplamente na estrutura física das cidades. Dizem esses auto-

53

O fenômeno da integração de cidades em torno de algumas atividades terciárias não é tão recente quanto parece indicar a literatura contemporânea. Jones (1990) sugere, por exemplo, que as *Feiras Internacionais* e os *Jogos Olímpicos* são alguns dos eventos que interconectam as cidades há mais de um século. Para uma listagem do número de convenções em nível internacional nas principais cidades, ver Daniels, 1993, p. 126.

54

Sobre a questão da 'divisão espacial', ver também CASTELLS, M. and Mollenkopf, J. *Dual City*. New York, USA: The Russel Foundation, 1991.

res: “O resultado é um padrão de separação das áreas residenciais, com a criação de cidadelas e enclaves protegidos, de um lado, e, de outro, a formação de ghettos⁵⁵” (Marcuse & Kempen, 2000:3-4). Preteceille (1994) argumenta, por sua vez, que:

“(...) a apropriação dos espaços centrais de qualidade pelas classes abastadas, seja para a localização das atividades superiores globalizadas ou para sua vida privada e consumo de luxo, é com certeza um dos aspectos espetaculares da transformação das cidades globais, com sinais físicos e estéticos como as operações imobiliárias de prestígio características do último período – Battery Park City em Nova Iorque, Canary Wharf em Londres, os novos prédios pós-modernos de Shinjuku em Tóquio. Simetricamente, a presença dos pobres, dos excluídos, dos sem abrigo, a concentração dos grupos marginalizados, desempregados e imigrantes, em certos locais, em conjuntos habitacionais ou em antigos bairros decadentes já é bastante evidente, reconhecida, estudada, bem como mostrada politicamente e pela mídia”.

Comumente, têm-se verificado ainda o crescimento de áreas suburbanas⁵⁶. Essas novas áreas gentrificadas têm surgido como espaços distintos, reservados à nova elite. Por outro lado, novos centros urbanos, com finalidades bancárias e financeiras, têm surgido em áreas reformuladas, concentrando atividades gerenciais e de produção de idéias (Sassen, 1994). Demais atividades vêm se dispersando, por sua vez, ao longo do território, como propõe Castells (1989). Nota-se, assim, nas cidades pós-industriais, a presença de densos centros urbanos conectados aos subúrbios afastados e às municipalidades adjacentes. Nos países desenvolvidos, por exemplo, têm-se a renovação de antigos centros urbanos, seguidos pela reconcentração das principais atividades econômicas na periferia urbana. Trata-se,

55

Os ghettos são áreas que separam involuntariamente ou que limitam racialmente, etnicamente ou religiosamente uma determinada população. Embora o termo venha sendo utilizado com maior frequência para designar áreas onde se concentram populações excluídas, é sabido por meio da literatura que a predominância desse fenômeno ocorre, sobretudo, nos Estados Unidos (Marcuse & Kempen, 2000).

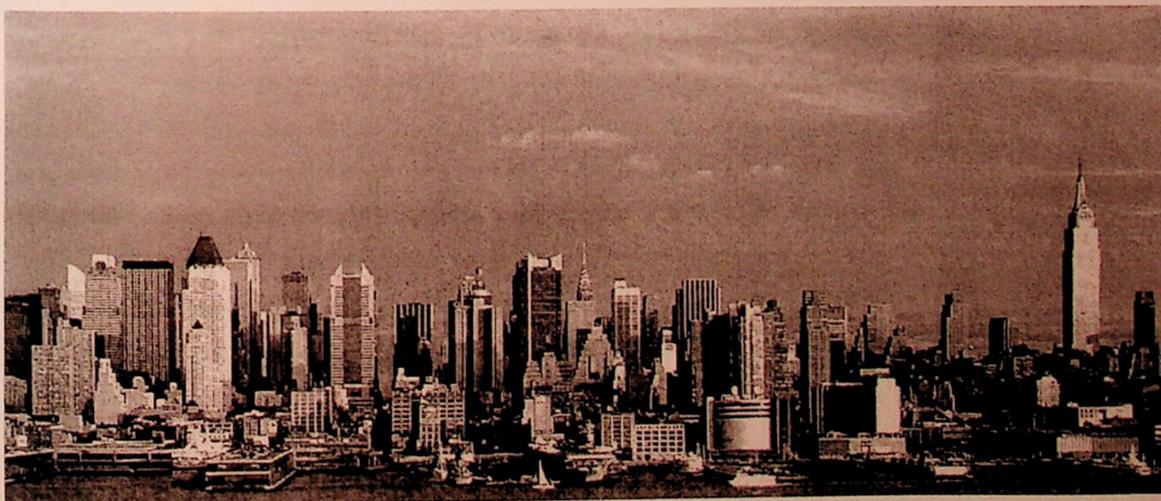
56

Segundo Marcuse & Kempen (2000), os subúrbios são áreas afastadas do centro que apresentam uma concentração de uma série de atividades complementares à atividade residencial. Entretanto, apesar da relativa independência em relação à uma gama de funções, esses autores argumentam que os subúrbios mantêm relações de subordinação para com as áreas mais centrais, por serem, estas últimas, as controladoras das atividades mais desenvolvidas nas cidades (p. 15).

FOTO 4

Vista Panorâmica do Centro Financeiro de Nova Iorque

Fonte: Banco de Dados da autora.



como descreve Sassen (1994), de um fenômeno distinto da suburbanização residencial, ou da metropolização, ocorrida anteriormente (p. 94-5).

Assim sendo, podemos identificar duas tendências espaciais distintas: *de um lado a concentração das atividades bancárias, financeiras, e outras afins, no centro das principais cidades e, de outro, a dispersão das demais atividades rumo aos subúrbios e periferias*. Exemplos de acentuada concentração variam desde o clássico centro financeiro de Manhattan, em Nova Iorque, até o centro expandido nas áreas metropolitanas, em redor de 'nós' de intensa atividade de negócios, como por exemplo, em Frankfurt, na Alemanha (Sassen, 1994:97). Outras atividades, tais como comércio de luxo, lazer e entretenimento, e turismo cultural e de negócios, apresentam-se aglutinadas nas regiões mais centrais das principais Cidades Mundiais.

"No centro de cada Região Metropolitana convive, lado a lado, com o centro financeiro um centro de compras de luxo, como por exemplo: o West End, em Londres, a Rue de Rivoli, em Paris, e a Quinta Avenida, em Nova Iorque. Entretanto, muitas das atividades comerciais têm se dispersado – como por exemplo, no caso dos shopping centers suburbanos e megastores situadas fora dos centros das cidades (...)" (Jones, 1990:95).

✱ Com relação à questão residencial e às demais atividades secundárias, têm-se constatado a dispersão de ambas e a conseqüente redistribuição destas nas áreas periféricas aos centros urbanos. Grande parcela dos habitantes de classe média e alta têm se deslocado das áreas centrais para as mais suburbanas, com contra-argumentos de que as cidades são congestionadas, poluídas, e violentas, com poucas opções de lazer e baixa qualidade de vida oferecida aos seus habitantes. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, muitas áreas comerciais e de lazer têm se implantado nas novas áreas residenciais. O que se verifica, neste caso, é um incremento de equipamentos de lazer, entretenimento e compras dispersos no território e situados, sobretudo, junto às novas residências. Alguns dos exemplos internacionais mais relevantes incluem: o complexo de La Défense, conjunto desenvolvido fora do centro de Paris e constituído por amplos espaços destinados a escritórios, exposições, comércio e habitação; as London Docklands⁵⁷, vasto espaço situado na antiga área portuária de Londres, cujo projeto tornou-se responsável por abrigar a crescente demanda por escritórios da 'City' londrina e, outros mais (Sassen, 1994).

57
Ver HALL, P. *Cities of Tomorrow*. London, UK: Blackwell, 1988, p. 342-360.

Os tecnopólos figuram, igualmente, como uma nova especialidade dentro da reestruturação da produção industrial sobre o território. Esses moder-

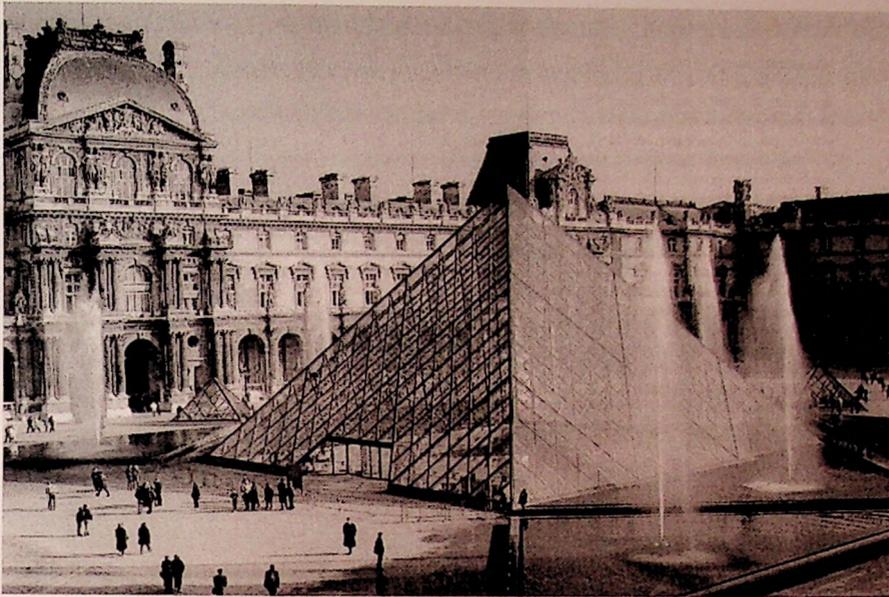


FOTO 5

Museu do Louvre, Paris

Fonte: Banco de Dados da autora.

nos pólos industriais e tecnológicos localizam-se em ambientes suburbanos, bastante próximos dos sítios acadêmicos e de pesquisa avançada. Exemplos incluem a região de Cambridge e Oxford, nos arredores de Londres, o Vale do Silício, na Califórnia, Boston e demais localidades da Costa Leste americana, entre outros (Castells & Hall, 1994). Nesse sentido, Graham & Marvin (1996) sugerem que os tecnopólos, conectados por meio das telecomunicações, representam a emergência de uma nova era urbana, ou seja, a era da cidade industrial inteligente e descentralizada, em contraste com a ampla e concentrada metrópole industrial (p. 159). Ascher (1995), ao abordar a sua *'metápolis'*, apresenta argumentos similares quanto ao papel das novas tecnologias na representação espacial das cidades.

A grande maioria dessas transformações urbanas está, então, inegavelmente relacionada à reestruturação de natureza econômica e tecnológica. Dessa forma, é possível concluir que *"(...) o capital estrangeiro têm influenciado, cada vez mais, no layout espacial e na aparência física interna das cidades"* (Marcuse & Kempen, 2000:6). Mas como apresentam Feagin & Smith (1987), as cidades mudam não apenas em função dos capitais globais e locais, mas também em decorrência de políticas governamentais de âmbito local e nacional (p. 17). Assim, as transformações físicas ocorrem parcialmente, também, em função das relações políticas internas.

Alguns autores discordam, no entanto, que esteja ocorrendo uma reordenação espacial em função das novas relações econômicas internacio-

nais. Acerca disso falam Marcuse & Kempen (2000): “Embora as tendências gerais produzam padrões sócio-espaciais previsíveis, os quais afetam algumas localidades, eles não são tão consistentes ou diferentes de modelos anteriores, a ponto de serem designados uma nova ordem espacial” (p. 4). Para esses autores, trata-se de um fenômeno mais abrangente, o qual se encontra intimamente relacionado a um processo histórico precedente.

“(…) A globalização não é automaticamente traduzida em padrões espaciais, mesmo no caso de uma crescente polarização social. A simbiose entre grupos pode ou não conduzir às áreas urbanas cujos arredores incluem populações com distintas etnias, habilidades, etc. convivendo num mesmo espaço” (Marcuse & Kempen, 2000:7).

Para Haila & Beauregard (2000), a cidade pós-moderna não veio substituir a cidade moderna. Esses autores argumentam que as novas forças urbanas, como, por exemplo, a globalização das atividades corporativas, representam diminuto ou nenhum impacto sobre a forma física das cidades, intensificando, simplesmente, a concentração das funções de negócios preexistentes em áreas centrais (p. 23). Segundo eles, as mudanças tecnológicas, a descentralização e a desconcentração de algumas atividades fazem parte, em suma, de um longo processo que têm afetado as economias capitalistas, o qual teve início no século XIX.

Os estudos de caso de áreas portuárias, apresentados por Haila & Beauregard (2000), ilustram bem esta questão. De acordo com os autores, as inovações e reurbanizações de portos não são estritamente decorrentes da adequação às mudanças econômicas mundiais. Muitos portos se tornaram obsoletos, ao longo dos anos, devido aos avanços nos transportes e à descentralização industrial, muito antes do advento da globalização, como no caso do San Francisco Fisherman’s Wharf, ocorrido em meados da década de 50. Diferentemente da renovação recente de muitos portos, tais como o da Cidade do Cabo, na África do Sul, os autores invocam que as forças operantes nas cidades contemporâneas não acontecem simultaneamente e tampouco apresentam impactos semelhantes em cidades e países distintos (Haila & Beauregard, 2000:27). A cidade contemporânea é, portanto, historicamente incompleta, permanecendo sob influência de processos de descentralização, aglomeração e dinâmica do mercado imobiliário, inerentes à cidade Fordista moderna (p. 35).

Assim sendo, segundo Marcuse & Kempen (2000), principais defensores dessa posição teórica, *não há uma nova ordem espacial nas cidades*, ou seja, não existe um único padrão de cidade global, mas, sim, algumas tendências, as quais repercutem na vida dos cidadãos (como, por exemplo, as crescentes divisões espaciais nas cidades e a conseqüente desigualdade entre regiões) (p. 271). Conforme esses autores, não é possível traçar um panorama único de cidade global, pois as cidades têm apresentado, constantemente, divisões funcionais, culturais e de status através da história. O que difere o momento atual é, por conseguinte, a maneira como essas relações sociais vêm se processando, segregando cada vez mais ricos de pobres. Ou seja, uma cidade não prospera ou declina, isso ocorre com grupos específicos nela inseridos (p. 265). Ou, ainda, como apresentam tais autores:

“Uma cidade não é global, algumas pessoas que realizam negócios nela é que o são. (...) Aqueles que efetuam negócios em escala global observarão impactos semelhantes nos espaços das cidades nas quais realizam tais negócios, onde quer que se encontrem” (Marcuse & Kempen, 2000:265).

Os diversos estudos levantados sugerem, portanto, que o futuro das metrópoles é bastante impreciso, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista físico. Com isso, cabe-nos, aqui, somente especular sobre algumas possíveis tendências que vêm sendo esboçadas.

7.2 RENOVAÇÃO URBANA NO FINAL DO SÉCULO XX E COMPETITIVIDADE ENTRE CIDADES

7.2.1 Renovação versus Reabilitação (ou Requalificação) Urbana

O conceito de remodelação de cidades, a partir de intervenções urbanísticas, caminha lado a lado com o processo civilizatório. Assim, desde a construção das antigas pirâmides egípcias, que sobrevalorizavam a vida pós-morte, até a organização dos edifícios clássicos greco-romanos, responsáveis pelo germe do urbanismo moderno, é possível dizer que a humanidade sempre buscou o aprimoramento da cidade existente. Em tempos recentes, a questão da *renovação/reabilitação (ou requalificação) urbana* têm sido, todavia, cada vez mais discutida devido à importância que as cidades vêm assumindo. Nesse sentido, apontaremos as distinções entre os termos acima mencionados, a fim de mostrarmos, mais adiante, as principais transformações urbanas contemporâneas com base em alguns exemplos internacionais.

Assim sendo, Maricato (2000) considera a *renovação urbana* como uma ação cirúrgica destinada a substituir edificações envelhecidas e desvalorizadas que apresentam problemas de manutenção por edifícios novos e maiores que, invariavelmente, são marcados por uma estética pós-moderna. Tal processo vem acompanhado, por sua vez, de uma mudança no uso do solo devido à instalação, na área central, de novos serviços ligados aos setores dinâmicos da economia: comunicação, publicidade, gerenciamento e informática, além de serviços de luxo nas sedes de grandes corporações. Também os pequenos negócios, de características tradicionais, desaparecem, para ceder lugar aos grandes empreendimentos comerciais tais como os shopping centers (p. 125). Já no caso da *reabilitação (ou requalificação) urbana* existe uma ação que preserva, o máximo possível, o ambiente construído existente, buscando a adequação de mínimas intervenções aos diferentes usos da população moradora (Maricato, 2000:126). Burns (1963) considera, por sua vez, que a *renovação urbana* pode ser entendida como um processo a partir do qual uma ampla área modifica as suas características a fim de atender as novas exigências de uma sociedade contemporânea, ao passo que a *reabilitação* corresponde a um processo de melhoria das condições insatisfatórias de edificações e áreas degradadas sem que para isso ocorram profundas alterações do ponto de vista urbanístico (p. 14).

Estas são, evidentemente, definições simplificadas. Mas a análise mais detalhada da literatura apresenta várias similaridades com as anteriormente apresentadas. Os dois termos vêm sendo utilizados, porém, com larga frequência, havendo uma confusão terminológica no emprego destes (Maricato, 2000: 126). É preciso atentar, dessa forma, para as diferentes implicações dos termos utilizados ao analisarmos as principais transformações urbanas e a sua evolução histórico-política.

7.2.2 O Início da Transformação Urbana Contemporânea

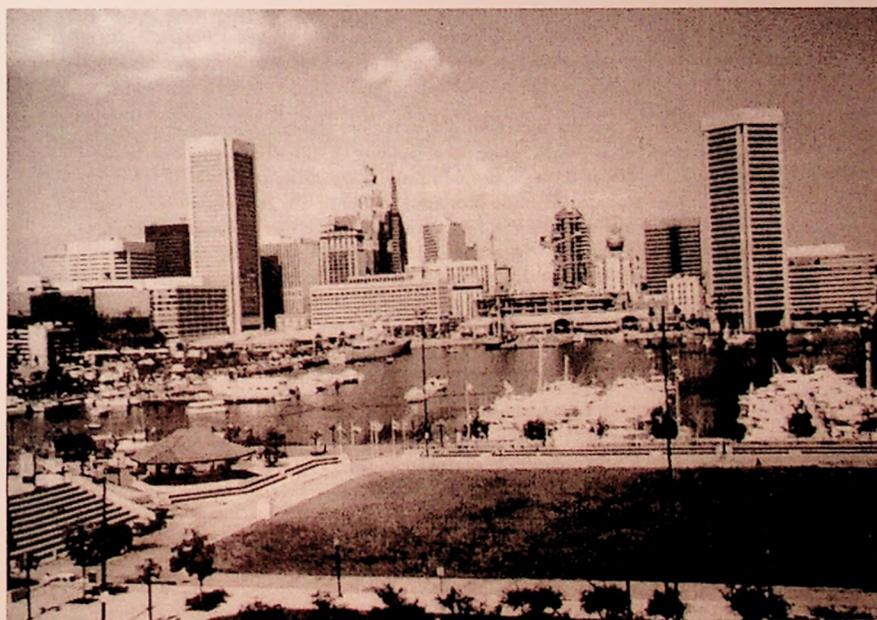
As principais intervenções urbanísticas, decorrentes de um novo paradigma técnico-científico, tiveram suas origens nos Países Desenvolvidos. Na Inglaterra, por exemplo, a principal questão urbana, desde os anos 70, deixaria de ser o controle explosivo do crescimento físico, passando a centrar-se na reestruturação da economia urbana⁵⁸. O principal problema detectado pelos Community Development Projects (CDP)⁵⁹ em locais como Saltley (Birmingham) e Benwell (Newcastle-upon-Tyne) era, portanto, estrutural. Nos Estados Unidos, o aumento da competição internacional implicaria,

58 Somente na Inglaterra, entre 1971 e 1981, houve dois milhões de perdas de empregos no setor manufatureiro afetando importantes centros urbanos, tais como Londres e Birmingham (Hall, 1988).

59 Ver HALL, P. *Cities of Tomorrow*. London, UK: Blackwell, 1988.

igualmente, em profundas mudanças nos centros urbanos mais tradicionais, sobretudo das regiões industriais de New England, do meio Atlântico e do meio Oeste (Hall, 1988). A criação de mecanismos de planejamento eficazes, capazes de promover o redirecionamento do papel econômico desempenhado pelos importantes centros urbanos, tornava-se, pois, iminente.

Surgiria na América, por conseguinte, um modelo de requalificação urbana baseado na incorporação de um novo setor de serviços nas áreas centrais das cidades. O *waterfront* de Boston e a área portuária de Baltimore transformar-se-iam em dois celebrados empreendimentos, que envolviam a renovação de docas, a construção de shoppings, bares, restaurantes e hotéis, a restauração de antigas áreas residenciais, bem como o estabelecimento de torres de escritórios e afins. Ambas as cidades, que desde a década de 50 sofreriam intenso declínio econômico em decorrência da desconcentração industrial, tornar-se-iam fonte de inspiração para a retomada da problemática urbana (Foto 6).

**FOTO 6****Renovação Urbana
do Waterfront de
Baltimore, EUA**

Fonte: Hall, 1988.

Cerca de uma década a seguir, o estudo de novas potencialidades urbanas seria retomado, novamente, com o exemplo das London Docklands, área portuária localizada à leste de Londres com cerca de 8,5 M² de extensão. A demanda por áreas de escritórios na City (coração financeiro desta metrópole), aliada aos investimentos de capital especulativo, propiciariam uma das maiores e mais contraditórias intervenções urbanísticas observa-

das até então. Tanto os exemplos americanos quanto os ingleses constituem-se em sugestivos referenciais internacionais. As maciças requalificações urbanas que se sucederiam mundo afora, ao longo das décadas posteriores, seriam responsáveis, contudo, pelo debate referente ao papel desempenhado pelas cidades na economia mundial, bem como das possibilidades de reestruturação de natureza físico-econômica como elemento propulsor no incremento da competitividade entre elas.

7.2.3 O Caso Europeu: a Hierarquização Excludente

A integração europeia, com a queda de barreiras econômicas, estimulou um elevado grau de monopólio e hierarquização entre as principais cidades do continente. Cerca de 50 por cento das 300 maiores empresas europeias encontram-se sediadas em Londres (28%) e Paris (22%) (Cheshire & Gordon, 1995). Essa tendência tem se acentuado, nas últimas duas décadas, com o aumento do distanciamento entre as regiões economicamente mais favorecidas e as regiões menos favorecidas (Figura 11). Em decorrência desse fato, tem emergido, por parte das cidades, a adoção de estratégias

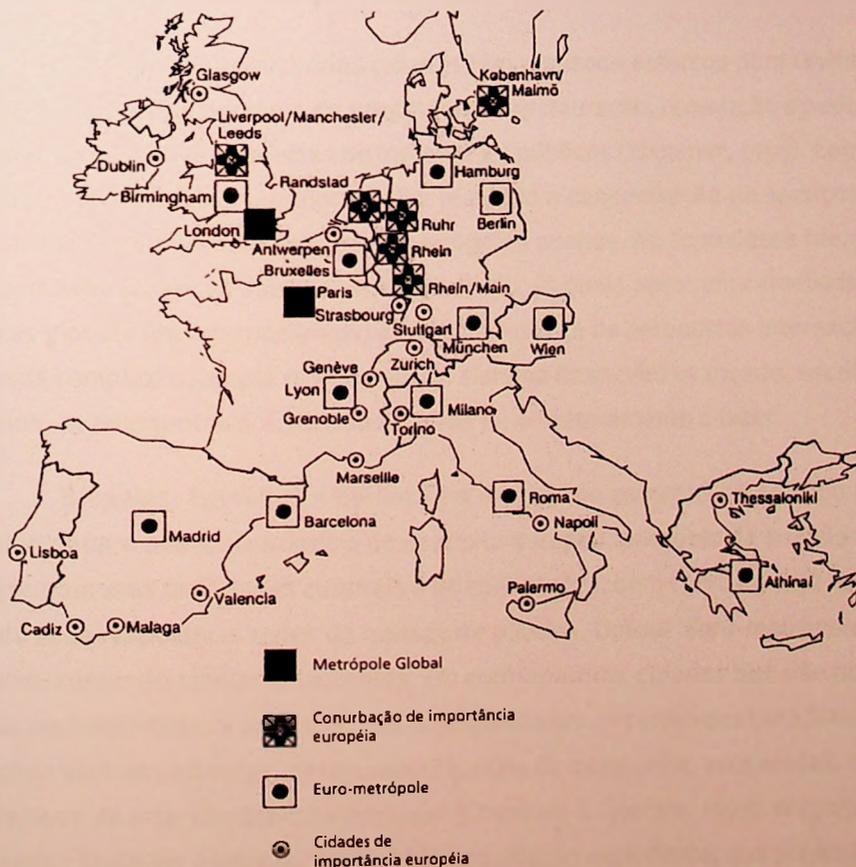


FIGURA 11

Hierarquização das Cidades Europeias

Fonte: Wegener, 1995
(In: Brotchie et al. (eds.), 1995).

que visam a prosperidade dentro de um cenário altamente competitivo. Isso porque as novas atividades econômicas, baseadas numa ampla gama de atividades que variam desde as finanças à pesquisa científica, demandam um espaço urbano mais especializado do que o seu predecessor industrial. Na economia dos serviços especializados, as necessidades de mão-de-obra qualificada, acesso imediato à informação e qualidade de vida, tornam-se fundamentais, sendo somente encontradas em ambientes bem estruturados (Cheshire & Gordon, 1995; Sassen, 1994).

Neste sentido, desde 1986, após bem sucedidas políticas locais de reestruturação iniciadas em Bolonha, Lyon e Glasgow, é cada vez mais crescente o número de cidades européias que tem se engajado em similares empreitadas. Roterdã, Birmingham e Barcelona encontram-se amplamente envolvidas com o tema. Paris vem buscando auto promover-se como capital européia. Londres e Edimburgo lançaram, por sua vez, as bases de projetos que visam o reconhecimento de potencialidades e incorporação de vantagens competitivas. Finalmente, Estocolmo propôs, recentemente, plano estratégico que busca o desenvolvimento da região de Estocolmo-Malär (Cheshire & Gordon, 1995).

Por toda a Europa, várias cidades têm realizado esforços para revitalizar seus centros por meio de programas de restauração, renovação e pedestrianismo, e novos sistemas de transportes públicos (Wegener, 1995). Entretanto, as principais tendências têm realçado a concentração de serviços e atividades em torno de algumas metrópoles apenas. No topo dessa hierarquia urbana, encontram-se Londres e Paris, as quais possuem características globais (ou internacionais) graças a presença de aeroportos internacionais complexos, ampla rede hoteleira, sistema financeiro avançado, escritórios, apartamentos sofisticados e áreas de entretenimento e lazer.

Bruxelas, Frankfurt e Berlim vêm realizando esforços no sentido de aumentar o seu status dentro do contexto europeu, por meio da criação de glamorosas facilidades culturais e de convenções, bem como da expansão de suas respectivas redes de transporte público. Outras '*Euro-metrópoles*' vêm seguindo similares vertentes. Em contrapartida, cidades que não possuem habilidades e recursos para acompanharem as profundas transformações socioeconômicas, permanecerão, mais do que nunca, esquecidas, em termos de intercâmbio internacional (Cheshire & Gordon, 1995; Wegener, 1995). Trata-se, portanto, de uma hierarquização excludente, que privilegia

certas áreas metropolitanas em detrimento de outras, tanto na Europa quanto em outras partes do mundo. Analisaremos, a seguir, alguns exemplos internacionais relevantes. Não descartamos, com isso, a importância desempenhada por outras cidades no funcionamento deste complexo sistema.

8 ALGUNS EXEMPLOS INTERNACIONAIS

8.1 NOVA IORQUE

8.1.1 A Reconstrução da Times Square: o Centro da Indústria do Entretenimento Mundial

O surgimento da Times Square está associado à renomeação, em 1904, da antiga Longacre Square, situada num triângulo entre a Broadway, Rua 42 e a 7ª Avenida de Nova Iorque. Essa área tem se destacado, desde então, como centro da indústria cultural mundial, seja pela instalação de uma série de teatros, seja pelas diferentes formas de lazer aí identificadas. Internacionalmente reconhecida como um dos mais freqüentados locais turísticos, a Times Square experimentou, no entanto, um intenso processo de degradação urbana devido ao crescimento da criminalidade, da violência e da indústria do sexo, sobretudo ao longo dos anos 60 e 70 (Foto 7).



FOTO 7

Vista de Times Square

Fonte: Banco de Dados da autora.

Em 1984, a cidade apresentou o *42nd Street Development Project*, uma subsidiária do *New York State Urban Development Corporation* (UDC), que tinha como intuito principal expulsar o crime e a deterioração da área. O projeto, que abrangia 13 acres entre a Rua 42 e as 7^a e 8^a Avenidas, era composto por quatro arranha-céus, pela revitalização de vários teatros existentes, pela construção de um novo hotel e um shopping mall na 8^a Avenida. O desenho apresentado para as torres de edifícios, concebidos por Philip Johnson e John Burgee, geraram inúmeras críticas, motivo suficiente para que tal plano fosse rejeitado por alguns anos. Recentemente, porém, a região vem atravessando uma fase de revitalização, sobretudo a partir do projeto sugerido pela *42nd Street Now!*, que conta com a participação de uma série de consultores, dentre eles, Robert A. M. Stern. O novo plano está centrado na criação de um mix variado de comércio varejista, alimentação, atrações turísticas e entretenimento, que levam em consideração a justaposição entre o antigo e o novo como forma de intensificar a memória coletiva da Times Square.

A contribuição da Walt Disney Inc. foi, igualmente, de fundamental valia. Ela anunciou, em 1994, que iria reabrir o teatro New Amsterdã, tendo investido cerca de US\$ 8 milhões. Um novo zoneamento, postulado em 1996, previa a remoção de negócios relacionados à indústria do sexo, dando continuidade à esta renovação urbana. O novo hotel, objeto de concurso em 1995 e projetado pelo grupo Architectonica, teve a sua aprovação finalmente obtida. Seguiram-se novas empreitadas que envolveram o interesse de vários grupos privados de entretenimento, tais como: a Virgin Records, a japonesa Sony e o Museu de origem inglesa, Madame Tussaud's. Em partes o sucesso na atração de novos negócios vem sendo atribuída à criação do *Times Square Business Improvement District* (BID), estabelecido pelos comerciantes e líderes comunitários da área, em 1992. O BID disponibiliza de seus próprios agentes sanitários e seguranças, tendo recebido do *Times Square Public Purpose Fund*, a soma de US\$ 1,5 milhões para a melhoria da iluminação pública.

Assim sendo, da mesma forma que o Luna Park⁶⁰ modificou a cara de Times Square, no início do século XX, a Disney e outros investidores privados vêm contribuindo por gerar um moderno espaço de entretenimento e lazer que atrai cerca de 20 milhões de turistas por ano. Nesse mesmo local, o consumo corre em paralelo à diversão, sendo extremamente complicado o estabelecimento de limites entre um e outro. Muitos críticos reclamam, contudo, que os esforços movidos na reconstrução de Times Square estão

60

Este foi um dos primeiros grandes empreendimentos realizados na Times Square de Nova Iorque.

centrados na preservação de ilusões ou de outras questões emblemáticas. Pode até ser que isso realmente tenha ocorrido, mas é fundamental ressaltar que esta renovação está diretamente relacionada aos diversos aspectos econômicos subjacentes. Logo, quando pensamos nesse local, em tempos atuais, temos que imaginá-lo como um exemplo de transformação urbana inserido numa nova economia. Quanto ao produto final, pairam dúvidas sobre a exclusão social dos grupos menos favorecidos em prol do capital financeiro.

8. 2 LONDRES

8.2.1 Evolução histórica das docas de Londres

A importância das docas de Londres remonta aos tempos áureos do mercantilismo dominado pelo Império Britânico. A economia local, que se estendia numa faixa de aproximadamente sete milhas, a partir da London Bridge, baseava-se em atividades relacionadas ao transporte e à estocagem de mercadorias, bem como ao processamento de matérias importadas e indústrias afins. A partir da década de 60, com o declínio das formas de estocagem tradicionais⁶¹, e o deslocamento para outros portos afastados, as docas londrinas atravessariam contínuo processo de abandono e degradação (Ambrose, 1994; Hatton, 1990). Hatton (1990) descreve que, entre as décadas de 70 e 80, praticamente todo o sistema das docas havia se desmantelado. Cerca de 55.000 trabalhadores viram-se desempregados, deixando para trás uma imensa área urbana cuja principal atividade econômica havia ruído (p. 55).

Em fins da década de 60, o Greater London Council (GLC) abordaria a área em seu plano estratégico, como uma área potencial para reduzir as pressões emergentes sobre o *'Green Belt'*, ou cinturão verde em redor da metrópole, que se encontrava severamente ameaçado pela expansão urbana. Os prognósticos indicavam fortes tendências para o desenvolvimento na região das docas de usos industriais e comerciais. Todavia, a subida ao poder do Partido Trabalhista qualificaria a área como um local ideal para a promoção de habitação popular em massa. Em meados da década de 70, iniciativas dos *'boroughs'* (ou *regiões distritais*) envolvidos produziram o *London Docklands Strategic Plan* (1976) que compreendia, dentre outras medidas, um plano de desenvolvimento para a região num período de 20 anos.

61
Ver Ambrose, 1994. O autor se refere ao fenômeno de *'containerização'* em que os containers, de fácil manejo e transporte, substituem a necessidade de grandes áreas de armazenagem e estocagem.

A diminuta atuação do setor público, pressionado pela redução dos gastos públicos e a crescente participação da iniciativa privada em projetos de remodelação, tais como em St. Katherine's⁶², redirecionariam o enfoque sobre a problemática das docas. Com a eleição do Partido Conservador, em 1979, estabelecer-se-iam novas diretrizes, dentre elas, a criação das '*Urban Development Corporations*' e as chamadas '*Enterprise Zones*', ou Zonas de Investimento. As primeiras constituíam-se por entidades especialmente criadas pelo poder central que visavam a aceleração do processo de planejamento e o desenvolvimento urbano. Em verdade, como sugerem muitos autores (Ambrose, 1994; Hatton, 1990), as *Urban Development Corporations* eram mecanismos capazes de reduzir a burocracia existente entre as diferentes esferas de planejamento urbano. Já as '*Enterprise Zones*' eram zonas passíveis de intervenção pela iniciativa privada a partir de reduzidos enclaves legais e financeiros (Foto 8).

62

As intervenções urbanísticas em St. Katherine's Docks constituem um dos primeiros exemplos de participação da iniciativa privada na remodelação das docas de Londres. Os investidores privados habilmente transformaram antigos depósitos em escritórios e hotel, associados à outros empreendimentos tais como: lojas, bares e restaurantes, apartamentos e marinas, com o objetivo de atender um mercado específico de consumidores.



FOTO 8

Requalificação Urbana na Área das Docas de Londres com Vista dos Antigos Armazéns ao fundo

Fonte: Banco de Dados da autora.

A participação da *London Docklands Development Corporation* (LDDC), na reestruturação urbana da região das docas, seria decisiva para o surgimento de novas posturas de planejamento e desenvolvimento urbano. Seu

sucesso consistiria na aquisição de terras, na provisão de infra-estrutura urbana (especialmente vias, drenagens e outros serviços) e na 'alavancagem' desse investimento para o setor privado, o qual se encarregaria da construção e venda das propriedades (Ambrose, 1994; Hatton, 1990). De todos os projetos executados o mais grandioso e polêmico foi, indubitavelmente, o esquema de Canary Wharf.

8.2.2 Intervenções Urbanas nas London Docklands: Canary Wharf

Olympia e York, uma das maiores incorporações imobiliárias mundiais, construiu o complexo de Canary Wharf, situado junto a área das antigas West India Docks. O projeto inclui mais de 12 milhões de pés quadrados de espaços para escritórios e comércio, grande parte concentrada numa torre de 800 pés que domina a paisagem de Londres. O custo total do investimento foi estimado entre 4 e 8 bilhões de libras esterlinas. Entretanto, considerando que praticamente 80 por cento do empreendimento se encontra localizado na Enterprise Zone da Isle of Dogs, os atrativos em termos de isenção de impostos foram substanciais (Ambrose, 1994).

Um das principais finalidades do empreendimento consistia na expansão do setor financeiro da City de Londres, rumo à leste, por meio da construção maciça de escritórios e de eficientes redes de transporte que interligam o novo distrito financeiro com o centro da cidade⁶³. Desde a sua implementação, todavia, o complexo de Canary Wharf tem apresentado repercussões desfavoráveis, tanto no que diz respeito à sua ocupação quanto à

63

Alguns autores argumentam que a expansão da City de Londres, embasada pela construção de Canary Wharf, extrapolava ideários de requalificação urbana nas áreas das docas londrinas. Sudjic, citado em Hatton, p.59, coloca que a construção de uma Enterprise Zone, adjacente ao centro financeiro de Londres representava um desejo implícito do mercado em autopromover e competir mundialmente com outros centros financeiros globais, como por exemplo, Tóquio, Frankfurt e Nova Iorque.



FOTO 9

Vista geral da Isle of Dogs com o Canary Wharf Tower ao fundo

Fonte: Banco de Dados da Autora.

função a que se propõe. Igualmente, a crise financeira dos anos 80 impediu que boa parte das construções projetadas fossem finalizadas e que a ocupação definitiva se procedesse como estimado.

Assim, uma parcela do capital imobiliário construído encontra-se desocupada, gerando prejuízos incomensuráveis, tanto aos seus investidores diretos quanto ao poder público. Muitos autores argumentam que o fracasso do empreendimento encontra-se relacionado a uma super estimativa de espaços para escritórios em Londres. Outro argumento consta da ineficácia do transporte público, que apesar de previsto no *'Master Plan'*, ou Plano Geral, encontra-se em vias de concretização (Foto 9). Apesar das críticas, as London Docklands têm se destacado no cenário internacional como um exemplo de reaproveitamento do espaço preexistente, embora a população local, constituída essencialmente por trabalhadores (estivadores e artesãos), tenha sido deslocada em favorecimento de novos moradores: os *'yuppies'*⁶⁴.

64

Os *'yuppies'* configuram uma nova classe social de jovens empresários e trabalhadores do mercado financeiro que obtiveram enriquecimento farto ao longo dos anos 80 e meados dos anos 90.

8.3 PARIS

8.3.1 A Arquitetura da Cidade Luz

A arquitetura e o urbanismo francês sempre foram dignos dos mais sublimes adjetivos, além de se consagrarem como objeto revolucionário do debate modernista engendrado por Le Corbusier e outros. Porém, no final dos anos 70, o eixo discursivo, centrado nas questões que envolviam a habitação social, viu seu enfoque deslocar-se para a renovação urbana dos grandes centros franceses. O Centro Pompidou (1974), projetado pelos arquitetos estrangeiros Renzo Piano e Richard Rogers, marcou um novo direcionamento da construção civil por ter incorporado sofisticados materiais e uma linguagem inovadora. Esse projeto deu origem, por sua vez, às renomadas propostas urbanísticas denominadas de *'Projetos Presidenciais'*. Tratam-se de diversas obras de caráter público, realizadas em Paris, na gestão do presidente François Mitterand. Os principais edifícios são: o Grande Arco de La Défense, o Museu do Louvre, o Museu d'Orsay (ambos readaptados), o Instituto do Mundo Árabe, a Ópera da Bastilha, o Ministério das Finanças, o Centro de Ciência e Indústria de La Villette (com seu parque e centro musical) e a Grande Biblioteca (Foto 10).

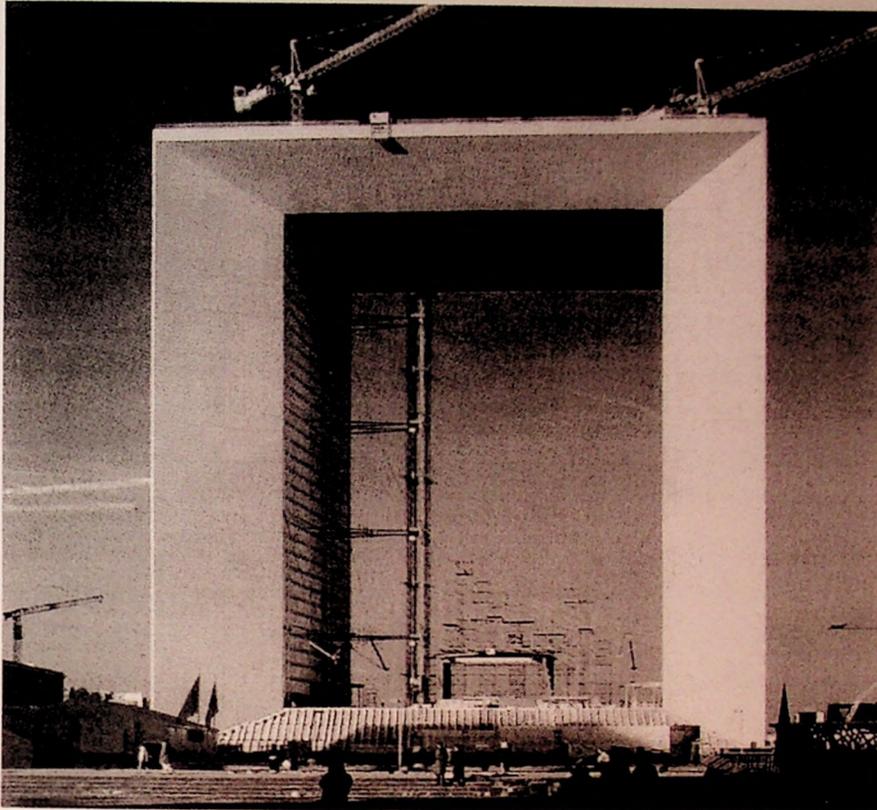


FOTO 10:

Arco de La Défense

Fonte: Lesnikowski,

Embora não componham um conjunto único, como no caso das docas londrinas, tais obras apresentam uma formidável relevância, na medida que buscam estabelecer uma *nova base cultural e de integração social na cidade* (Lesnikowski, 1990). Algumas delas são, também, profundamente emblemáticas, apontando novos rumos para a arquitetura e o urbanismo contemporâneos. Longe de discutir o significado estético de cada uma, destacamos a renovação do Museu do Louvre, com a construção de uma nova entrada principal, novas galerias e demais facilidades, a partir de uma polêmica e estigmatizada pirâmide de vidro e aço, atribuída ao arquiteto sino-americano I.M. Pei. O conjunto demonstra, apesar de todas as ressalvas, uma certa coerência na fusão entre as linguagens clássica e pós-moderna. O mesmo pode ser dito acerca do Museu d'Orsay, antiga estação ferroviária que abriga um destacado acervo de arte impressionista. A ousadia maior pertence, no entanto, ao novo Arco de La Défense (1983) de autoria de Johan Otto von Spreckelsen. Situado na região de homônima, este veio delinear a paisagem parisiense, abrindo as portas para o pleno desenvolvimento de um importante pólo cultural e de negócios da cidade. Também o Instituto do Mundo Árabe preconiza grandes avanços tecnológicos. Nesse caso, as relações entre interior e exterior se processam a partir de fotosensores que

administram a luz natural. Por último, a construção da Grande Biblioteca Nacional viria coroar essa fantástica série de projetos monumentais que alterariam para sempre a paisagem local.

8.3.2 La Villette

Em termos de intervenção urbana significativa, porém, o Parque de La Villette representa o melhor exemplar. Iniciado em 1979, pelo Presidente Giscard d'Estaing, com a readaptação de um edifício em Museu da Ciência e da Indústria, o plano urbanístico do Parque de La Villette (1982) somente teve continuidade durante o mandato do Presidente François Mitterrand. A revitalização, desta antiga área ao norte de Paris, incluiu a execução do Centro de Música, de Christian Portzamparc, cuja solução evoca uma arquitetura em movimento. O parque, de autoria de Bernard Tschumi, engloba uma série de espaços flexíveis e adaptáveis às atividades culturais e representa um dos melhores exemplos urbanísticos do gênero. Apesar de não ter sido totalmente completado, ele estabelece uma nova e interessante relação com os usuários, na medida que conjuga, por meio de coberturas sinoidais e vegetação paisagisticamente ordenada, diferentes percursos e usos (Chaslin, 1999).

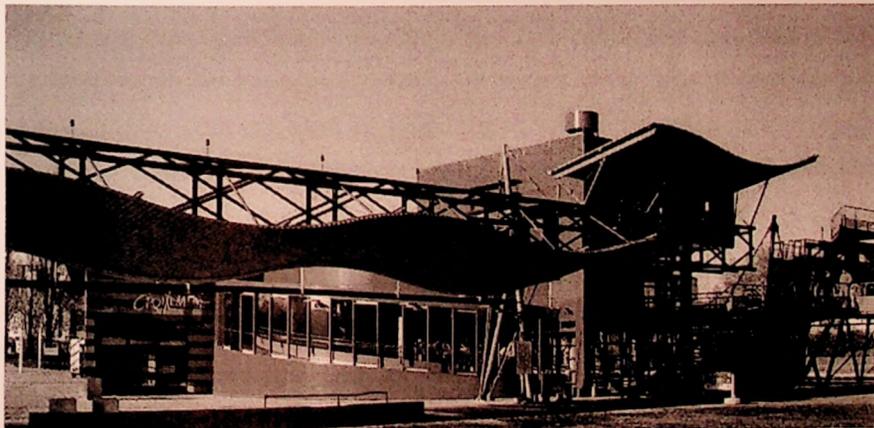


FOTO 11

Vista de La Villette

Fonte: Gössel, P.; Leuthäuser, G., 1996.

8.4 OUTRAS CIDADES: BARCELONA, BERLIM, MANCHESTER, HONG KONG, BUENOS AIRES, SÃO PAULO

8.4.1 Requalificação Urbana em Barcelona: o Exemplo da Vila Olímpica

A política de reabilitação urbana da paisagem de Barcelona iniciou-se muito antes da escolha da cidade para sede dos Jogos Olímpicos de 1992. Os movimentos reivindicatórios dos anos 70, em prol da melhoria da qua-

lidade urbana, seriam responsáveis pela concretização das primeiras intervenções urbanas de caráter pontual, logo no início dos anos 80. Desde o princípio, a gestão urbana, apoiada na forte participação comunitária, concentrar-se-ia na implementação de intervenções de médio e longo prazo que buscavam atender às problemáticas específicas de cada bairro por meio de Planos Especiais de Reforma Interior (PERI)⁶⁵ (Zapatel, 1998). A partir de tais intervenções, cujo caráter fora primordialmente de emergência, estender-se-ia um processo gradativo de posterior atuação em escala urbana. De fundamental relevância para a concretização do processo teria sido, igualmente, a participação do arquiteto Oriol Bohigas, diretor de projetos urbanos da Prefeitura de Barcelona entre 1980 e 1986.

As primeiras propostas lidavam, então, com a construção de espaços públicos e equipamentos intra-bairros. A maioria situa-se em áreas de caráter público ou em processo de degradação (como obsoletas instalações industriais), permitindo uma eficaz atuação sobre os vazios urbanos de modo a reintegrá-los às suas respectivas áreas adjacentes. Algumas das realizações incluem: Plaza de los Paisos Catalans (1981/ 1983); Parque de La España Industrial (1984/ 1985); Plaza de General Moragues (1986/ 1988); Parque del Clot (1984/ 1987) (Barril & Roca, 1992). Entretanto, nem todos os vazios urbanos e espaços residuais reuniam condições para sua pronta transformação em espaços públicos. Em muitos casos, as intervenções tiveram que lidar com terrenos de difícil topografia e/ ou áreas de densidade elevada. Todavia, suas realizações implicaram em melhorias significativas para as comunidades menos favorecidas. O Parque Creuta del Coll (1985/ 1988) e o jardim da Torre de Aigües representam alguns exemplos desse último tipo.

A partir das intervenções num âmbito intermediário, tornou-se possível a viabilização de propostas mais amplas. A intervenção no porto, no Moll de La Fusta (1987), inauguraria um processo combinado de proposição entre o nível local e setorial, por meio da ordenação dos sistemas viários e peatonais na avenida costeira, numa extensão de cerca de um quilômetro. Tal realização possibilitaria o questionamento da relação existente entre a cidade e o mar e vice-versa (Foto 12).

Os Jogos Olímpicos de 1992 atuariam, por último, como agente catalisador⁶⁶ de um processo em curso, que visava promover e reestruturar urbanisticamente a cidade (Zapatel, 1998; Busquet, 1992). As intervenções, que

65

Ver Zapatel (1998) para maiores esclarecimentos acerca do impacto e atuação dos planos PERI.

66

Como coloca Busquets (1992), o evento olímpico foi um pré-requisito indispensável para a possibilidade de intervenção em áreas de conversão, dando margem à produção de elementos de ruptura (p. 11).



FOTO 12

Vista Aérea do Moll de La Fusta e Vila Olímpica ao fundo

Fonte: Banco de Dados da autora.

se seguiram, buscavam a criação de novas centralidades em áreas periféricas, o estabelecimento de infra-estrutura viária, a melhoria do transporte público e a reapropriação da orla marítima (Busquet, 1992:11). A combinação da acessibilidade à infra-estrutura viária e ao transporte público, priorizando a ligação com espaços urbanos qualificados e atividades terciárias (escritórios e espaços livres), constitui a base desses espaços (Zapatel, 1998). A construção da Vila Olímpica, na região do Poble Nou, constitui, assim, um dos principais referenciais do processo de transformação de Barcelona. O projeto, elaborado pela equipe de Martorell-Bohigas-Mackay-Puigdomènèch, concentrou-se na remodelação da orla com a construção de edificações voltadas para o mar. A transformação da infra-estrutura (incluindo a alteração da linha férrea da orla que antes separava a cidade do mar), a construção de via expressa perimetral, a consolidação da orla com regeneração das praias e a ampliação da rede de drenagem foram algumas das premissas adotadas (Foto 13).

Outras intervenções em áreas periféricas buscavam estabelecer, também, novas centralidades urbanas. Zapatel (1998) aponta algumas obras de caráter viário como sendo importantes elementos articuladores. Um exemplo interessante é a intervenção na Plaza de Les Glories Catalanes, local de confluência de três vias fundamentais: Meridiana, Diagonal e Gran Vía. O projeto compreende a criação de Praça central com consolidação do Setor Terciário em redor da mesma, construção de anel elíptico em dois níveis e ordena-



mento do sistema ferroviário local. O exemplo de Barcelona apresenta, assim, uma série de qualidades em termos de desenho urbano e de idéias de requalificação urbana. Isso fez com que ele fosse largamente adotado em outros países, sendo muitas vezes reproduzido de forma parcial e deslocada de seu contexto original, como nos colocam Arantes et al. (2000). Com isso, o que se observa é uma banalização de alguns conceitos propostos em nível internacional e a crítica, por vezes exagerada, ao projeto. Seja como for, Barcelona atuou como principal 'start' para que muitas outras propostas de renovação urbana ocorressem em várias partes do mundo.

FOTO 13

Vila Olímpica
de Barcelona

Fonte: Banco de Dados da autora.

8.4.2 Berlim: o Ressurgimento da Potsdamer Platz

A Potsdamer Platz representa um dos maiores símbolos de regeneração urbana europeus recentes, além de constituir-se no ícone de reunificação das duas Alemanhas. No início do século XIX, foi encomendado, a Schinkel, um plano de ordenação para esse conjunto de ruas e praça que hoje compõem parte do centro histórico de Berlim. A escassez de recursos reais não permitiu, porém, a continuidade do projeto, tendo permanecido, o local, como um importante entroncamento de tráfego devido à chegada da ferrovia, em 1838. Nos anos 20, quando a cidade encontrava-se livre de regimes autoritários, esse era o local mais pulsante de toda a Europa. As duas sucessivas Guerras Mundiais e a súbita divisão físico-política, entre o Ocidente e o Oriente, fizeram com que esse sítio permanecesse descaracterizado em consequência do contínuo processo de destruição e reconstrução. No início dos anos 90, a Potsdamer Platz seria o ponto crucial a partir do qual estabelecer-se-iam uma série de propostas, as quais objetivavam conectar

as duas partes fragmentadas da cidade. O *'Masterplan'*, ou plano geral de Hilmer & Sattler (1991), foi o grande vencedor do concurso conduzido pelo Senado. Ele incluía uma série de edifícios sólidos com alturas similares, tendo sido considerado um tanto conservador.

Com a queda do Muro de Berlim, inúmeras firmas, dentre elas a Daimler Benz e a Sony, adquiriram grandes lotes junto à Potsdamer Platz a preços bastante reduzidos. Estava iniciada, então, a polêmica entre o processo de reabilitação urbana conduzido pela iniciativa pública e o pela privada. Embora tendo sido adotado o plano de Hilmer & Sattler, como a base principal de intervenção urbana, ocorreu que muitos dos edifícios e parcela do desenho urbano vieram a ser repensados, em anos posteriores. Renzo Piano, em conjunto com Christoph Kohlbecker venceram o concurso para a nova sede da Daimler Benz e, Helmut Jahn, o da Sony. Giorgio Grassi ficou encarregado, por sua vez, da área de Asea Brown Boveri, no lado leste da praça. Muitos outros arquitetos renomados, tais como Rogers, Isozaki, Moneo e outros, participaram da construção dos demais volumes. Todos esses edifícios, mais altos do que o previsto no plano geral de Hilmer & Sattler, alteravam a relação imediata para com os seus respectivos entornos.

Além disso, os empreendedores propuseram incorporar diferentes usos em Potsdamer Platz, com a introdução de lojas, hotéis, restaurantes, cafés, apartamentos, escritórios e área destinada ao lazer, visando restaurar a vitalidade outrora preexistente do local. O equilíbrio entre o espaço público e privado foi, portanto, um dos principais objetivos estabelecidos, por Renzo Piano, para o terreno da Debis⁶⁷ (Foto 14). A área comercial e a Marlene Dietrich Platz configuram, assim, um espaço essencialmente direcionado aos pedestres. Também as demais áreas de lazer (cinema IMAX, teatro, cassino, etc.) cumprem adequadamente seus papéis. Algumas críticas consideram, porém, que as habitações com fins residenciais são altamente elitistas e destinadas às classes sociais mais abastadas. Seja como for, a galeria e os outros edifícios conseguem atrair multidões, atuando como importante núcleo de entretenimento de Berlim. Já o projeto da Sony, um pouco menos austero e totalmente envidraçado, esboça uma arquitetura universal bastante representativa das grandes corporações multinacionais. Jahn materializa, nesse local, um complexo de atividades que o tornam tão excitante e interessante quanto Piccadilly Circus, em Londres ou, Times Square, em Nova Iorque. É possível sugerir, por conseguinte, que em ne-

67
Debis é a abreviação para
Daimler-Benz InterServices,
uma firma da Daimler-Benz.



FOTO 14

**Projeto para
Potsdamer Platz**

Fonte: Info Box:
The Catalogue, 1998.

nhum outro lugar do mundo construíram-se tantos edifícios por arquitetos tão diferentes quanto em Potsdamer Platz, residindo aí, sua importância internacional. A qualidade do resultado final é bastante discutível, contudo, pelas variadas vertentes teóricas⁶⁸.

8.4.3 Manchester: um Centro Comercial Refeito

Em 1996, uma bomba explodiu no centro de Manchester, destruindo uma enorme área comercial próxima da Shambles Square e do Arndale Centre. Imediatamente foi estabelecida a *Manchester Millenium Ltd. (MML)*, sob iniciativa governamental, mas que contava com o pleno apoio da iniciativa privada na elaboração de um '*Master Plan*', ou Plano Geral, para a região afetada. A empresa de planejamento EDAW venceu o concurso com um projeto que abordava a estrutura preexistente em detrimento às intervenções mais radicais. Além da reconstrução da área comercial, foi proposto um vibrante quarteirão denominado de *Millenium Quarter*. Ele foi desenhado com a finalidade de reunir as atividades culturais às de compras. Importantes monumentos foram restaurados, dentre eles: o Royal Exchange, o Corn Exchange e o Exchange Theatre. A estratégia urbana adotada propunha, ainda, a ligação entre Exchange Square e St. Ann's Square por meio da New Cathedral Street. O redesenho de Shambles Square representou, igualmente, uma fundamental parte no processo de readequação do centro histórico.

68 Segundo Hoffmann-Axthelm (1994), a utilização monofuncional dos espaços, quase que exclusivamente pelo Setor Terciário e, a monotonia da estrutura, representam uma lesão irreversível para a cidade e a sua arquitetura (p. 6).

O maior mérito desta proposta de intervenção urbanística foi, todavia, a consulta que se fez ao público antes da escolha final com a exibição dos cinco finalistas. Durante todo o processo de reconstrução também foram distribuídos boletins em todas as residências de Manchester, nas estações, lojas e no aeroporto. Os materiais utilizados em equipamentos públicos foram dignos de consultoria e estudos aprofundados referentes à durabilidade e à performance. Objetivou-se, com isso, revalorizar o prestígio da atividade comercial anteriormente estabelecida. O detalhado paisagismo da New Cathedral Street, proposto por Martha Schwartz, resume bem esse cuidado. A cidade de Manchester conquistou, assim, não somente a possibilidade de construir novos edifícios no local dos que foram perdidos, mas também a oportunidade de melhorar os vínculos entre as partes sub-utilizadas de seu centro histórico.

8.4.4 Hong Kong: um Mundo em uma Ilha

Cidade de excessos, de contrastes, de extremos. Hong Kong é o modelo de cidade mais copiado em toda Ásia. Seja pelas suas torres arrojadas e envidraçadas ou pela sua arquitetura vernacular típica, esse importante centro financeiro, pertencente à China desde a sua reanexação, vem esboçando substanciais transformações no tocante à renovação urbana. Pautado num forte planejamento urbano de origem inglesa, as tentativas de melhorias e de erradicação das péssimas condições habitacionais dessa diminuta ilha tomaram curso, sobretudo, no final do século XIX, com os esquemas pontuais para as áreas de Tai Hang Village, Lower Lascar Row e Kau U Fong. No início dos anos 60, o esquema congestionado e insalubre das moradias conduziu o governo à uma nova proposta de readequação urbana para o distrito de Sheung Wan. O Plano Piloto, então delineado, visava otimizar as precárias condições de vida da população residente. Os resultados obtidos foram, porém, limitados, uma vez que mais de uma década foi consumida entre a aquisição das propriedades e a realocação dos recursos em habitação social e serviços à comunidade.

Nos anos 70, um similar conceito foi aplicado para outras áreas não inseridas no Plano Piloto, as chamadas '*Environmental Improvement Areas*' (EIA's), nos moldes da renovação urbana distrital sugerida em Sheung Wan. Partiu-se da premissa que as edificações obsoletas seriam renovadas pelos próprios proprietários ou pelo poder privado. Várias áreas foram incluídas

dentre as quais: Wanchai, Yau Ma Tei, Shek Kip Mei, Tai Kok Tsui, Cheung Sah Wan e Kennedy Town. No entanto, os problemas de decadência urbana eram maiores do que as tarefas a que esses comitês se propunham em reorganizar. No final da década de 70, foram estabelecidas, então, as '*Comprehensive Redevelopment Areas*' (CRA's) que priorizavam as atividades de readequação para certas áreas específicas. No *waterfront* de North Point, por exemplo, os objetivos foram alcançados graças a negociação com um único proprietário, fato esse facilitador dos entendimentos entre esferas pública e privada. Ex-áreas industriais e de estocagem cederam lugar, dessa forma, ao Provident Centre, City Garden e Harbour Heights.

Para acelerar o processo criou-se, em 1988, o '*Land Development Corporation*' (LDC), um órgão independente a fim de facilitar a participação do setor privado no processo de renovação urbana. Suas atividades cobrem uma série de etapas, que variam desde a elaboração dos planos, passando pela realocação dos residentes afetados, até a implementação dos novos projetos. Assim, a LDC têm obtido elevadas taxas de sucesso, desde os anos 90, principalmente quanto à negociação de propriedades e à construção de espaços comerciais. Quanto à realocação habitacional, a LDC vem encontrando maiores dificuldades, uma vez que adquire unidades residenciais privadas a preço de mercado. Os custos finais, mais onerosos, inviabilizam parcialmente o número de projetos por ela implementados. Melhores respostas no setor residencial têm sido alcançadas pela '*Housing Society*' (HS), sociedade habitacional que já construiu cerca de 4.800 apartamentos nas áreas Central, Oeste, Wanchai, Shau Kei Wan, Aberdeen, Yau Ma Tei e Sham Shui Po.

A forte presença do capital estrangeiro, a partir dos anos 80, tem transformado Hong Kong numa meca de novos experimentos em edificações corporativas. Alguns dos exemplos arquitetônicos incluem as obras de destacados arquitetos internacionais, dentre eles: Sir Norman Foster, com o projeto para o *Hong Kong and Shanghai Bank* e, I. M. Pei, com o do *Bank of China*. Além disso, uma série de shopping centers, centros culturais e de lazer figuram como as novas atrações turísticas. O exemplo de Hong Kong é, pois, particularmente interessante na medida em que mostra duas frentes distintas e complementares. De um lado, tem-se a forte presença do capital especulativo estrangeiro, refletido por meio de edifícios simbólicos e engenhosos. De outro, destaca-se a participação dos órgãos governamentais no

processo de intermediação das novas propostas urbanísticas e de reassentamento da população local nos grandes projetos habitacionais. Hong Kong ilustra, por conseguinte, uma ação combinada de variados agentes promotores (público e privado), que se baseia na especulação aliada às finanças internacionais, mas que beneficia, mais do que qualquer outro projeto mencionado neste capítulo, a população residente.

8.4.5 Puerto Madero: o Renascimento de um Distrito Portuário em Buenos Aires

O projeto de desenvolvimento urbano de Puerto Madero representa, para Buenos Aires, a concretização de uma oportunidade extraordinária e única, que visou transformar a extensa zona ferroportuária sub-utilizada, graças à firme iniciativa do Estado em promover um novo modelo de estratégias políticas entre o setor público e o privado (Foto 15). Nesse sentido, resultou de fundamental importância para atingir-se tais objetivos, a criação da *Corporación Antiguo Puerto Madero S.A.*, uma sociedade anônima criada em 1989, cujos principais acionistas são o Governo Nacional, antigo proprietário das terras, e a Municipalidade de Buenos Aires, gerenciador da nova regulação urbana. Esta corporação tornou-se, assim, um relevante instrumento de governo, responsável pelo planejamento integral do empreendimento. Ela abordou os aspectos urbanísticos e arquitetônicos, o controle jurídico e normativo, a organização da infra-estrutura e do espaço público, bem como as demais questões relativas à comunidade civil.

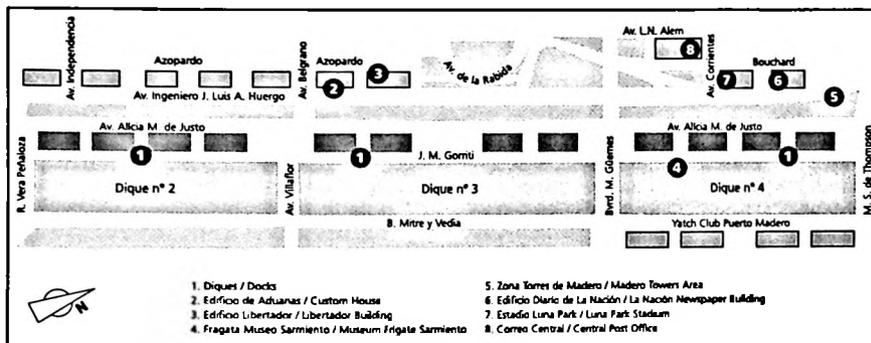


FOTO 15

Vista de uma das
Docas Renovadas
de Puerto Madero

Fonte: Banco de Dados da Autora.

O primeiro passo dado foi a elaboração das estratégias urbanas, por meio de um *'Master Plan'*, ou Plano Geral, elaborado a partir de um concurso nacional de idéias estabelecido em 1992⁶⁹. O objetivo mais importante incluía a extensão da cidade de Buenos Aires até esta nova centralidade, criando uma moderna relação entre esta e o Rio da Prata. Sobre um total de 170 hectares, foram destinados 55 hectares para o uso privado, sendo o restante da superfície aproveitado para a configuração de áreas verdes públicas, espelhos d'água, ruas, avenidas e, bulevares. Edifícios corporativos e habitacionais, museus e galerias de arte, universidades e bancos, restaurantes, bares e cinemas, um centro comercial e um centro náutico, além dos passeios naturais, convivem hoje, lado a lado, permitindo com que Puerto Madero seja considerado um símbolo da Buenos Aires moderna. A Figura 12, a seguir, ilustra as principais atrações do local.



69

Em artigo publicado na Revista Urbis (2001), Alfredo Garay coloca que a renovação de Puerto Madero não nasceu de um plano propriamente dito. Ela é, em verdade, uma coletânea de idéias que nasceu num contexto de crise econômica e que objetivava fazer com que o centro da cidade se recuperasse em termos socioeconômicos, inserindo-se na nova economia urbana mundial (Revista Urbis abr./ maio, 2001).

FIGURA 12

Puerto Madero e seus Principais Edifícios

Fonte: <http://www.buenosairesantiguo.com.ar/paginasbsashoy/puertomaderomapa.html>

O exemplo argentino retrata, portanto, uma atuação positiva entre a iniciativa privada e a pública na melhoria de um enorme espaço urbano situado em um país latino-americano em desenvolvimento. Muitos autores têm considerado esse projeto, no entanto, como uma reinvenção de exemplos europeus bem sucedidos, ou ainda, como uma simples expressão da globalização na cidade. O próprio vice-presidente da Corporación Antigua Puerto Madero e secretário da Municipalidade de Buenos Aires entre 1989 – 1992, Alfredo Garay, diz que “(...) a idéia do projeto não era original. Era uma dessas tantas aspirações que nunca haviam tido possibilidade de serem seriamente propostas” (Revista Urbis Abr./ Maio, 2001). O certo é que, segundo ele, nunca houve na história dessa cidade uma intervenção urbanística de tamanha envergadura e com tanto investimentos (Ibid., 2001). A profunda crise econômica, que vem abalando a economia argentina, põe esse cartão postal contemporâneo da América Latina em risco, bem como demais intervenções de similar natureza.

8.4.6 São Paulo: Metrópole Corporativa na Semiperiferia do Capitalismo

As novas expressões do urbanismo contemporâneo da dita era 'Pós-Industrial' apresentam, em São Paulo, as mais distintas configurações. O exemplo paulistano não encontra, porém, resposta em nenhum plano urbanístico nos padrões anteriores, a não ser nas '*Operações Urbanas*', estabelecidas pela Prefeitura Municipal, ou nas propostas isoladas produzidas por associações independentes, tais como: Viva o Centro, Paulista Viva e outros. Esta importante metrópole corporativa espelha, igualmente, a marcante atuação do setor privado que acaba regulando, na maioria das vezes, o espaço urbano da cidade. Nesse sentido, São Paulo constitui-se numa interessante metrópole mundial que apresenta vários centros ou centralidades, como nos mostra Frugoli Jr. (2000). O deslocamento do *Centro Antigo* para a centralidade da *Avenida Paulista*, ocorrido em meados dos anos 60 e 70, caracteriza uma primeira ampliação da área central, que se deu em direção a um local mais favorável à expansão do capital imobiliário. Uma nova centralidade surgiria nas décadas de 80 e 90, com o novo eixo das avenidas *Faria Lima – Berrini*, na Zona Sul, decorrente não somente da mera especulação, mas também da necessidade de espaços adequados aos usos diferenciados da economia digital.

Lá situam-se os principais investimentos que, ao longo dos últimos anos, têm contribuído por redesenhar a cidade. A consistência de duas importantes *Operações Urbanas*, melhor descritas a seguir, apresenta caráter bastante duvidoso, pois elimina, em sua essência, todas e quaisquer possibilidades de diálogo entre o âmbito público e o privado. Apesar disso, tanto os inovadores edifícios inteligentes quanto o novo sistema viário corroboram para a espacialização de uma cidade impensada trinta anos atrás. Notam-se, ainda, várias tentativas de remodelação do Centro Antigo a partir da requalificação de bairros centrais (*Projeto Luz Cultural*) e da readequação de edifícios voltados para a população de baixa renda. Também a Barra Funda e Água Branca, à oeste, vêm sofrendo algumas intervenções pontuais, tanto do poder público quanto do privado. Mas é na direção sul do Município de São Paulo que as mais importantes transformações urbanas têm caracterizado um novo modelo equiparado ao das demais cidades globais.

A Operação Urbana Faria Lima

O projeto Iguatemi, criado por uma lei em 1968, previa a abertura de uma avenida de cinco quilômetros de extensão (a Avenida Brigadeiro Faria Lima) que interligava os bairros da Lapa, Pinheiros, Itaim, Brooklin, Aeroporto e Jabaquara (Foto 16). Mas somente um trecho foi concluído, ou seja, aquele entre Pinheiros (Largo da Batata) e a Avenida Cidade Jardim. Esta ficou sendo conhecida como a '*nova avenida Paulista*' (Fix, 2001:100). Durante várias administrações municipais tentou-se dar continuidade ao prolongamento desta sem sucesso. Na gestão Jânio Quadros (1985–1988), contudo, o arquiteto Júlio Neves apresentou proposta de extensão da Faria Lima, que envolvia a desapropriação de uma série de imóveis para a execução do Bulevar Zona Sul, com ênfase para o trecho não executado no projeto anterior, situado entre os bairros de Pinheiros e Vila Olímpia. A retomada da discussão ocorreu, somente, durante a gestão Maluf, quando em 1993 com o anúncio da obra, travou-se o longo período de luta entre Prefeitura e a população de classe média atingida pelas desapropriações (Ibid., 2001:101). Depois de vários trâmites legais, o projeto de Neves, novamente modificado pela Emurb e pelo próprio autor, foi aprovado por unanimidade na Câmara.

Nascia assim a nova Avenida Faria Lima, em meados dos anos 90, que incluía menos desapropriações do que o previsto, mas que deixava várias marcas na paisagem da Vila Olímpia e adjacências. A Operação Urbana Faria Lima visa, dessa forma, conferir uma maior coesão, segurança e sentido social ao espaço público, por intermédio de um forte paisagismo no canteiro central da Avenida Brigadeiro Faria Lima, bem como a recuperação e a



FOTO 16

Vista atual da
Avenida Faria Lima

Fonte: Banco de Dados da Autora.

modernização da Avenida Eusébio Matoso (Emurb, 2002). Além disso, está prevista a ligação viária entre as Avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini. Todas essas intervenções vêm sendo desenvolvidas em parceria com a Associação Colméia (Vila Olímpia), entidade composta por empresários e moradores locais, cujo objetivo focaliza a reorganização do espaço. O Projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata, em Pinheiros, cujo concurso de idéias foi recentemente julgado, tem como interesse complementar a primeira operação urbana, otimizando e articulando as continuidades viárias e o espaço público.

A Operação Urbana Água Espraiada

A Operação Urbana Água Espraiada, aprovada em 2001, incorpora vários dos novos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, além de fazer parte de uma concepção urbanística prévia em comum consenso entre os diversos interesses presentes na área de operação (Emurb, 2002). Ela prevê um conjunto de intervenções de natureza viária, urbanística, habitacional e paisagística, viabilizada financeiramente por meio das CEPAC's (Certificado de Potencial Adicional de Construção), visando a complementação da Avenida Água Espraiada até a Rodovia dos Imigrantes, a complementação da Avenida Chucri Zaidan em direção ao sul até a Avenida João Dias, a implantação de novos usos compatíveis com a verticalização e os adensamentos propostos em lotes próximos à Avenida Água Espraiada, Chucri Zaidan e às Marginais do Rio Pinheiros, além de habitações de interesse social com o intuito de atender a população carente do local (Foto 17).

As intenções de valorização desta área da cidade não são recentes, no entanto, como nos sugere Fix (2001), estando particularmente associadas à



FOTO 17

Vista da Avenida
Água Espraiada

Fonte: Banco de Dados da Autora.

atuação da Light com a implantação da Usina Elevatória de Traição, em 1940. Nas margens de um dreno proposto, implantado nos anos 70, surgiria a Avenida Luís Carlos Berrini (Foto 18). Com a transferência da Light para o poder público, muitas das terras da companhia foram sendo desapropriadas para a complementação do sistema viário e outras ocupadas exclusivamente por residências. No final da década de 70, com a construção do CENESP (Centro Empresarial São Paulo) e a produção de alguns edifícios pela Bratke-Collet, a região passaria por um acelerado processo de valorização de seu mercado imobiliário, tendo sido executadas algumas propostas de readequação da área, sobretudo, de uma faixa ao longo do córrego Água Espreada. Ao mesmo tempo, aumentava a população favelada neste local.



FOTO 18

Vista da Avenida
Engenheiro Luís
Carlos Berrini

Fonte: Banco de Dados da Autora.

Na gestão Jânio Quadros foi retomado o projeto de canalização do córrego e redesenhado o traçado viário (Ibid., 2001:89). Posteriormente, na gestão Erundina (1989–1992), o projeto, ainda não executado, sofreria mais algumas modificações. Na gestão Maluf, por sua vez, uma proposta da Emurb propunha a diminuição da largura da via principal sob a alegação de sérios impactos ambientais futuros. Também em 1995, foi estabelecido um *pool* entre um grupo de empresários – a Associação de Promoção Habitacional e Social – para contribuir na remoção da população favelada do Jardim Edith, localizada em região de interesse dos empresários da Berrini. Mas as doações não foram suficientes, tampouco as unidades habitacionais construídas, tendo permanecido a população em favelas ou deslocada contra a sua vontade para áreas bastante periféricas da cidade.

9 ANÁLISE COMPARATIVA DAS SEMELHANÇAS E DAS DIFERENÇAS ENTRE AS *CIDADES MUNDIAIS* OU *GLOBAIS* DO 'PRIMEIRO MUNDO' E AS DOS 'PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO'

Os exemplos expostos, anteriormente, sintetizam uma amostra abrangente que elucida as principais transformações urbanas ocorridas tanto em *Cidades Mundiais* ou *Globais* do 'Primeiro Mundo' quanto naquelas situadas em 'Países em Desenvolvimento'. Verificamos várias semelhanças, como por exemplo, a **exclusão social** da antiga população residente dos locais que foram objeto de intervenções urbanísticas profundas. Isso se reflete tanto nas *London Docklands*, em Londres, quanto nas *Operações Urbanas*, em São Paulo. No primeiro caso, os 'yuppies' vieram a substituir uma classe trabalhadora longamente estabelecida. Já no segundo, uma população carente e favelada foi desalojada para ceder lugar aos diversos empreendimentos privados e a um complexo viário. Embora outros estudos de caso analisados tenham considerado essas populações como parte integrante dos seus respectivos '*Master Plans*', ou *Planos Gerais*, o que se observou foi um mero discurso ideológico, no qual prevaleceu a especulação imobiliária dos agentes financeiros particulares. Mesmo em Hong Kong e em Barcelona, tidos destaques na área de realocação social, percebeu-se que os objetivos finais dificilmente foram atingidos.

Uma segunda coincidência abrange o **uso atribuído aos espaços urbanos renovados**. Destacam-se, em praticamente todos os exemplos, uma série de edificações destinadas aos Serviços, tais como: shopping centers, restaurantes e bares, hotéis, centros culturais e museus, habitações de luxo, dentre outros. Constata-se, dessa forma, o caráter de consumo em paralelo ao capital imobiliário. Esses equipamentos tornam-se, por si próprios, uma valiosa mercadoria. Dos luminosos de Times Square, em Nova Iorque à Potsdamer Platz, em Berlim, ocorre uma proliferação de marcas e grifes internacionais que pregam novas formas de lazer e entretenimento. As cidades passam a ter, assim, a necessidade urgente de se adequar a esse novo modelo por vezes estereotipado. A readaptação do Puerto Madero, em Buenos Aires, ilustra, por exemplo, uma tentativa de inferir à esta cidade uma nova condição socioeconômica a partir da reformulação de suas docas.

Mas nem todos os exemplos apresentam semelhanças. Existem bons e péssimos deles, tanto em Países Desenvolvidos quanto nas economias em

desenvolvimento. O principal fator de distinção entre os vários 'Master Plans', ou Planos Gerais, refere-se à *não-consulta da população local*. A tomada de decisão no processo de readequação urbana ocorre, geralmente, de cima para baixo num movimento impositivo e autoritário. O caso do centro histórico de Manchester é, possivelmente, uma exceção, assim como Puerto Madero, em Buenos Aires e Barcelona, estes últimos em menor intensidade. Alguns outros projetos tentam mostrar uma maior integração com a comunidade, tal como Times Square, em Nova Iorque, porém sob o ponto de vista mercadológico.

Nos Países em Desenvolvimento surge, também, uma *tendência de assimilação de valores internacionais que não esboçam a precária realidade da maior parte da população residente*. Edifícios inteligentes, áreas comerciais sofisticadas, espaços de lazer e entretenimento configuram bolsões de riqueza em meio aos oceanos de pobreza, fazendo com que a segregação urbana seja mais acentuada do que o normal. O tecido urbano resultante é, portanto, fragmentado e desconexo, além de incoerente. O novo Eixo Faria Lima – Berrini, na Zona Sul de São Paulo, mostra-nos isso. Ou seja, temos nele, uma cidade cujas centralidades são constantemente redesenhadas e, cujo centro histórico original vê-se cada vez mais enfraquecido. Muitos outros exemplos, aqui não mencionados, têm comprovado essa afirmação. Logo, o que surgem são novas cidades dentro de uma mesma cidade. Cidades nas quais a lógica do discurso democrático dos diferentes segmentos que as compõem se vêem suplantadas pela pujança econômica do capital financeiro. As novas formas de produção têm sido, por conseguinte, o motor responsável pelo redesenho de muitas cidades com base, sobretudo, nos Setores Terciário e Quaternário da economia.

10 AS TRANSFORMAÇÕES DE NATUREZA ECONÔMICA NAS CIDADES MUNDIAIS OU GLOBAIS: AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO

10.1 A FLEXIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Em meados dos anos 60, o *modo de produção fordista* passou a apresentar sérios indícios de sua decadência, como resultado das contradições inerentes ao próprio Capitalismo. Dentre os principais motivos, conforme apontado por vários autores, destacam-se a rigidez das políticas keynesia-

nistas e a pouca flexibilidade para manobras, uma vez que esse modo apoiava-se em investimentos de larga escala e numa produção em massa que exigia uma lucratividade crescente a fim de se auto-sustentar (Harvey, 1996; Castells, 1989). A hegemonia americana desse modo de produção mostrava, assim, as suas fragilidades, tanto em termos competitivos (declínio da lucratividade), quanto em relação à utilização do dólar como moeda-padrão em nível internacional.

As primeiras soluções adotadas envolveram, por conseguinte, a adoção de taxas de câmbio flutuantes em oposição ao dólar. Porém, em 1973, a chamada '*crise do petróleo*' desestabilizaria ainda mais os mercados financeiros mundiais, reforçando a concreta necessidade de reestruturação do sistema capitalista em todas as suas esferas (social, política, econômica e, posteriormente, cultural). Estavam abertas, assim, as portas para a internacionalização do capital por meio da obtenção de recursos primários, mão-de-obra e exportação de capitais financeiros em alguns países menos desenvolvidos (Thrift, 1988). A paralela revolução tecnológica, por meio da automação, viria a contribuir, por último, para as futuras alterações.

Com base nisso, visualizou-se, ao longo dos anos 70 e 80, uma profunda reestruturação econômica jamais vista até então, sobretudo nas economias mais desenvolvidas. É nesse sentido que a *acumulação flexível* marcaria mudanças, estabelecendo a passagem para um regime de acumulação totalmente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bastante distinto. Ele baseava-se na "(...) *flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados)* (Harvey, 1996:140).

Em relação ao mercado de trabalho, também ocorreu uma série de modificações estruturais. Diante de um novo ritmo tecnológico e organiza-

cional, desmantelaram-se as bases do poder sindical, que cederam lugar a regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Surgiram lógicas distintas, nas quais foram incorporados alguns segmentos outrora excluídos, por meio da terceirização e subcontratação da produção, num esquema bastante informal. Porém, longe de significar melhoria na qualidade de vida desses grupos proletários, como nos mostra Harvey (1996), a nova ordem operante contribuiu, por meio da incorporação da força de trabalho feminina e das minorias étnicas, para o surgimento de movimentos diferentes, nos quais se tem, de um lado, a mera necessidade de sobrevivência de desempregados do sistema formal, e, de outro, a inserção de grupos imigrantes tentando entrar de forma ilegal no mercado de trabalho (p. 145).

O sistema de produção flexível permitiu, além disso, uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala. A produção do tipo *'just-in-time'* passou a vigorar como um dos principais esquemas de competição, juntamente o aumento do consumo específico, baseado na diferença, na efemeridade, no espetáculo, na moda e na mercadificação das formas culturais (Harvey, 1996:148). Assim sendo, a adoção de medidas flexíveis para o moderno capitalismo mundial tem demonstrado um conjunto de respostas baseados na inovação constante e contínua, tanto dos processos produtivos quanto dos processos tecnológicos. Todas essas mudanças têm possibilitado o crescimento no *Setor de Serviços*, mas não somente daqueles segmentos associados ao varejo, à distribuição e aos transportes, como será posteriormente melhor discutido, mas sim, dos relacionados com as diversas formas de gestão e administração da produção, tais como: assessoria, finanças, seguros, corretagem, saúde e educação, dentre outros (Ibid., 1996:149).

11 O NOVO PAPEL ECONÔMICO DAS CIDADES: A EMERGÊNCIA DOS SETORES TERCIÁRIO E QUATERNÁRIO

11.1 SETOR TERCIÁRIO (OU DE SERVIÇOS) E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

"(...) o termo 'Economia de Serviços' abre caminho para a percepção sobre o relevante papel destas atividades na geração de renda e riqueza das economias na modernidade. Este novo papel, trouxe consigo a necessidade de reformulação de antigos conceitos e um melhor entendimento sobre a com-

plexidade do setor e a natureza dos relacionamentos com os demais setores econômicos e dos agentes que contribuem para a produção e o consumo dos serviços, relacionamentos estes que assumem uma diferente conotação quando comparados aos da economia visualizada como fortemente calcada no desenvolvimento industrial” (Kon, 1996:17).

A importância do *Setor Terciário* para as economias urbanas remonta às origens históricas das civilizações (Jones, 1990). Os *Serviços* oferecidos pelo *comércio* sempre foram necessários. Desde a Antigüidade, os excedentes agrícolas e os demais artesanatos produzidos pelo homem foram sendo comercializados, com certa regularidade, tanto nos *mercados locais* quanto nas *feiras organizadas* em caráter regional. Seu desenvolvimento e ocorrência processou-se devido aos avanços na construção marítima e às novas rotas comerciais (Daniels, 1993:13). Porém, foi predominantemente ao longo da Idade Média que as Atividades Terciárias vieram a consolidar-se como mecanismos econômicos propulsores das então emergentes economias pré-capitalistas. As *idades medievais*⁷⁰ passaram a concentrar, assim, as principais atividades comerciais, artesanais, culturais, sociais e religiosas, bem como funções de ordem administrativa e de proteção, com a incorporação de vastos territórios rurais (Vargas, 1985). Houve, nesse período, um fortalecimento dos *Serviços*, os quais se valeram das amplas contribuições técnico-científicas do Renascimento cultural.

Com a Revolução Industrial, a participação das Atividades Terciárias sofreu constante declínio, limitando-se ao domínio dos transportes, ao comércio de insumos voltados para a produção industrial e à ampliação da

70

A Comercialização de produtos entre burgos no Período Medieval foi bastante acentuada, gerando as bases para o surgimento posterior das economias capitalistas avançadas. Sobre este fato consultar obras de historiadores, tais como, BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 1996.



FOTO 19

Cidades Medievais e seu Comércio

Fonte: Banco de Dados da autora.

administração pública. Mas rapidamente a primazia dos Serviços fez-se sentir, novamente, em consequência do acelerado processo de urbanização e da reorganização do espaço, tendo sido mais uma vez reforçada a função de mercado dos centros urbanos tradicionais (Vargas, 1985:54). Assim, o *Setor Terciário* desenvolveu-se, desde o século XIX, em ritmo *complementar ao processo de industrialização*, tendo sido acrescido de novos gêneros de atividades, tais como: educação, saúde, finanças e, comunicações, dentre outros.

Entretanto, foi somente ao longo das últimas quatro décadas, com a *introdução de um novo paradigma técnico-científico*, que a participação do *Setor Terciário* (e do Setor Quaternário) no desenvolvimento econômico têm sido cada vez mais crescente, tanto nos Países Desenvolvidos quanto nos Países em Desenvolvimento. A Tabela 19, a seguir, mostra o aumento da contribuição dos Serviços no Valor Agregado ao Produto Interno Bruto para alguns grupos de países selecionados, de acordo com indicadores fornecidos pelo Banco Mundial, para o período compreendido entre 1995 e 1999.

Países	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	62	62	63	63	-
Renda Baixa	42	43	43	43	44
Renda Média	51	53	53	54	54
Renda Média Baixa	43	44	45	46	46
Renda Média Alta	56	59	59	60	60
Renda Alta	-	-	-	-	-
Brasil	54	62	62	63	61

TABELA 19

Serviços: Valor Agregado ao Produto Interno Bruto (%) Diversos Países⁷¹ (1995/1999)

Fonte: World Bank, database do World Development Indicators, vários anos.

71

Ver site: <http://www.worldbank.org> quanto a classificação dos diferentes grupos de países listados.

72

Os dados que concernem à participação do PIB, nas economias avançadas é superior à média mundial, conforme será detalhado mais adiante.

Embora os dados para os países de Renda Alta⁷² não se encontrem disponíveis para esse período, verifica-se que a *média mundial*, em termos de *contribuição dos Serviços no Valor Adicionado no PIB*, ultrapassa os 60%. O mesmo fato tem sido notado em relação à *geração de empregos* no Setor. Os Gráficos 4 e 5, a seguir, ilustram esta tendência. O número de pessoas empregadas nos Serviços correspondia, na média mundial, à cerca de 41% do total em 1998. Porém, nos países do centro da economia capitalista mundial, esse número compunha mais de 70% da força de trabalho. Já nos países capitalistas da periferia era, esse índice, consideravelmente inferior.

Mundo: evolução da estrutura ocupacional, 1950 e 1998 (em %)

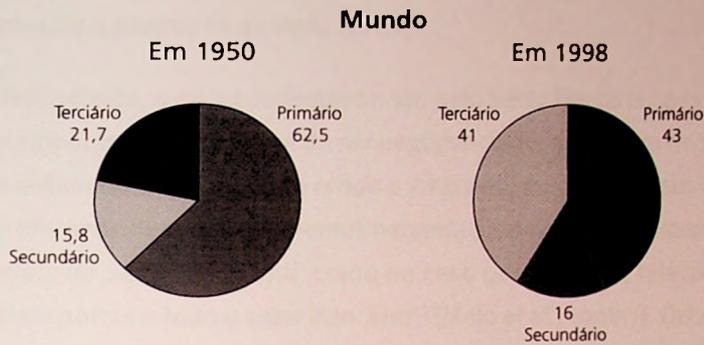


GRÁFICO 4

Mundo: Evolução da Estrutura Ocupacional, 1950 e 1998 (%)

Fonte: Pochmann, 2001:32 (baseado em OIT, vários anos).

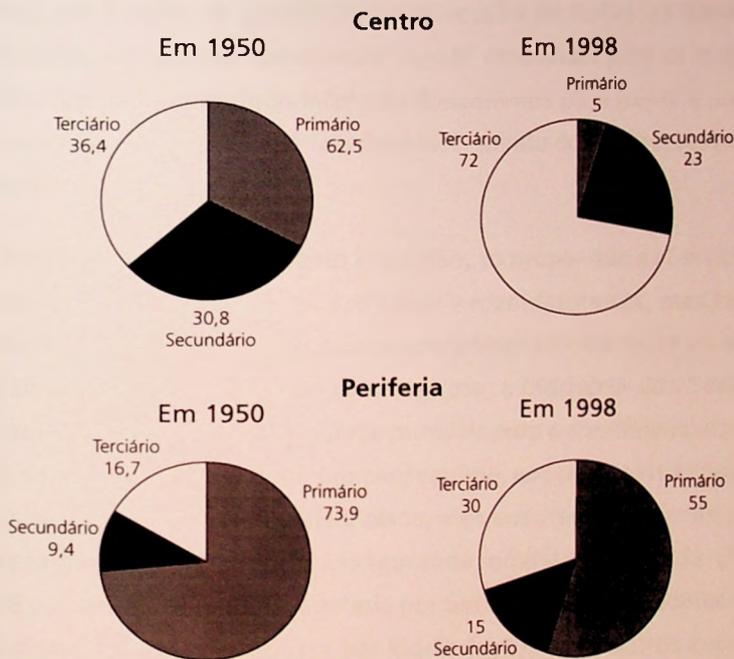


GRÁFICO 5

Centro e Periferia: Evolução da Estrutura Ocupacional, 1950 e 1998 (%)

Fonte: Pochmann, 2001:33 (baseado em OIT, vários anos).

Atualmente, os Serviços compõem dois terços do emprego total das economias desenvolvidas e, representam, aproximadamente, mais de cinquenta por cento de seus respectivos Produtos Internos Brutos (Daniels, 1993:1-2). As Atividades Terciárias apresentam, conseqüentemente, um *papel preponderante na dinâmica do sistema produtivo*, contribuindo direta ou indiretamente para o desenvolvimento econômico, além de solucionar, muitas vezes, problemas estruturais e conjunturais do mercado de trabalho, dada a capacidade de multiplicação de serviços que demandam pouco ou nenhum capital e mão-de-obra menos qualificada (Kon, 1996:5). Assim, conforme argumenta Riddle (1986), *os Serviços constituem-se no elemento*

aglutinador que mantém qualquer economia coesa, sendo que tal 'indústria' possibilita todas as transações econômicas, além de agir como força motriz que estimula a produção de bens (p. 26).

Desse modo, o papel desempenhado pelo Setor Terciário nas economias contemporâneas está longe de ser negligenciado, não só em decorrência do seu potencial de *geração de renda e emprego*, mas, principalmente, em função dos seus diversos segmentos estarem proporcionando *insumos fundamentais ao Setor Industrial*, como no caso dos seguros, telecomunicações, transportes e todo o setor bancário⁷³ (Melo et al., 1998:1). Outros autores sugerem, ainda, que o papel dos Serviços na economia mundial é *primordial*, em função de possibilitar a execução de todas as transações econômicas, não apenas fornecendo '*inputs*' essenciais para as manufaturas, mas também permitindo inter-relacionamentos para frente e para trás (*forwards e backwards effects*)⁷⁴ no desenvolvimento dos diferentes pólos de crescimento⁷⁵ (Kon, 1997).

Riddle (1987) avança, quanto à questão, ao propor que os Serviços não apenas facilitam as atividades extrativas e manufatureiras, mas também introduzem um valor agregado, que ocorre primeiramente neste em relação aos demais setores. De acordo com a autora, a *Indústria dos Serviços*⁷⁶ constitui-se, dessa maneira, na *força primária para o crescimento econômico*. Os Serviços correspondem, por conseguinte, aos principais adquirentes de equipamentos e insumos. Além disso, eles suscitam a demanda por novas tecnologias⁷⁷, criando e assegurando qualidade de vida (Riddle, 1987:83-4). A posição teórica adotada por Gershuny (1987) é, contudo, bastante distinta daquela proposta por Riddle (1987) e por outros autores. O argumento principal de Gershuny (1987) é que, embora o emprego na Sociedade '*Pós-Industrial*' se esboce na '*Indústria dos Serviços*', o consumo limita-se preferencialmente à aquisição de bens. Dessa forma, diferentemente da Sociedade Industrial (em que o emprego se concentrava na indústria e o consumo de Serviços era intenso), o consumo de Serviços não aumenta na mesma proporção que o desenvolvimento acelerado do setor. Para Gershuny (1987), a vitalidade dos Serviços residiria, assim, no desenvolvimento do Setor Secundário e não do Terciário, conforme sugerido por outros autores.

Dois fatos contribuem por explicar esse processo. De um lado encontra-se o denominado fenômeno da '*doença de custos*', no qual os serviços finais tornam-se comparativamente mais onerosos do que os outros bens.

73 A literatura internacional classifica estes serviços como, '*Terciário da Indústria*' ou os chamados, '*Serviços Intermediários*', ou ainda como '*Serviços Produtivos*', os quais pertenciam anteriormente às manufaturas. Exemplos deles incluem também as atividades de estocagem, departamento pessoal, contabilidade, pesquisa & desenvolvimento, administração, marketing, dentre outros.

74 Ver Vargas, 1985.

75 Ver *ibid.*, 1985, sobre a 'teoria dos pólos de crescimento', em que é analisada a teoria proposta por Perroux.

76 O termo refere-se à tradução da expressão, '*Service Industries*', amplamente difundida no idioma inglês.

77 Ver Castells, 1989.

Com isso, a demanda por serviços tenderia a ser reduzida substancialmente em função da automação e da elevação dos custos finais. Por outro lado, estaria acontecendo, em paralelo, uma reorganização da mão-de-obra, com a reagregação das ocupações em torno dos Serviços Produtivos e de outros Serviços Intermediários (Gershuny, 1987). Este último fato colaboraria, também, para o declínio na demanda por Serviços Pessoais.

Apesar dos diversos argumentos contrários à importância do Setor Terciário para o desenvolvimento econômico⁷⁸ consideramos, como base deste ensaio, a relevância da atuação dos Serviços como elemento 'norteador' do desenvolvimento econômico nas principais economias capitalistas, seja nos Países Desenvolvidos ou nos Países em Desenvolvimento. O intenso peso das transações de comércio internacional e o fato das empresas dos setores financeiro e de comunicações terem-se constituído num dos espaços privilegiados para a propagação dos efeitos da revolução microeletrônica são, portanto, apenas alguns exemplos da essencial necessidade dos Serviços nessas economias (Melo et al., 1998:4). A Tabela 20, a seguir, exemplifica o tópico, no qual consta o aumento da comercialização de Serviços para os diversos blocos econômicos.

78

Vários autores consideram os Serviços como 'atividades improdutivas', principalmente os primeiros economistas a analisarem o tema, dentre os quais incluem-se Adam Smith. Para uma maior descrição deste conteúdo de cunho histórico e descritivo, ver KON, A. *A Produção Terciária*. São Paulo, Brasil: Editora Nobel, 1992.

TABELA 20

Total de Serviços Comercializados por Blocos Regionais (em Milhões de Dólares)

Fonte: Estatísticas em Comércio Internacional de Serviços, OCDE/Eurostat, 2000.

(1) Até 1991 refere-se à EU-12, e de 1992 em diante, à EU-15

(2) Fonte: Balance of Payments Yearbook, Part 2: World and Regional Tables, IMF (FMI), 1999.

Bloco Regional		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
União (1) Européia	a. neto	27.206	27.434	19.819	14.227	14.166	13.561	6.987	14.132	21.994	16.306
	b. crédito	304.906	381.532	388.608	469.309	440.754	473.218	523.251	554.127	560.319	576.793
	c. débito	277.700	354.099	368.790	455.082	426.588	459.657	516.265	539.994	538.325	560.487
Alca	a. neto	15.469	16.965	31.277	44.585	47.692	54.480	67.018	78.475	82.002	75.003
	b. crédito	149.623	172.623	190.602	203.836	214.456	231.923	251.650	275.998	299.696	306.692
	c. débito	134.153	155.658	159.325	159.251	166.763	177.444	184.633	197.522	217.693	231.691
OCDE (Ásia e Pacífico)	a. neto	-41.439	-47.760	-47.266	-50.388	-47.232	-51.301	-61.451	-68.831	-58.296	-50.644
	b. crédito	60.480	63.639	68.386	73.576	80.955	92.955	108.919	114.312	118.413	106.808
	c. débito	101.919	111.398	115.653	123.965	128.188	144.256	170.370	183.144	176.709	157.451
OCDE (Europa)	a. neto	-	-	-	-	34.768	35.763	36.688	41.644	53.353	49.662
	b. crédito	-	-	-	-	497.408	534.459	600.529	632.377	641.935	665.965
	c. débito	-	-	-	-	462.640	498.696	563.841	590.732	588.582	616.304
G-7	a. neto	-14.277	-21.236	-8.706	-4.384	-863	-3.102	-5.007	4.253	28.436	26.820
	b. crédito	373.298	448.974	472.668	519.685	517.742	551.701	609.384	653.948	687.889	692.771
	c. débito	387.573	470.300	481.375	524.071	518.606	554.804	614.392	649.694	659.453	665.951
OCDE (Total)	a. neto	-	-	-	-	35.228	38.942	42.255	51.289	77.060	74.021
	b. crédito	-	-	-	-	792.818	859.337	961.098	1022.687	1060.044	1079.466
	c. débito	-	-	-	-	757.591	820.395	918.844	971.398	982.984	1005.446
Mundo (2)	a. neto	-	-	-	28.140	-18.294	-3.969	-13.129	-1.273	16.603	12.034
	b. crédito	-	-	-	980.684	995.904	1080.790	1231.880	1313.800	1363.260	1360.990
	c. débito	-	-	-	1008.820	1014.200	1084.760	1245.010	1315.080	1346.650	1348.960

Assim sendo, Daniels (1993) coloca que “(...) durante os anos 80, a *Indústria dos Serviços* tem-se tornado um ingrediente bastante ativo⁷⁹, capaz de moldar as mudanças socioeconômicas numa escala global; ela tem estimulado, também, os governos nacionais e demais organizações ligadas à regulamentação e à promoção internacional do comércio a observar mais atentamente e construtivamente, de modo que os benefícios gerados sejam distribuídos eqüitativamente entre as economias mais e menos desenvolvidas” (Daniels, 1993: prefácio). Desta forma, segundo Riddle (1987), sem os Serviços de transporte, comunicações, utilidades públicas e construção civil, muito pouco da atividade econômica seria passível de concretizar-se (p. 83). Conseqüentemente, embora o Setor de Serviços apresente suma relevância nos Países Desenvolvidos, é possível colocar que sua maior importância se dá nos Países em Desenvolvimento, por atuarem como agentes facilitadores de todos os aspectos da vida social, política e econômica. A crescente contribuição dos Serviços no Produto Interno Bruto das economias, na geração de renda e na taxa de ocupação no emprego constitui, por conseguinte, um demonstrativo da fundamental importância do Setor Terciário para todos os países. Esses, dentre outros aspectos, constituir-se-ão no objeto principal desta parte.

11.2 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO SETOR TERCIÁRIO (OU DE SERVIÇOS)⁸⁰

“O Setor Terciário, é o setor pelo qual a produção se consubstancia em mercadoria, adquirindo valor de troca (comércio) e fornecendo recursos à produção e ao consumo (setor financeiro) dentre outras funções (como o próprio processo de criação)” (Vargas, 1985:70).

A conceituação do *Setor Terciário* não consiste em uma tarefa simples. Alguns dos problemas fundamentais, que prejudicam sua definição, referem-se à heterogeneidade do Terciário e à escassez de informações sobre o setor. A *heterogeneidade* do Setor Terciário corrobora para as enormes dificuldades em definir e caracterizar o *Setor de Serviços* como um todo (Fuchs, 1968; Gershuny, 1987; Daniels, 1993; Kon, 1996; Pochmann, 2001). Com relação a isso, Fuchs (1968) diz que há uma dificuldade muito grande em se delinear as fronteiras do setor com precisão e que não há uma única divisão que possa ser considerada completamente satisfatória. Por conseguinte, é provável que a melhor definição para um conjunto de problemas não seja a mais adequada para outro (p. 17). *“De fato, julgando-se pela descrição ilus-*

79

É importante salientar que, embora os Serviços assumam suma importância no desenvolvimento econômico atual, a participação da produção industrial ainda prevalece fundamental para muitas economias, principalmente nos Países em Desenvolvimento.

80

Ao longo deste trabalho, os termos *Setor Terciário*, ou *Setor de Serviços*, ou ainda simplesmente *Serviços*, adquirirão a mesma conotação, referindo-se àquelas atividades que não as pertencentes aos Setores Primário, Secundário, de Extração vegetal e mineral, conforme sugerido pelos principais teóricos do assunto.

trativa do quadro que segue, existe uma variedade e dissimilitude de bens produzidos no Terciário, pelo menos tão grande quanto se poderia observar no rol de bens (mercadorias) produzidos nos Setores Primário e Secundário. Assim, por exemplo, somente a característica de 'bem abstrato' justificaria a inclusão, numa mesma categoria dos produtos fornecidos por um restaurante e pelo governo na administração geral" (Almeida & Silva, 1973:16). Mas, em alguns casos, como coloca Kon (1996) é difícil distinguir se uma firma constitui-se exclusivamente em uma produtora de bens, ou se incorpora uma indústria de serviços, e em qual ramo da produção esta deve ser considerada (p. 9).

Uma outra questão, que dificulta sobremaneira a definição do Setor Terciário, corresponde à *compilação* e à *utilização de dados estatísticos* sobre o setor. Desde os meados dos anos 60, constatava-se a urgente necessidade de adequação das fontes existentes para a avaliação e a análise dos Serviços⁸¹. Embora tenham ocorrido progressos consideráveis, em virtude de um maior aprofundamento sobre o tema, ainda se verifica uma tendência em adotar definições, caracterizações e estatísticas preestabelecidas pela literatura. Nesse sentido, as definições e caracterizações do Terciário tornam-se bastante imprecisas, principalmente devido à imaterialidade dos produtos gerados, à escassez de dados e ao fato de constituírem-se em objetos abstratos de difícil quantificação e qualificação (Fuchs, 1968; Almeida & Silva, 1973; Kon, 1996; Pochmann, 2001). Baseados nisso, traçaremos aqui, um breve *panorama conceitual* sobre os Serviços, utilizando-nos dos vários recursos disponíveis.

A denominação genérica de *Setor Terciário* surge, portanto, com Fisher (1933) e Clark (1940). Segundo Fisher (1933)⁸², a principal característica do Setor Terciário seria a *produção de bens imateriais*, fato que o diferencia dos demais setores. Melo et al. (1998) coloca, a respeito, que foi esse o primeiro autor a propor uma classificação das atividades econômicas em Primárias, Secundárias e Terciárias, identificando-as para cada caso concreto (p. 3). A '*teoria dos três estágios*' tem sido, desse modo, amplamente utilizada pela literatura, na qual muitas vezes se encontra inserido um quarto estágio, ou seja, o *Quaternário* (informática e produção de idéias). Porém, essa teoria descreve apenas um processo de mudança social e econômica que resulta de um estágio final, em que os Serviços tornam-se o maior grupo de atividades econômicas ou de emprego. De acordo com a mesma, a '*Indústria de Serviços*' pertenceria ao estágio mais avançado do desenvolvimento de uma

81
Fuchs (1968), na introdução do livro '*The Emerging Service Economy*', evidenciava a necessidade de uma mudança substancial nos levantamentos estatísticos sobre os Serviços, por parte dos órgãos e instituições provedores, a fim de que se pudesse melhor compreender a então emergente, '*Economia dos Serviços*'.

82
Citado por Melo et al, 1998.

economia, precedido somente, nas etapas anteriores, pela agricultura e pela manufatura (Kon, 1997: 8-9).

No entender de Kon (1997), entre outros autores, esse método não fornece, contudo, uma explicação plausível para o crescimento das atividades de serviços, pois estas são muito heterogêneas e os vários grupos apresentam diferentes características, além dos vários fatores que afetam o seu desenvolvimento (p. 9). À medida que as economias se tornam interligadas mundialmente pela globalização, verifica-se pois, uma enorme dificuldade em subdividi-las em setores independentes. Dessa maneira, alguns autores preferem considerar que as atividades de Serviços facilitam, por um lado, a produção e a distribuição de bens e, por outro, atendem às necessidades da vida pessoal dos indivíduos (Kon, 1996:8-9). Em verdade, trata-se de uma abordagem bastante distinta da anterior, como esboça Wood (1988):

“Mudanças organizacionais e técnicas têm dissolvido progressivamente a distinção entre a indústria e as funções de serviços. Quaisquer preocupações com o emprego na manufatura às custas das mudanças ocorridas no Setor de Serviços provoca mal-entendidos em relação às tendências mais amplas” (p. 95).

Assim sendo, pudemos averiguar, que as definições e características do Setor Terciário têm variado substancialmente, de acordo com o tempo e o espaço. Alguns autores definem, por exemplo, o *Setor Terciário (ou de Serviços)*, como sendo aquele cujas atividades desempenhadas não se inserem, respectivamente, nos Setores Primário e Secundário da economia⁸³ (Fuchs, 1968; Almeida & Silva, 1973; Lipietz⁸⁴, 1983; Gershuny, 1987; Kon, 1996; Kon, 1997). Conforme propõem Almeida & Silva (1973), “(...) tradicionalmente, o Setor Terciário da economia têm sido definido, por resíduo, com algumas nuances, pelo conjunto de atividades produtivas outras que as agrícolas, pecuárias, extrativas vegetal, animal e mineral, as indústrias de transformação, construção civil, suprimento de gás, energia elétrica e água, transporte e comunicações. Estes últimos cinco ramos da atividade econômica, principalmente, têm sido objeto de classificação, ora no setor secundário, ora no setor terciário, nos diferentes textos da literatura especializada⁸⁵” (p. 15). Desta forma, podemos colocar, momentaneamente, que o *Setor Terciário* caracteriza-se por reunir todas as atividades, cuja produção não é mensurável em unidades físicas, sendo que nesse setor o produto somente existe durante o processo produtivo, não sendo possível manter-se estoque dos bens obtidos (Almeida & Silva, 1973:16).

83

(Ver Kon, 1996). Segundo a autora, na maior parte das vezes, a definição das atividades de serviços é formulada como complementação das atividades econômicas de um sistema produtivo, como *resíduo* ou as atividades que não compõem os setores de manufatura, extração vegetal e mineral e o setor primário. (p. 10)

84

Ver LIPIETZ, A. *Le Capital et son Espace*. Paris: Maspéro, 1983. As definições e caracterizações do Setor Terciário, apresentadas por este autor, baseiam-se em conceitos marxistas quanto à questão da mais-valia, etc.

85

(Ver Fuchs, 1968). As maiores dificuldades são quanto à alocação dos *transportes, das comunicações e das utilidades públicas* no Setor de Serviços, uma vez que estas são estritamente dependentes das tecnologias complexas e dos investimentos pesados. De acordo com Fuchs (1968), a inclusão ou não deste grupo no Setor de Serviços não altera em muito os dados referentes à participação total do setor. Porém, tem-se argumentado, recentemente, que a participação das comunicações e dos transportes na 'Economia Informacional' tem sido bastante expressiva (Castells, 1989). Por conseguinte, concluímos que as respectivas 'inclusões' ou 'exclusões' destes segmentos, no computo estatístico geral do Setor Terciário, podem vir a alterar o conjunto final de dados. É necessário rever, portanto, a posição adotada por Fuchs (1968) quanto a esta questão.

A principal característica das *Atividades Terciárias* seria, portanto, a *simultaneidade entre o fornecimento do serviço e o consumo*, isso é, o fato destas etapas estarem contidas em espaços de tempo coincidentes faz com que o produto desses serviços não se revista de um caráter aparentemente durável⁸⁶ (Kon, 1996:3). A questão da *intangibilidade* e da *imaterialidade* dos produtos gerados pelo Terciário, citados anteriormente, resumem igualmente outras características do setor. De uma maneira geral, podemos sintetizar os *Serviços* (ou Setor Terciário), como sendo aqueles distintos dos bens derivados da produção industrial e agrícola, pelo fato de serem consumidos tal como produzidos e por serem resultantes de um processo em que produção e consumo são coincidentes no tempo e no espaço. Além disso, eles caracterizar-se-iam pela circunstância de apresentarem produtos *intangíveis, intransferíveis, não-estocáveis* e por esboçarem um *contato direto entre produtores e consumidores* (Melo et al., 1998:3).

De acordo com Murdock (1990), outra definição de uma empresa de Serviços é baseada no *produto do sistema produtivo* em que se insere, ou seja, define um serviço como pertencente a um sistema produtivo, que se classifica em uma das seguintes classes:

1. Quando o produto do sistema é consumido simultaneamente com a produção;
2. Quando o produto do sistema é a informação ou energia que pode ser estocada em algum equipamento para ser utilizada posteriormente;
3. O produto do sistema é de fornecer atividades de apoio que facilitam a atividade de uma outra empresa ou família (Kon, 1996).

Entretanto, todas estas definições conduzem-nos ao fato de que as definições de Serviços refletem, freqüentemente, pressupostos inadequados quanto à intensidade do trabalho, à durabilidade ou à simultaneidade da produção e do consumo. Na realidade, "(...) *os serviços podem ser trabalho-intensivos (serviços domésticos) ou capital-intensivo (comunicações); perecíveis (limpeza) ou duráveis (educação); simultâneos (concertos ao vivo) ou não-simultâneos (instruções para programas de computadores)*" (Riddle, 1987:86). Assim sendo, Vargas (1985), dentre outros, complementa a *caracterização do Setor Terciário*, quanto aos seguintes aspectos: *tipo de atividade, estrutura e diferentes âmbitos de atuação* do setor.

86

Alguns autores sugerem que a 'durabilidade' de alguns serviços pode variar conforme o serviço prestado. Assim, não necessariamente a durabilidade do serviço prestado se exaure no momento em que ele é oferecido ao consumidor, como no caso de uma peça de teatro ou um concerto, cujos efeitos se perpetuam na memória do espectador pelo tempo que ele desejar. Entretanto, convencionou-se assumir que os Serviços, em sua grande maioria, apresentam características efêmeras e momentâneas, decorrendo disso, a baixa durabilidade dos produtos gerados pelo Setor (Ver exemplos em Fuchs, 1968:15).

No que diz respeito aos *tipos de atividades*, inseridas no setor, a autora subdivide os Serviços em: administração, serviços bancários, comércio, educação, cultura, lazer, saúde, profissões liberais, etc. (Vargas, 1985:58). Fuchs (1968) inclui nesse rol, ainda, as finanças, os seguros, o setor imobiliário, o governo de uma forma geral (incluindo o setor militar, na maioria das circunstâncias) e, os serviços propriamente ditos, tais como profissionais, pessoais, de negócios e reparação (p. 16). Tem-se notado, porém, uma enorme dificuldade em conceituar-se os diferentes tipos de atividades inseridos nos Serviços. Tal problemática reflete-se na interpretação de dados, conforme exposto acima. Desse modo, a fim de simplificarmos a extensa gama de atividades do Setor Terciário, apresentamos a Tabela 21, na qual constam alguns exemplos das principais atividades nela inseridas.

Atividade	Produto
Comércio	Intermediação (facilitação de consumo e produção)
Representação em geral	Intermediação e divulgação
Bancos em geral	Intermediação
Corretores de câmbio e valores	Intermediação
Corretores de imóveis	Intermediação
Agentes de turismo e viagem	Intermediação e lazer
Companhias de seguros	Garantia
Outros agentes financeiros	(diversos)
Hotelaria (e Restaurantes)	Produção de mercado e facilitação de consumo
Transportes	Lazer e facilitação de consumo e produção
Comunicações	Lazer e facilitação de consumo e produção
Rádio e televisão (difusão)	Lazer e formação cultural (mais facilitação de consumo e produção)
Serviços técnicos-profissionais	(diversos)
Instituições de ensino em geral	Formação cultural (Lazer)
Instituições de pesquisa em geral	Formação cultural (Lazer)
Instituições filantrópicas e religiosas	Satisfação sócio-cultural-religiosa
Instituições recreativas e culturais	Lazer e formação cultural
Administração governamental	Garantia de interesses gerais da coletividade
Defesa e policiamento	Garantia de interesses gerais da coletividade
Saúde pública – Governo	Garantia de interesses gerais da coletividade
Educação – Governo	Formação cultural e garantia de interesses gerais da coletividade
Conservação – Governo	Garantia de interesses gerais da coletividade
Promoção econômica – Governo	Garantia de interesses gerais da coletividade
Promoção social – Governo	Garantia de interesses gerais da coletividade
Serviços Domésticos – funcionamento	Produção de mercado e facilitação do consumo e produção
Serviços Domésticos – manutenção	Produção de mercado e facilitação do consumo e produção

TABELA 21

Algumas Atividades e Produtos do Setor Terciário

Fonte: Almeida & Silva, 1973:18

Quanto à sua *estrutura*, Vargas (1985) coloca que as Atividades Terciárias se encontram subdivididas em dois níveis: os de *comando* e os de *serviços*, propriamente ditos. No primeiro grupo estariam as atividades de direção das empresas e, no segundo, figurariam aquelas que relacionam-se diretamente ao consumidor. Ou melhor, de acordo com Rochefort (1976)⁸⁷, as atividades de *serviços* fornecem bens e serviços e, as de *comando*, fornecem decisões. A literatura sobre o tema é bastante rica, sendo que os estudos mais recentes têm-se detido, basicamente, sobre os denominados *Serviços de comando*, ou *Serviços Produtivos*, os quais constituem-se nos elementos 'pivotaís' das modernas economias (Daniels, 1993; Sassen, 1994; outros). A maior parte das estatísticas mundiais baseia-se, todavia, na divisão proposta pela ISIC (Standard Industrial Classification), formulada para a ONU (Organização das Nações Unidas)⁸⁸, em que aparecem as seguintes *subcategorias de Serviços*, ou *Classes Ocupacionais*:

1. *Serviços distributivos*, que incluem a distribuição física de bens (comércio atacadista e varejista), a distribuição física de pessoas e cargas (transportes) e a distribuição da informação (comunicações);
2. *Serviços sem fins lucrativos (ou sociais)*, que constituem a administração pública e outras organizações, como sindicatos, templos religiosos, instituições assistenciais, clubes;
3. *Serviços às empresas (ou produtivos)*, que oferecem serviços intermediários para os demais setores, em que se incluem as atividades financeiras, os serviços de assessoria legal, contábil, de informática e outras, e de corretagem de imóveis;
4. *Serviços ao consumidor (ou pessoais)*, que consistem de uma ampla gama de serviços sociais e pessoais oferecidos a um indivíduo, na maior parte para ressaltar a sua respectiva qualidade de vida, tais como: os serviços de saúde, ensino, restaurantes, serviços de lazer e outros pessoais e familiares⁸⁹ (Kon, 1996:13).

Quanto ao *âmbito de atuação* do setor, Vargas (1985) destaca o *Setor Terciário Público* e o *Setor Terciário Privado*. "(...) Os serviços privados têm como elementos diretores de sua localização a expectativa da rentabilidade a ser auferida, ou seja, a capacidade de atração dos consumidores, que se consubstancia no principal elemento de análise para o estabelecimento das atividades terciárias. Os serviços públicos, ao contrário, organizam-se em

87
Citado por Vargas, 1985.

88
O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também se utiliza desta classificação.

89
A subdivisão, mencionada acima, espelha-se na categorização delineada por Singelmann (1978), em que se concentram as seguintes categorias de ocupação, de forma bastante sucinta:
1. *Distribuição*, responsável principalmente pelas ocupações em comunicação, transporte e comércio;
2. *Produção*, segmento moderno da sociedade pós-industrial que envolve as ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção (indústrias);
3. *Social*, responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo como educação e saúde;
4. *Pessoal*, representada pelas ocupações de atendimento do consumo individual como lazer, alimentos e embelezamento (In: Pochmann, 2001:57) (Ver também Melo et al, 1998).

função das receitas globais da nação e, como tal, devem estar a serviço do conjunto da coletividade” (Vargas, 1985:59).

Outros aspectos, comumente levantados na caracterização do Setor Terciário, tratam da questão da *intensidade do capital e do trabalho* nas atividades de Serviços, baseados tanto nos equipamentos quanto na mão-de-obra. No primeiro caso, temos os *chamados ‘serviços automatizados’*, oferecidos por equipamentos que passam a substituir uma mão-de-obra prévia. Em relação ao segundo caso (mão-de-obra), é possível subdividir os serviços quanto aos que não requisitam mão-de-obra qualificada, aos que necessitam trabalho qualificado e aos serviços profissionais especializados (Kon, 1996:11). Entretanto, os Serviços são considerados, em sua maioria, como *capital-intensivo*, sendo dependentes de um grande contingente de trabalhadores, fato este que os diferencia do Setor Secundário.

Finalmente, um último aspecto abordado, refere-se à *localização* dos Serviços. Muitos autores concordam que, para que haja a viabilização do setor, faz-se indispensável a sua proximidade com o mercado consumidor, levando-se em conta a estrita relação entre a produção e o consumo (Kon, 1996; Vargas, 1985). Porém, as novas tecnologias informacionais têm permitido a dispersão de vários Serviços ao longo do território. Em outras ocasiões argumentamos sobre o processo de descentralização de algumas atividades terciárias mais rotineiras e da concentração espacial dos Serviços Produtivos. Vários são, igualmente, os estudos de caso⁹⁰ que abordam o deslocamento dos Serviços dos Países Desenvolvidos para os Países em Desenvolvimento, nos quais vê-se que os custos operacionais nestes últimos apresentam-se inferiores em relação aos primeiros (Castells, 1989; Graham & Marvin, 1996; Sassen, 1994; outros).

Conclui-se, portanto, que a *pluralidade das características* e a participação das diferentes Atividades Terciárias do Setor são inesgotáveis. Segundo Giarini (1995), “(...) existem muitas funções de Serviços que são atualmente, decisivas tanto para a moderna agricultura quanto para os sistemas industriais. Estas atividades têm-se desenvolvido a tal ponto que hoje representam de 70 a 80 por cento dos empregos e dos investimentos gerados através dos demais setores” (p. 91). Decorre disso, conseqüentemente, a afirmação de que *não é possível falar de um único Setor de Serviços*, mas, sim, de uma série de atividades que aumentaram em diversidade ou especialização (Castells, 1989:130) e que os Serviços são, de fato, uma maneira de absor-

⁹⁰ Alguns exemplos incluem a descentralização de algumas prestações de serviços, tais como: reservas aéreas, operações de cartões de crédito, etc. para Países em Desenvolvimento, cuja população domina o idioma inglês, como por exemplo, no caso de alguns países caribenhos (Jamaica) e da Índia.

ver o excedente da mão-de-obra gerado pelo incremento da produtividade na agricultura e na indústria (Melo et al., 1998:8).

11.3 ANÁLISE DO SETOR TERCIÁRIO

Vários são os fatores que contribuem para o crescimento acelerado do Setor Terciário. Dentre eles, Fuchs (1968) salienta:

1. '*Rápido crescimento*' na *demanda final* por Serviços;
2. Relativo aumento na *demanda intermediária* por Serviços e;
3. *Baixa produtividade* nos Serviços.

A primeira situação abrange a relação entre os *padrões de consumo* e o *nível de renda* dos consumidores. Muitos autores discorrem, com frequência que, uma demanda maior por Serviços acontece em decorrência do aumento da renda. Porém, em estudo de caso nos Estados Unidos, para o período compreendido entre os anos 30 e os anos 60, Fuchs (1968) mostra que a demanda por Serviços não se modifica, uma vez que o poder aquisitivo dos americanos não se altera.

O segundo tópico explora o *crescimento da demanda intermediária* por Serviços, pelas indústrias manufatureiras, em função de uma *nova divisão internacional*⁹¹. São criados novos Serviços, os quais voltam-se, predominantemente, para a produção industrial. Estes estavam anteriormente contidos na própria produção industrial (Vargas, 1985). Fuchs (1968) aponta, novamente, que as alterações são insignificantes, ou seja, o incremento é de apenas 10% para o período situado entre 1947 e 1958⁹². Existem, desta forma, dois tipos de demanda: a *intermediária* e a *final*. A demanda intermediária evolui de acordo com a produção de manufaturados e a sua respectiva necessidade. Por sua vez, o crescimento da demanda final por Serviços depende de um aumento na renda do consumidor, do declínio no preço relativo ou de mudanças de gosto (Fuchs, 1968:35). Por último, temos a questão da *produtividade decrescente* no setor, a qual propicia um crescimento de pessoas empregadas no Terciário (Kon, 1997:10-11).

Apesar do trabalho, desenvolvido por Fuchs (1968), ter sido um dos pioneiros a analisar o potencial existente no Setor Terciário, é possível argumentar que tal pesquisa limita-se, em seu recorte espacial, ao caso dos Es-

91
Ver Feagin & Smith, 1987; Pochmann, 2001, e outros, sobre a nova divisão internacional.

92
Para o período estudado por Fuchs (1968), o crescimento dos 'Serviços Produtivos', ou serviços voltados para a indústria, era praticamente insignificante. Porém, estudos abordados mais adiante mostram que uma das principais causas do aumento no Terciário se dá devido à este tipo de serviços.

tados Unidos e restringe-se a um curto período de tempo. Os Serviços têm se tornado, desde então, parte integrante do desenvolvimento econômico. No caso da demanda intermediária, por exemplo, podemos propor que estatísticas mais recentes têm evidenciado o seu crescimento constante, sobretudo nas economias mais avançadas. A baixa produtividade têm sido um outro fator responsável pelo recente 'inchaço' do Terciário nos Países em Desenvolvimento, porém bastante discutível em muitos Países Desenvolvidos. O incremento da contribuição dos Serviços deveria incluir, assim, uma série de questões mais contemporâneas, além das exemplificadas acima, as quais serão melhor discutidas adiante.

A primeira delas refere-se à *baixa capacidade de absorção da mão-de-obra pelo Setor Secundário*. Conforme sugere a 'teoria dos estágios', o excedente da força de trabalho do Setor Primário deveria ser prontamente reintegrado ao setor manufatureiro. Em função da não-ocorrência desse fato, considerável porção da mão-de-obra tem sido alojada no Setor Terciário, o qual exige aparentemente menores qualificações profissionais⁹³. Outra explicação trata do *fenômeno da desindustrialização*, ou declínio relativo e absoluto do emprego no Setor Secundário. Segundo Kon (1997), nesse caso, o Setor Terciário reabsorve a mão-de-obra dispensada e a realocação de capital para o Setor de Serviços é efetuada com maiores retornos e rentabilidade. Finalmente, um outro ponto de vista coloca que o Setor de Serviços tem aumentado em decorrência do crescimento do emprego no Setor Público, ou seja, graças à demanda por serviços coletivos (Kon, 1997:6-7).

93
No caso dos Países em Desenvolvimento, este fenômeno é mais intensificado, conforme será demonstrado a seguir.

É possível argumentar, igualmente, que o incremento no emprego em Serviços pode estar relacionado ao *processo de intensa urbanização*. Quanto maior for o nível de urbanização, maiores serão as exigências e as demandas por serviços prestados. As chamadas '*Economias de Escala*' favorecem, dessa maneira, a aglomeração das Atividades Terciárias no espaço (Kon, 1996; Kon, 1997). "*Além desses fatores, transformações marcantes pelas quais passaram as economias no processo industrial, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, tiveram conseqüências consideráveis no processo de terceirização associado ao desenvolvimento econômico global. O processo de concentração e centralização do capital exigiu uma reestruturação na administração e no controle de empresas, implicando na necessidade da criação de uma rede de empresas de serviços auxiliares que fundamentassem novas formas de organização. Em segundo lugar, a internacionalização*

do capital por meio da multinacionalização das empresas aumentou a demanda por serviços externos às mesmas (...)" (Kon, 1996:17-18).

Assim sendo, tendo em vista a complexidade dos vários fatores envolvidos na análise, a literatura internacional propõe a leitura desagregada das diversas partes do Setor Terciário. "Esta ótica entende que a demanda por Serviços obedece à seguinte lógica: serviços finais privados, que dependem do consumidor individual no mercado, são influenciados pelo grau de urbanização e mudanças demográficas; os serviços intermediários ou prestados às empresas, cuja expansão depende das decisões dos produtores de bens e, os serviços públicos, cuja demanda depende de decisões eminentemente políticas definidas pela sociedade"⁹⁴ (Melo et al., 1998:17). Somente a partir desta visão, poder-se-á melhor explicar a evolução do Setor Terciário, tanto nos Países Desenvolvidos quanto nos Países em Desenvolvimento.

94
Sobre a definição dos Serviços Intermediários e Finais, ver Wood, 1988, p. 102.

11.3.1 O Setor Terciário nos Países Desenvolvidos

Os *Serviços* nos Países Desenvolvidos têm acompanhado a trajetória do progresso técnico-científico mundial. O crescimento do Setor Terciário tem ocorrido principalmente, dentre outros fatores, sob o ponto de vista de sua contribuição no Produto Interno Bruto (PIB). A Tabela 22 exemplifica esse episódio para as últimas três décadas. Configura-se uma situação, em 1993, na qual os Serviços representavam, em média, cerca de 65% do PIB das principais economias avançadas.

País	1960	1993	Porcentagem de mudança (1960/ 1993)
Estados Unidos	58	75	29,31
Reino Unido	53	65	22,64
França	52	69	32,69
Alemanha	41	61	48,78
Japão	42	57	35,71
Canadá	60	71	18,33
Itália	46	65	41,30

TABELA 22

Porcentagem de Participação dos Serviços no Produto Interno Bruto (PIB), nos países do G-7 (%)

Fonte: Banco Mundial, World Development Report, vários anos.

Desde meados dos anos 50, também o número de pessoas empregadas no Setor Terciário tem crescido constantemente, como resultado de novas necessidades do processo de intensificada industrialização. A Tabela 23, adiante, apresenta a distribuição setorial do emprego para vinte países da OCDE⁹⁵, em 1960. A partir desta, é possível notar que os Serviços contri-

95
Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

buíam significativamente para o total dos empregos gerados (cerca de 35% a 50%), sobretudo naqueles em que a participação industrial se fazia presente. Nos países mediterrâneos verifica-se, em contrapartida, uma participação incipiente dos Serviços em virtude de um baixo desenvolvimento industrial.

Distribuição Setorial do Emprego (porcentagem)			
País	Agricultura	Indústria	Serviços
Estados Unidos	8	38	54
Canadá	13	43	45
Suécia	14	53	33
Suíça	11	56	33
Luxemburgo	15	51	34
Reino Unido	4	56	40
Dinamarca	18	45	37
Alemanha Ocidental	15	60	25
França	20	44	36
Bélgica	6	52	42
Noruega	20	49	32
Islândia	25	47	29
Países Baixos	11	49	40
Áustria	23	47	30
Irlanda	36	30	34
Itália	27	46	28
Japão	33	35	32
Grécia	56	24	20
Espanha	42	37	21
Portugal	44	33	23
Turquia	79	12	9

TABELA 23

Distribuição Setorial do Emprego: 20 Países Seleccionados da OCDE, 1960 (%)

Fonte: Fuchs, 1968:30 (baseado em dados da OCDE).

Constata-se, assim, a intrínseca relação entre o desenvolvimento do Setor Secundário e do Setor Terciário, desde os meados dos anos 60. Conforme mencionado em outras ocasiões, o papel predominante do Setor Terciário (e do Setor Quaternário) corresponderia aos últimos estágios da evolução econômica⁹⁶. Nesse cenário, segundo Castells (1989), estaríamos adentrando uma nova etapa, na qual a obtenção da '*mais valia*' passaria a ser decorrente da produção de conhecimento e do processamento das informações (p. 136). Desse modo, a atual conjuntura⁹⁷ caracterizar-se-ia pela *utilização do conhecimento a fim de consubstanciar novo conhecimento*, atuando como fonte de produtividade, por meio de seus impactos sobre os demais elementos do processo produtivo (Castells, 1989:10; Harvey, 1996:151). Observa-se, conseqüentemente, um declínio das atividades agrícolas e manufatureiras, em detrimento de uma rápida ascensão dos Serviços. Analisamos o tópico, mostrando o Gráfico 6, a seguir, em que aparece a evolução da empregabilidade para os diferentes setores econômicos, no caso dos Estados Unidos.

96
Ver Rostow, W. W.
Las Etapas del crecimiento económico, México: FCE, 1961.

97
Castells (1989) denomina a atual conjuntura de '*modo informacional de desenvolvimento*'.

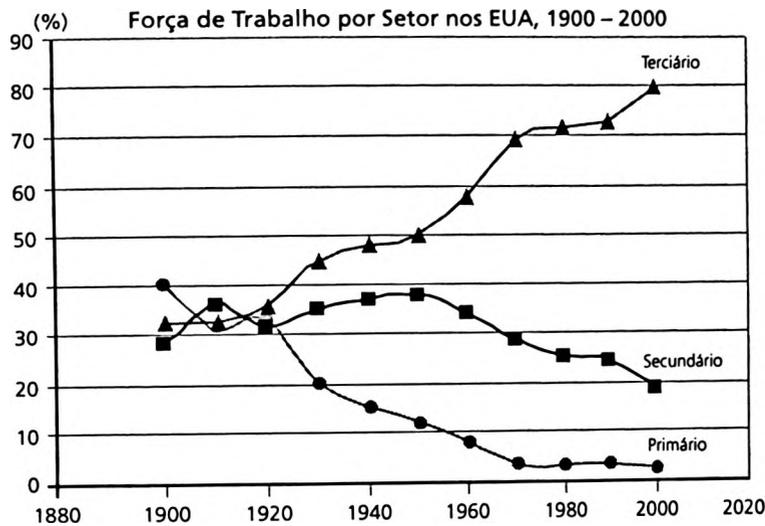


GRÁFICO 6

Emprego por Setor Econômico nos Estados Unidos

Fonte: <http://www.sru.edu/depts/artsci/ges/discover/d-5-5.htm>

O incremento contemporâneo dos empregos nos Serviços, para alguns Países Desenvolvidos selecionados, pode ser identificado na Tabela 24 adiante. Sem nenhuma exceção, todas as sete economias apresentaram um aumento substancial para o período compreendido entre 1960 e 1985. O crescimento ocorrido, entre 1960 e 1973, coincide com a prosperidade das respectivas economias nacionais, com o baixo desemprego e, com o aumento na produtividade industrial. Isso leva-nos a crer, de acordo com vários autores, que os Serviços prosperam paralelamente ao *aumento da renda per capita* e em *complementaridade ao Setor Industrial* (Fuchs, 1968; Kon, 1997). Por sua vez, a rápida evolução do Terciário pós-1973 encontra-se associada, na literatura internacional, à crise do petróleo e à emergência de um novo paradigma técnico-científico, no qual ocorrem significativas transformações de natureza econômica. Nesta última fase, os Serviços atuam como elementos gerenciais da produção industrial.

Ano	França	Alemanha	Japão	Holanda	Suécia	Reino Unido	Estados Unidos	Média
1960	44,1	38,6	37,4	47,8	47,7	48,8	61,1	46,5
1973	51,3	46,1	49,1	57,7	57,7	55,4	66,4	54,8
1985	61,7	54,2	57,1	67,5	66,9	65,3	72,3	63,3

TABELA 24

Emprego no Setor Terciário em Porcentagem do Emprego Total para Determinados Países Desenvolvidos, 1960-1985 (%)

Fonte: Daniels, 1993.

No entanto, embora se note um crescimento do emprego no Setor Terciário para todos os países acima listados, passando na média de 46,5%, em 1960 para 63,3%, em 1985, é necessário que se faça o desmembramento do Setor de Serviços em seus diversos subsetores, a fim de melhor compreender em qual deles se processa efetivamente o incremento. A Tabela 25, a seguir, ilustra a questão para as principais economias mundiais. Numa primeira

fase, identifica-se um aumento nos *Serviços Pessoais* e de alguns *Serviços Distributivos* (particularmente para os Anos situados entre 1920 e 1950), os quais correspondem ao crescimento do consumo de bens e de transportes em geral configurando, portanto, um processo típico de Economias Industriais. Em relação aos Serviços que decorrem do processo de reestruturação produtiva, como ocorrido a partir da década de 70, podemos listar o incremento dos *Serviços Produtivos*, ou *'Producer Services'*, e dos *Serviços Sociais*⁹⁸.

98 Ver estudos regionais desenvolvidos por Daniels (1988) e Wood (1988), para o caso da Inglaterra e, Lipietz (1983), para o caso da França.

TABELA 25

Evolução da Distribuição dos Empregos por Setor Econômico em Anos e Países Selecionados (%)

Fonte: Pochmann, 2001:58-9 (baseado em Castells & Aoyama, 1994; FBGI).

País/ Ano	Serviços				
	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais	Total
Alemanha					
Anos 20	11,9	2,1	6,0	7,7	27,6
Anos 70	17,9	4,5	15,7	6,1	44,2
Anos 90	17,7	7,3	24,3	6,3	55,6
EUA					
Anos 20	18,7	2,8	8,7	8,2	38,2
Anos 70	22,4	8,2	22,0	10,0	62,4
Anos 90	20,6	14,0	25,5	11,7	71,8
França					
Anos 20	14,4	1,6	5,3	5,4	26,7
Anos 70	19,3	6,5	19,4	19,4	52,4
Anos 90	20,5	10,0	23,5	23,5	64,1
Inglaterra					
Anos 20	19,3	2,6	8,9	12,9	56,4
Anos 70	19,9	7,5	24,2	8,1	59,6
Anos 90	20,6	12,0	27,2	9,7	69,4
Japão					
Anos 20	12,4	2,6	4,9	5,7	24,0
Anos 70	25,2	6,0	11,6	9,2	52,1
Anos 90	24,3	9,6	14,3	10,2	59,1

Apesar do crescimento acelerado nos demais ramos de atuação dos Serviços, Sassen (1994) argumenta que a expansão dos *'Serviços Produtivos'*⁹⁹ constituem-se no principal elemento responsável pelo aumento dos empregos no Setor Terciário nos Países Desenvolvidos (p. 55). Sua emergência estaria associada às transformações na produção e distribuição de bens e serviços (flexibilidade da produção). Constata-se que os *Serviços Produtivos* obtiveram o maior crescimento relativo de todos os subsetores, substanciando uma situação inerente às *'Economias Pós-industriais'*.

99 Estes baseiam-se, respectivamente, na produção e distribuição do conhecimento e da informação. Além disso, são extremamente relevantes para as economias, de um modo geral, pois desempenham papel-chave ao aplicar as novas tecnologias ao processo produtivo, aumentando assim, a eficiência e a competitividade das nações (Daniels, 1993:3).

Serviços	Japão		Alemanha		Estados Unidos	
	1970	1990	1970	1987	1970	1991
I. Serviços Distributivos	11,689	14,987	4,748	4,765	17,190	24,079
Transportes	2,636	3,997	1,443	1,574	3,013	4,170
Comunicações	577	598	-	-	1,132	1,598
Atacado	3,159	4,377	1,125	873	3,100	4,640
Varejo	5,316	6,916	2,179	2,318	9,946	13,671
II. Serviços Produtivos	2,522	5,945	1,187	1,977	6,298	16,350
Bancos	729	1,181	438	658	1,658	3,286
Seguros	376	783	244	257	1,406	2,419
Setor Imobiliário	274	707	92	109	789	2,081
Engenharia	268	509	163	198	333	833
Contabilidade	93	188	-	-	303	660
Negócios variados	741	2,493	250	754	1,401	5,797
Serviços legais	42	85	-	-	409	1,274
III. Serviços Sociais	5,359	8,855	4,155	6,550	16,888	29,839
Serviços Médicos	211	943	815	1,465	1,846	5,259
Hospital	923	1,328	-	-	2,836	4,839
Educação	1,537	2,757	802	1,314	6,546	9,366
Serviços religiosos	381	847	245	410	908	3,154
Organizações não-governam.	524	656	112	56	330	468
Serviços postais	-	-	-	-	732	852
Governo	1,759	2,092	2,053	2,545	3,484	5,639
Serviços sociais variados	23	232	128	760	206	262
IV. Serviços Pessoais	4,441	6,296	1,610	1,687	7,696	13,659
Serviços Domésticos	153	80	116	56	1,272	1,000
Hotel	463	677	730	731	731	1,813
Restaurantes e similares	1,585	2,538	-	-	2,479	5,744
Serviços de reparação	480	614	271	297	1,056	1,670
Lavanderia	239	349	120	62	587	470
Barbearia, salões de beleza	565	650	234	258	728	876
Entretenimento	425	822	119	248	632	1,570
Serviços pessoais variados	532	567	19	35	211	516
Outros Serviços	19	366	-	-	-	-
TOTAL	52,110	61,734	26,494	26,908	76,805	116,877

TABELA 26

Dados Gerais de Emprego nos Serviços em Três Economias Desenvolvidas, 1970-1991 (em milhões)

Fonte: Dados compilados a partir de Sassen, 1994:57-9 (baseado em 'The Space of Flows', de Manuel Castells).

Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de empregados no Terciário passou de 76,8 milhões para 116,9 milhões, em 1991, sendo que os 'Serviços Produtivos', exclusivamente, evoluíram de 6,3 milhões, em 1970 para 16,35 milhões, em 1991, conforme nos mostra a Tabela 26 (Sassen, 1994:56). Os 'Serviços Produtivos' tornam-se, dessa maneira, mais integrados à produção, sendo igualmente essenciais para o desenvolvimento econômico (Daniels, 1993:9). A questão crucial tem sido, por conseguinte, o desenvolvimento acelerado dos Serviços prestados às empresas. A conclusão a que se chega é de que os Serviços Produtivos, nos Países Desenvolvi-

dos, têm sido o principal agente responsável pela promoção das mudanças econômicas estruturais (Sassen, 1994; Daniels, 1993).

11.3.2 O Setor Terciário nos Países em Desenvolvimento

O Setor Terciário assume, nos Países em Desenvolvimento, importância relativa comparada àquelas verificadas nos estágios mais avançados das economias desenvolvidas. Apesar disso, "(...) o papel dos Serviços nos países menos desenvolvidos ainda é uma incógnita" (Kon, 1997:15). Almeida & Silva (1973), em estudo sobre os Serviços no Brasil e outros Países em Desenvolvimento (entre 1955 e 1965), indicam que houve um crescimento razoável do Terciário juntamente com o incremento contínuo do Secundário, em consequência de um processo de industrialização intensiva. A Tabela 27 demonstra esta transformação. O crescimento do Setor Terciário tem sido comumente atribuído ao atendimento das necessidades prementes do Setor Secundário, embora esse fato não se justifique numa primeira instância para o caso brasileiro, conforme sugerem estes pesquisadores (Almeida & Silva, 1973).

País – Ano	Setor		
	Primário	Secundário	Terciário
África do Sul			
1946-51	34	29	37
1960	32	31	37
Variação	-6%	+7%	-
Austrália			
1954	13	41	46
1961	11	40	49
Variação	-15%	-2%	+7%
Brasil			
1950	60	14	26
1960	54	13	33
Variação	-10%	-7%	+27%
México			
1950	61	17	26
1960	55	19	33
Variação	-10%	+12%	+27%
Venezuela			
1950	45	20	35
1961	34	22	44
Variação	-20%	+10%	+26%

TABELA 27

Distribuição Setorial da População Ativa em Cinco Países em Desenvolvimento (%)

Fonte: Almeida & Silva, 1973:108.

Nas décadas posteriores (Anos 70 e 80), observamos uma efetiva expansão industrial, que atrai milhares de migrantes rurais para as áreas mais urbanizadas. Os Países em Desenvolvimento passam a sustentar níveis elevados de participação do Terciário, seja quanto ao número de empregados no Setor ou em relação aos seus respectivos Valores Agregados no Produto Interno Produto (PIB). Entretanto, embora haja um aumento significativo dos empregos nos Serviços (atingindo patamares semelhantes aos dos Países Desenvolvidos), de acordo com a Tabela 28, verifica-se que, em média, muitos destes índices são inferiores aos dos países economicamente mais desenvolvidos¹⁰⁰ (Daniels, 1993:10).

Ano	Egito	Quênia	Zâmbia	Brasil	Jamaica	Bahrain	Paquistão	Média
1977	35,3	51,3	46,4	9,0	46,7	55,9	26,4	11,2
1980	35,7	55,4	48,5	46,1	46,9	61,1	26,4	25,3
1984	36,2	59,0	49,7	47,1	49,1	61,5	27,5	43,9

Algumas das explicações para a existência de um Setor Terciário aparentemente mais incipiente nos Países em Desenvolvimento decorre pois, da marcante importância do Setor Secundário¹⁰², de uma forte presença de um Setor Terciário Informal¹⁰³, bem como de desvios estatísticos no computo geral do setor. Em se tratando, portanto, de 'Países em Desenvolvimento', algumas das características e grupos, inerentes ao Setor Terciário, acabam por não se manifestar em sua plenitude total. "(...) Sendo países subdesenvolvidos, eles apresentam significativas dualidades econômicas, podendo-se identificar, numa mesma região, setores ou seções onde se pratica uma economia moderna, mesclados com setores ou seções de uma economia tradicional (na agricultura, na indústria e nas atividades terciárias). Mais ainda, pôde-se identificar, também, significativas disparidades regionais quanto ao ritmo de crescimento e quanto às características da economia praticada" (Almeida & Silva, 1973:91-2). Além disso, é preciso atentar para as diferenças existentes entre as várias economias em desenvolvimento.

Estatísticas contemporâneas demonstram, entretanto, que o número de pessoas empregadas no Setor Terciário, nos Países em Desenvolvimento, tem-se equiparado aos índices das economias mais avançadas, bem como a respectiva participação dos Serviços no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto. A Tabela 29 aborda a questão para alguns Países em Desenvolvimento de Renda Média Alta selecionados. Porém, embora quantitativamente similares, esses dados apresentam consideráveis distinções qualitativas.

100

Ver as estatísticas anteriores para os Países Desenvolvidos.

101

Embora os dados estatísticos apresentados não sejam tão recentes, eles ilustram relativamente bem o quadro evolutivo do emprego nos Serviços em algumas das economias em desenvolvimento.

TABELA 28

Emprego no Setor Terciário em Porcentagem do Emprego Total para Países em Desenvolvimento selecionados¹⁰¹, 1977-1984 (%)

Fonte: Daniels, 1993.

102

Muitos destes países em desenvolvimento são reconhecidos por sua 'Industrialização Tardia', sendo-lhes conferida a denominação de 'Novos Países Industrializados', ou em inglês 'Newly Industrialized Countries (NICs)'.

103

Daniels (1993) diz que "(...) uma ampla gama de serviços, incluindo o varejo e os serviços produtivos avançados, podem funcionar através do Setor Informal. Embora nem todas as atividades envolvidas sejam de baixa qualidade, o efeito bruto produzido através do setor informal tende a diminuir a contribuição potencial para o crescimento e o desenvolvimento formal" (p. 11). Desta forma, considerando-se que muitas das Atividades Terciárias transcorrem na informalidade, principalmente no caso dos Países em Desenvolvimento, é possível argumentar que os baixos índices devem-se ao não-computo das Atividades Informais.

A mão-de-obra empregada e os tipos de atividades, exercidas internamente ao setor, diferem para ambos os casos. A força de trabalho contida nos Serviços, nos países menos desenvolvidos constitui-se, essencialmente, por um excedente originário do campo, o qual após fixar-se nas cidades acaba exercendo atividades de baixa ou nenhuma qualificação (Kon, 1997). A desagregação dos dados para esses países não consta, entretanto, nas principais abordagens da literatura internacional.

Países	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	62	62	63	63	-
Brasil	54	62	62	63	61
Chile	55	56	56	57	57
México	67	65	66	66	67
Turquia	53	55	57	56	60
Hungria	61	61	60	61	-
África do Sul	61	62	63	64	64
Malásia	46	45	44	43	43
Coréia	51	51	52	51	51

TABELA 29

Serviços: Valor Agregado no Produto Interno Bruto (%)
Diversos Países em Desenvolvimento (1995/1999)

Fonte: World Bank, database do World Development Indicators, vários anos.

O papel positivo dos Serviços no processo de desenvolvimento da economias menos avançadas é, portanto, bastante discutível, uma vez que não é possível averiguar-se claramente o crescimento dos subsetores do Terciário. *“Essa circunstância constitui, possivelmente, uma das principais determinantes da relativamente exagerada participação da força de trabalho no total da população ativa dos países em desenvolvimento. (...) Como resultado, nos países subdesenvolvidos, as estatísticas revelam, agregadamente, uma participação relativa do Setor Terciário na força de trabalho semelhante àquelas registradas nos países plenamente desenvolvidos”* (Almeida & Silva, 1973:95). Dentre estas atividades encontram-se, predominantemente, os mais variados tipos de prestação de Serviços Pessoais. Já a participação da população empregada nos setores mais modernos¹⁰⁴ das economias, nos Países em Desenvolvimento, é mais escassa do que nos Países Desenvolvidos.

É possível argumentar, por conseguinte, que *o Setor Terciário nos países menos desenvolvidos manifesta índices de geração de renda e emprego elevados, os quais estão bastante próximos dos Países Desenvolvidos. Porém, a análise desagregada revela que os Serviços, no primeiro caso, são bastante díspares em relação aos países de economias mais desenvolvidas, como nos mostra o estudo de caso brasileiro.*

104

Acerca disso, Hüfner (1995) em estudo de caso sobre a absorção da mão-de-obra mais especializada, coloca que a maioria permanece desempregada, pois existe uma grande incompatibilidade entre o sistema educacional avançado e as prontas necessidades do correspondente Terciário nos países menos desenvolvidos (p. 61).

12 O SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL

“No caso brasileiro, não se pode deixar de considerar que discutir o setor Serviços significa, necessariamente, trazer à superfície, questões relativas à pobreza e à desigualdade, bem como a problemática da produtividade e competitividade das empresas” (Melo et al, 1998:6).

O Setor de Serviços vem sendo tratado na literatura nacional principalmente a partir das três últimas décadas, tendo sido analisado, na maioria dos casos, por economistas e pesquisadores atrelados aos órgãos e instituições públicas. Apesar da busca incessante pela otimização dos trabalhos, tem-se observado com frequência a constante deficiência de dados estatísticos sobre o setor no País, bem como uma constante variação, quanto aos critérios adotados pelos diferentes autores. Os estudos aqui abordados compõem, todavia, uma amostra relativamente satisfatória da evolução do *Setor Terciário no Brasil* (Almeida & Silva, 1973; Kon, 1992,1996,1997; Pochmann, 2001).

As Atividades Terciárias desenvolveram-se no Brasil como *atividades complementares* às agrícolas e às industriais, configurando, em seguida, uma evolução própria (Kon, 1996). Desse modo, no último caso, *“(...) tais atividades criam seu próprio mercado, concorrendo para isto a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação”* (Kon, 1996:4). Esse processo assemelha-se, assim, àquele ocorrido nos demais Países em Desenvolvimento. A Tabela 30, a seguir, traça a evolução da participação do Setor Terciário na economia brasileira para o período que vai de 1950 a 1994.

Setores	1950	1960	1970	1980	1983	1990	1994
Total	100	100	100	100	100	100	100
Primário	26,6	22,6	10,2	13,0	9,8	9,1	13,0
Secundário	23,6	25,2	36,3	34,0	33,5	34,3	34,3
Terciário	49,8	52,2	53,5	53,0	56,7	56,6	52,7

TABELA 30

Participação Percentual do PIB, segundo os Setores (%)

Brasil – (1950/1994)

Fonte: Kon, 1996:20
(Dados obtidos da Fundação Getúlio Vargas e IBGE).

Verifica-se, por meio dos dados anteriores, que a *participação setorial no Produto Interno Bruto (PIB)* vem aumentando gradativamente. A participação dos Serviços no PIB era, desde então, extremamente relevante. Esse fato evidenciava que as atividades desempenhadas pelo Setor Terciário eram

vitais para o escoamento e para a comercialização de produtos primários, que antecederam o acelerado processo de industrialização brasileiro entre os anos 60 e 70 (Kon, 1996). Em anos mais recentes, a *contribuição do Setor Terciário no Valor Adicionado* tem atingindo patamares bastante representativos, como indicado na Tabela 31.

	1995	1996	1997	1998	1999
Serviços (Total)	60,72	62,31	61,92	62,96	61,07
Comércio	8,93	7,79	7,60	7,19	7,68
Transporte	3,43	2,99	3,16	3,39	3,43
Comunicações	1,52	1,91	2,04	1,93	2,02
Instituições Financeiras	8,02	6,91	6,45	6,55	6,37
Serviços prestados às famílias	7,42	7,80	7,25	6,97	6,13
Serviços prestados às empresas	3,39	3,84	3,90	4,10	3,77
Aluguel de imóveis	10,42	13,91	14,94	15,02	14,39
Administração Pública	16,33	15,96	15,38	15,97	16,14
Serviços privados não-mercantis	1,26	1,19	1,19	1,14	1,15

TABELA 31

Participação das Classes e Atividades no Valor Adicionado a Preços Básicos (%)

Brasil - (1995/1999)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, vários anos.

A participação dos Serviços na economia brasileira se dá de forma mais acentuada, contudo, a partir da década de 80, em virtude da baixa capacidade de absorção da mão-de-obra pelo Setor Secundário e de uma forte retração no desenvolvimento econômico do País. A porcentagem da População Ocupada no setor, espelhada na Tabela 32, aponta índices bastante próximos aos dos Países Desenvolvidos. Entretanto, o rápido deslocamento da maior parte da força de trabalho do Setor Primário para o Setor Terciário reflete uma característica peculiar dos Países em Desenvolvimento.

Setores	1970	1980	1990
Total	100	100	100
Primário	44,3	30,0	22,8
Secundário	17,9	15,5	22,7
Terciário	37,9	44,6	54,5

TABELA 32

Distribuição da População Ocupada, segundo os Setores (%)

Brasil - (1970/1990)

Fonte: Kon, 1996:20 (Dados obtidos da Fundação Getúlio Vargas e IBGE).

Assim sendo, de um lado “(...) a expansão destes serviços seria uma resposta às necessidades de construção de segmentos modernos – relacionados às atividades de produção. Por outro lado, o aumento da força de trabalho nos serviços e na construção civil ocorre devido à expulsão da mão-de-obra, resultante da utilização de novas técnicas nos segmentos arcaicos e à incapacidade de geração de novos postos de trabalho pela indústria de transformação” (Melo et al., 1998:20). A importância dos Serviços reside

para o último caso, portanto, em sua capacidade como absorvedor de uma força de trabalho pouco qualificada. “O Setor Serviços assume, assim, uma função de ‘colchão amortecedor’, muitas atividades servindo como refúgio dos desempregados da reestruturação indústria” (Ibid., 1998:20).

A Tabela 33 esboça, por sua vez, o panorama do *Pessoal Ocupado nos Serviços* em relação ao total para o período compreendido entre 1990 e 2000. Por meio desta, observa-se que o número de pessoas ocupadas no Terciário tem aumentado progressivamente, demonstrando a eficiente capacidade de assimilação de mão-de-obra pelo setor. É preciso salientar, porém, que o crescimento do Terciário brasileiro se processa, fundamentalmente, nos ramos que exigem menor qualificação. Podemos concluir, por conseguinte, que “(...) a renda per capita urbana e o perfil da distribuição da renda pessoal concentram atividades típicas de uma economia moderna nos grandes centros urbanos com um excedente de mão-de-obra marginalizado, que busca seu sustento em atividades de baixa ou nenhuma qualificação, dentre os quais diversos tipos de prestação de serviços pessoais. A funcionalidade de setor Serviços, para este quadro excludente do processo de desenvolvimento, resultou em que a participação relativa destas atividades no produto e no emprego seja semelhante àquelas registradas nos países centrais ao longo do século XX, quando analisadas globalmente, porém atrasado e servil – este processo de desenvolvimento – quanto aberto pelas suas diferentes atividades” (Melo et al., 1998:36).

Ano	Pessoal Ocupado (Serviços)	Pessoal Ocupado (Total)
1990	29.984.600	58.580.800
1991	30.826.300	59.031.400
1992	31.326.000	59.251.500
1993	31.632.200	59.630.300
1994	32.670.700	60.406.900
1995	33.826.000	61.226.100
1996	33.876.600	59.764.600
1997	34.424.400	60.122.900
1998	34.646.500	59.035.100
1999	-	58.380.602
2000	-	-

TABELA 33

Pessoal Ocupado nos Serviços e Pessoal Ocupado Total (em milhões)

Brasil – (1990/2000)

Fonte: IBGE, Novo Sistema de Contas Nacionais, vários anos.

Dessa maneira, somente a *decomposição setorial* possibilitar-nos-ia melhor avaliar o desempenho do Setor de Serviços, que no caso brasileiro sempre foi ‘*Inchado*’ com atividades direcionadas para o chamado ‘Setor *Informal*’ e cujos trabalhadores concentram-se basicamente nos *Serviços*

de Distribuição (comércio, comunicações e transportes). Conforme sugere-nos Pochmann (2001), na Tabela 34, a classe de Serviços que mais aumentou no período foi a distributiva, uma vez que as demais praticamente não se alteraram entre 1970 e 1990, sendo que umas até regrediram nos anos 90 (p. 58-60).

Brasil	Serviços				Total
	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais	
Anos 40	8,8	1,1	4,7	5,9	20,5
Anos 70	16,7	1,7	14,2	9,1	41,7
Anos 90	39,3	1,2	14,6	5,6	59,5

TABELA 34

Evolução da Distribuição dos Empregos por Setor Econômico (%)

Brasil – (1940/1990)

Fonte: Pochmann, 2001:58 (baseado em Castells & Aoyama, 1994 e IBGE).

Os empregos nos *Serviços Distributivos* passam, assim, de 8,8%, em 1940 para 39,3%, em 1990. Em contrapartida, constata-se um retrocesso nos *Serviços Produtivos*, típicos de economias avançadas (de 1,7%, em 1970 para 1,2%, em 1990), justamente nas décadas em que se era esperada uma maior evolução. “*Esse fato revela que a realidade nacional distancia-se muito da experiência recente das economias avançadas, que, ao difundir o novo paradigma técnico-produtivo, terminaram por expandir rapidamente os Serviços de Produção*” (Pochmann, 2001:60). As *taxas anuais de crescimento da População Ocupada no Terciário, segundo os gêneros*, para o período entre 1970 e 1990, confirmam que a maior evolução acontece nas atividades de Comércio (Tabela 35).

Gêneros	1970-1980	1980-1990
Total	5,4	6,0
Comércio	6,0	7,1
Transportes e Comunicações	3,8	3,2
Atividades Sociais	7,3	6,2
Administração Pública	4,1	6,1
Demais Serviços	6,6	4,5

TABELA 35

Taxas Anuais de Crescimento da População Ocupada no Terciário, segundo os Gêneros (% a. a.)

Brasil – (1970/1990)

Fonte: Kon, 1996:27 (baseado em dados do IBGE).

O ‘*Comércio*’ encontra-se inserido, por sua vez, nos *Serviços Distributivos* e os ‘*Outros Serviços*’ fazem parte dos *Serviços Pessoais*. Segundo a Tabela 36, percebemos que os subsetores de *Comércio* e *Outros Serviços* foram os que mais cresceram, contemplando a afirmação anteriormente delineada por Pochmann (2001). A somatória da participação desses dois subsetores contabilizam aproximadamente 75% da Ocupação Total, em 1995, evidenciando as tendências previamente colocadas.

Ano	Comércio	Transportes	Comunicação	Inst. Financ.	Administração Pública	Outros Serviços
1985	20,95	6,37	0,89	4,76	17,72	49,31
1990	22,09	6,43	0,76	3,52	17,74	49,46
1995	22,53	5,92	0,77	2,36	16,57	51,86

TABELA 36

Estrutura de Ocupação do Setor Serviços por Subsetor (%)

Brasil – (1985/1995)

Fonte: Melo et al., 1998:22 (baseado em dados PNAD/IBGE).

O desmembramento de ambos os subsetores permite-nos concluir, conforme sugere Melo et al. (1998) entre outros, que a maioria dos empregos em Serviços gerados no País se constituem de posições menos sofisticadas no mercado de trabalho. “(...) No início da década de 90, as atividades de Serviços absorveram de modo mais intenso um contingente elevado de trabalhadores, na sua maior parte de baixa qualificação, cuja remuneração se mostraram inferiores relativamente” (Pochmann, 2001:66). Incluem-se aí, uma grande parcela dos *empregos informais* (tais como serviços domésticos, ambulantes, etc.), os quais não se beneficiam da utilização de novas tecnologias. Desta forma, o *trabalho ambulante* (informal) configura como o principal elemento do subsetor *Comércio*, em termos de variação percentual, exibindo um incremento de 107% e contribuindo em 31,45% para o aumento de postos de trabalho, entre os anos de 1985 e 1995 (Tabela 37).

Segmento	Variação Percentual da Ocupação (1985/95)	Contribuição Percentual para o Aumento de Postos de Trabalho (1985/95)
Comércio	51,60	65,61
Ambulante	107,39	31,45
Feiras	-8,19	-0,71
Supermercados	26,31	4,57
Lojas de Departamento	-22,19	-0,88
Total	53,55	100,00

TABELA 37

Subsetor Comércio

Indicação de Participação e Geração de Ocupação (%)

Brasil – (1985/1995)

Fonte: Melo et al., 1998:25 (baseado em dados PNAD/IBGE).

Em relação aos *Outros Serviços*, notamos a ocorrência de uma certa polarização quanto à geração de postos de trabalho. De um lado, observa-se o predomínio *dos postos de trabalho para os segmentos mais trabalho-intensivo e de baixa remuneração*, tais como Hospedagem/Alimentação e o trabalho Doméstico Remunerado. Os primeiros colaboram com um aumento nos postos de trabalho de 15,90% e, os últimos, com um total de 22,31%. Ou seja, cerca de 39% do incremento de postos de trabalho processou-se em posições de baixa ou nenhuma exigência de qualificação. Por outro lado, caracteriza-se a criação de postos em áreas mais avançadas, tais como: *Outros Serviços prestados às Empresas, Reparação/Conservação e, Saúde e Ensino*, com um crescimento de mais ou menos 11% cada, como apresentado na Tabela 38.

Segmento	Variação Percentual da Ocupação (1985/ 95)	Contribuição Percentual para o Aumento de Postos de Trabalho (1985/ 95)
Técnicos Profissionais	78,64	9,20
Outros Serv. Empresas	58,26	10,91
Saúde e Ensino	52,98	10,07
Comunitários	55,63	5,81
Reparação/Conservação	58,74	11,27
Hospedagem/Alimentação	73,65	15,90
Doméstico Remunerado	40,09	22,31
Outros Pessoais	30,95	10,46
Outros Distributivos	44,28	4,09
Total	50,18	100,00

TABELA 38

Subsetor
Outros Serviços
Indicação de
Participação e
Geração de Ocupação
Brasil - (1985/1995)

Fonte: Melo et al., 1998:27
(baseado em dados PNAD/ IBGE).

Finalmente, no que concerne a *produtividade*, a Tabela 39 indica que houve uma modesta evolução no quadro geral, de acordo com os principais estudos desenvolvidos até o presente momento (Pochmann, 2001; Kon, 1996; Melo et al., 1998). O Setor Terciário revelou um *reduzido grau de produtividade* em comparação aos demais setores para praticamente todo o período compreendido entre 1950 e 1989, posicionando-se, na maioria dos casos, abaixo da média nacional. Isso se dá em virtude dos Serviços absorverem uma parcela representativa de trabalhadores com baixa qualificação, em ocupações de menor remuneração e pouca intensidade de capital (Kon, 1996:22).

Setores	1950-60	1960-70	1970-80	1980-83	1983-89
PIB/ PEA	4,7	2,6	4,5	-0,3	-2,7
Primário	2,8	2,9	5,4	0,3	-0,6
Secundário	6,5	2,3	2,0	1,8	-1,1
Terciário	3,2	1,0	3,0	0,9	-4,7

TABELA 39

Taxas Anuais de Crescimento do Produto por trabalhador e da PEA¹⁰⁵, segundo os Setores (%)

Brasil - (1950/1989)

Fonte: Kon, 1996:23 (baseado em Fundação Getúlio Vargas e IBGE).

105

PEA: População Economicamente Ativa.

Assim sendo, apesar de ter ocorrido um incremento considerável em termos de ocupação no Terciário, a reduzida produtividade tem revelado que o setor não tem sido capaz de incorporar as inovações tecnológicas que refletem a adoção de um novo paradigma mundial. No caso brasileiro, essa menor produtividade é mais intensa do que nos países avançados, refletindo, também, a maior absorção relativa da parcela de trabalhadores menos qualificados (Pochmann, 2001:66). Conseqüentemente, os Serviços no Brasil espelham um modo intensivo de produção, possivelmente gerado em decorrência da incipiente automatização e do incremento das atividades menos qualificadas, as quais não se utilizam de tais tecnologias. Em outro

trabalho, Melo et al. (1998) mostram que os Indicadores de Produtividade Aparente permaneciam inferiores para os Serviços, mesmo no início dos anos 90, conforme destacado na Tabela 40.

Setor	Participação no PIB (a)	Participação na Ocupação (b)	(b)/(a)
Agropecuária	10,0	22,9	0,44
Indústria	27,0	15,8	1,71
Construção	7,0	6,1	1,14
Serv. Ind. Util. Pública	3,0	0,6	4,84
Serviços	53,0	54,6	0,97

TABELA 40:

Indicadores de Produtividade Aparente (%)
Brasil – (1990)

Fonte: Melo et al., 1998:33 (baseado em dados do PNUD/ IPEA e dados de ocupação da PNAD/ IBGE).

Nesse contexto, apenas alguns subsetores dos Serviços apresentaram uma elevada produtividade. A análise fragmentada da Tabela 41 evidencia que as Instituições Financeiras e as Comunicações foram as sub-áreas que demonstraram maiores índices de produtividade, ao passo que funções mais tradicionais, dentre elas, o Comércio e Outros Serviços registraram uma *Produtividade Aparente* inferior à dos demais setores econômicos. As Instituições Financeiras beneficiaram-se, ultimamente, do processo de automatização, decorrendo disso, o aumento na produtividade. Já o Comércio, bem como os Outros Serviços, foram os subsetores que mais empregos geraram. Todavia não foi possível, para o período citado, constatar melhoras em termos de produtividade para esses dois subgrupos.

Subsetor	Participação no PIB (a)	Participação na Ocupação (b)	(b)/(a)
Comércio	7,0	12,07	0,58
Transporte	4,0	3,52	1,14
Comunicação	1,0	0,42	2,38
Inst. Financeiras	13,0	1,92	6,77
Adm. Pública	11,0	9,71	1,13
Outros Serviços	12,0	26,91	0,45

TABELA 41:

Serviços: Indicadores de Produtividade Aparente (%)
Brasil – (1985/1995)

Fonte: Melo et al. 1998:34 (baseado em dados do PNUD/ IPEA e dados de ocupação da PNAD/ IBGE).

As conseqüências desses indicadores conduzem a uma intensa concentração de determinados Serviços no território brasileiro (Tabela 42). São Paulo e a Região Sul abarcam, portanto, grandes contingentes da População Ocupada nos Serviços com cerca de 26% e 15%, respectivamente. Uma análise mais aprofundada dos dados nos revela que a *especialização do Terciário é incrivelmente mais significativa no caso de São Paulo do que nas demais regiões do Brasil*. Desse modo, substancial parcela de atividades, tais como as Financeiras, os Serviços de Reparação, os Serviços Auxiliares às Empresas e os Demais Serviços, apresentam grande destaque em São Paulo

em comparação aos outros grupos. Somente nos Serviços de Administração Pública nota-se uma elevada participação da Região Nordeste em relação às demais. Esse fato pode ser explicado, sobretudo, em virtude da acentuada política *'clientelista'* remanescente no Nordeste, até os dias atuais.

	Distribuição Setorial da População Ocupada (%)						
	RJ	SP	S	MG/ES	NE	CO	N2
TERCIÁRIO	12,8	25,7	15,1	12,1	22,2	8,2	4,0
Comércio	10,3	26,0	16,8	11,4	23,5	7,7	4,3
Transportes/Comunicações	2,3	28,4	15,7	12,4	19,8	7,1	4,3
Ativ. Financeiras	14,5	37,9	15,5	9,7	12,1	7,9	2,5
Serviços Sociais	12,3	24,9	14,1	11,9	25,2	7,6	4,1
Adm. Pública	12,1	19,4	14,3	10,1	26,2	11,4	5,7
Serv. Reparação	12,0	29,0	14,4	11,1	20,7	8,8	3,6
Serv. Aux. Empresas	15,1	33,6	14,8	11,3	14,2	7,6	3,4
Demais Serviços	14,3	23,1	14,7	13,9	22,1	8,3	3,5

TABELA 42

Distribuição Regional da População Ocupada, segundo os Setores (%)

Brasil - (1989)

Fonte: Kon, 1996:31
(baseado em IBGE/PNAD, 1989).

Por conseguinte, "(...) o comportamento regional da evolução da produção dos serviços é consideravelmente diferenciado¹⁰⁶. Nas regiões mais avançadas do País, a evolução dos serviços foi mais rápida e heterogênea e, os mesmos apresentam maior especialização em relação às demais regiões, constituindo as economias de aglomeração que detém papel fundamental no processo de desenvolvimento dos espaços polarizados" (Kon, 1996:43). Assim, similarmente às outras metrópoles do mundo desenvolvido, tais como Londres, Paris, Tóquio, Nova Iorque, etc., observamos que a terceirização conduz à polarização regional espacial das atividades econômicas sobre o território nacional.

106
Grifo meu.

"A terceirização da sociedade é irmã da polarização interregional; elas derivam de uma causa única: a forma da divisão do trabalho imposta pela acumulação capitalista" (Lipietz, 1983:176).

Portanto, somente a análise detalhada do estudo de caso de São Paulo, onde ocorre a maior concentração de População Ocupada no Terciário, poderá oferecer-nos futuramente, as diretrizes sobre as transformações socioeconômicas e a sua repercussão espacial. Com base nisso, poderemos avaliar se a Região Metropolitana de São Paulo vem se configurando como uma *Cidade Global* e se sua inserção no sistema econômico mundial se dá de forma plena ou parcial.

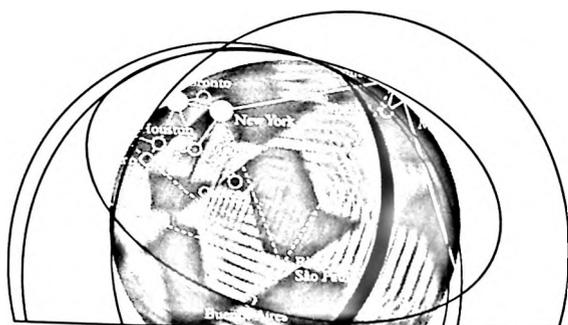
13 CONCLUSÕES PRELIMINARES

O Setor Terciário, no caso brasileiro, tem sido muito importante, tanto na *geração de empregos* quanto na geração de renda, de acordo com as estatísticas aqui apresentadas. O crescimento dos Serviços acontece, principalmente, em face da reestruturação produtiva e da migração de atividades para o setor, as quais eram antes pertencentes aos demais setores (como por exemplo, os serviços inseridos na indústria). Entretanto, é possível argumentar que a Terciarização no Brasil, apresenta características diferenciadas em relação aos países mais desenvolvidos. Segundo Kon (1997), “(...) o aumento das atividades de serviços vem se manifestando menos intensamente pelo aumento de serviços mais sofisticados voltados para o atendimento das novas tecnologias, mas grandemente pela criação de novos postos de trabalho autônomos ou de pequenas e médias empresas que utilizam tecnologias menos avançadas e que requerem menor qualificação, ou seja, devido ao fluxo de trabalhadores que criam suas próprias oportunidades de trabalho e de pequenos capitais individuais em busca de aplicação produtiva” (p. 94). Outros indicadores apontam, ainda, que esse fenômeno vem se processando por meio do aumento do mercado informal e da precariedade das relações de trabalho (Kon, 1997: 95).

Os anos 90 firmaram-se, assim, como a Segunda década perdida, marcada pelo crescente desemprego, pela contínua concentração da renda, pelo aumento do endividamento interno e externo e, pela ausência de crescimento sustentado (Pochmann, 2001:63). Diante desse panorama, os Serviços Produtivos, que deveriam corresponder, em princípio, ao principal subgrupo do Terciário em ascensão, tal como verificado nas economias mais avançadas, mostraram-se pouco desenvolvidos e inaptos a incorporar as inovações tecnológicas do novo paradigma técnico-científico. Embora não configure uma situação generalizada para todos os subsetores (como no caso das Instituições Financeiras), constatou-se, igualmente, que os Serviços no País apresentam baixa produtividade, contribuindo acentuadamente para o ‘*inchaço*’ do Setor. Desta forma, curiosamente embora o Terciário brasileiro corresponda ao segmento da economia que mais se desenvolve sob a ótica da ocupação setorial, os empregos nele gerados permanecem os mais tradicionais possíveis, voltados, sobretudo, para os setores econômicos mais básicos (classes de distribuição, social e pessoal)¹⁰⁷.

107
(Ver Pochmann, 2001, p. 68-9)
Este autor apresenta um panorama das 45 ocupações profissionais que mais ganharam postos de trabalho nos anos 90.

Por outro lado, a concentração dos Serviços Produtivos é mais acentuada, em termos regionais, nos Estados mais desenvolvidos da Federação Nacional. Assim sendo, é possível sugerir que sua localização se dá, predominantemente, nas áreas onde as *prévias 'Economias de Escala'* se consolidaram, enfatizando, por conseguinte, as disparidades. *São Paulo emerge, neste cenário, como exemplo do avanço dos Serviços Produtivos e das demais Atividades Terciárias. Estas, dentre outras características, conduzem às novas configurações geo-econômicas, nas quais tal metrópole, elemento de uma nação em desenvolvimento, conecta-se com o mundo globalizado, reforçando todos os contrastes preexistentes.*



TERCEIRA PARTE

Estudo de Caso de São Paulo (1975-2002)

14 A GLOBALIZAÇÃO E O ESTUDO DE CASO DE SÃO PAULO

“À primeira vista, (...) a metrópole paulistana apresenta as características que a colocam claramente como uma cidade mundial em um país subdesenvolvido, assumindo simultaneamente o papel dual de centro nacional e metrópole internacional” (Ablas, 1993:48).

14.1 DESINDUSTRIALIZAÇÃO OU ‘DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA’: TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA INDÚSTRIA PAULISTA

A importância da *Região Metropolitana de São Paulo*, como pólo centralizador nacional e *Cidade Mundial* ou *Global* na semiperiferia do capitalismo mundial, tem sido largamente abordada, tanto pela literatura nacional quanto pela internacional. Como coloca Schiffer (1999), o processo de unificação do mercado nacional, concluído no início dos anos 70, significou, em níveis macroeconômicos e do espaço econômico nacional, uma concentração espacial das atividades produtivas e de capital no Estado de São Paulo e, em particular, na Região Metropolitana de São Paulo. Essas transformações reforçam, por sua vez, o caráter de ‘*centro nacional*’ da metrópole paulista: *locus* da maior concentração de população e empregos nos setores secundário e terciário, epicentro das ligações rodoviárias, aéreas, telecomunicacionais, da demanda energética, da tecnologia de ponta e da difusão de padrões de consumo (p. 76).

É nesse sentido que a contribuição da *indústria paulista* para a produção nacional tem sido indiscutível desde os anos 30. Apesar da descentralização das plantas industriais (para o interior paulista e para outras unidades da Federação Nacional), ocorridas mormente no final da década de 80 e ao longo dos anos 90, tem-se observado que a participação atual do Estado de São Paulo neste setor apresenta ainda bastante expressividade. Em 1996, ele concentrava cerca de 50% da produção industrial do País, quase o dobro da produção conjunta dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que respondiam, isoladamente, por um total de mais ou menos 9% cada (Araújo, 1999:40) (Tabela 43). A análise da evolução da produção industrial é, conseqüentemente, imprescindível para a compreensão dos diversos mecanismos produtivos e de sua reverberação físico-espacial, bem como para a complexa relação entre este setor e o segmento terciário da economia.

Regiões e Estados	1980	1985	1990 (1)	1995 (1) ⁰⁸
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste (menos Bahia)	4,4	4,8	4,3	4,3
Bahia	3,1	3,8	4,0	3,7
Minas Gerais	7,8	8,3	8,1	8,8
Rio de Janeiro	10,2	9,5	9,8	8,8
São Paulo	54,4	51,9	49,2	49,9
Paraná	4,1	4,9	5,7	5,9
Santa Catarina	3,9	3,9	4,2	4,3
Rio Grande do Sul	7,9	7,9	7,7	8,7
Outros Estados	4,2	5,1	7,0	5,6

TABELA 43

Distribuição Espacial da Indústria de Transformação, segundo Regiões e Estados Selecionados (1980/1995)

Fonte: Araújo, 1999:41 (Baseado em Pacheco, 1996:76. Dados Básicos: Fundação IBGE. Censos Industriais - 1980 e 1985; Índices da Produção física da PIM/PF - 1985-95).

A aglomeração da Atividade Industrial dá-se, por sua vez, de forma mais acentuada em torno da Região Metropolitana de São Paulo e de seus respectivos arredores (Tabelas 44 e 45), compreendendo um raio de aproximadamente 150 km a partir do seu centro e abrangendo as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba. Cerca de 60% do Valor Adicionado da produção industrial do Estado se localizava na primeira região, sendo um restante de 30% distribuído nas demais áreas administrativas acima mencionadas, como nos relatam Matteo & Tapia (2000), baseados em dados da *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista* (Paep), de 1996. Esse fato configura o chamado fenômeno da 'desconcentração concentrada', a que diversos autores têm se referido, a fim de descrever o processo por meio do qual parcela da indústria se desloca para fora do grande centro urbano, mas ainda mantém vínculos estreitos com ele (Lencioni, 1994; Matteo & Tapia, 2000).

108

(1) Os percentuais foram estimados com base na distribuição regional do VPI de 1985 e nos índices de crescimento da PIM/PF.

Região Administrativa	Número de Unidades	Pessoal Ocupado	Valor Adicionado
Total	100,00	100,0	100,0
Região Metropolitana de São Paulo	56,9	56,8	60,4
Município de São Paulo	40,3	33,0	33,1
Municípios do ABC	6,6	11,3	13,8
Demais municípios da RMSP	9,9	12,5	13,5
Campinas	14,8	16,9	16,1
São José dos Campos	3,2	4,4	6,5
Sorocaba	5,8	6,0	5,2
Ribeirão Preto	2,1	2,3	2,2
Santos	1,3	1,1	2,1
Central	2,4	2,4	1,9
Bauru	2,1	2,6	1,4
São José do Rio Preto	3,2	2,0	1,0
Barretos	0,6	0,5	0,8
Franca	2,1	1,5	0,6
Araçatuba	1,6	1,4	0,6
Marília	2,0	1,2	0,6
Presidente Prudente	1,4	0,8	0,4
Registro	0,4	0,2	0,2

TABELA 44:

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado, segundo Região Administrativa (%)

Estado de São Paulo (1996)

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep, 1996.

Assim sendo, conforme diz Lencioni (1994), "(...) a reestruturação urbano-industrial da metrópole de São Paulo, produto dos processos de concentração e centralização do capital, traduz-se num fenômeno sócio-espacial novo, criação e reiteração de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada, em que a conurbação de cidades, o crescimento relativamente menor de algumas ou exacerbado de outras, (...) não significam processos autônomos de metropolização. Ao contrário, são manifestações constitutivas da expansão do espaço metropolitano paulista, que se configuram numa 'macro-metrópole' que é reforçada e não negada pela dispersão industrial". Ocorre, pois, uma tendência de permanência e/ou instalação de unidades industriais predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis, tais como: têxtil, editorial e gráfica, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, bebidas e mobiliário; ao mesmo tempo em que unidades fabris mais tradicionais vão fechando, dando lugar a outras mais modernas nas áreas de informática, material eletroeletrônico, metalurgia, etc. E, nos municípios adjacentes, nota-se o predomínio de grupos de indústrias produtoras de bens intermediários, de bens de capital e de bens de consumo duráveis, em seus ramos mais complexos, como no caso da química, da metalurgia, da mecânica, do material elétrico, das comunicações e, principalmente, de material de transportes, situadas na Região do ABC (Barjas Negri, 1996:201)¹⁰⁹.

109

Ver: Gazeta Mercantil, 20/09/2001. Em artigo exposto neste jornal, fala-se da importância da região do ABC paulista, em especial para os setores acima mencionados, e também da chegada de novas indústrias que têm compensado aquelas que abandonaram esse relevante pólo industrial do Estado de São Paulo.

TABELA 45

Região Administrativa	Total de Unidades Locais	Pessoal Ocupado	Receita Líquida (R\$ milhões)	Valor Adicionado (R\$ milhões)
Total	49.017	2.188.358	160.915	74.165
Região Metropolitana de São Paulo	27.868	1.243.880	91.635	44.794
Registro	(a) ¹¹⁰ 180	(a) 3.619	(a) 237	185
Santos	(a) 636	24.393	3.444	1.566
São José dos Campos	1.592	95.380	13.321	4.810
Sorocaba	2.864	130.911	7.787	3.849
Campinas	7.276	369.631	26.966	11.938
Ribeirão Preto	1.046	50.130	3.436	1.606
Bauru	1.016	57.442	2.825	1.043
São José do Rio Preto	1.576	42.761	1.902	749
Araçatuba	785	30.227	992	478
Presidente Prudente	674	17.728	926	288
Marília	987	27.053	1.352	409
Central	1.190	51.662	3.330	1.398
Barretos	(a) 316	11.723	1.477	572
Franca	1.011	31.819	1.286	479

Atividade Econômica Industrial no Estado, segundo Região Administrativa Estado de São Paulo (1996)

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep, 1996.

110

(a) Erro amostral relativo com nível de confiança de 90% (CV x 1,64) entre 30% e 60%.

A estrutura industrial do conjunto de regiões que formam o entorno da Região Metropolitana de São Paulo apresenta, por conseguinte, um elevado grau de complementaridade e de integração funcional com esta. Ou, ainda, como expõe Araújo (1999), “(...) encontra-se em curso, (...) um extenso processo de metropolização, integrando aglomerações urbanas metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos e não-metropolitanas (São José dos Campos e Sorocaba), em uma grande área metropolitana, responsável por 90% do Valor Adicionado da indústria do Estado de São Paulo” (p. 46). Conclui-se, assim, que o Município de São Paulo e a sua macro-região metropolitana continuam a exercer um papel preponderante na estrutura industrial do Estado e do País (Matteo & Tapia, 2000). Contudo, o incremento da participação dos Serviços no Valor Adicionado da produção total e o aumento no número de empregos têm conduzido à argumentação, muitas vezes equivocada, de que a Região Metropolitana de São Paulo vem se desindustrializando, cedendo lugar exclusivamente à produção terciária. Avaliaremos melhor, a seguir, esta questão.

14.2 OS SERVIÇOS EM SÃO PAULO: MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA E/OU COMPLEMENTARIDADE DO SETOR INDUSTRIAL

Os Serviços desenvolveram-se, inicialmente, nas áreas onde ocorreram as chamadas ‘*economias de aglomeração*’, assumindo função complementar ao Setor Secundário brasileiro, como exposto em outras ocasiões. Com a evasão de parte das Atividades Secundárias, devido às vantagens competitivas oferecidas por outras localidades, tem-se averiguado o predomínio das Atividades Terciárias na Região Metropolitana de São Paulo, particularmente em seu Município. O crescimento da participação de pessoas ocupadas no Setor de Serviços ilustra, por exemplo, este acontecimento (passando de 50,8%, em 1996, para 54,8%, em 1999). Inversamente, verificou-se que a porcentagem da população empregada na indústria vem diminuindo ao longo dos últimos anos (Tabela 46). Muitas têm sido as justificativas para o crescimento do Setor Terciário em São Paulo, entre elas o aumento do setor informal, a desindustrialização (e/ ou ‘*desconcentração concentrada*’) e o novo paradigma técnico-científico.

A Atividade Terciária tem contribuído também, mais recentemente, para a modernização econômica, graças à introdução de novas tecnologias e de mão-de-obra altamente qualificada. Pesquisa realizada pela Emplasa

Setor de Atividade	1996	1997	1998	1999
Município de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	20,8	18,9	17,8	18,0
Metal-Mecânica	7,5	6,8	6,3	6,1
Química e Borracha	2,0	2,0	2,0	1,9
Vestuário e Têxtil	4,5	3,7	3,3	3,5
Alimentação	1,4	1,3	1,4	1,2
Gráfica e Papel	2,2	1,9	1,8	2,1
Outras	3,3	3,2	3,0	3,1
Construção Civil	2,7	2,6	2,4	2,2
Comércio	17,4	17,2	17,0	15,8
Serviços	50,8	52,6	54,1	54,8
Reformas	2,0	2,6	2,6	2,6
Oficina Mecânica	1,8	1,9	1,8	1,8
Limp. e Outras Oficinas	4,4	4,1	4,5	4,3
Transportes	4,3	4,5	4,4	4,6
Especializados	6,2	6,6	6,8	7,1
Admin. e Util. Pública	4,5	4,7	4,9	5,0
Creditícios	3,3	3,3	3,3	3,2
Alimentação	5,2	5,5	5,6	5,4
Educação	3,7	3,7	3,7	3,7
Saúde	4,3	4,1	4,5	4,4
Auxiliares	2,8	3,0	3,2	3,4
Outros	8,3	8,7	8,8	9,1
Serviços Domésticos	7,8	8,3	8,3	8,8
Outros	0,5	0,5	0,4	0,4

TABELA 46
Participação das
Pessoas Ocupadas
segundo o Setor de
Atividade Econômica (%)
Município de São Paulo
(1996/1999)
 Fonte: Sempla, 2000
 (baseado em Pesquisa de
 Emprego e Desemprego - PED).

(2000) considera o Setor de Serviços "(...) como a mais importante atividade econômica do Município, responsável por cerca de 45% dos estabelecimentos e 37% dos empregos". Segundo essa fonte, tais percentuais permanecerão elevados, ao considerar-se, sobretudo, a importância da Região Metropolitana de São Paulo no contexto econômico latino-americano, bem como o seu respectivo desempenho de *Cidade Mundial* ou *Global* (Emplasa, 2000). A Tabela 47 mostra a tendência de crescimento dos Serviços no Município de São Paulo, a partir da distribuição dos estabelecimentos, segundo os diferentes setores econômicos, para o período que compreende os anos de 1986 a 1997.

Setores	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Indústria	17,9	19,2	17,5	18,2	18,1	17,6	16,7	16,2	16,2	15,9	15,2	14,6
Comércio	32,7	34,7	32,2	33,2	33,2	32,6	32,4	32,3	35,1	35,8	36,0	36,2
Serviços	35,5	38,5	35,5	37,2	35,6	34,6	34,5	33,5	38,9	41,2	43,8	44,7
Demais	13,9	7,6	14,9	11,3	13,1	15,2	16,3	18,0	9,8	7,1	5,0	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA 47

Distribuição dos Estabelecimentos, segundo os principais Setores de Atividade Econômica (%)

Município de São Paulo (1986/1997)

Fonte: Emplasa, 2000 (baseado em Ministério do Trabalho - RAIS, DATAMEC, SEMPLA e DEINFO).

Esses índices demonstram o potencial da Capital como *campo aglomerativo*, exercendo sua liderança com base nos novos padrões de competitividade por meio de "(...) recursos humanos altamente qualificados, novas formas de cooperação produtiva e empresarial, pequenas e médias indústrias limpas (de alta tecnologia e não poluentes), serviços industriais especializados e serviços financeiros e gerenciais integrados" (Rolnik et al., 1990). Apesar disso, o número de estabelecimentos, em Serviços, no Município de São Paulo vem decrescendo, conforme os dados da Emplasa (2000), exemplificados adiante na Tabela 48.

Setores	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
MSP	46,8	45,1	46,8	44,9	44,8	44,5	42,7	42,4	43,2	42,5	41,8	40,9
RMSP(-MSP)	9,6	9,7	10,0	10,3	10,4	10,6	10,4	10,5	10,9	10,9	11,1	11,7
ESP (-RMSP)	43,5	45,2	43,1	44,9	44,8	44,9	46,9	47,1	45,9	46,7	47,1	47,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA 48

Número de Estabelecimentos no Setor de Serviços (%)

Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Município de São Paulo (1986/1997)

Fonte: Emplasa, 2000 (baseado em Ministério do Trabalho - RAIS, DATAMEC, SEMPLA e DEINFO).

É possível observar o aumento no número de estabelecimentos tanto para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) quanto para o Estado de São Paulo (ESP). Mas tal estudo salienta, ainda, que o número de empregos no Setor de Serviços permanece maior para o Município em comparação com as demais regiões estudadas. A concentração dos Serviços Produtivos (e dos Serviços Distributivos que caracterizam os mecanismos inovadores do paradigma técnico-científico contemporâneo) comprova também o caráter centralizador que esta área, juntamente com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentam em relação às demais localidades do País (Tabela 49).

Classe das Atividades Econômicas (CNAE)	RMRJ + RMSP (1)	Brasil (2)	GC (1)/ (2) em %
Impressão de jornais, revistas e livros	229	520	44,0
Bancos comerciais	384	1.748	22,0
Bancos múltiplos (com carteira comercial)	2.630	13.325	19,7
Bancos de investimento	31	43	72,1
Outras atividades de concessão de crédito	115	302	38,1
Outras atividades de intermediação financeira não especificadas anteriormente	637	1.861	34,2
Seguros de Vida	344	1.280	26,9
Seguros de não-vida	673	1.987	33,9
Resseguros	62	168	36,9
Administração de mercados bursáteis	16	36	44,4
Atividades de intermediários em transações de títulos e valores imobiliários	292	661	44,2
Consultoria em sistemas de informática	425	978	43,5
Atividades de contabilidade e auditoria	6.694	27.386	24,4
Pesquisas de mercado e de opinião pública	157	286	54,9
Publicidade	1.871	4.594	40,7
Atividades jurídicas	3.294	10.339	31,9
Gestão de participação societárias (holdings)	420	880	47,7
Atividades de assessoria em gestão empresarial	2.587	5.200	49,8
Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especial	2.305	6.305	36,6
Ensaio de materiais e de produtos	58	198	29,3

TABELA 49

Grau de Concentração (GC) dos Estabelecimentos nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, segundo a Classe de Atividades Econômicas (CNAE) – 1996

Fonte: Rezende & Uma, 1999 (baseado em Ministério do Trabalho – RAIS – 1996).

Dessa forma, pode-se sugerir que os Serviços, e algumas atividades industriais, passam a dominar o conjunto das atividades econômicas produtivas altamente especializadas e concentradas em áreas restritas do território nacional¹¹¹. Não se trata, portanto, a nosso ver, de duas esferas distintas, mas de movimentos que se auto-reforçam pela chamada *'sístole e diástole'*, esboçada por Santos & Silveira (2001), nos quais surge, de um lado, uma tendência à dissolução da metrópole¹¹², e, de outro, evidencia-se sua capacidade de comando, sobretudo quanto à informação e ao sistema bancário¹¹³ (p. 141).

As alterações no perfil das atividades econômicas da capital paulista têm gerado, assim, transformações na estrutura e na dinâmica do espaço urbano, movidas principalmente pelos processos globalizantes e de internacionalização do capital. *"Áreas com grandes edifícios proliferaram-se pela cidade. Altos investimentos no mercado imobiliário levaram à consolidação de novos centros¹¹⁴ na cidade: Avenida Faria Lima, Vila Olímpia, complexo Avenidas Luís Carlos Berrini e Nações Unidas. Estas áreas estão concentradas no vetor sudoeste da cidade que, historicamente, tem sido alvo da maioria*

111

Em recente artigo, vários autores, entre eles, José Alexandre Scheinkman e Paul Singer, afirmam que São Paulo está se transformando num pólo de serviços de nível mundial, seguindo tendências já esboçadas por outras grandes cidades (Diário do Comércio, 11/01/2002 e Jomal da Tarde, 11/01/2002).

112

Leia-se: da dispersão de algumas atividades industriais e de serviços.

113

Leia-se: atividades terciárias do subsetor produtivo.

114

Alguns autores preferem a denominação 'centralidades urbanas' em vez de centros urbanos.

dos investimentos públicos em sistema viário e infra-estrutura urbana¹¹⁵
(Emplasa, 2000) (Tabela 50).

Projeto	Construtora	Investimento em R\$ milhões	Área Útil em m ²	Inauguração
Rocha Verá Plaza	TishmanSpeyer Método	500	120.000	2002/2004
BankBoston	Hochtief	300	33.600	2002
Millenium Office Park	Serplan	100	22.000	2003
Ohtake Cultural Faria Lima	Serplan	-	35.000	2001/2002
Financial Center	Brazil Realty	172	26.500	2003
Birmann 31	Birmann	120	20.000	2002
International Plaza	Hines	120	18.000	2003
Panamby Lote 7	Birmann	250	90.000	2003
Continental Office Tower	Inpar	200	27.000	2003
Panamerica Park	Hines/ Itaúsa	160	41.100	2001/2002

TABELA 50

Os 10 Maiores Projetos de Imóveis Corporativos em Construção no Eixo Nova Faria Lima – Berrini

Fonte: Revista Exame São Paulo, Mar. 2001.

Além das grandes obras de infra-estrutura urbana, outros fatores têm sido responsáveis pela expansão de investimentos nesta região em particular, entre eles: proximidade com os bairros de mais alto padrão socioeconômico; facilidade de acesso pelas vias rápidas e com o centro antigo; existência de terrenos com proporções ideais para a imediata instalação de edifícios com novos padrões arquitetônicos e tecnológicos; prestígio e imponência paisagística (Emplasa, 2000). Verifica-se, portanto, que inúmeras atividades que caracterizam uma economia global, tais como: sedes de empresas industriais, sedes de instituições financeiras, corretoras, leasing, empresas de informática e telecomunicações, escritórios de serviços especializados, empresas de consultoria e engenharia, profissionais liberais, empresas de hotelaria, shopping centers e outros têm se instalado nas regiões anteriormente citadas.

A distribuição dos Serviços (e da produção do conhecimento) sobre o território não ocorre, todavia, de forma homogênea. Conseqüentemente, os próximos capítulos analisarão a recente organização espacial dos diversos subsetores de atividades do Terciário e do Quaternário (Pessoal, Distributivo, Produtivo e Social) na metrópole paulistana, sem desconsiderar, contudo, a relevância de suas Atividades Industriais. Objetivamos, com isso, verificar as dinâmicas contemporâneas de estruturação de São Paulo, como *Cidade Mundial* ou *Global*.

115 Sposati (2001), entre outros autores, faz uma crítica ao poder público municipal, o qual no seu entender é altamente conservador e, ao longo dos últimos oito anos da década de 90, tem investido em bairros já consolidados, deixando os bairros populares à mercê de seu próprio esforço (p. 93). Ver também: MARIATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

15 A ORGANIZAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SETORES TERCIÁRIO E QUATERNÁRIO EM SÃO PAULO

15.1 OS SERVIÇOS PESSOAIS

Os **Serviços Pessoais** são representados pelas ocupações de atendimento ao consumo individual, tais como: lazer, alimentação e estética, entre outras. Embora não correspondam ao principal elemento de análise na avaliação do processo de globalização sobre o território¹¹⁶, alguns de seus aspectos têm sido amplamente considerados graças à natureza contemporânea e inovadora de suas atividades e ao fato de reforçarem algumas das transformações físico-territoriais dos Setores Terciário e Quaternário. Exemplos incluem: o Turismo, a Hotelaria, a Cultura e o Lazer, e por último, os **Serviços Pessoais tipo 'franchising'**.

15.1.1 Turismo

Dos diversos segmentos econômicos, o *turismo* constitui-se, sem dúvida, naquele que tem apresentado maior desenvolvimento, ora em função do faturamento total, ora em relação ao número de empregos gerados. Em 1999, o faturamento mundial foi de aproximadamente US\$ 4,5 trilhões, correspondendo a uma geração de 192 milhões de empregos¹¹⁷ (World Travel and Tourism Council – WTTC, In: São Paulo Convention Bureau, s.d.). Em termos nacionais, constatou-se um aumento no ingresso de divisas (US\$ 3,9 bilhões, em 1999, contra US\$ 1,9 bilhões, em 1994) e no número de turistas estrangeiros visitantes (5.100.000, em 1999, contra 1.091.067, em 1990) (São Paulo Convention Bureau, s.d.). Uma substancial parcela desses ingressantes é proveniente da própria América Latina, sendo a Argentina a principal contribuinte, com 1.548.571 turistas, em 1999¹¹⁸ (Ibid., 2002). Já a participação de turistas estrangeiros que visitam o Brasil com a finalidade de negócios tem despontado, nos últimos anos, passando de 40.369, em 1990, para 192.723, em 1998 (São Paulo Convention Bureau, s.d., In: Pesquisa e Diagnóstico Econômico do Turismo de Eventos da Cidade de São Paulo). Particularmente no Município de São Paulo, essa última modalidade turística tem se consubstanciado de forma mais acentuada do que nas demais regiões do País, de acordo com o indicado na Tabela 51.

116
Vide Serviços Produtivos e a co-participação dos Serviços Distributivos. Esses dois subsectores do Terciário são os principais responsáveis pelos novos paradigmas socioeconômicos.

117
Muitas nações dependem do turismo como principal atividade, tanto na geração de empregos quanto na arrecadação de divisas.

118
Este número vem decrescendo em função da crise econômica que tem afetado este país.

Entrada	Motivo de Viagem (%)			
	Turismo	Negócios	Congressos	Outros
São Paulo	47,7	42,9	8,2	1,2
Rio de Janeiro	72,3	23,3	3,7	0,7
Porto Alegre	30,5	56,7	8,6	4,2
Foz do Iguaçu	92,7	3,7	1,2	2,4
Manaus	73,3	26,7	-	-
Recife	78,7	15,1	3,1	3,1
Uruguiana	94,8	3,4	0,9	0,9
Chuí	83,0	12,8	3,2	1,0
Santana do Livramento	98,5	1,5	-	-
Salvador	90,5	6,4	1,0	2,1
Fortaleza	85,7	14,3	-	-
Brasília	50,0	40,0	10,0	-
Florianópolis	85,1	7,5	3,7	3,7

TABELA 51

Distribuição dos Turistas Estrangeiros por Motivo de Viagem (1998)

Fonte: São Paulo Convention Bureau, s.d., In: Pesquisa e Diagnóstico Econômico do Turismo de Eventos da Cidade de São Paulo, (<http://www.spcvb.com.br/pesquisa/sumario/html>), s.d.

Diferentemente das demais cidades brasileiras, que atraem turistas estrangeiros voltados para o lazer, São Paulo, bem como Porto Alegre e Brasília, assimilam um enorme contingente de turistas destinados à realização de negócios¹¹⁹. Cerca de 76% das feiras desse gênero são realizadas nessa primeira cidade, tendo ela atraído, em 1999, nada mais nada menos do que 4,2 milhões de participantes (Diário do Comércio, 05/01/2002). Isso se deve à substancial oferta de locais propícios à organização de eventos (com 209.656 assentos), cuja taxa de ocupação média era, em 1999, de 54,¹²⁰ (São Paulo Convention Bureau, s.d.). O calendário de 2001 listava, por exemplo, cerca de 310 eventos e congressos¹²¹ majoritários e minoritários, das mais diversificadas temáticas (Anhembi, 2001). Apesar do reduzido número, se comparado aos de outros centros mundiais, é possível destacar a importância da capital paulista na abordagem do tema. Outros indicadores refletem, por sua vez, o aumento da participação da metrópole no turismo voltado ao lazer. Serviços oferecidos somente nessa área e mais adiante melhor abordados conjunam para que, em números percentuais, essa modalidade venha a ultrapassar gradativamente o turismo de negócios¹²² (Tabela 52).

119

São Paulo desponta como primeira cidade do ranking em termos de total arrecado por ano com o turismo de negócios, com 225 milhões de dólares. Em segundo e terceiro lugares encontram-se as cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre, com 154 e 91 milhões de dólares, respectivamente (Revista Veja, 27/02/2002, baseado em Ministério do Planejamento e Embratur).

120

Estes dados incluem diversas estruturas aptas à realização de eventos, tais como: hotéis, flats, centros de convenções, espaços empresariais, casas noturnas e de shows, espaços culturais, buffets, etc.

121

São Paulo tem uma feira de negócios a cada 4 dias. Levando-se em conta outros tipos de eventos, como congressos, simpósios e convenções, chega-se, em média, a um evento a cada 12 minutos, totalizando 74 mil eventos por ano (Diário do Comércio, 05/01/2002).

122

Segundo o São Paulo Convention & Visitors Bureau (2001), a cidade de São Paulo recebe, todos os anos, 10 milhões de visitantes, que gastam aproximadamente 2,6 bilhões de reais.

Entrada	Motivo de Viagem (%)			
	Turismo	Negócios	Congressos	Outros
1993	48,8	40,8	5,5	4,9
1994	49,9	42,2	6,0	1,9
1995	35,2	53,8	7,0	4,0
1996	23,4	67,4	1,7	7,0
1997	35,8	54,0	6,8	3,4
1998	47,7	42,9	8,2	1,2
1999	53,7	41,2	4,0	1,1

TABELA 52

Evolução da Motivação da Viagem dos Turistas que visitam São Paulo

Fonte: São Paulo Convention Bureau, s.d., In: Pesquisa e Diagnóstico Econômico do Turismo de Eventos da Cidade de São Paulo (<http://www.spcvb.com.br/pesquisa/sumario/html>), s.d.

Ambas as modalidades turísticas reforçam, então, alguns dos aspectos que caracterizam a *Cidade Mundial* ou *Global*, ou seja, o acentuado poder de atração sobre as pessoas para a realização de negócios, o intercâmbio de informações e o lazer. A materialização física desse argumento encontra-se melhor esmiuçada nos itens posteriores, nos quais se torna nítida a especialização de um determinado tipo de cidade, que é conivente com esta nova realidade internacional.

15.1.2 Hotelaria

A *hotelaria* encontra-se, portanto, intrinsecamente associada à evolução do turismo, tanto nacional quanto internacional, ou seja, em decorrência da evolução do turismo, evidenciamos o crescimento da hotelaria em todo o País. Analisaremos, entretanto, o caso específico da Região Metropolitana de São Paulo¹²³ e, em particular, de seu Município, onde a hospedagem se faz necessária, principalmente devido ao importante centro de negócios nele configurado. Somente entre 1998 e 2001, foram inaugurados, neste último local, 4.000 novos quartos, totalizando 16 novos hotéis voltados para os negócios (Revista Exame São Paulo, Out. 2001). O quadro atual sugere, ainda, a existência de 30 mil leitos na cidade, sendo o maior incremento atribuído aos investimentos de origem estrangeira realizados ao longo dos anos 90 (Jornal da Tarde, 11/01/2002). A Tabela 53, a seguir, exhibe os principais grupos hoteleiros atuantes na Grande São Paulo e as suas respectivas previsões de expansão para 2004. Verifica-se uma ampliação considerável no número de unidades hoteleiras e quartos previstos para 2004, sobretudo daqueles a serem construídos por redes de hotelaria internacional.

123 Na Região Metropolitana de São Paulo existem cerca de 328 hotéis de pequeno e médio porte (50 a 100 apartamentos), com 41.934 leitos e 23 mil apartamentos (Jornal da Tarde, 11/01/2002).

Redes	País de origem	Número de hotéis	Número de Quartos	Hotéis em 2004	Quartos em 2004	Fatía do mercado 2001 (%)	Fatía do mercado 2004 (%)
Accor	França	40	4.758	62	8.961	38	26
Sol Meliá	Espanha	5	892	26	5.180	7	15
Choice Atlântica	Estados Unidos	2	225	22	4.305	2	13
Transamérica	Brasil	12	1.462	24	3.765	12	11
Blue Tree	Brasil	4	690	10	2.652	6	7
Marriot	Estados Unidos	2	774	6	1.948	7	5
Posadas	México	1	168	5	1.531	1	4
Hyatt	Estados Unidos	-	-	1	1.470	-	1
Residence	Brasil	13	1.047	14	1.047	8	3
Estanplaza	Brasil	2	250	7	1.032	2	3
Hilton	Estados Unidos	1	380	2	886	3	3
Bass	Estados Unidos	2	417	3	773	3	2
Tropical	Brasil	1	261	2	513	2	2
Eldorado	Brasil	2	313	2	313	3	1
Kempinski	Alemanha	-	-	1	275	-	1
Sheraton	Estados Unidos	1	244	1	244	2	1
Othon	Brasil	1	224	1	224	2	1
Vila Rica	Brasil	2	157	2	157	1	-
Four Seasons	Estados Unidos	-	-	1	124	-	-
Hotéis Bourbon	Brasil	1	124	1	124	1	-

Uma avaliação decomposta revela-nos a localização dos principais hotéis existentes na cidade. Constatamos que um elevado número deles se encontra nos arredores do Centro Antigo, na região da Avenida Paulista e nos Jardins (Tabela 54). Com exceção dos que se encontram nos Jardins e em algumas outras áreas adjacentes, a maior parte deles está estabelecida na capital há pelo menos dez anos, ou seja, anteriormente ao processo de intensificação da internacionalização econômica.

Distrito	Número de Hotéis ou Flats
Jardim Paulista	52
Itaim Bibi	29
Centro	28
Consolação	23
Moema	11
Vila Mariana	10
Bela Vista	8
Pinheiros	8
Santo Amaro	8
Liberdade	3
Morumbi	3
Santa Cecília	3
Campo Belo	2
Barra Funda	1
Alto de Pinheiros	1
Vila Guilherme	1
Santana	1
Tatuapé	1
Vila Prudente	1
Vila Formosa	1
Total	195

TABELA 53

As 20 Maiores Redes de Hotéis e Flats da Grande São Paulo, hoje, e em 2004

Fonte: Revista Exame São Paulo, Mar. 2001 (Baseado em dados Satecont/ Horwath Consulting).

124

Para o propósito da presente tese de doutorado, utilizar-nos-emos da análise baseada em unidades distritais. Como sugere nos Sposati (2001), o distrito deveria ser a base referencial unitária para todos os serviços da cidade, permitindo convergir, a uma mesma base territorial, a compatibilização dos dados da realidade e os interesses e necessidades dos cidadãos que ali vivem (p. 78). Nesse sentido, trabalharemos, sempre que possível, com a referência dos 96 distritos que atualmente compõem o Município de São Paulo.

TABELA 54

Distribuição dos Principais Hotéis e Flats por Distritos¹²⁴

Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora (baseado no Guia 4 Rodas 2002).

Mais recentemente, porém, vários hotéis e flats têm sido erguidos junto ao novo centro empresarial da capital (Eixo Faria Lima – Berrini). Há previsões de que as mais importantes cadeias internacionais, entre elas Marriott, Hilton, Hyatt e Kempinski, terão seus edifícios, de altíssimo padrão, instalados nessa área (Tabela 55). A proliferação de *hotéis cinco estrelas* traduz, por sua vez, uma tendência de São Paulo a ser inserida no *'jet-set'* internacional dos negócios. No caso particular dos Jardins, tem-se averiguado um aumento no número de hotéis tipo *'flat'* e acomodações de luxo ao longo dos últimos 5 anos. O Mapa 1 (em anexo) explicita a concentração hoteleira nessa área, bastante consolidada e voltada para os negócios.

Operadora	Hotel	Aptos.	Localização	Abertura
Marriott	Marriott	554	Berrini	2003
Marriott	Ritz-Carlton*	200	Higienópolis	2004
Hilton	Hilton	506	Berrini	2002
Hyatt	Grand Hyatt	470	Berrini	2002
Four Seasons	Tangará	124	Parque Burle Marx	2002
Kempinski	Kempinski	275	Faria Lima	2003
Posadas	Caesar Park	200	Guarulhos	2001
Posadas	Caesar Park	180	Vila Olímpia	2004
Independente	Unique	100	Brig. Luís Antonio	2002
Independente	Fasano	50	Jardins	2003

TABELA 55

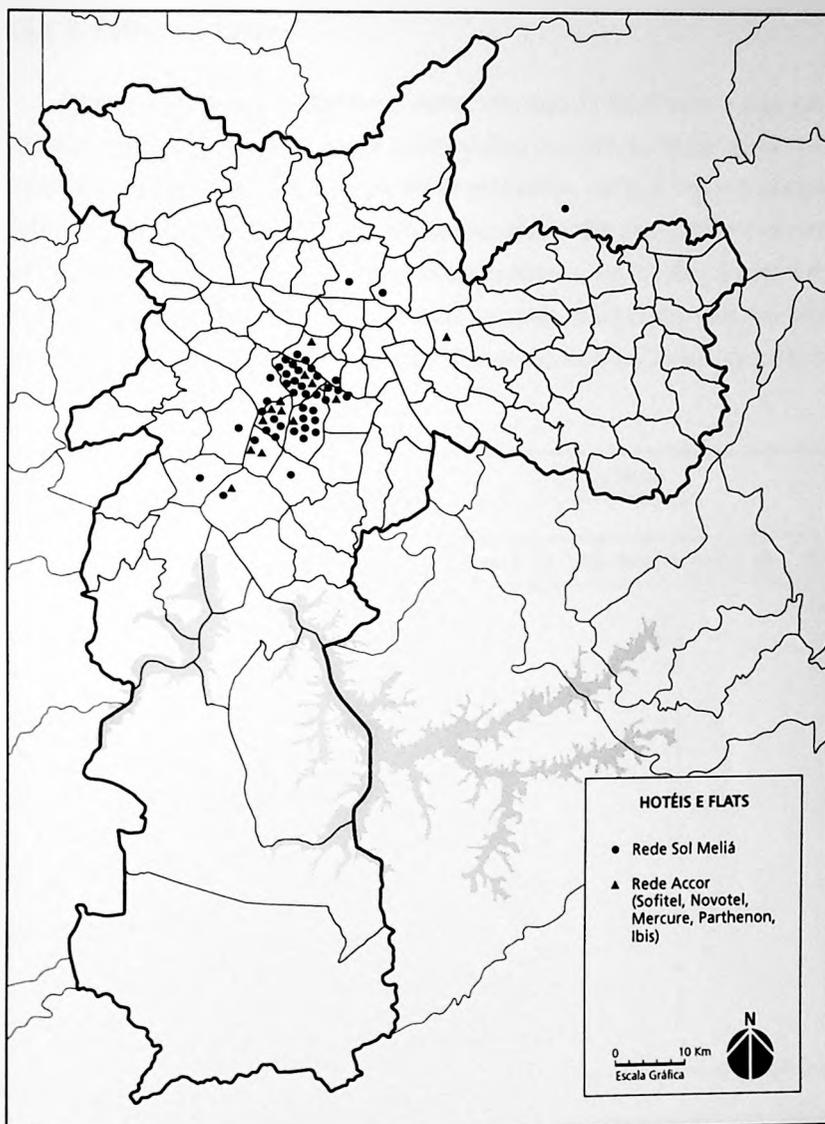
Os Futuros Hotéis de Cinco Estrelas de São Paulo

Fonte: Revista Exame São Paulo, mar. 2001.

Nota: * Projeto ainda em estudo

Algumas redes hoteleiras têm buscado, ainda, implantar-se em áreas mais afastadas das principais centralidades urbanas. Exemplos incluem os hotéis Meliá Comfort Tatuapé e Blue Tree Towers Anália Franco, ambos na Zona Leste da capital. Outros situam-se nos Municípios adjacentes e próximo aos principais entroncamentos de transportes (aeroportos e rodovias)¹²⁵. O Mapa 2 analisa a distribuição geográfica de dois importantes grupos hoteleiros com participação internacional: *Grupo Accor* e *Rede Sol Meliá*. Observa-se a preferência de instalação em áreas urbanas já consolidadas e mais voltadas para os negócios (vetor Sudoeste), além de uma certa dispersão rumo a outros subcentros que gradualmente vão se estabelecendo, conforme suas respectivas importâncias econômicas.

125
Isso ocorre para o exemplo dos hotéis do Grupo Accor (principalmente os hotéis Ibis).



MAPA 2

Localização dos
Hotéis das Redes
Accor e Sol Meliá
Município de
São Paulo (2002)

Fonte: Grupo Accor e Rede Sol
Meliá de Hotéis & Resorts, 2002.

Existem, então, forças estrangeiras atuantes na metrópole, cujo caráter de centro de negócios e finanças se enfatiza por meio do estabelecimento de uma gama de hotéis e 'flats' que estão aptos a atender às prontas necessidades dos executivos globais, principalmente nas áreas onde se concentram os Serviços Produtivos. Surgem também hotéis de padrão internacional, em locais onde previamente não acontecia um fator de aglomeração do segmento. São Paulo firma-se nesse cenário como a principal cidade brasileira e uma das mais fundamentais na América Latina, em termos de alojamento para os negócios e o lazer. A proliferação de hotéis e flats faz-nos indagar, contudo, se o desenvolvimento desmesurado desse subsetor não estaria ultrapassando as necessidades reais de demanda.

15.1.3 Cultura e Lazer

Discorrer sobre a *cultura* e o *lazer*, no caso de São Paulo, é algo bastante complexo. Essa metrópole cosmopolita concentra o maior número de cinemas, museus, teatros, casas de espetáculos, bares e restaurantes do Estado e do País. Entretanto, as tendências atuais têm despertado o interesse dos cientistas sociais e de vários pesquisadores, em função do surgimento de tipologias específicas de diversão, as quais estão profundamente relacionadas ao processo de globalização. Tomemos, como exemplo, as *salas de cinema* (Tabela 56).

Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede	Entidade Mantenedora		Total
	Governamental (2)	Não-Governamental (3)	
Estado de São Paulo	10	433	443
Região Metropolitana de São Paulo	5	268	273
São Paulo	5	200	205
RA de Registro	-	1	1
Região Metropolitana da Baixada Santista	2	8	10
RA de São José dos Campos	-	20	20
RA de Sorocaba	-	21	21
RA de Campinas	-	52	52
RA de Ribeirão Preto	-	22	22
RA de Bauru	1	5	6
RA de São José do Rio Preto	-	10	10
RA de Araçatuba	-	5	5
RA de Presidente Prudente	-	5	5
RA de Marília	2	4	6
RA Central	-	6	6
RA de Barretos	-	3	3
RA de Franca	-	3	3

TABELA 56

Salas de Cinema (1),
por Tipo de Entidade
Mantenedora

Regiões Administrativas,
Regiões de Governo e
Municípios-Sede (1999)

Fonte: Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados - Seade.
Guia Cultural do Estado de São
Paulo, 1999.

(1)
Foram consideradas as salas
de projeção.

(2)
Inclui as salas de cinema
mantidas pelas administrações
direta e indireta municipal,
estadual ou federal.

(3)
Inclui as salas de cinema
mantidas por clubes, associações,
empresas privadas, instituições
de ensino superior ou entidades
sem fins lucrativos.

A partir dos dados exibidos anteriormente, nota-se o nítido predomínio da Região Metropolitana de São Paulo em relação às demais regiões administrativas do Estado (273 salas de cinema na primeira localidade, em 2000, de um total de 443 no Estado). Quanto ao Município, percebe-se que a localização se dá em sítios específicos. Das 197 salas de cinema, 145 encontravam-se nos mais variados shopping centers da cidade (Tabela 57).

Salas/ Região/ Tipo	Total
Município de São Paulo	197
Região Centro	8
Outros Bairros	4
Paulista e Jardins	28
Cineclubes e Salas Especiais	12
Shopping Centers	145

TABELA 57

Salas de Cinema
no Município de
São Paulo (2000)

Fonte: Sempla, 2000 (Baseado em:
Guia da Folha, Folha de São Paulo,
set. 2000).

A onipresença dessas salas, então, constitui um fenômeno da maior relevância, uma vez que 90% pertencem a três redes internacionais (*Cine-mark*, *UCI* e *Hoyts*)¹²⁶. Juntas elas possuíam, em 2000, 137 salas de cinema. O faturamento estimado girava em torno dos 69 milhões de dólares no mesmo ano (Revista Exame São Paulo, dez. 2000). Essa nova realidade mostra uma acentuada concentração desta modalidade, sobretudo nas Zonas Sul e Oeste da capital. Os cinemas fora de shopping ocupavam, também, áreas de melhor infra-estrutura urbana e, portanto, mais privilegiadas (região da Av. Paulista e dos Jardins) (Tabela 58).

126

Com a chegada do modelo americano de exibição, a bilheteria da Grande São Paulo deu um salto significativo na venda de ingressos, passando de 17,5 milhões, em 1997, para 26,4 milhões, em 2001 (Revista Exame São Paulo, dez. 2000).

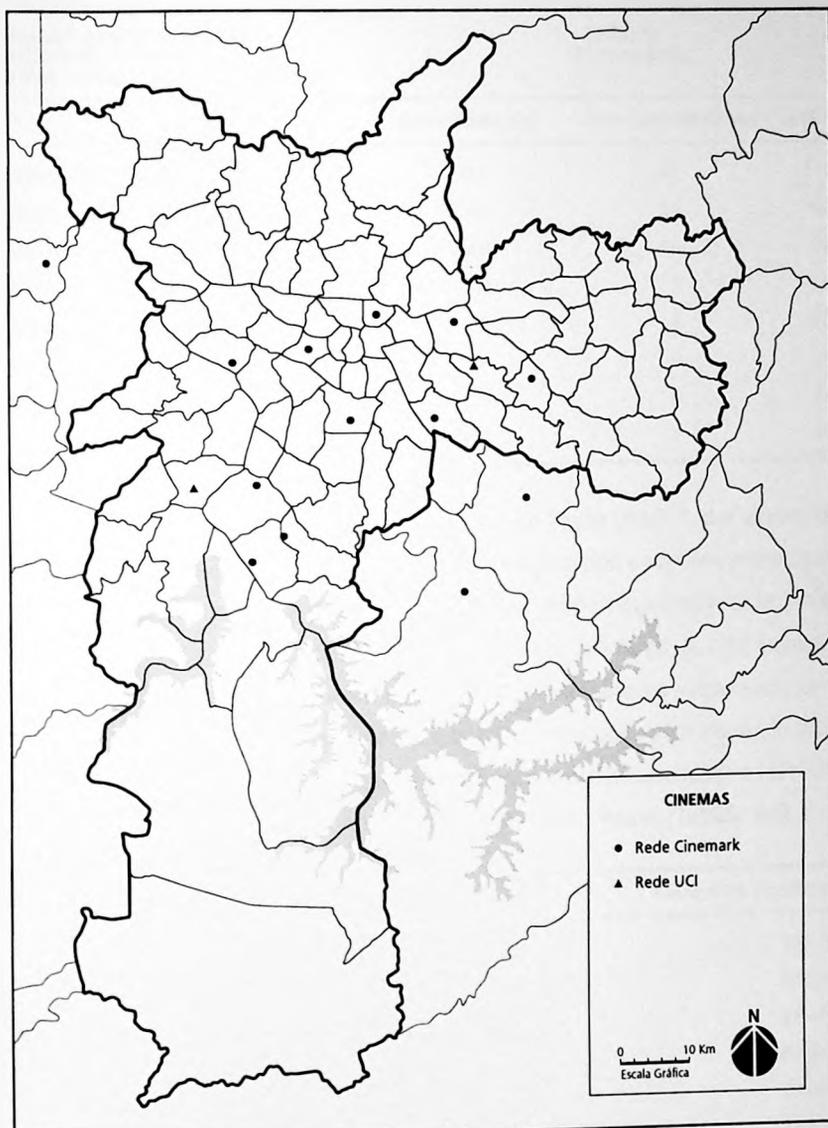
Distrito	Número de Salas de Cinema
Consolação	28
Santo Amaro	18
Vila Mariana	17
Socorro	15
Aricanduva	14
Pinheiros	13
Vila Andrade	11
Vila Prudente	10
Pari	10
Campo Grande	10
Vila Formosa	9
Tatuapé	8
Saúde	8
Vila Sônia	8
Alto de Pinheiros	7
Centro	6
Lapa	5
Bela Vista	4
Barra Funda	4
Jardim Paulista	4
Moema	4
Vila Guilherme	3
Penha	3
Butantã	3
Jaguapé	2
Itaquera	2
Itaim Bibi	1
Santana	1
São Miguel	1
Perdizes	1
Total	230

TABELA 58

Distribuição das Salas de Cinema por Distritos Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora (baseado em Revista Veja São Paulo, abr. 2002)

Porém, mais recentemente, alguns shopping centers vêm sendo instalados em zonas mais periféricas do Município de São Paulo, evidenciando o caráter de proximidade do consumidor que alguns dos Serviços Pessoais, no caso o lazer, apresentam. A localização das salas de cinema das redes *Cine-mark* e *UCI*, exemplificada pelo Mapa 3, mostra-nos uma distribuição mais difusa desse tipo de serviço do que no caso particular da rede hoteleira. *Existe, assim, uma confluência de interesses do capital internacional sobre a localização físico-territorial de uma das principais formas do entretenimento paulistano que favorece a sua implantação junto ao mercado consumidor.*



MAPA 3

Localização dos
Cinemas das Redes
Cinemark e UCI

Município de São Paulo
(2002)

Fonte: Compilação de dados da
autora (baseado em panfletos das
Redes Cinemark e UCI, 2002).

Um outro aspecto interessante é a abordagem das *artes plásticas*. Dados oficiais apontavam a existência de um total de 29 museus para o Município (Sempla, 2000). Evidentemente esses números se alteram ao considerarmos os museus de menor porte, pequenas fundações e outros. A Tabela 59 registra a presença de um total de 74 instituições na cidade, ou seja, aproximadamente um quarto do total verificado no Estado de São Paulo.

Embora não se disponham de museus ou fundações de caráter internacional na cidade (tais como, o Museu Guggenheim¹²⁷), *tem-se verificado um crescente intercâmbio cultural com as instituições estrangeiras, fato este que contribui para a elevação do número de exposições e mostras de arte prove-*

127

O Rio de Janeiro poderá sediar o Museu Guggenheim, tornando-se a 6ª cidade no mundo a ter esse tipo de empreendimento. O projeto está avaliado em R\$ 100 milhões de reais e prevê, ainda, a revitalização da área portuária, onde se dará a sua instalação (Estado de São Paulo, 21/11/2001).

Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede	Entidade Mantenedora		Total ¹²⁸
	Governamental	Não-Governamental	
Estado de São Paulo	267	64	331
Região Metropolitana de São Paulo	65	29	94
São Paulo	46	28	74
RA de Registro	4	1	5
Região Metropolitana da Baixada Santista	7	3	10
RA de São José dos Campos	19	6	25
RA de Sorocaba	29	5	34
RA de Campinas	52	8	60

nientes do exterior¹²⁹. O Museu de Arte de São Paulo (MASP), por exemplo, de um total aproximado de 70 exposições temporárias e eventos programados, realizou cerca de 22 amostras de caráter predominantemente internacional, entre 1997 e 2001 (MASP, 2001). Ou seja, um terço da arte exposta nesse museu, sem levarmos em consideração o seu acervo estrangeiro permanente, enfatizou o intercâmbio cultural¹³⁰. A evolução no número de visitantes à Pinacoteca do Estado de São Paulo é um outro indicador dos efeitos da globalização na vida cotidiana das artes em São Paulo (Tabela 60).

Anos	Número de Visitantes
1992	30.000
1993	28.345
1994	24.473
1995	183.329
1996	69.000
1997	128.961
1998	157.363
1999	105.150
2000	92.414
2001 ¹³¹	281.448

Coincidentemente, os anos que registraram maior frequência de público foram aqueles em que importantes exposições internacionais ocorreram, tais como: 'Rodin', 'Camille Claudel', 'De Picasso a Barcelô', entre outras (ou seja, de 1995 em diante). A acessibilidade a essa modalidade cultural tem sido também facilitada pela isenção de ingresso em dias específicos para o público em geral. Um outro aspecto a ser considerado é o da inserção de São Paulo no circuito internacional das artes, por meio da *Bienal Internacional*

TABELA 59

Museus (1), por Tipo de Entidade Mantenedora

Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede (1999)

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Sede. Guia Cultural do Estado de São Paulo, 1999.

(1) Foram considerados museus, fundações e algumas instituições menores.

128

Algumas Regiões Administrativas não foram computadas, decorrendo daí uma pequena variação nos diferentes totais apresentados.

129

Infelizmente não dispomos de dados mais precisos sobre o total de mostras de arte internacional na cidade de São Paulo. Mas as exposições desse gênero têm sido cada vez mais crescentes ao longo dos últimos anos.

TABELA 60

Número Anual de Visitantes da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1992/2001)

Fonte: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2001.

130

As cinco mostras com mais visitantes da história do Masp foram as seguintes: Egito (2001), Michelângelo (1997), Dalí (1998), Picasso (1999) e Monet (1997), respectivamente com 155.000, 168.000, 200.000, 205.000 e, 401.000 visitantes (Revista Veja São Paulo, 06/02/2002).

131

Número estimado até o mês de setembro de 2001.

de Artes Plásticas, cuja relevância mundial é compartilhada com a Bienal Internacional de Veneza (Itália) e a Bienal Internacional de Kassel (Alemanha). Apesar de todas as facilidades e do crescente número de visitantes¹³², nota-se que uma substancial fatia dos museus e galerias de arte se localiza nos distritos altamente elitizados¹³³, tais como Jardim Paulista e Pinheiros (Mapa 1, em anexo). A arte é, por conseguinte, menos acessível à maioria da população, estando mais confinada num espaço urbano privilegiado do que as demais atividades de lazer (Tabela 61).

132
Segundo o São Paulo Convention Bureau, cerca de 54% dos turistas internacionais que visitam São Paulo aproveitam as ofertas culturais da cidade, principalmente os seus diversos museus.

Distrito	Número de Galerias de Arte
Jardim Paulista	40
Pinheiros	27
Itaim Bibi	7
Moema	6
Consolação	3
Liberdade	2
Bela Vista	2
Morumbi	2
Centro	2
Santo Amaro	1
Perdizes	1
Santa Cecília	1
Lapa	1
Vila Mariana	1
Total	96

TABELA 61

Distribuição das Galerias de Arte por Distritos

Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora (baseado em <http://www.guiasp.com.br>)

Quanto aos *teatros*, existem na cidade desde os de menor porte até as grandes casas de espetáculo. Sua concentração é nitidamente maior no Município e na Região Metropolitana, como nos sugere a Tabela 62, com 100 e 121 unidades, respectivamente.

133
Ver estudo de CORDEIRO, H.K. "A Cidade mundial de São Paulo e o Complexo Corporativo de seu Centro Metropolitano", In: SANTOS, M. et al. (args.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. Hucitec: São Paulo, 1997, sobre o caso da dispersão territorial das diversas amenidades urbanas decorrentes da reestruturação produtiva.

Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede	Entidade Mantenedora		Total
	Governamental (2)	Não-Governamental (3)	
Estado de São Paulo	113	139	252
Região Metropolitana de São Paulo	35	86	121
São Paulo	17	83	100
RA de Registro	-	-	-
Região Metropolitana da Baixada Santista	4	4	8
RA de São José dos Campos	2	6	8
RA de Sorocaba	11	5	16
RA de Campinas	24	14	38
RA de Ribeirão Preto	8	3	11
RA de Bauru	3	7	10
RA de São José do Rio Preto	7	4	11
RA de Araçatuba	2	1	3
RA de Presidente Prudente	3	4	7
RA de Marília	4	-	4
RA Central	5	1	6
RA de Barretos	2	1	3
RA de Franca	3	3	6

TABELA 62

Teatros (1), por Tipo de Entidade Mantenedora
Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede (1999)

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade. Guia Cultural do Estado de São Paulo, 1999.

(1)
Foram consideradas as salas de espetáculo.

(2)
Inclui os teatros mantidos pelas administrações direta e indireta municipal, estadual ou federal.

(3)
Inclui os teatros mantidos por clubes, associações, empresas privadas, instituições de ensino superior ou entidades sem fins lucrativos.

Modernos complexos multifuncionais destinados às mais variadas apresentações foram construídos ou remodelados nos últimos cinco ou seis anos, tais como: Credicard Hall, Teatro Alfa Real, Via Funchal¹³⁴, Teatro Abril¹³⁵, DirectTV Hall, etc. Alguns desses novos empreendimentos viabilizaram-se, ainda, com a participação do capital estrangeiro. Em sua maioria, *esses teatros e casas de shows estão situados em pontos de elevada concentração de público de alta renda (Vetor Sudoeste) ou de fácil acessibilidade (próximo às Marginais do Rio Pinheiros e das vias expressas)*. Tradicionalmente, porém, a maioria dos teatros está fincada em áreas urbanas mais consolidadas, onde esse tipo de manifestação cultural se apresenta de forma mais arraigada (Tabela 63).

Distrito	Número de Teatros ou Casas de Espetáculos
Centro	9
Bela Vista	8
Itaim Bibi	4
Jardim Paulista	4
Santo Amaro	4
Consolação	3
Pinheiros	3
Perdizes	2
Lapa	2
Vila Mariana	2
Barra Funda	1
Belém	1
Ipiranga	1
Moema	1
Santa Cecília	1
Total	46

Em termos de espetáculos, é indiscutível a participação da metrópole quanto às atrações do circuito internacional (cantores, concertos, balés, shows, etc.). Ao acrescentarmos, ainda, as apresentações de música erudita¹³⁶, percebemos que a cidade de São Paulo participa correntemente das principais tendências de vanguarda, refletindo mais uma das características das Cidades Mundiais ou Globais. Inúmeras áreas do Município e da Região Metropolitana excluem-se, porém, de quaisquer possibilidades de entretenimento e cultura avançados. Assim sendo, concluímos que o lazer que vem sendo criado, em São Paulo, espelha os fluxos de internacionalização da cultura em nível mundial. E este se direciona, por sua vez, a um espectro específico da sociedade: a elite transacional.

134

Somente esta casa de shows trouxe, desde o início de sua atuação na cidade, mais de 35 atrações internacionais. O cômputo total do número de espetáculos internacionais vê-se bastante prejudicado em decorrência da ausência de estatísticas mais precisas.

TABELA 63

Distribuição dos Principais Teatros e Casas de Espetáculos por Distritos

Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora (baseado em Revista Veja São Paulo, mai. 2002)

135

Este teatro tem se caracterizado, desde a sua inauguração, em 2001, pela apresentação de musicais originários da Broadway, de Nova Iorque. Seu controle acionário principal pertence ao grupo mexicano Corporación Interamericana de Entretenimiento (CIE), que também detém 70% da participação no consórcio das casas de espetáculo DirectTV Music Hall e Credicard Hall (Revista Urbs, dez. 2000/jan. 2001).

136

A recente renovação da Sala São Paulo coloca São Paulo entre as Cidades Mundiais que possuem salas de apresentação de música de elevadíssimo padrão internacional.

15.1.4 Serviços Pessoais Tipo 'Franchising'

Os *Serviços Pessoais tipo 'franchising'* estão subdivididos nas mais diversas categorias: alimentação, beleza e saúde, limpeza e conservação, serviços especiais, educação e treinamento, assessoria e consultoria, informática e eletrônica, etc. A Associação Brasileira de Franchising (ABF) não dispõe, no entanto, de um estudo fragmentado sobre a atuação das franquias de origem internacional no Brasil. Porém, a proliferação desse tipo de negócio ocorre, em sua maioria, na Região Sudeste do País, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo, onde a demanda tem sido maior. Assim, temos que, das 863 redes de franquias brasileiras, 449 nasceram em São Paulo (Revista Exame São Paulo, mar. 2001). O levantamento, a seguir, indica-nos a natureza das 20 franquias com maior número de unidades na metrópole (Tabela 64).

Rede	Atividade	Unidades
Kodak Express	Fotografia	296
O Boticário	Perfumaria e Cosméticos	191
McDonald's	Fast Food	187
Dunkin' Donuts	Fast Food	130
Skill	Ensino de Idiomas	83
Wizard	Ensino de Idiomas	73
5 à Sec	Lavanderia	68
Fisk	Ensino de Idiomas	53
Color Systems	Serviços Automotivos	48
Vaspex	Serviços de Logística	48
Pink and Blue	Ensino de Idiomas	45
Yázigi	Ensino de Idiomas	40
China in Box	Fast Food	40
Colchões Ortobom	Decoração e Utilidades	33
Bob's	Fast Food	33
Washtec	Serviço de tinturaria	32
Água de Cheiro	Perfumaria e Cosméticos	30
Wisdom	Ensino de Idiomas	28
Casa do Pão de Queijo	Fast Food	26
Toque de Minas	Serviços Automotivos	26

TABELA 64

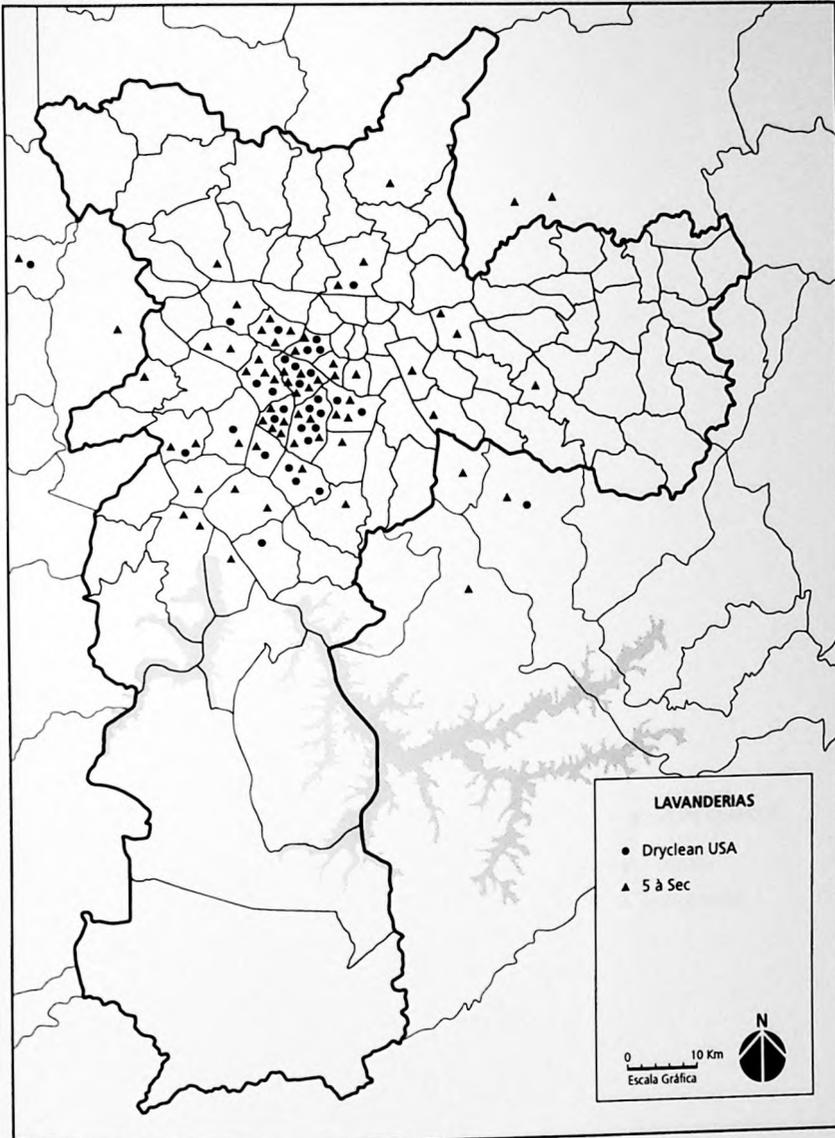
As 20 franquias com maior número de unidades na metrópole (2001)

Fonte: Revista Exame São Paulo, mar. 2001 (baseado em Françap).

Buscamos averiguar, no entanto, a influência de hábitos internacionais de consumo, utilizando para tal de algumas atividades previamente selecionadas, entre elas: *ensino de idiomas, lavanderias, decoração e utilidades, e alguns outros serviços*¹³⁷. Visamos obter, com isso, preliminares sobre o assentamento urbano do capital estrangeiro para alguns dos serviços pes-

137

Os segmentos de alimentação, educação e treinamento, saúde e beleza, e decoração totalizavam, segundo a ABF, cerca de 50% do mercado total de franchising (Revista Exame São Paulo, mar. 2001).



MAPA 4

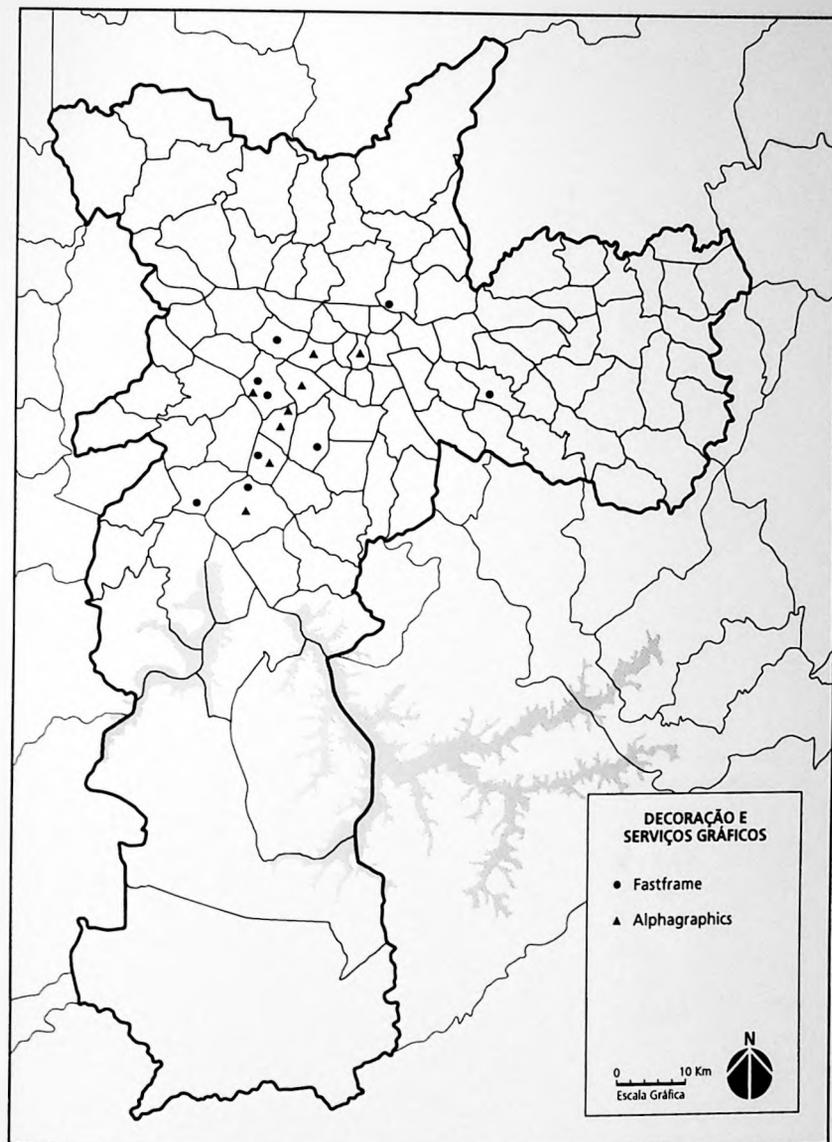
Localização das lavanderias tipo 'franchising' das marcas 5 à Sec e Dryclean USA

Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora.

soais. Em relação às *lavanderias*, observamos uma distribuição setorial localizada em redor do centro expandido da cidade de São Paulo, ou seja, nos distritos mais abastados e nas imediações do novo centro de negócios da capital (Eixo Faria Lima – Berrini), como identificado no Mapa 4.

Esse acontecimento se auto-explica, já que se trata de uma necessidade secundária e, portanto, mais comum às classes sociais de maior renda. Similar realidade encontra-se também refletida na prestação de alguns serviços mais elitizados, como no caso da *decoreção e utilidades*, dos *serviços gráficos*, etc. (Mapa 5).



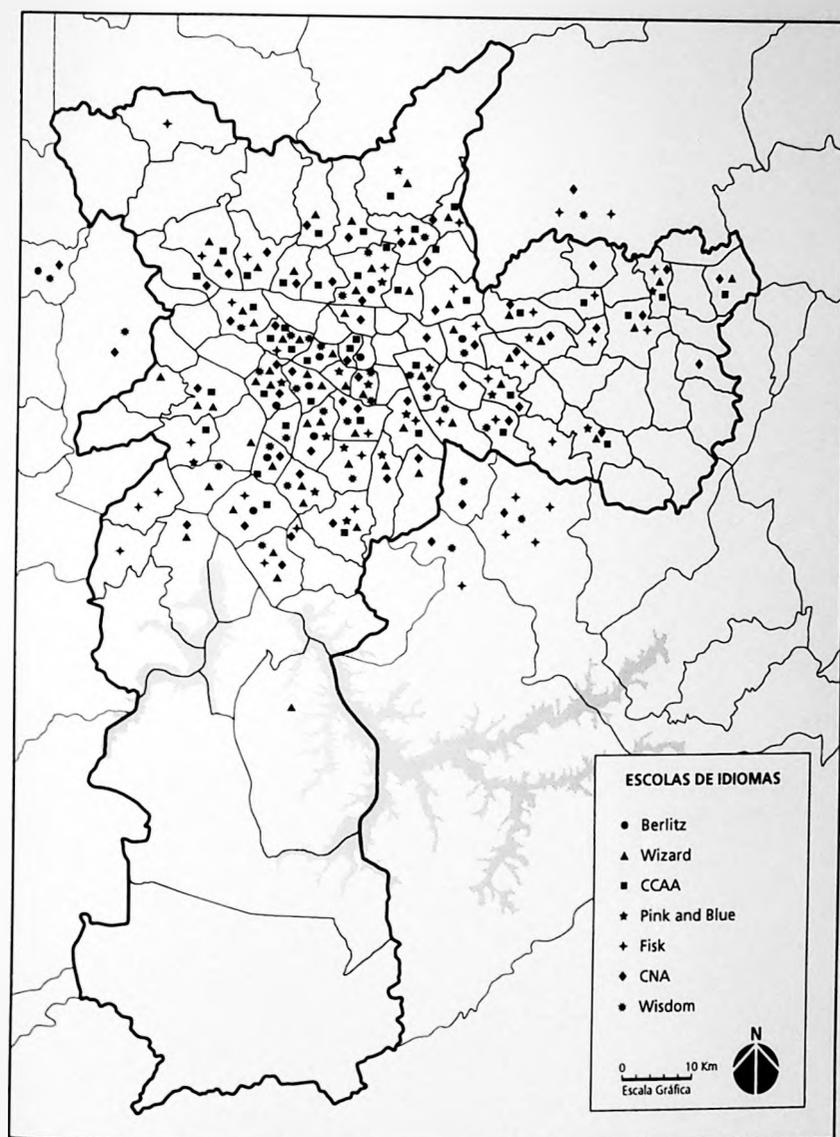
MAPA 5

Localização das lojas de serviços gráficos *Alphagraphics* e de decoração *Fastframe*

Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora.

Já no caso do *ensino de idiomas*, surgem algumas tendências divergentes. Por um lado, notamos o agrupamento das escolas mais renomadas e de maior poder aquisitivo (por exemplo, Berlitz Idiomas) em áreas mais privilegiadas. Por outro lado, houve uma difusão espacial e uma proliferação de escolas em áreas periféricas do Município de São Paulo (Zonas Leste, Norte e Sul), principalmente no caso daquelas cujas mensalidades são inferiores. Decorre desse fato a expansão do ensino de idiomas (atividade de caráter internacionalizante) para alguns subcentros mais afastados, conforme identificado no **Mapa 6**.



MAPA 6

Localização das
Principais Redes de
Escolas de Idiomas
Município de São Paulo
(2002)

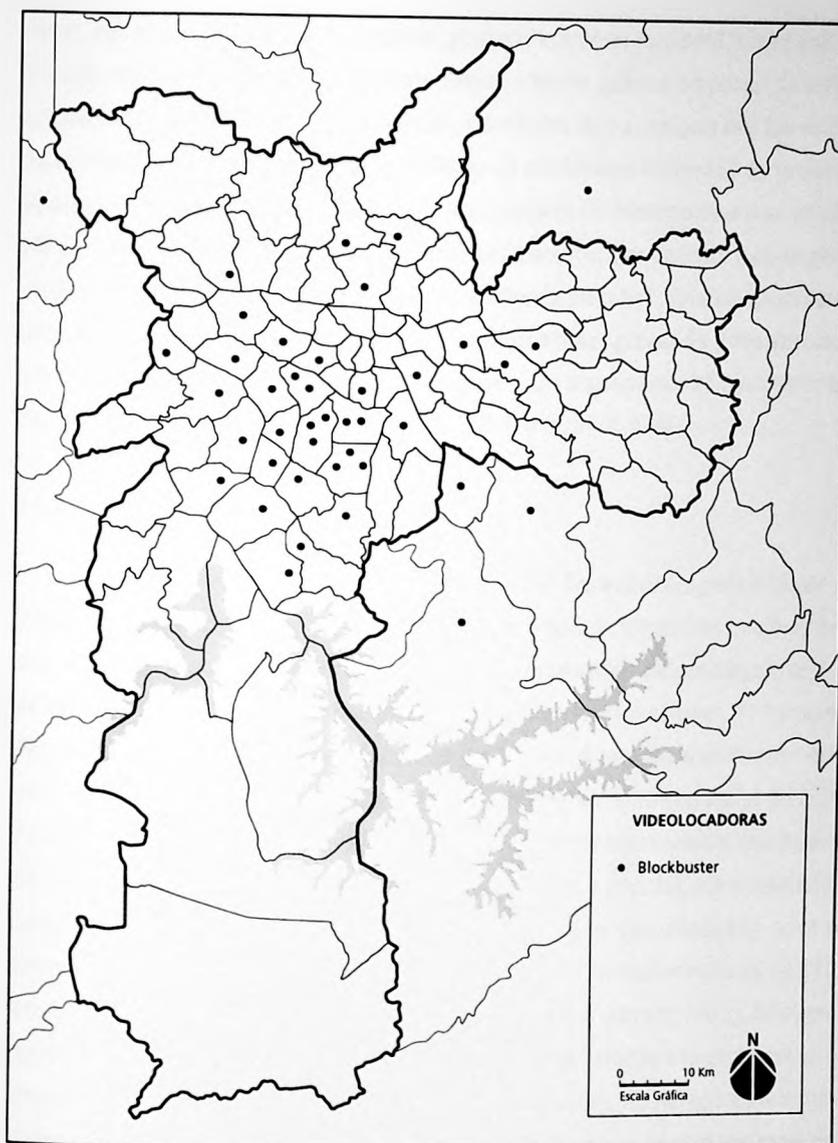
Fonte: Compilação de dados
da autora.

O mesmo ocorre para *outros serviços*, entre eles: *alimentação e entretenimento* (videolocadoras, como a Blockbuster¹³⁸). Esse processo aconteceu principalmente ao longo dos anos 90 (Mapa 7).

Assim sendo, podemos sugerir que alguns Serviços Pessoais 'tipo franchising' espalham-se, mesmo que de forma pulverizada, por distritos mais afastados. Esse processo não ocorre, entretanto, de forma clara e homogênea, uma vez que nem todos os sítios são atendidos por esses serviços. É possível apontar, então, que uma periferia específica, ou seja, alguns subcentros vêm sendo incorporados aos novos hábitos e ao modo de vida internacional.

138

Esta Videolocadora, em particular, tem buscado adequar-se às novas realidades por meio da segmentação de seu varejo. Especificamente no caso da Zona Leste do Município, tem-se que 30% das fitas alugadas são dubladas (Revista Exame São Paulo, out. 2001).



MAPA 7

Localização das Lojas
da videolocadora
Blockbuster

Município de São Paulo
(2002)

Fonte: <http://www.blockbuster.com.br>

15.2 OS SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS

Os *Serviços Distributivos* estão representados pelas atividades relacionadas aos *Transportes*, às *Comunicações (Telecomunicações)* e ao *Comércio*, de uma maneira geral. Tivemos a oportunidade de demonstrar, anteriormente, que a classe distributiva foi a que maior crescimento apresentou no Brasil, em particular entre os anos de 1940 e 1990 (Pochmann, 2001). Sua justificativa de desenvolvimento estava associada ao acelerado incremento da produção industrial, sobretudo devido à expansão do Comércio. Dados mais recentes apontam, porém, para uma relativa estabilidade seto-

rial e, até mesmo, para um declínio gradual em nível nacional, tanto sob o aspecto da participação no Produto Interno Bruto quanto do ponto de vista ocupacional¹³⁹. Podemos argumentar, com isso, que a maioria dos Serviços Distributivos no País, longe de viabilizar as dinâmicas inerentes do processo de globalização (*graças às novas tecnologias de transporte e comunicações*), tem permanecido na rota anterior, caracterizando uma defasagem tecnológica em relação à nova ordem econômica mundial. Relativo progresso tem ocorrido, todavia, quanto às telecomunicações, graças às privatizações e à informatização de vários outros setores. Os transportes têm apresentado, igualmente, ligeira melhoria qualitativa e quantitativa.

15.2.1 Transportes

Juntamente com as telecomunicações, os *Transportes* possibilitam o intercâmbio crescente de produtos, pessoas e dados. Em outras oportunidades, demonstramos a importância do *transporte aéreo de passageiros*¹⁴⁰ e de outras modalidades, principalmente em nível internacional, na caracterização de uma cidade como *Mundial* ou *Global*. A análise dos dados obtidos reflete sua *elevada concentração* na Região Metropolitana de São Paulo e cercanias. Desse modo, as estatísticas recentes mostram que houve uma significativa elevação no número de *pousos e decolagens internacionais*, entre 1990 e 2000 (período de intensificada globalização), para o exemplo paulistano. No caso dos pousos, ocorre um incremento de 13.531, em 1990, para 33.495, em 2000. Já as decolagens passam de 13.600, em 1990, para 33.476, em 2000. O mesmo se nota em relação aos *embarques e desembarques internacionais*. Em 1990, embarcaram, do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, 879.774 passageiros, contra um total de 3.027.258, em 2000. Quanto aos desembarques, temos um total de 823.043 passageiros, em 1990, em oposição aos 2.768.086, em 2000 (Tabela 65).

Ano	Pousos	Decolagens	Embarques	Desembarques
1990	13.531	13.600	879.774	823.043
1991	15.590	15.621	855.155	887.239
1992	19.997	20.223	1.228.146	1.146.084
1993	22.191	22.642	1.444.077	1.322.220
1994	24.171	24.378	1.793.581	1.623.239
1995	27.423	27.263	2.215.833	1.975.846
1996	30.157	30.006	2.567.295	2.342.141
1997	33.107	33.087	2.812.542	2.689.038
1998	34.923	34.412	2.988.816	2.904.040
1999	33.921	33.385	2.709.073	2.670.889
2000	33.495	33.476	3.027.258	2.768.086

139

É preciso atentar, contudo, que uma parte significativa da mão-de-obra empregada neste setor atua na informalidade, prejudicando a avaliação real das estatísticas.

140

Para fins desta pesquisa, utilizar-nos-emos somente dos dados do transporte aéreo de passageiros e cargas, por corresponderem aos elementos mais significativos na caracterização de uma cidade em *Mundial* ou *Global*. Isso não impede, porém, de argumentar-se que a Região Metropolitana de São Paulo congrega parcelas substanciais das demais modalidades de transportes, entre elas o transporte rodoviário, o fluvial e o ferroviário. A título de ilustração, temos que mais de 90.000 pessoas circulam diariamente pelo Terminal Rodoviário do Tietê, primeiro da América Latina e segundo maior do mundo (perde só para o Central Station de Nova Iorque) (O Estado de São Paulo, 25/11/2001). São Paulo possui também a terceira maior frota de helicópteros do mundo, atrás apenas de Nova Iorque e Tóquio. Está prevista a finalização da construção do maior heliporto do mundo, na região do Jaguaré, que irá ocupar uma área de 18.000 metros quadrados (Revista Exame São Paulo, out. 2001). Porém, em termos de transporte metroviário, São Paulo deixa a desejar com apenas 49,2 Km de extensão em contrapartida aos 471,0 Km de Nova Iorque (principal sistema do mundo) (O Estado de São Paulo, 30/06/2001).

TABELA 65

Pousos, Decolagens, Embarques e Desembarques Internacionais (Total) Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (1990/2000)

Fonte: Compilação de dados da autora (baseado em infraero, vários anos).

Esses indicadores sugerem a elevada participação de São Paulo no contexto internacional, a partir de sua conectividade, sob o ponto de vista aéreo, com as demais localidades primordiais do sistema econômico mundial (Keeling, 1995). O crescimento no número de empresas aéreas internacionais, entre 1990 e 1999, justifica a afirmação anterior. De uma maneira geral, observa-se que, em 1990, existiam 21 empresas que efetuavam o transporte aéreo internacional. Esse número eleva-se, em 1999, para 33¹⁴¹ (Tabela 66). O Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos assume, assim, função de destaque, tanto nacional (ultrapassando em muitos aspectos o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade dos Anos 90)¹⁴², quanto regional ou internacional. Sob esse prisma, é possível argumentar que os dados anteriormente apresentados corroboram por demonstrar a efetiva inserção de São Paulo em um universo seletivo de cidades globais.

Ano	Nº. de Empresas
1991	21
1992	24
1993	25
1994	28
1995	31
1996	33
1997	33
1998	33
1999	33
2000	29

No entanto, Rimmer (1998) discorda dessa posição, ao afirmar que a representatividade desta cidade é insignificante sob o ponto de vista dos vários outros indicadores. A análise do fluxo de passageiros, a partir de pares de cidades, enfraquece os argumentos favoráveis a que esta importante metrópole do cone sul estaria se transformando em uma cidade global. Estudo contemporâneo desenvolvido por Timberlake, Smith & Shin (2001)¹⁴⁴, baseado em dados do ICAO (International Civil Aviation Organisation), não inclui São Paulo entre as 100 principais cidades de maior centralidade em termos de passageiros transportados por meios aéreos. Convém salientar, contudo, que os números mais recentes, levantados nesse estudo, referem-se ao ano de 1997¹⁴⁵. Se considerarmos, por sua vez, a listagem dos maiores aeroportos mundiais, em função do movimento anual de passageiros, perceberemos que São Paulo não figura sequer entre os cinquenta maiores, não atuando, portanto, como conexão primordial (Tabela 67).

141

Esse número vem se alterando recentemente em decorrência da reestruturação a que vem sendo submetida a indústria da aviação internacional. Muitas empresas aéreas internacionais têm retirado suas representações locais, seja nos aeroportos ou em escritórios regionais, substituindo-as por sistemas de atendimento telefônico.

142

Em 2000, o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos transportou 13,2 milhões de passageiros, volume esse duas vezes e meio maior que o do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Tom Jobim (com 5,4 milhões de passageiros transportados) (Revista Exame São Paulo, nov. 2001, baseado em dados da Infraero).

TABELA 66

Evolução no Número de Empresas de Transporte Aéreo Internacional¹⁴³

Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (1991/2000)

Fonte: Infraero, vários anos.

143

Os números indicados não contemplam empresas de transporte aéreo nacional, regular e não regular, embora algumas delas possam realizar vôos internacionais.

144

Estes dados compõem o Data Set 10 do GAWC, 628 Study Group and Network (In: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/>) elaborado pelos autores acima mencionados.

145

Eles podem ter sido eventualmente subestimados em função de erros estatísticos.

Aeropostos	Milhões de passageiros/ano
Atlanta – Hartsfield (EUA)	80,1
Chicago – O'Hare (EUA)	72,1
Los Angeles (EUA)	66,4
Londres – Heathrow (Inglaterra)	64,6
Dallas – Fort Worth (EUA)	60,6
Tóquio – Haneda (Japão)	56,4
Frankfurt (Alemanha)	49,3
Paris – Charles de Gaulle (França)	48,2
San Francisco (EUA)	41,0
Amsterdã (Holanda)	39,6
Denver (EUA)	38,7
Las Vegas (EUA)	36,8
Minneapolis – Saint Paul (EUA)	36,7
Seul (Coreia do Sul)	36,7
Phoenix (EUA)	36,0
Detroit (EUA)	35,5
Houston (EUA)	35,2
Newark (EUA)	34,1
Miami (EUA)	33,6
Madri (Espanha)	32,8
Nova Iorque – JFK (EUA)	32,8
Hong Kong (China)	32,7
Londres – Gatwick (Inglaterra)	32,0
Orlando (EUA)	30,8
Saint Louis (EUA)	30,5
Bangkok (Tailândia)	29,6
Toronto (Canadá)	28,9
Singapura	28,6
Seattle (EUA)	28,4
Boston (EUA)	27,4

TABELA 67

Os 30 Maiores
Aeropostos do
Mundo (2000)
(em milhões de
passageiros/ano)

Fonte: Airport Council
International, 2000.

Assim sendo, constatamos que o transporte aéreo de passageiros, como indicador da caracterização de *São Paulo – Cidade Global*, compõe um aspecto bastante polêmico, sobretudo no âmbito internacional, em virtude da complexidade e do enorme contraste entre os dados existentes. As evidências sugerem, porém, uma indiscutível importância da Região Metropolitana de São Paulo, tanto em nível nacional quanto em nível regional (Mercosul e Américas).

Outro aspecto a ser abordado enfatiza o *transporte aéreo de cargas*¹⁴⁶. Essa modalidade encontra-se diretamente relacionada ao crescimento dos Serviços, de uma forma geral, e, mais especificamente, à evolução dos Serviços Produtivos, como um todo. Estes últimos requerem uma troca de documentos e afins cada vez mais intensa entre as principais Cidades Mundiais. Decorre disso a necessidade urgente de estudar o desenvolvimento do setor. Entretanto, as estatísticas levantadas mostram oscilações pouco claras, ao longo da década de 90, dificultando um estudo mais aprofundado.

146

A Infraero subdivide o transporte aéreo de cargas de acordo com o movimento de cargas, bagagem e correio (em kg).

O *transporte aéreo internacional de correio* apresentou, por exemplo, um comportamento praticamente estável, fechando o ano de 2000 com índices similares aos de 1992. Embarcou-se e desembarcou-se, respectivamente, um total de 2.757.248 kg e 2.472.588 kg, em 1992. Já em 2000, os números levantados foram, para o primeiro caso, de 2.003.471 kg, e, no último caso, de 2.170.294 kg. A permanência dos indicadores em níveis constantes leva-nos a crer que o intercâmbio de documentos e pequenos volumes, relacionados aos Serviços Produtivos ou não, entre os diferentes centros mundiais e São Paulo não tem se efetivado de maneira intensa. Porém, a Tabela 68 esclarece que o número de desembarques internacionais foi muito maior do que o de embarques de mesma natureza (praticamente o dobro) entre os anos de 1995 e 1998.

Ano	Embarques	Desembarques
1992	2.757.248	2.472.588
1993	3.908.910	3.505.299
1994	2.988.847	2.267.527
1995	1.217.612	2.451.255
1996	1.233.131	2.404.063
1997	1.355.469	2.660.220
1998	1.962.580	3.231.067
1999	2.071.193	2.468.424
2000	2.003.471	2.170.294

TABELA 68

Transporte Aéreo
Internacional de
Correio (Total em Kg)
Aeroporto Internacional
de São Paulo/Guarulhos
(1992/2000)

Fonte: Infraero, vários anos.

Esses anos coincidem, por sua vez, com um período de relativa estabilidade econômica nacional, podendo demarcar, de um lado, o aumento de pequenos produtos importados transportados via correio, e de outro, o incremento nas relações internacionais por meio de documentação (comercial ou não) com outras cidades mundiais. Somente uma decomposição fragmentada desse componente permitir-nos-ia melhor compreender o real fenômeno. No entanto, nem as empresas internacionais (DHL, Fedex, UPS) especializadas no transporte expresso de documentos nem outras do ramo disponibilizam de tais números¹⁴⁷.

Em termos de *transporte aéreo internacional de cargas*, tem-se notado um movimento crescente, desde 1992 até 2000. Assim sendo, em 1992 embarcou-se 37.126.545 kg e, em 2000, 119.634.404 kg. O mesmo ocorreu em relação aos desembarques: 44.346.774 kg, em 1992, e 95.284.686 kg, em 2000 (Tabela 69). Com isso, *sugerimos que paralelamente ao transporte aéreo de passageiros, o transporte aéreo de cargas contribuiu e contribui por reforçar a dominância da Região Metropolitana de São Paulo, em relação à exportação e a importação de produtos*. Entretanto, apesar desses indi-

147
As empresas internacionais especializadas em transporte aéreo de correios não revelam estes dados, em função da natureza sigilosa dos indicadores.

ces demonstrarem uma crescente ligação com outros centros urbanos, eles não são suficientes para precisar as Cidades Mundiais, com as quais São Paulo se conecta preferencialmente.

Ano	Embarques	Desembarques
1992	37.126.545	44.346.774
1993	72.540.612	75.582.090
1994	84.086.129	94.861.278
1995	82.501.565	98.788.905
1996	86.994.648	107.307.257
1997	92.702.787	105.438.658
1998	92.341.626	99.363.172
1999	118.039.362	91.241.899
2000	119.634.404	95.284.686

TABELA 69

Transporte Aéreo Internacional de Cargas (Total em Kg)

Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (1992/2000)

Fonte: Infraero, vários anos.

15.2.2 Telecomunicações

As *telecomunicações* baseiam-se num segmento altamente desenvolvido, que se encontra intimamente relacionado ao processo de globalização. As estatísticas nesse subsetor possibilitam, conseqüentemente, uma análise indireta mais precisa de como as novas tecnologias vêm se moldando no espaço físico. Além disso, é possível avaliar a atuação das nações perante o novo paradigma técnico-científico, bem como o seu respectivo posicionamento quanto ao tema, em caráter mundial. A Tabela 70 exemplifica a quantificação de alguns itens para os diversos agrupamentos de países, conforme os indicadores fornecidos pelo Banco Mundial¹⁴⁸. Contudo, é preciso salientar que, tratando-se de informações atuais, o acesso aos principais dados se apresenta por vezes prejudicado. Desse modo, dentre os vários itens passíveis de análise, destacamos o sistema de telefonia e as demais tecnologias informacionais (*acesso a Internet e computadores, televisões a cabo, redes de fibras óticas, entre outros*).

148
World Development
Indicators, 2001.

Países	Rádios* 1999	Televisão – Assinantes de TVs a cabo* 1999	Aparelhos* De Fax 1999	Computadores Pessoais* 1999	Provedores de Internet** 2000	Usuários de Internet* 1999
Renda Baixa	157	–	0.4	4.4	0.48	4.766
Renda Média	360	44.5	2.0	27.1	13.20	45.241
Renda Média Baixa	322	41.4	1.5	17.7	3.55	17.942
Renda Média Alta	498	50.2	3.8	60.9	48.45	27.299
Renda Alta	1.289	160.4	73	345.9	981.74	191.857
Brasil	444	15.5	3.1	36.3	38.97	3.500

TABELA 70

A Era da Informação

Fonte: Worldbank, 2001.

Nota:

* por 1.000 pessoas

** por 10.000 pessoas

Podemos comparar, a partir dos números apresentados acima, que o Brasil vem buscando adequar-se à nova realidade tecnológica, porém com um certo atraso em relação aos países das economias mais desenvolvidas (Renda Média Alta e Renda Alta). A tecnologia a cabo, por exemplo, denota um desses casos. O País encontra-se em profunda defasagem, até mesmo em relação aos grupos de Renda Baixa, com apenas 15,5 assinantes de televisão dentre 1.000 pessoas (1999). Isso compõe um total de apenas 4,9% dos domicílios, cuja relevância é bastante insignificante, se confrontada com alguns países selecionados (Tabela 71).

Estado de São Paulo, Brasil e Países Selecionados	%
Estado de São Paulo	8,5
Brasil	4,9
África do Sul	25,0
Alemanha	56,0
Argentina	60,0
Austrália	7,0
Bolívia	3,1
Canadá	76,0
Chile	17,6
China	17,0
Colômbia	9,0
República da Coréia	10,9
Espanha	4,0
EUA	74,0
França	11,1
Holanda	94,7
Índia	36,0
Indonésia	-
Itália	3,0
Japão	32,3
México	9,6
Nigéria	7,0
Paraguai	21,1
Peru	18,3
Portugal	8,0
Reino Unido	10,5
Suécia	44,0
Uruguai	40,0
Venezuela	6,0

TABELA 71

Domicílios com TV a Cabo
Estado de São Paulo, Brasil e Países Selecionados (1999)

Fonte: Seade, 2000 (baseado em Zenith Media Factbook; Pay-TV Survey).

Embora os dados apresentados se refiram, em sua maioria, ao ano de 1999¹⁴⁹, a nação também se enquadra em patamares inferiores quanto ao número de computadores pessoais e de usuários de Internet. Sob o ponto de vista das tecnologias mais convencionais, tem-se notado similar perspectiva, de acordo com a Tabela 72, na qual aparece o número de terminais telefônicos instalados para 100 habitantes, entre os anos de 1990 e 1998. Tais índices sugerem novamente um atraso quantitativo em relação às economias mais desenvolvidas.

149
Sobretudo em anos mais recentes, tem-se notado um aumento no processo de informatização do País, fato esse que pode elevar, eventualmente, o posicionamento do Brasil em relação às demais estatísticas apresentadas no relatório do Worldbank (ibid., 2001).

Estado de São Paulo, Brasil e Países Selecionados	1990	1998
Estado de São Paulo	11,0	19,3
Brasil	7,1	14,5
África do Sul	8,7	11,5
Alemanha	44,1	56,7
Argentina	9,5	20,3
Austrália	45,6	51,2
Bolívia	2,8	6,9
Canadá	56,5	63,4
Chile	6,6	20,5
China	0,6	7,0
Colômbia	7,5	17,3
República da Coreia	31,0	43,3
Espanha	31,6	41,4
EUA	54,5	66,1
França	49,5	57,0
Holanda	46,4	59,3
Índia	0,6	2,2
Indonésia	0,6	2,7
Itália	38,8	45,1
Japão	44,1	50,3
México	6,5	10,4
Nigéria	0,3	0,4
Paraguai	2,7	5,5
Peru	2,6	6,7
Portugal	24,3	41,3
Reino Unido	44,1	55,7
Suécia	68,1	67,4
Uruguai	13,4	25,0
Venezuela	8,2	11,7

TABELA 72

Terminais Telefônicos
(para 100 habitantes)

Estado de São Paulo,
Brasil e Países
Selecionados
(1990/1998)¹⁵⁰

Fonte: Seade, 2000 (baseado
em Banco Mundial; Anatel;
Fundação IBGE; SEADE).

150
Em 1999, o número de
Terminais Telefônicos para
100 habitantes no Estado de
São Paulo era de 24,0 e,
em 2000, esse número
correspondia a 28.

É inegável, porém, o fato de que uma remodelação nas telecomunicações brasileiras vem ocorrendo desde o início do processo de abertura econômica (meados dos anos 90), facilitado pela introdução das diferentes inovações tecnológicas. A *aglomeração das telecomunicações* processa-se principalmente em torno do Estado de São Paulo, sobretudo de sua Capital. Das 859 empresas de telecomunicações e afins do Estado catalogadas nas páginas amarelas na Internet, temos que 348 se situam na Capital¹⁵¹ (Listas OESP, 2002). Exemplos internacionais incluem: Lucent Technologies, Avaya Communications, Siemens, entre outras. A instalação de muitas dessas empresas vê-se associada à utilização da *fibra ótica*¹⁵². Os Mapas 8 e 9, a seguir, mostram as redes de duas empresas, a AT&T e a Pégasus. Por sua vez, essas empresas corroboram por construir dinâmicas espaciais exclusivas, uma vez que se adensam sobretudo em torno da Zona Sul e Central da cidade.

151
Referem-se a dados gerais baseados na localização das empresas de telecomunicações.

152
De acordo com a Revista Exame (19/09/2001), estimava-se que o mercado de fibra ótica tenha gerado cerca de 100 milhões de dólares, em 2000, na Grande São Paulo. Somente a empresa Pégasus detinha um total de 550 km. Já cerca de 60% dos negócios desenvolvidos pela AT&T concentravam-se na metrópole.

Mas somente a análise decomposta do setor esclarece alguns pontos obscuros não identificados numa abordagem mais ampla. O sistema de *telefonia fixa* constitui, por exemplo, uma das bases com maior disponibi-

deste do País, que passou de 7.955.200 acessos instalados, em 1994, para 16.227.100, em 1999. Desse total, mais da metade deles estavam especificamente localizados no Estado de São Paulo (9.892.300¹⁵⁶ de acessos em 1999) (Anatel, 2000).

Estatísticas mais esmiuçadas revelam, igualmente, a *elevada concentração da modalidade de telefonia (fixa)* na Região Metropolitana de São Paulo, particularmente no seu Município. Dessa forma, dos 4.857.631 acessos telefônicos fixos totais em serviço no primeiro caso, nota-se que 3.442.737 encontravam-se na municipalidade, em 1999 (Tabela 73). A fim de reforçar esse aspecto, observamos também que o Município de São Paulo abarcava sozinho 15.019.673 das 47.449.983 chamadas totais completadas no Tráfego Telefônico Internacional, em 1996¹⁵⁷ (Seade, 1999).

Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede	Entidade Mantenedora		
	Acessos Privados	Acessos de Uso Público	Total
Estado de São Paulo	8.034.668	217.316	8.251.984
Região Metropolitana de São Paulo	4.743.370	114.261	4.857.631
São Paulo	3.365.641	77.096	3.442.737
RA de Registro	23.112	1.164	24.276
Região Metropolitana da Baixada Santista	424.220	12.794	437.014
RA de São José dos Campos	308.611	10.994	319.605
RA de Sorocaba	340.306	10.817	351.123
RA de Campinas	1.116.810	32.832	1.149.642
RA de Ribeirão Preto	68.022	1.970	69.992
RA de Bauru	175.735	5.339	181.074
RA de São José do Rio Preto	244.643	8.030	252.673
RA de Araçatuba	119.542	3.770	123.312
RA de Presidente Prudente	127.522	4.665	132.187
RA de Marília	144.120	4.471	148.591
RA Central	141.565	4.349	145.914
RA de Barretos	48.675	1.534	50.209
RA de Franca	8.415	326	8.741

Conclui-se, portanto, que, *apesar da utilização de tecnologias tradicionais (no caso específico da telefonia fixa), as inter-relações da metrópole paulistana com outros centros mundiais urbanos relevantes vêm se intensificando (graças ao incremento no número de satélites, barateamento dos custos de telecomunicações, etc.), na medida em que o processo de globalização se acentua.*

156

Estes dados, apresentados pela ANATEL, 2000 (Relatório Paste 2000) diferem, ligeiramente, daqueles apresentados pelo SEADE (baseado em dados da Telesp) para o mesmo ano de 1999 (Total de acessos telefônicos fixos em serviço: 8.251.984). Apesar disso observamos, em ambos os casos, o crescimento da telefonia fixa no Estado de São Paulo em comparação aos anos anteriores.

TABELA 73

Acessos Telefônicos Fixos em Serviço, por Categoria

Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Municípios-Sede¹⁵⁴ (1999)

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade, 1999 (baseado em Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp).

157

Estes são os dados mais recentes obtidos. Desde então, o número de ligações internacionais, a partir de São Paulo, tem se elevado graças ao aumento da concorrência no setor. Pesquisamos a atuação da Embratel e da Intelig (principais empresas do setor), a fim de obtermos informações mais detalhadas sobre os principais destinos chamados e o número total mais recente de chamadas internacionais ocorridas. Porém, a forte concorrência faz com que esses números permaneçam sigilosos.

A modalidade da *telefonia móvel* representa, por outro lado, uma forma mais avançada de compreensão da utilização das novas tecnologias no País. Desde 1994, tem-se um *crescimento em progressão geométrica* no número de acessos ao serviço móvel celular. O Brasil dispunha, então, de 755.200 acessos, que evoluíram para 7.368.200 e 15.032.700, em 1998 e 1999, respectivamente¹⁵⁹. Também nesse tipo de serviço, a acumulação maior processa-se na Região Sudeste, com o elevado número de 8.682.600 usuários atendidos em 1999. Somente o Estado de São Paulo compreendia um quarto do volume desse tipo de telefonia, com 4.714.100 acessos (Anatel, 2000).

O acesso é naturalmente mais facilitado em redor da Região Metropolitana de São Paulo. Dos 223.114 terminais celulares disponíveis no Estado de São Paulo, em 1994, 129.423 situavam-se na grande metrópole, com o particular registro de 113.068 terminais somente na área municipal (Seade, 1994). Em recente artigo, estimava-se em 4,5 milhões o número de aparelhos celulares existentes na Grande São Paulo, sendo 2,8 milhões pertencentes à Telesp Celular e o restante à BCP (Revista Exame São Paulo, ago. 2001). Constata-se, dessa maneira, que *a acessibilidade à telefonia móvel se mostra mais do que necessária, sobretudo no espaço físico onde se processam as principais transações econômicas. O Município de São Paulo esboça, conseqüentemente, a sobreposição das diferentes modalidades de telefonia, as quais atuam como facilitadoras do intercâmbio de informações.*

Outro elemento indireto capaz de fornecer subsídios para a elaboração do grau de informatização e de sua repercussão sobre o território nacional compreende o *serviço de TV por assinatura*. Apesar das variantes (cabo ou transmissão por satélite), pode-se dizer que esse serviço contribui significativamente para difundir o entretenimento de caráter internacional, utilizando-se para tal de recursos tecnológicos mais sofisticados (principalmente, no caso do sistema a cabo). Nesse sentido, o número de assinaturas tem aumentado, em todo o País, correspondendo a um total aproximado de 7 por 100 domicílios atendidos, em 1998 (Anatel, 2000). Nesse mesmo ano, excluindo-se o Distrito Federal¹⁶⁰, que apresentava um total de 18,5 domicílios atendidos por 100, destacamos, em segundo lugar, o Estado de São Paulo, com 11,5 (Anatel, 2000). De acordo com dados da Associação Brasileira de TVs por assinatura, existiam, em 1993, 250.000 assinantes no País, passando para 3.441.875¹⁶¹ em 2000, conforme ilustra a Tabela 74 (ABTA, 2001).

158

Não incluem os seguintes municípios operados pela Companhia de Telefones do Brasil Central – CTBC: RA de Ribeirão Preto: RG de Ribeirão Preto: Altinópolis, Brodósqui, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Jardinópolis, Santa Cruz da Esperança, Santo Antonio da Alegria; RA de Barretos: RG de Barretos: Colômbia, Guaíra; RA de Franca: RG de Franca: Aramina, Batatais, Buriúzal, Franca, Guará, Ituverava, Miguelópolis, Ribeirão Corrente; RG de São Joaquim da Barra: Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra. Não incluem também os municípios operados pela Ceterp: RA de Ribeirão Preto: RG de Ribeirão Preto: Ribeirão Preto e Guataparã.

159

Os dados mais recentes obtidos referem-se a 1999; porém, é sabido que desde então o serviço de telefonia móvel no País tem se expandido substancialmente.

160

É provável que o Distrito Federal apresente um número maior de assinantes até o período abordado, em função das atividades de caráter político-administrativas internacionais nele desempenhadas. Mesmo para as estimativas apontadas até 2005, o Distrito Federal prevalece como principal captador de TVs por assinatura (Anatel, 2000).

161

Este número inclui as diferentes tecnologias empregadas na utilização da TV por assinatura (cabo, satélite e outras).

Período	Assinantes
1993	250.000
1994	400.000
1995	1.000.000
1996	1.800.000
1997	2.571.313
1998	2.692.539
1999	2.973.568
2000	3.441.875

TABELA 74

Evolução do Número de Assinantes de TV por Assinatura (1993/2000)

Fonte: ABTA, 2001.

Contudo, ao confrontarmos esses dados com os das localidades atendidas por TV por assinatura, via cabo ou MMDS, averiguamos que o Estado de São Paulo é, disparadamente, o entroncamento fundamental desse tipo de tecnologia. Das 316 localidades servidas no Brasil em 1999, 82 concentravam-se em São Paulo¹⁶² (Anatel, 2000). Esse fato ocorre, possivelmente, em virtude da disponibilidade de recursos técnicos, mão-de-obra especializada e infra-estrutura urbana. A concentração é maior ainda na Região Metropolitana. Santos & Silveira (2001) dizem que cerca de 67% dos aderentes à TV por cabo pertencem a essa localidade (p. 241). Estatísticas mais recentes sugerem que o número de assinantes na Região Metropolitana de São Paulo seja de cerca de 734.997, ou seja, praticamente o dobro dos assinantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que figura na segunda posição (Revista Exame São Paulo, out. 2001) (Tabela 75).

162
Apenas 01 localidade era atendida no Distrito Federal, até 1999, por este tipo de modalidade de TV por assinatura.

Região Metropolitana	Domicílios com TV (1)	Número de Assinantes (2)	Penetração (2)
Brasília	508.449	82.275	16,18%
São Paulo	4.639.786	734.997	15,84%
Curitiba	680.774	97.732	14,36%
Belo Horizonte	1.015.600	122.824	12,09%
Rio de Janeiro	3.150.511	372.150	11,81%

TABELA 75

Número de Assinantes de TV a cabo por Região Metropolitana (2001)

Fonte: Revista Exame São Paulo, out. 2001.

(1) PNAD 99

(2) PayTV Survey - junho 2001

Realçamos, também, a centralização desta modalidade na metrópole paulistana, em função da localização das principais sedes das empresas de televisão por assinatura. A análise dos dados aponta um número aproximado de 95 empresas com endereços listados em todo o Estado de São Paulo

(Listas OESP, 2002). Um terço delas concentrava-se na capital, em específico, no novo eixo tecnológico-empresarial Faria Lima – Berrini (Zona Sul). Entre elas, incluímos: a Net, a Sky Television, a DirectTV e outras.

Finalmente, entre as demais atividades, apontamos as de *emissoras de rádio* e as de *acessibilidade à Internet*. No primeiro caso, trata-se do emprego de tecnologias menos incrementadas, porém não menos importantes em termos de telecomunicações. Destacamos um total de 542 rádios no Estado de São Paulo contra 2.935 para todo o País¹⁶³ (Anatel, 2000). A maioria delas encontra-se situada na Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, não existem estatísticas recentes disponíveis para o Município. Porém, por meio de uma listagem de endereços, sugere-se um número aproximado de 65 emissoras (Listas OESP, 2002). Grande parte situa-se, por sua vez, na porção central do Município de São Paulo, especificamente em redor da Avenida Paulista – Zona Oeste¹⁶⁴.

Já no tocante à *acessibilidade à Internet*, considerando-se a precariedade das estatísticas existentes, é possível afirmar que cerca de 32% dos usuários do País localizavam-se na Grande São Paulo (Emplasa, 2000). Ou seja, mais uma vez, os indicadores obtidos sugerem a nítida confluência do novo paradigma técnico-científico nesse território. Numa compilação de indicadores, identificamos cerca de 207 empresas provedoras de acesso à Internet¹⁶⁵, correspondendo à cerca da metade do número total de empresas classificadas no Estado de São Paulo (Listas OESP, 2002). No final de 2000, existiam cerca de 60 empresas de Internet instaladas na Vila Olímpia, ou no chamado '*Vale do Silício*' brasileiro, título atribuído a um território de aproximadamente 3 quilômetros quadrados, situado entre as avenidas Faria Lima, Juscelino Kubitschek, Bandeirantes e Nações Unidas (Revista Exame São Paulo, dez. 2000). Interessante pesquisa mostra que as empresas provedoras não somente se encontram na Capital, como estão muito adensadas sobre o território, precisamente na Zona Sul (95 empresas). A Zona Oeste e o Centro do Município dividem a fatia restante desse mercado (39 e 54 empresas, respectivamente) (Listas OESP, 2002). Porém, o enfraquecimento do comércio eletrônico, devido às sucessivas crises econômicas mundiais, tem conduzido ao desaparecimento de várias dessas empresas, ocasionando um esvaziamento de escritórios anteriormente localizados na Vila Olímpia (O Estado de São Paulo, 29/10/2001). O Mapa 10 ilustra a localização das principais empresas que permaneceram na região, daquelas que fecharam e das que se mudaram para outras áreas.

163
Estes indicadores referem-se ao ano de 1994.

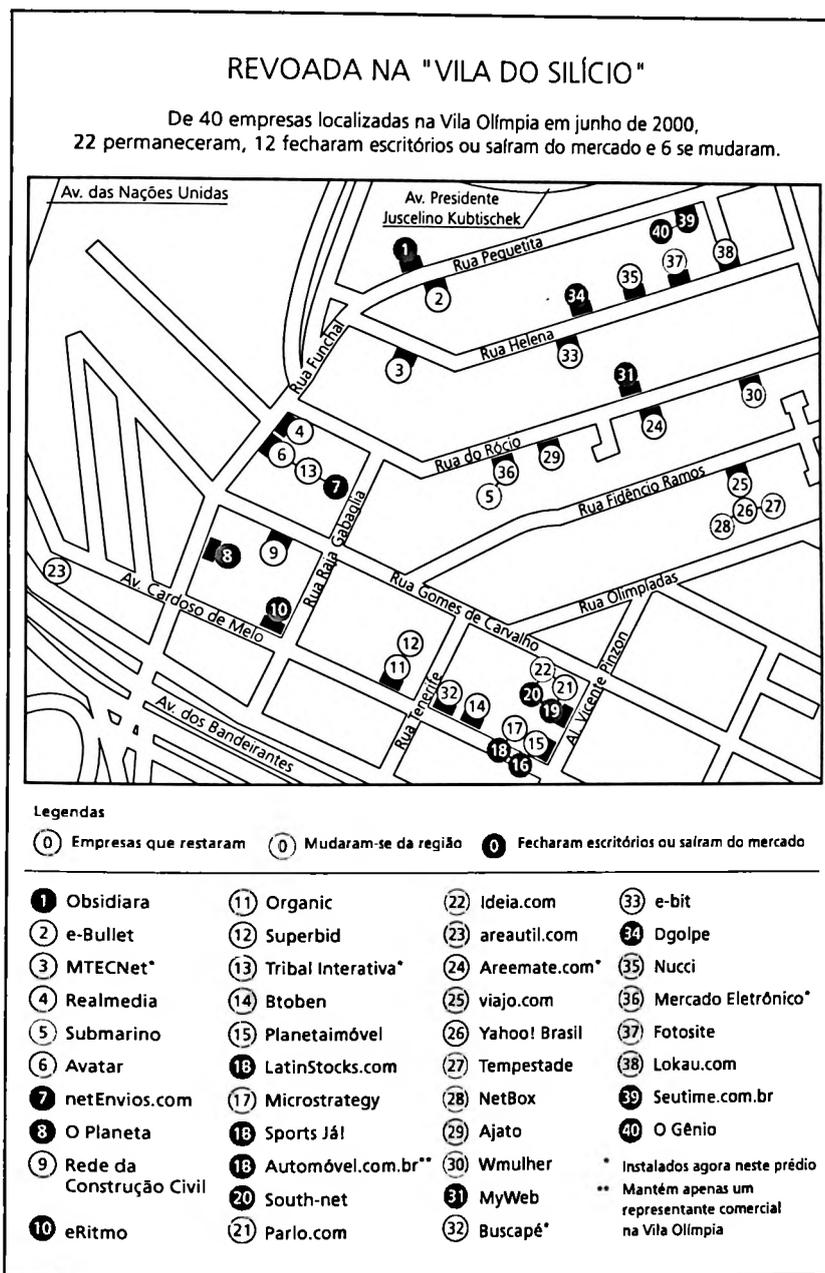
164
Provavelmente em função da altitude e da centralidade desempenhada por este vetor geográfico.

165
Este número total não é bastante preciso, uma vez que mescla algumas empresas relacionadas ao fornecimento de outros gêneros de atividade ligada ao setor e as empresas provedoras, propriamente ditas.

MAPA 10

Vila Olímpia e a Localização das Principais Empresas Ponto.com

Fonte: O Estado de São Paulo, 29/10/2001.



15.2.3 Comércio

O Comércio representa o subsetor dos Serviços Distributivos que sofreu maior perda em função das transformações econômicas contemporâneas a que vêm sendo submetidos os grandes aglomerados urbanos. A Tabela 76 revela a participação do Valor Adicionado do Comércio no PIB, ao longo dos últimos anos, para o Estado de São Paulo e para o Brasil.

Anos	Estado de São Paulo	Brasil
1980	10,50	11,70
1981	10,09	11,40
1982	10,05	11,00
1983	10,11	10,60
1984	10,30	10,00
1985	10,32	9,70
1986	10,15	11,10
1987	10,18	8,40
1988	10,00	8,70
1989	9,75	8,50
1990	9,28	9,32
1991	9,24	8,66
1992	8,98	7,45
1993	9,22	7,08
1994	9,40	8,29
1995	9,41	8,39
1996	9,21	7,53
1997	9,26	7,39

TABELA 76

Participação do Valor Adicionado do Comércio no PIB (em %)

Estado de São Paulo e Brasil (1980/ 1997)

Fonte: IBGE; SEADE, 1996.

A atividade comercial vem declinando, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual. Apesar da redução das *atividades comerciais* em todo o País, nota-se que elas se distribuem de forma desigual, estando mais concentradas na Região Sudeste, especificamente no Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Região Metropolitana de São Paulo (mais do que a Nação e o Estado) comportava, segundo a *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista* (Paep) de 1996, um total de 40,5% das unidades comerciais¹⁶⁶ do Estado, que correspondia, por sua vez, a 51,6% do Valor Adicionado. Boa parte da população economicamente ativa encontra-se também aí empregada¹⁶⁷.

Apesar do declínio aparente das atividades comerciais mais tradicionais, pode-se argumentar que modernas formas de comercialização vêm revolucionando o espaço físico e as relações com o mercado consumidor¹⁶⁸. A evolução no número de *shopping centers* denota um desses aspectos, sob a ótica do comércio varejista¹⁶⁹. Os anos 90 caracterizaram-se pela explosão da construção desse tipo de empreendimento. De um total de 236 shopping centers espalhados pelo País, 27 situavam-se na cidade de São Paulo (Revista Exame São Paulo, jul. 2001). Estatísticas contemporâneas conferem, porém, um total de 50 shoppings à capital. Esses estabelecimentos de médio e grande porte dividem-se num total de 2.986.470 m²¹⁷⁰ e estão localizados, predominantemente, nas Zonas Sul, Oeste e Centro (Sempla, 2000). O Mapa 11 mostra a distribuição dos Shopping Centers, por distritos, para o Município de São Paulo.

166

Nas mais variadas proporções de unidades de negócio (dos pequenos aos grandes estabelecimentos).

167

É possível dizer, contudo, que, embora o Comércio concentre substancial parcela da população empregada, trata-se de uma mão-de-obra não qualificada, que reforça, por sua vez, a precariedade dos empregos gerados.

168

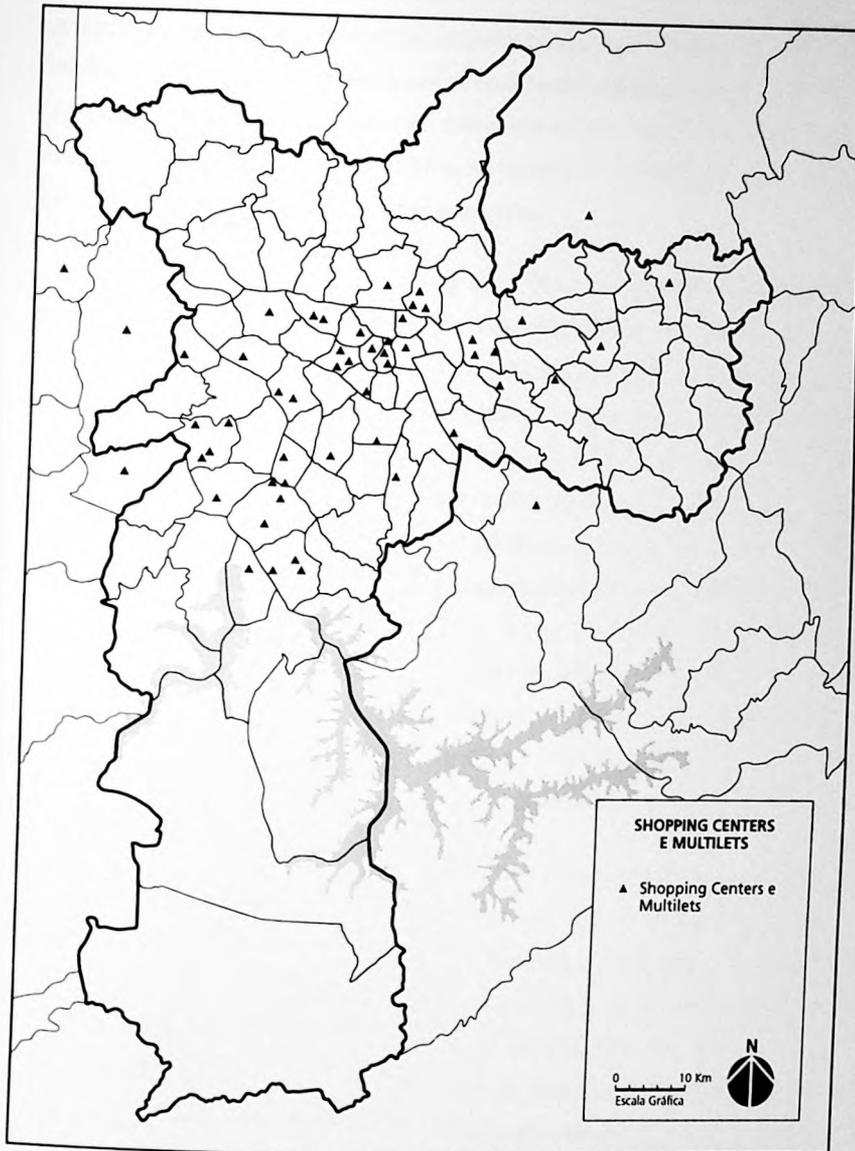
Ver: DINIZ FILHO, L.L. "Modernização e Dinâmica Regional do Comércio no Estado de São Paulo (1980-1993)", Fonte: Fundação SEADE. *Estratégias Recentes no Terciário Paulista*. São Paulo, 1995.

169

Ver: PINTAUDI, S.M. e Frugoli Jr, H (eds.). *Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

170

Informação referente a 40 Shopping Centers.



MAPA 11

Localização dos
Principais Shopping
Centers por Distritos
Município de São Paulo
(2002)

Fonte: Compilação de dados da
autora (baseado em Sempla, 2000).

Atualmente, tem-se observado a difusão dessa modalidade comercial em áreas mais periféricas da cidade e na Região Metropolitana de São Paulo, como nos indica o mapa anterior. *"O comércio segregado em shoppings, antes limitado aos bairros de alta renda, estende-se hoje a um anel secundário, como é o caso dos shoppings Aricanduva, na Zona Leste, e Interlagos, na Zona Sul"* (Sposati, 2001:93). O Mapa 12 (em anexo) aponta a existência de dois Shopping Centers, o Tatuapé e o Jardim Anália Franco (ambos na Zona Leste), exemplos de sucesso dessa modalidade comercial, construídos na segunda metade dos anos 90. *O resultado desse processo gera não somente novos formatos físicos de consumo de produtos, mas padrões internacionali-*

*zantes de lazer e entretenimento, anteriormente mencionados*¹⁷¹, sobretudo em áreas mais afastadas das tradicionais centralidades urbanas do Município de São Paulo. Em paralelo ao desenvolvimento dos shopping centers, observamos, ainda, o aparecimento de uma série de outros serviços que se beneficiaram da implantação dos primeiros.

O aumento no número de *lojas de grife de luxo internacional* marca um novo panorama do varejo, devido à queda das barreiras comerciais e ao crescimento da internacionalização da economia brasileira. Marcas internacionalmente reconhecidas, nas principais *Cidades Mundiais* ou *Globais*, têm propagado suas tendências nas principais metrópoles do País e, no Município de São Paulo, com ênfase maior para as classes sociais mais abastadas. A contabilidade dessas estatísticas ainda é bastante recente¹⁷² e requer um estudo mais aprofundado, mas certamente mais de uma centena desses estabelecimentos incidem em áreas exclusivas da Capital (Mapa 1, em anexo). Temos também a consolidação de alguns hipermercados internacionais, entre eles Wal-Mart e Carrefour¹⁷³, em pontos estrategicamente beneficiados pelas vias expressas de acesso. O Mapa 13, adiante, ilustra a localização dos principais hipermercados desses dois grupos.

A introdução de grupos estrangeiros tem favorecido, assim, o aumento da variedade e diversificação dos hábitos de consumo de caráter internacionalizante no País. Nos anos 80 existiam cerca de 20.000 produtos expostos nas prateleiras dos hipermercados. Hoje, esses itens atingem a casa dos 70.000 (Revista Veja Edição Especial. *O Brasil*, mai. 2002). O mesmo ocorre para outros bens, tais como carros, que na década de 80 apresentavam só 40 modelos e hoje, com a abertura dos mercados, exibem mais de 400 (Ibid., 2002).

15.3 OS SERVIÇOS PRODUTIVOS

Os *Serviços Produtivos* caracterizam-se por um segmento moderno da sociedade pós-industrial e envolvem as ocupações de atendimento aos insumos e serviços relacionados à produção industrial. Incluem: o *Setor Bancário e Financeiro*, as empresas de *Publicidade e Propaganda*, de *Consultoria e Assessoria*, de *Contabilidade*, de *Marketing*, os escritórios de *Advocacia* e de *Informática*, entre outros. Apesar do rápido desenvolvimento deste segmento nas principais economias desenvolvidas, tem-se observado um crescimento pouco significativo no caso brasileiro, como des-

171

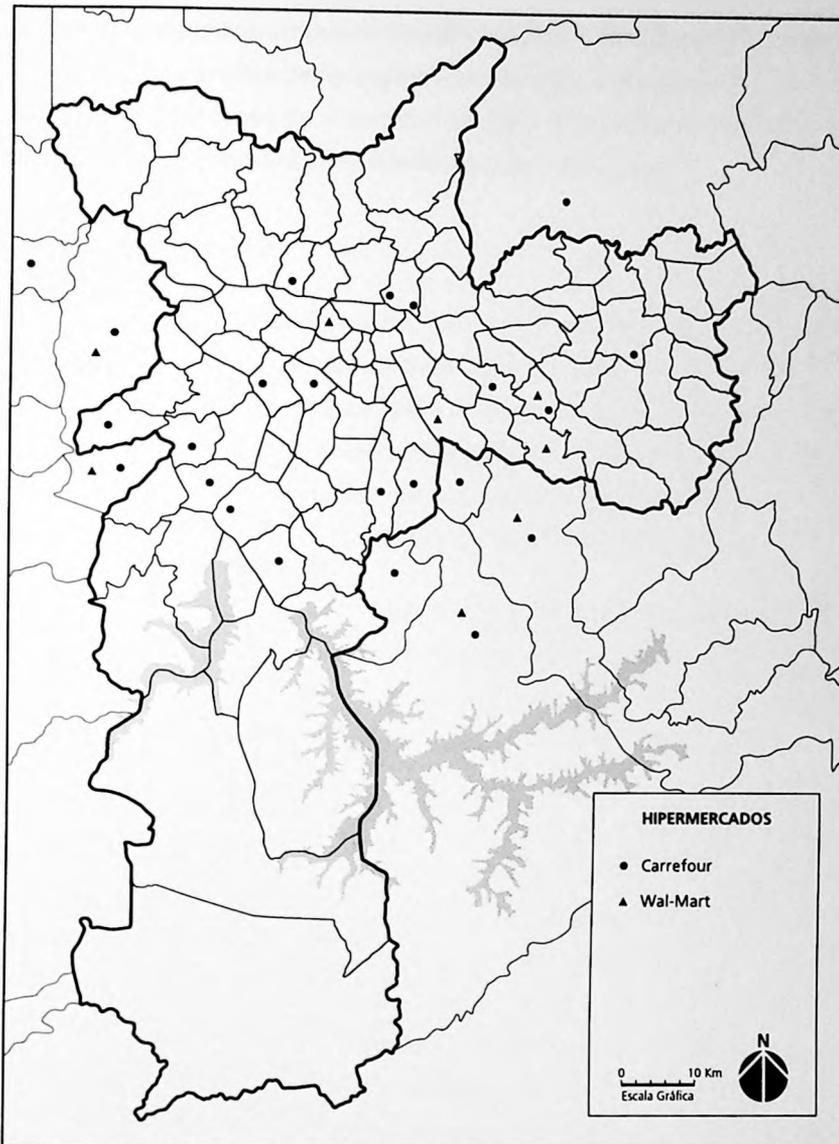
A grande maioria dos Shopping Centers concentra uma série de lojas e atividades de redes internacionais, que reforçam a influência da globalização sobre o território.

172

Até o fim dos anos 80, havia apenas vinte marcas renomadas de roupas no País. Na última década, foram lançadas mais de 130 (Revista Veja. *O Brasil*. São Paulo: Abril: mai. 2002. Edição Especial).

173

O Wal-Mart, maior rede varejista do mundo, chegou ao Brasil em 1995 e atualmente conta com apenas 22 pontos de venda, em contraste às 440 lojas da Rede Pão de Açúcar. Apesar do seu faturamento ter girado em torno de 1,5 bilhões de reais, em 2001, se comparados aos 9,2 bilhões do grupo francês Carrefour, estima-se que a rede americana continue se expandindo no mercado nacional (Revista Forbes, 26/04/2002).



MAPA 13

Localização
dos Principais
Hipermercados das
Redes *Wal-Mart*
e *Carrefour*

Município de São Paulo
(2002)

Fonte: Compilação de dados
da autora.

critico em outras ocasiões. O desenvolvimento acentuado do subsetor vem acontecendo de forma intensa na Região Metropolitana de São Paulo, mais especificamente no Município, desde meados da década de 80, como abordado em Gonçalves & Semighini¹⁷⁴ (1992).

É sabido que os efeitos da globalização reforçaram a necessidade de *informatização* e *capitalização* dos setores agrícola e industrial paulistas, exigindo, dessa maneira, uma ampliação das diferentes atividades produtivas. A incidência desta modalidade de serviços sobre o território corrobora, igualmente, para a configuração de novas dinâmicas espaciais. Autores, como Sassen (1994), sugerem que a forte atuação deste segmento constitui

174

Entre 1970 e 1980, a taxa geométrica de crescimento nos empregos dos Serviços Produtivos foi de 8,0%, número bastante superior ao do Setor Terciário como um todo (3,9%) e dos demais subsectores do Terciário.

o elemento mais importante na identificação da *Cidade Mundial* ou *Global*. Desse modo, a análise deste aspecto corresponde ao principal ponto na averiguação da hipótese da inserção da Região Metropolitana de São Paulo num seletivo agrupamento de *Cidades Mundiais* ou *Globais*.

15.3.1 Setor Bancário

A análise do *Setor Bancário*, juntamente com as Finanças, configura um dos instrumentos de acessibilidade das transformações econômicas correntes. A restrita permeabilidade do setor e a ausência de uma efetiva compreensão dificultam, porém, a transposição de dados abstratos para a leitura de uma nova geografia urbana. Ela é fundamental, contudo, uma vez que traduz o modo pelo qual o capital se insere no espaço urbano.

Como nos colocam Santos & Silveira (2001), o mapa financeiro brasileiro era, em 1962, mais concentrado do que hoje. As Regiões Sul e Sudeste representavam um total de 85,7% do total nacional (*número de agências*). Dez anos mais tarde, essa proporção reduziu-se para 81,3% e, para 72,1%, em 1996 (p. 186). Isso mostra, de certa forma, a descentralização desta modalidade no território nacional. Apesar da expansão do sistema bancário, o Estado de São Paulo exerce, ainda, sua função de centro hierárquico. Em 1996, por exemplo, totalizavam-se 4.856 agências nessa localidade (30% do total do País), número impossível de ser comparado ao das demais praças financeiras. Ele disponibilizava também de 52% do valor total dos documentos compensados, constituindo-se na maior praça financeira, 5,2 vezes maior que a segunda (Rio de Janeiro) (Ibid., 2001:194). Além disso, a grande maioria dos bancos, situados nesse primeiro Estado, eram de origem privada (85,6% das agências, em 1997), enfatizando o caráter produtivo do capital (Santos & Silveira, 2001:186-7).

A partir de 1990, graças à desregulamentação do mercado financeiro, à introdução de novos mecanismos de atuação do setor (derivativos¹⁷⁵, etc.) e à necessidade crescente de obtenção de crédito por parte dos demais segmentos econômicos (agricultura, indústria, serviços, etc.), observa-se o aumento da participação de bancos estrangeiros no País (*fusões e aquisições*), tanto em termos acionários¹⁷⁶ quanto em relação à introdução de novas tecnologias. Assim sendo, desde então, 24 bancos estrangeiros têm renovado as estratégias de concentração do capital, baseados igualmente na automação e nas inovações tecnológicas¹⁷⁷ (Santos & Silveira, 2001:187).

175

"Os mercados tradicionais envolvem certificados de depósitos bancários (CDBs), títulos e bônus do Tesouro, títulos dos governos municipais e estaduais, títulos de empresas, ações, metais preciosos, commodities (soja, café, metais, etc.). Nos anos 80, desenvolveram-se os produtos derivativos, como troca (swap) de taxas de juros, opções de taxas de juros, futuro e opções de índices de ações, de moedas, de eurodólares, de commodities e contratos a termo de commodities – hoje cada vez mais sofisticados. O conceito de derivativos envolve todos os negócios que decorrem de outros e que não são feitos mediante pagamento à vista. Conectados com computadores de grande porte, dirigidos por especialistas em análise quantitativa, os mercados mundiais de derivativos ganharam uma volatilidade imprevista. Tornaram real a possibilidade de que catástrofes financeiras localizadas pudessem espalhar-se por várias regiões do globo" (Marinho & Costa, 1995:53-5).

176

A fatia dos bancos estrangeiros nos depósitos totais, no Brasil, passou de 9,1% para 17,5%, em 1999. Em 1990, a participação dos bancos controlados pelo capital estrangeiro, no total do País, era de 7,1%. Em 1999, ela subiu para 23,3%. Os bancos estatais detinham 51,9% do patrimônio líquido dos bancos do País, em 1990. Em 1999, a participação calu para 25,9%. A participação dos estrangeiros saltou de 7,9% para 25,9% no mesmo período (Folha de São Paulo, 12/05/2002).

177

As instituições financeiras nacionais e internacionais que atuam no país investiram, em 2001, cerca de 2,8 bilhões de reais em tecnologia da informação (TI). Nos últimos 4 anos, esses investimentos somaram nada menos do que 10 bilhões de reais (O Estado de São Paulo, 17/12/2001).

Muitas dessas sedes bancárias têm sido implantadas na capital paulista¹⁷⁸, sendo de igual destaque a presença da Bolsa de Valores de São Paulo.

“A participação da metrópole nos indicadores de movimentação financeira do Estado traduz, sobretudo, a concentração das sedes de bancos nessa região. É a partir das sedes dos bancos que se organizam o controle e a gestão dos recursos, a definição de estratégias e a tomada de decisões – essa centralização se torna clara no modo como são contabilizados os dados em questão. Nessa perspectiva, a Região Metropolitana de São Paulo é entendida como centro de gestão da atividade bancária e, em última instância, centro das decisões financeiras no estado e no País (...)” (Marinho & Costa, 1995:62).

O levantamento da localização das sedes dos principais *bancos estrangeiros* atuantes no Município de São Paulo revela transformações no padrão de assentamento urbano deste gênero de atividade econômica ao longo das últimas décadas. De acordo com a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), existem cerca de 85 bancos de origem estrangeira na capital. Muitos deles fortaleceram suas atividades, a partir do final da década de 80 e início dos anos 90, com a ‘*financeirização*’ da economia mundial. *Dessa forma, o Município de São Paulo passou a apresentar filiais de vários ‘bancos de investimentos’ estrangeiros e mesmo de outros bancos comerciais e múltiplos, que aqui se instalaram visando conquistar um mercado em expansão.*

Inicialmente situados na Região da proeminente Avenida Paulista (desde os anos 70, particularmente no caso de alguns bancos comerciais), muitos bancos de investimento e múltiplos vêm gradualmente deslocando suas sedes para regiões dotadas de melhor infra-estrutura urbana e capazes de atender às novas necessidades tecnológicas de instalações. Esses bancos, localizados no eixo Faria Lima – Berrini, juntamente com as demais atividades complementares, vêm configurando um novo centro financeiro e de negócios da capital. Alguns exemplos nele situados incluem: Dresdner Bank, Deutsche Bank, CCF Brasil, Chase Manhattan, Lloyds Bank, ING Bank, J.P. Morgan, e outros. O deslocamento da sede do BankBoston¹⁷⁹ do centro antigo da cidade para esse sítio, bem como de outras instituições bancárias e financeiras, implicará, por sua vez, na total remodelação destas atividades sobre o território.

A análise da participação dos maiores *bancos múltiplos e comerciais* brasileiros no Município de São Paulo mostra-nos outros índices significati-

178

A capital, com 1.662 agências, concentrava 33,3% das agências do Estado e 10,4% do total de agências existentes no conjunto do País. “Em relação aos depósitos, o setor bancário captou, em 1998, apenas nas agências localizadas na cidade de São Paulo, o valor de R\$ 133,7 bilhões, correspondendo a nada menos que 70,6% do total captado no Estado (R\$ 189,6 bilhões)” (Sempla, 2000: 41-2).

179

O novo edifício do BankBoston, na Região da Berrini, custou R\$ 370 milhões, distribuídos em 40 mil metros quadrados de área útil e recursos tecnológicos sofisticadíssimos. A torre abrigará os setores estratégicos do banco, tais como a mesa de operações (O Estado de São Paulo, 05/05/2002). Este banco é de extrema importância para a revitalização do centro, uma vez que é um membro atuante da Associação Viva o Centro. Logo, seu deslocamento parcial ou total implicará numa perda significativa, sob todos os aspectos, para o Centro de São Paulo.

vos. No caso dos bancos múltiplos de origem estrangeira, nota-se que o número de agências situadas na capital paulista em relação ao total de agências no País oscila, em média, em torno de 15%. Essa participação é um pouco inferior para o exemplo dos bancos nacionais ou estatais, salvo no caso do Itaú, com 14% das agências na metrópole (Revista Exame São Paulo, Mar. 2001). *Este índice revela a importância da cidade de São Paulo no volume de transações bancárias comerciais mais tradicionais.*

O ranking dos 50 maiores bancos brasileiros aponta que 20 deles possuíam controle acionário estrangeiro (Tabela 77). Dos 20 primeiros colocados, identificamos 8 de origem internacional. A decomposição para fins de estudo conduziu-nos, então, à seleção de 6 deles. Tanto em termos de posicionamento no ranking quanto em relação à evolução patrimonial, percebeu-se uma elevação no padrão para todos os bancos estrangeiros selecionados. *A atuação dos bancos múltiplos estrangeiros tem sido, por conseguinte, cada vez mais crescente, principalmente ao explorar os nichos de mercado mais populares. Isso implica, portanto, uma maior atuação do capital estrangeiro na metrópole.*

Em termos de localização, nota-se uma situação bastante similar àquela apresentada pelas atividades de Serviços Pessoais, ou seja, encontram-se próximos ao mercado consumidor (Mapa 14). As privatizações de alguns bancos nacionais e suas respectivas aquisições por bancos estrangeiros permitiram a incorporação de agências situadas em bairros mais periféricos, contribuindo para a automação e modernização do setor em toda a metrópole. Evidentemente a concentração do poder decisório bancário restringe-se a parcelas específicas do Município. Esse fato reforça-se ainda mais com o exemplo das finanças.

15.3.2 Finanças

As Transações Financeiras têm sido cada vez mais incrementadas por meio de sofisticados mecanismos, que são amplamente favorecidos pelo avanço das telecomunicações. Segundo Rocca et al. (1998), as principais tendências identificadas no sistema financeiro internacional, cujo ritmo se mantém acelerado por mais de uma década, são as seguintes:

- a) *globalização dos mercados financeiros e de capitais*, com aumento de participação de países emergentes;

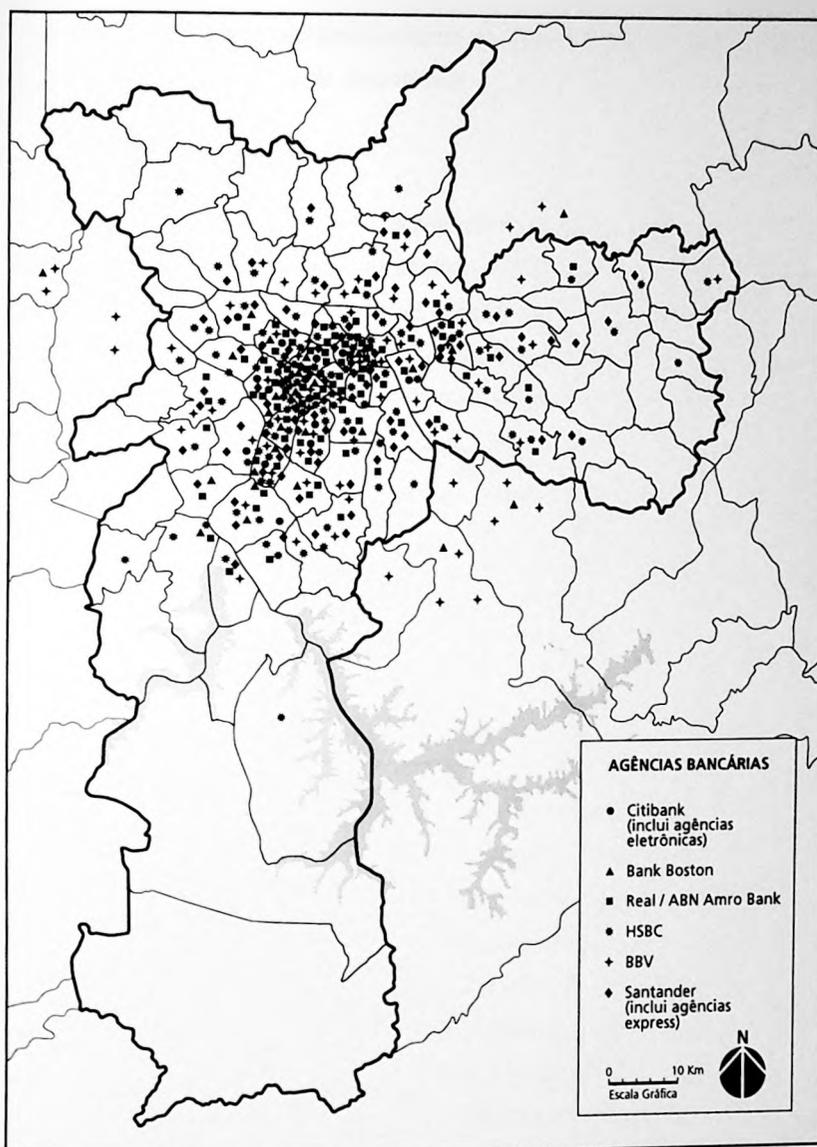
2000	1999	Banco	Sede	Tipo	Controle Acionário	Patrimônio Líquido (em US\$ milhões)
1	2	Bradesco	Osasco/SP	Múltiplo	Brasileiro	4.408,0
2	3	Brasil	Brasília/DF	Comercial	Estatal	4.172,0
3	1	Itaú	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	3.096,7
4	5	Unibanco	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	2.838,8
5	6	Real	São Paulo/SP	Múltiplo	Holandês	1.695,7
6	4	Banespa	São Paulo/SP	Múltiplo	Espanhol	1.098,5
7	8	Bemge	Belo Horizonte/MG	Múltiplo	Brasileiro	1.017,0
8	11	Safra	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	913,1
9	12	Citibank	São Paulo/SP	Múltiplo	Americano	753,4
10	13	Banco Nossa Caixa	São Paulo/SP	Múltiplo	Estatal	593,3
11	15	BCN	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	575,0
12	18	BankBoston	São Paulo/SP	Múltiplo	Americano	555,6
13	17	BBA	São Paulo/SP	Múltiplo	Bras./Aust.	545,2
14	16	Mercantil São Paulo	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	541,8
15	20	Baneb	Salvador/BA	Múltiplo	Brasileiro	491,6
16	22	Santander do Brasil	São Paulo/SP	Múltiplo	Espanhol	483,7
17	7	Caixa Econômica Federal	Brasília/DF	Comercial	Estatal	436,6
18	19	Santander Meridional	Porto Alegre/RS	Múltiplo	Espanhol	414,5
19	21	HSBC	Curitiba/PR	Múltiplo	Inglês	411,4
20	23	Sudameris	São Paulo/SP	Múltiplo	Francês	380,7
21	26	BFB	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	367,7
22	30	Fiat	São Paulo/SP	Múltiplo	Italiano	361,4
23	-	BESC	Florianópolis/SC	Comercial	Estatal	334,3
24	24	BBV	Salvador/BA	Múltiplo	Espanhol	321,5
25	47	Lloyds TSB	São Paulo/SP	Múltiplo	Inglês	315,8
26	29	Chase	São Paulo/SP	Múltiplo	Americano	313,6
27	37	Votorantim	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	302,5
28	32	Pactual	Rio de Janeiro/RJ	Múltiplo	Brasileiro	282,4
29	28	Boavista	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	277,6
30	25	Banerj	Rio de Janeiro/RJ	Múltiplo	Brasileiro	276,6
31	31	Banrisul	Porto Alegre/RS	Múltiplo	Estatal	272,4
32	-	América do Sul	São Paulo/SP	Múltiplo	Francês	264,8
33	-	Banestado	Curitiba/PR	Múltiplo	Brasileiro	257,5
34	27	CCF	São Paulo/SP	Múltiplo	Francês	253,1
35	36	Rural	Rio de Janeiro/RJ	Múltiplo	Brasileiro	244,9
36	43	Multibanco	São Paulo/SP	Múltiplo	Americano	209,4
37	-	Deutsche Bank	São Paulo/SP	Múltiplo	Alemão	204,0
38	33	Mercantil do Brasil	Belo Horizonte/MG	Múltiplo	Brasileiro	185,9
39	40	BBM	Salvador/BA	Múltiplo	Brasileiro	184,0
40	-	BRDE	Porto Alegre/RS	Desenvolv.	Estatal	174,4
41	38	Fibra	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	173,7
42	-	Bandepe	Recife/PE	Múltiplo	Holandês	166,0
43	-	ABC-Brasil	São Paulo/SP	Múltiplo	Bahrain	165,1
44	49	Tokyo-Mitsubishi	São Paulo/SP	Múltiplo	Japonês	146,4
45	34	Santander	Rio de Janeiro/RJ	Múltiplo	Brasileiro	144,1
46	46	BicBanco	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	138,4
47	45	BASA	Belém/PA	Múltiplo	Estatal	134,5
48	14	BNB	Fortaleza/CE	Múltiplo	Estatal	129,4
49	41	Icatu	Rio de Janeiro/RJ	Múltiplo	Brasileiro	127,3
50	-	Santos	São Paulo/SP	Múltiplo	Brasileiro	125,3

TABELA 77

Os 50 Maiores Bancos, por Patrimônio e as suas Respectivas Sedes

Brasil (2000)

Fonte: Revista Exame, Melhores e Maiores, 2001.



MAPA 14

Distribuição das Agências Bancárias de Alguns Bancos Estrangeiros Seleccionados por Distritos

Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora.

b) redução drástica dos custos de transação e operação ininterrupta, instantânea e integrada dos mercados internacionais, viabilizadas pelas novas tecnologias de informática e telecomunicações;

c) intensificação da concorrência entre as bolsas de valores, multiplicando-se as fusões, os reposicionamentos estratégicos, as revisões de estrutura patrimonial e de forma de organização;

d) alterações profundas no modo e nos processos pelos quais o sistema financeiro desempenha suas funções de mobilização e alocação de recursos e administração de riscos, induzidas por tendências inovado-

ras, como a *institucionalização da poupança, a securitização de ativos e recebíveis e o uso de derivativos*;

e) outros mais (p. 13-4).

A importância do mercado de capitais é, portanto, cada vez maior, sendo baseada em instrumentos altamente voláteis, porém necessários à implementação das demais atividades econômicas. A Tabela 78 exemplifica o 'transbordamento' das transações financeiras para além das fronteiras nacionais, em algumas das mais relevantes economias avançadas.

País	1970	1975	1980	1985	1990	1993
Estados Unidos	2,8	4,2	9,3	36,4	92,1	134,9
Japão	Nd	1,5	7,0	62,8	120,7	78,7
Alemanha	3,3	5,1	7,5	33,9	61,1	169,6
França	Nd	Nd	8,4	21,4	53,6	196,0
Itália	Nd	0,9	1,1	4,0	26,6	274,6
Reino Unido	Nd	Nd	Nd	366,1	589,0	1.015,8
Canadá	5,7	3,3	9,6	26,7	64,1	152,7

TABELA 78

Negociação de Ações e Títulos entre Fronteiras (a)¹⁸⁰ em % do PIB

Fonte: Rocca et al., 1998:17.

180
Compras e vendas líquidas entre residentes e não residentes.

Observa-se o investimento acentuado nesta modalidade e a sua participação extremamente relevante no contexto econômico mundial a partir do final dos anos 80. Isso resultou num forte crescimento dos investimentos, sobretudo no mercado de ações dos países emergentes. "Esses mercados representavam, em 1985, apenas 2,47% do valor da capitalização do mercado do mundo, número que saltou para 11,3% em 1996. Essa alta se torna ainda mais significativa tendo em conta que a capitalização em nível mundial passou de US\$ 4.666,9 bilhões para US\$ 20.177,6 bilhões nestes onze anos" (Rocca et al., 1998:17). O rápido desenvolvimento do setor financeiro nos países emergentes está relacionado, por sua vez, ao processo de expansão do modo capitalista rumo às economias mais periféricas do sistema.

As 'novas economias industrializadas', entre elas o Brasil, vêm se beneficiando dos investimentos estrangeiros diretos e indiretos nos mais variados segmentos econômicos. O País vem se configurando como um importante pólo receptor desses recursos, principalmente a partir do processo de abertura econômica (com o início das privatizações das instituições nacionais). A análise do total geral de investimentos estrangeiros diretos no País elucida a questão. Em 1995, ingressaram no País 42.530,00 milhões de dólares, nos mais diversos setores, contra 29.876,38 milhões, em 2000¹⁸¹.

181
O total dos ingressos em moeda para investimentos diretos diferem dos valores apresentados, que incluem, provavelmente, outros mecanismos financeiros de investimento. Assim sendo, segundo o Banco Central do Brasil, ingressaram, em 1996, US\$ 9.644 milhões de dólares em moeda contra US\$ 33.331 milhões, em 2000.

Os Serviços, de uma maneira geral, formam o subgrupo que mais recursos recebeu desde então (18.439,00 milhões de dólares, em 1995, em oposição aos 24.139,49, em 2000). Por sua vez, as *telecomunicações* e a *intermediação financeira*, subsetores dos Serviços, foram os segmentos que maior verba obtiveram ao longo dos últimos anos (por exemplo, 10.896,79 e 6.352,21 milhões de dólares, respectivamente, em 2000) (Banco Central do Brasil, vários anos) (Tabela 79).

Discriminação das Atividades	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	688,6	110,5	456,1	142,4	422,5	649,4
Indústria	23.402,4	1.740,0	2.036,4	2.766,4	7.002,3	5.087,4
Serviços	18.439,0	5.814,9	12.818,6	20.361,9	20.139,5	24.139,5
Total	42.530,0	7.655,4	15.311,1	23.270,7	27.564,4	29.876,4
Ingressos abaixo de 10 milhões por empresa/ano	-	1.978,6	2.567,9	3.075,20	3.670,6	3.454,63
Total Geral dos Ingressos	-	9.644,0	17.879,0	26.346,0	31.235,0	33.331,0

TABELA 79

Investimentos Estrangeiros Diretos por Atividade Econômica de Aplicação de Recursos (em Milhões de dólares) Brasil (1995/ 2000)

Fonte: Banco Central do Brasil, vários anos.

Nota: Foram considerados investimentos em empresas acima de 10 milhões de dólares.

Todos estes indicadores colaboram para mostrar o papel da globalização na alocação de recursos financeiros em determinados países e, mais precisamente, em algumas cidades específicas, por intermédio de suas *bolsas de valores* e demais instituições financeiras. A inclusão deste item neste trabalho não visa, contudo, ater-se aos sofisticados processos econômicos, uma vez que o escopo principal centra-se no impacto desse processo sobre a malha urbana. Porém, é interessante destacarmos alguns índices que evidenciam o aumento da participação de São Paulo no contexto mundial e a sua importância no panorama regional (América Latina). O volume médio comercializado por dia na Bolsa de Valores de São Paulo era, por exemplo, de 409,4 milhões de dólares em 2000. Apesar de expressivo, esse número é infinitamente inferior ao das Bolsas de Nova Iorque (NYSE), Londres, Tóquio e Paris (Euronext Paris – REV), com respectivamente 43.889,0; 18.089,9; 9.336,7; e 15.765,8 milhões de dólares¹⁸² (Fibv, 2000). A Tabela 80 mostra alguns outros dados referentes às principais bolsas de valores do mundo.

182

As Bolsas de Nova Iorque, Londres, Tóquio e Paris, juntamente com as Bolsas de Frankfurt e de algumas outras Cidades Mundiais asiáticas, figuram como os principais mercados financeiros do globo.

Bolsa de Valores	Ano					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
México	35.037	43.583	54.961	31.192	35.172	45.768
Toronto	151.559	221.215	305.154	331.847	357.442	636.535
Nova Iorque (Nasdaq)	2.398.213	3.301.776	4.481.682	5.518.946	10.467.369	19.798.799
Nova Iorque (NYSE)	3.082.916	4.063.654	5.777.601	7.317.948	8.945.205	11.060.046
Buenos Aires	31.932	31.325	38.424	26.055	11.874	9.700
São Paulo	69.031	97.510	190.657	139.583	83.771	101.537
Alemanha	593.936	811.626	1.067.688	1.491.795	1.551.467	2.119.784
Londres	1.153.221	1.413.236	1.989.489	2.887.989	3.399.381	4.558.662
Paris (Euronext)	716.507	982.172	1.414.135	2.053.299	2.892.301	3.988.736
Suíça	340.114	443.030	568.882	689.169	561.894	638.706
Hong Kong	95.832	166.428	453.657	206.152	230.032	376.664
Taiwan	389.272	478.355	1.308.633	895.985	913.609	986.271
Tóquio	884.000	938.822	896.054	750.825	1.675.640	2.315.501
Coréia	185.427	177.506	170.825	145.061	733.422	556.246

TABELA 80

Valor Total das Ações Comercializadas em milhões de dólares¹⁸³ (Mercados Principais e Paralelos)

Mundo (1995/ 2000)

Fonte: <http://www.fibv.com> (compilação de dados de vários anos).

183

Taxa de câmbio variável obtida pela conversão no final de cada mês.

O destaque da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), regionalmente, é contudo extraordinário. O incremento nos investimentos financeiros nesta praça tem aumentado a relevância desta bolsa, mesmo com as oscilações ocorridas nos mercados financeiros mundiais, em decorrência da Crise Asiática, do desmantelamento da Rússia (ocorridos entre 1998 e 1999) e da mais recente crise financeira mundial. Ela representa a principal bolsa de valores da América do Sul, concentrando atualmente a maior fatia dos recursos financeiros outrora compartilhados com a Bolsa do Rio de Janeiro. Em 1995, por exemplo, a Bolsa de Valores de São Paulo movimentou um total anual geral de 63,5 trilhões de reais. Esse indicador é bastante inferior aos 206,4 trilhões de reais negociados em 1997, no auge da evolução do sistema financeiro. Após as crises financeiras, em nível mundial, constatamos uma recuperação com o fechamento anual total de 185,1 trilhões de reais, em 2000 (Bovespa, vários anos) (Tabela 81).

Ano	Quantidade Total Geral (em trilhões de papéis)	Volume Total Geral (em trilhões de Reais)
1995	7,0	63,5
1996	8,6	98,4
1997	9,2	206,4
1998	8,1	161,8
1999	9,0	154,0
2000	11,2	185,1

TABELA 81

Resumo das Operações por Quantidade de Papéis e Volume Total Geral Negociado (em Reais) na Bolsa de Valores de São Paulo (1995/ 2000)

Fonte: Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), vários anos.

Assim sendo, é possível afirmar que, embora dependente dos fatores externos, as Finanças nacionais se vêm centralizadas no Município de São

Paulo, em especial no seu Centro Antigo, em torno de sua Bolsa de Valores (Bovespa). Apesar das várias tentativas de realocação desta atividade, nota-se, como no caso de outras Cidades Mundiais ou Globais, uma tendência de permanência em zonas urbanas mais consolidadas e de grande tradição financeira. Demais atividades correlacionadas, tais como corretagem, seguros e outras, têm se dispersado, tornando-se um pouco menos dependentes da proximidade física.

15.3.3 Publicidade e Propaganda

A *Publicidade* e a *Propaganda* são itens indissociáveis da presença de um farto mercado consumidor. Ou seja, a criatividade do segmento é fundada na razão empresarial. “Esta se realiza mediante comandos informados, a partir de ações hegemônicas que pretendem unificar, e não unir. Esses comandos têm hoje um papel fundamental na segmentação do território, no aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho” (Antongiovanni, 2001:408). Portanto, tratando-se de um serviço direcionado ao público, nada mais natural que ele aconteça em pontos onde a capacidade de avaliação do mercado é mais nítida, ou seja, nos grandes centros urbanos. Outro fator que faz com que a *publicidade* e a *propaganda* concentrem-se na Região Metropolitana de São Paulo deve-se à existência de uma mão-de-obra altamente especializada e de um setor de reprodução gráfica, editoração e afins fortíssimo¹⁸⁴. Todos esses condicionantes, juntamente com a abertura do mercado nacional para os poderosos grupos internacionais, têm contribuído para o posicionamento de São Paulo como 11ª cidade do mundo que mais movimentava verbas internacionais (Tabela 82).

184

De acordo com a pesquisa SEADE/Paep, de 1996, este segmento ocupava a 4ª posição na estrutura produtiva da Grande São Paulo, em termos de valor adicionado (9,7%).

TABELA 82

Ordem	Cidade	Faturamento 2000 (US\$ bilhões)	Faturamento 1999 (US\$ bilhões)	Variação 1999/2000 (%)
1	Nova Iorque	57,237	50,590	13,1
2	Tóquio	38,663	32,108	20,4
3	Londres	23,813	21,213	12,3
4	Chicago	15,212	13,345	14,0
5	Paris	12,440	11,937	4,2
6	Detroit	8,336	7,619	9,4
7	Los Angeles	8,225	6,843	20,2
8	Milão	6,095	5,206	17,1
9	São Francisco	5,855	5,348	9,5
10	Frankfurt	5,512	5,288	4,2
11	São Paulo	5,480	4,631	18,3
12	Düsseldorf	4,743	4,328	9,6
13	Boston	4,156	3,548	17,1
14	Toronto	4,150	3,404	21,9
15	Amsterdã	4,121	3,898	5,7

Os Maiores Mercados Publicitários do Mundo

Fonte: Revista Exame São Paulo, ago. 2001 (baseado em Advertising Age).

Alguns estudos posicionam a cidade de São Paulo como um centro de publicidade global relevante, de acordo com o giro total das 50 maiores empresas de publicidade do mundo (Beaverstock et al., 1999). Os registros das principais companhias do subsetor mostram uma participação fundamental de empresas internacionais na metrópole, tais como McCann-Erickson, Ogilvy & Mather, Saatchi & Saatchi, Young & Rubicam e outras, bem como de algumas agências nacionais (Tabela 83). A distribuição geográfica delas na cidade diferencia-se um pouco da dos demais Serviços Produtivos. Elas estão principalmente em redor da 'centralidade Paulista' e da 'centralidade Faria Lima – Berrini'. Demais agências de publicidade e propaganda nacionais distribuem-se, sobretudo, nas Regiões Sul, Oeste e Centro do Município de São Paulo.

Classificação	Agências de Publicidade	Estado (sede)
1	Mc Cann Erickson	SP
2	DM9DDB	SP
3	J Walter Thompson	SP
4	Salles/ DMB&B	SP
5	Fischer América	SP
6	DPZ	SP
7	Leo Burnett	SP
8	Almap BBDO	SP
9	Young & Rubicam	SP
10	Standard & Ogilvy	SP
11	F Nazca	SP
12	Ammirati Puris Lintas	SP
13	W/ Brasil	SP
14	Z+ G Grey	SP
15	Agnelo Pacheco	SP
16	Propeg	SP
17	Carillo, Pastore	SP
18	Solução	SP
19	Contemporânea	RJ
20	Talent	SP
21	SMP& B	MG
22	FCB Siboney	SP
23	Lowe Loduca	SP
24	Le, Lara	SP
25	Master	PR
26	Full Jazz	SP
27	Denison Brasil	SP
28	Artplan	RJ
29	DNA Propaganda	MG
30	Guimarães Profis	SP

TABELA 83

As Sedes das 30 Maiores Agências de Publicidade Brasil (1999)

Fonte: Antongiovanni, 2001 (baseado em balanço anual da Gazeta Mercantil, 30 jun. 1999, ano 23, n° 23).

Assim sendo, das 1.325 empresas de publicidade e propaganda (mais da metade das empresas do Estado: 2.518) com endereços listados, nota-se que 528 e 362 se localizavam nas regiões Sul e Central da capital, respectivamente (Listas OESP, 2002). Ou seja, a divulgação e a propagação das idéias e da informação apresentam-se de forma fisicamente restrita na cidade. A quantificação e a espacialização deste subsetor vêm-se, contudo, bastante prejudicadas em decorrência de sua heterogeneidade. Ao decom-

podemos o subsetor, encontramos desde pequenas empresas de anúncios publicitários e de propaganda até grandes grupos corporativos internacionais. Faz-se necessário, portanto, um aprofundamento da participação em termos de lucros e movimentação dos principais agentes envolvidos no segmento. *Sugerimos, então, que o segmento de publicidade e propaganda se inter-relaciona aos demais subsetores dos Serviços Produtivos de forma mais indireta. As empresas não estão situadas, conseqüentemente, em uma única área. A distribuição em torno das Zonas Sul e Central indica uma correlação direta e indireta com os diversos insumos do segmento (mercado consumidor, editoras, gráficas, impressão, clientes, etc.).*

15.3.4 Consultoria e Assessoria (e Outras Profissões Liberais)

A área de *Consultoria e Assessoria*, bem como as demais profissões liberais relacionadas à gestão empresarial, contribui direta ou indiretamente para a maximização das atividades ocorridas no interior das empresas e da organização da produção industrial. Tratando-se de atividades modernas, verificamos uma certa insipiência na quantificação e na classificação dessas atividades. A freqüente especialização do subsetor também colabora para dificultar uma macro-análise desse grupo de profissionais. Elegemos, por conseguinte, alguns segmentos, entre eles a *consultoria empresarial* e a *advocacia*. Não se elimina, com isso, a importância das demais subáreas, as quais conferem à metrópole um caráter exclusivo na prestação de serviços.

A *Consultoria e a Assessoria*¹⁸⁵ empresarial têm sido consideradas ramos em franca expansão no Brasil, mormente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, devido à reestruturação organizacional de inúmeras indústrias e empresas. Alguns autores, dentre eles Kon (1996; 1997), apontam para o aumento no número de pequenos empresários (gestores), atribuindo isso à crise econômica que afetou profundamente as bases do emprego assalariado. Podemos dizer, com isso, que muitos negócios de consultoria e assessoria surgiram nesse período, atendendo de um lado a demanda crescente e, de outro, um número substancial de empregados assalariados que abriram seu próprio negócio ou que se transformaram em autônomos. Por outro lado, a própria reestruturação produtiva conduziu a um processo de renovação das bases sobre as quais se situavam os principais ramos da indústria brasileira. Aliado a isso, a terciarização ocorrida, no centro do capitalismo mundial, fez com que muitas empresas de assessoria e consultoria prestassem aqui os seus serviços. Averigua-se, assim, a forte participa-

185

Muitas das empresas internacionais desempenham funções de auditoria, contabilidade, bem como consultoria e assessoria, simultaneamente. É, portanto, muito difícil a classificação exclusiva como empresa de consultoria e assessoria.

ção dessas atividades no País, principalmente nos grandes centros da produção industrial.

A capital paulista desponta como um dos melhores exemplos nacionais. Das 1.944 empresas de consultoria com endereços listados, 1.359 situavam-se na metrópole (Listas OESP, 2002). Desse total, aproximadamente 1.000 dividiam-se entre as Zonas Sul e Central. *Estes índices na área de consultoria e assessoria são, por sua vez, bastante expressivos se comparados aos demais subsetores dos Serviços Produtivos, dos quais se extrai o poder que o Município apresenta em prestar serviços especializados que contribuem para toda a reformulação da estrutura produtiva nacional*¹⁸⁶. Sua condição de excelência torna-se ainda maior ao concentrar as principais firmas de consultoria mundiais. Exemplos incluem: KPMG, Ernst & Young, PricewaterhouseCoopers, Andersen, Accenture, BDO International, entre outras. *São Paulo passa a figurar no circuito internacional, tendo sido classificada como uma cidade global secundária para este aspecto. Os vínculos da capital com os Estados Unidos (em particular, Nova Iorque e Chicago) tornam-se mais estreitos graças à instalação de um número crescente de empresas multinacionais que se utilizam destes serviços.* O Mapa 15 (em anexo) mostra a localização de algumas empresas de consultoria, em particular na Chácara Santo Antonio, nas imediações da Avenida Eng. Luís Carlos Berrini, Zona Sul do Município.

Do ponto de vista da *Advocacia*, não dispomos de muitos dados e estatísticas, sobretudo daqueles que reforçariam as evidências do intercâmbio e da necessidade maior pelo direito internacional. Sabemos, somente, que 2.451 advogados se situavam na capital, de um total de 12.976 advogados ou escritórios de advocacia com endereços listados pelo jornal O Estado de São Paulo (Listas OESP, 2002). A grande maioria (cerca de 1.480 deles) possui escritórios na área do Centro Antigo. Esse fato conduz-nos ao raciocínio de que, apesar da relativa descentralização de muitos dos Serviços Produtivos, alguns permanecem em sítios já consolidados, seja pela tradição do local, seja pela proximidade de outros equipamentos (fóruns, tribunais, etc.). Porém, os principais escritórios de advocacia (que tratam das questões internacionais), com exceção de dois deles, estão espalhados por diversos bairros do Município. Dentre eles, destacamos: Pinheiro Neto Advogados (Centro); Tozzini, Freire, Teixeira & Silva Advogados (Centro); Demarest & Almeida Advogados (Pinheiros); Machado, Meyer, Sendacz & Opice Advogados (Centro); Lilla, Huck & Malheiros (Faria Lima); Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior

186
Os serviços mais especializados, como os prestados pelas consultorias (nos quais se incluem os ramos de engenharia, arquitetura, direito, economia e administração), tiveram um aumento de 128,2% entre os anos de 1988 e 1998 (O Estado de São Paulo, 06/09/1998).

& Quiroga Advogados (Paulista); Trench, Rossi & Watanabe (Morumbi); Levy & Salomão (Jardins); Goulart Penteado, Yervolini & Lefosse Advogados (Móoca); Felzberg, Pedretti, Mannrich & Haidar Advogados (Paulista).

15.3.5 Informática

O subsetor de *Informática* constitui-se, em verdade, num caso particular, que pode ser analisado ora como parte integrante do Setor Terciário, ora do Quaternário (produção de idéias e novas tecnologias). Simplificamos a problemática, analisando-o como importante elemento dos Serviços, capaz de favorecer o desenvolvimento dos demais setores de um modo geral¹⁸⁷. A importância das atividades informacionais no desempenho da atividade econômica relaciona-se, portanto, não só à necessidade de automação do processo produtivo, mas também ao papel fundamental que a Tecnologia da Informação (TI) vem assumindo na gestão empresarial (Santos et al., 1999:130). Verifica-se, por conseguinte, uma concentração espacial desta atividade nos principais centros tecnológicos e de consumo do País, com ênfase maior para o Estado de São Paulo. Exemplos de empresas no ramo de alta tecnologia incluem: Compaq, Hewlett Packard Brasil, Personal Computer Company, SID, IVIX, ABC Bull, CPM Computadores, Procomp Eletrônica, Dismac, Microtec, Fujitsu, AT&T, Itec, Sisco e Daruma (Tabela 84).

Região	Empresas	Receita Líquida	Pessoal Ocupado
Fora do Estado	2,0	35,8	37,7
RMSP (exceto MSP e ABC)	12,9	15,1	15,4
Município de São Paulo	60,9	40,8	36,5
ABC	3,4	1,0	1,3
Interior	20,9	7,2	9,0

Os indicadores, anteriormente apresentados, revelam a elevada concentração, tanto no número de empresas quanto no pessoal empregado no setor para o Município de São Paulo e a sua Região Metropolitana¹⁸⁸. No entanto, grande parte dos negócios aí gerados volta-se mais para a utilização de tecnologias internacionais do que para o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), propriamente dito. Com isso, argumenta-se que, embora este seja um setor em expansão, sua contribuição reside mais na prestação de serviços técnicos, processamento de dados e consultoria do que num moderno e competitivo setor de Tecnologia Informacional (TI). A participação do Município de São Paulo na assimilação desses novos recursos e na prestação desse tipo de serviço é, todavia, inegável. Das 50 maio-

187

Sobre a importância do subsetor informática no desenvolvimento econômico, ver SANTOS et al., 1999:126.

TABELA 84

Empresas do Setor de Serviços de Informática, Receita Líquida e Pessoal Ocupado, segundo Região (%) Estado de São Paulo (1996)

Fonte: SEADE. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep (1996).

188

A Grande São Paulo congrega cerca de 85,6% dos trabalhadores em alta tecnologia, Internet e telefonia. Na sequência vêm as regiões de Campinas, com 7,9%, e de São José dos Campos, com 2,5% dos postos de trabalho (Jornal da Tarde, 11/01/2002).

res empresas digitais, 32 apresentavam suas sedes na Região Metropolitana de São Paulo, sendo várias delas na capital (Tabela 85). O poder decisório e a assessoria técnica permanecem na capital, apesar de algumas plantas industriais das principais multinacionais terem se deslocado para outras regiões mais vantajosas.

2000	1999	Empresa	Sede	Tipo	Vendas (em US\$ milhões)
1	3	IBM	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	2.500,0
2	1	Ericsson	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	1.845,6
3	2	Siemens	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	1.410,8
4	5	Motorola	Jaguariúna/ SP	Eletroeletrônica	1.387,0
5	4	Xerox	Vitória/ ES	Tecnologia e Computação	1.188,5
6	11	Nokia	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	941,0
7	8	Nortel Networks	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	903,0
8	6	Intel	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	866,8
9	7	Nec	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	844,7
10	10	Lucent Technologies	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	700,0
11	20	Gradiente Eletrônica	Manaus/ AM	Eletroeletrônica	687,1
12	15	Alcatel	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	653,9
13	9	Hewlett-Packard Brasil	Barueri/ SP	Tecnologia e Computação	644,2
14	13	Compaq	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	629,3
15	18	Unisys	Rio de Janeiro/ RJ	Tecnologia e Computação	600,0
16	14	Itautec Philco	Manaus/ AM	Tecnologia e Computação	511,8
17	19	Compaq do Brasil	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	445,2
18	16	Microsoft	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	438,6
19	22	Samsung	Manaus/ AM	Eletroeletrônica	410,8
20	12	Serpro	Brasília/ DF	Tecnologia e Computação	389,7
21	17	Cisco	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	347,8
22	-	EDS	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	306,8
23	33	LG-SP	Taubaté/ SP	Tecnologia e Computação	301,0
24	25	Hewlett-Packard Computadores	Campinas/ SP	Tecnologia e Computação	259,6
25	21	CA	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	250,0
26	36	LG	Manaus/ AM	Eletroeletrônica	233,1
27	24	Dataprev	Rio de Janeiro/ RJ	Tecnologia e Computação	220,7
28	29	Procomp Eletrônica	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	213,5
29	32	CPM	Cotia/ SP	Tecnologia e Computação	206,5
30	26	Itautec.com	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	175,2
31	34	Cobra	Rio de Janeiro/ RJ	Tecnologia e Computação	156,9
32	-	Consist	São Caetano do Sul/ SP	Tecnologia e Computação	138,1
33	37	Officer	São Paulo/ SP	Comércio Varejista	135,5
34	-	EMC2	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	133,1
35	35	Oracle	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	129,9
36	27	SAP	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	128,0
37	-	Metron	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	127,2
38	-	Alcatel Cabos	São Paulo/ SP	Eletroeletrônica	116,5
39	23	Procomp Amazônia	Manaus/ AM	Tecnologia e Computação	113,7
40	31	Datamec	Rio de Janeiro/ RJ	Tecnologia e Computação	110,0
41	45	TCE	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	108,5
42	38	Microtec	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	100,7
43	-	MLX Medidata	Rio de Janeiro/ RJ	Comércio Varejista	96,6
44	43	Politec	Goiânia/ GO	Tecnologia e Computação	94,8
45	39	Prodesp	Taboão da Serra/ SP	Tecnologia e Computação	94,4
46	44	Icotron	Gravataí/ RS	Eletroeletrônica	92,8
47	41	Prodram	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	83,3
48	50	Tecnologia Bancária	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	81,2
49	-	DFV	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	80,5
50	-	Promon IP	São Paulo/ SP	Tecnologia e Computação	75,2

TABELA 85

As 50 Maiores
Empresas do Mundo
Digital, por Vendas e as
suas Respectivas Sedes

Fonte: Revista Exame, Methores e
Maiores, 2001.

Em termos espaciais, este subsetor segue tendências similares às dos demais segmentos que requerem uma moderna rede de infra-estrutura (fibras óticas, cabos subterrâneos, etc.), aliando-se geograficamente aos subsetores mais avançados da economia. Alguns *edifícios inteligentes*¹⁸⁹ situados no eixo Faria Lima - Berrini (vetor Sudoeste) detêm, em seus interiores, a nata profissional e as sedes dessas principais corporações. Só no *Cenu* (Centro Empresarial Nações Unidas), entregue em 1999, concentram-se algumas das empresas corporativas que estão moldando o novo perfil da cidade, tais como: Microsoft, Compaq, Global One, DirectTV, Computer Associates, etc. E muitos outros empreendimentos têm prazo de entrega próximo. Isso tem conduzido ao aumento no valor do aluguel desse tipo de edifícios, passando de R\$ 43,31 o metro quadrado, em 1998, para R\$ 54,00, em 2000 (Emplasa, 2000).

Argumentos menos favoráveis expõem, contudo, o aumento da oferta de imóveis e o esgotamento desse modelo de ocupação em função de problemas relacionados à acessibilidade, infra-estrutura, transportes, relações custo-benefício, etc. *Enfatizamos, por hora, a relevância da capital em absorver empregos e atividades altamente avançadas em termos de novas tecnologias*, fato esse que a insere num universo de *Cidades Mundiais* ou *Globais*. Entretanto, é necessário reforçar que essa capacidade se limita a uma parcela populacional e se configura num território específico. O *Mapa 16* (em anexo) mostra a elevada concentração de edifícios de escritórios na Região da Vila Olímpia. É possível averiguar a construção de uma série de edifícios com esse novo padrão.

15.4 OS SERVIÇOS SOCIAIS

Os *Serviços Sociais* caracterizam-se pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo, tais como: *Educação* e *Saúde*. Estão incluídas neste setor as repartições governamentais, as sedes de organismos internacionais, as associações e agremiações, as instituições e fundações não-governamentais, etc. De uma maneira geral, esses serviços complementam as demais atividades do Terciário, porém não compõem o quadro primordial de funções capazes de caracterizar uma cidade como mundial ou global. Por esse motivo, várias capitais de diversos países do mundo excluem-se da classificação de *Cidade Mundial* ou *Global*, mesmo apresentando elevados índices neste subsetor. Entretanto, pode-se argumentar que alguns Servi-

189

Em São Paulo existem 29 edifícios inteligentes classe AA, distribuídos na proporção de 40,9% na Berrini, 23,4% na região da Marginal do Rio Pinheiros, 12,6% na Verbo Divino, 10,4% na Avenida Faria Lima e, por último, 10,3% na Avenida Paulista (Emplasa, 2000). É, portanto, natural que as principais empresas no segmento de alta tecnologia tenham se instalado principalmente na região da Berrini - Marginal do Rio Pinheiros.

ços Sociais contribuem por enfatizar o caráter de primazia e centralidade, bem como sugerir correlações na participação de processos econômicos mais avançados.

15.4.1 Educação

Um exemplo disso é o caso da *Educação*. É sabido que a educação, como um todo, coopera na elevação dos níveis e índices de desenvolvimento de um país, de uma forma geral¹⁹⁰. O estudo do comportamento da educação superior, no entanto, constitui um indicador exclusivo, capaz de mostrar a capacidade de inovação e de assimilação de novas tecnologias. Embora o Brasil venha apresentando um setor de Serviços Sociais em franca expansão, percebe-se uma contribuição técnico-científica mundial ainda limitada, seja devido aos limitados recursos investidos em P & D, ou *Pesquisa e Desenvolvimento*¹⁹¹, ou em decorrência do restrito acesso aos cursos superiores. A Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) vem se processando, porém, nos centros universitários e de pesquisa de excelência, centralizados basicamente na Região Sudeste do País, predominantemente no Estado de São Paulo. Vários núcleos e laboratórios de pesquisa vinculados à Universidade de São Paulo (USP)¹⁹² (Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Faculdade de Saúde Pública, Centro de Estudos do Genoma Humano, Centro de Biologia Molecular Estrutural, Centro de Estudos da Violência, etc.), à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), à Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), entre outras, vêm desenvolvendo importantes achados no campo científico, particularmente nas áreas de Biologia, Saúde e Engenharia¹⁹³.

A proliferação do ensino superior privado tem possibilitado, da mesma forma, a inserção de um número cada vez maior de estudantes, sendo também importante o aumento no número de vagas nos cursos de pós-graduação. O ensino superior vê-se, assim como as demais atividades terciárias, confinado espacialmente na Região Sudeste, principalmente em São Paulo. *“O número de estudantes matriculados em universidades e faculdades do Estado de São Paulo é muito maior que em qualquer outra unidade de nossa federação. Em todo o Brasil havia, em 1998, cerca de 2,1 milhões de matrículas no Ensino Superior. Em São Paulo, o número atingia 678 mil universitários, o que corresponde a 31,9% de todos os alunos do país. (...) A demanda tende a se localizar nas regiões metropolitanas. A despeito disso, neste contexto, os dados da Grande São Paulo e do Município de São Paulo reprodu-*

190

Este é um dos indicadores adotados na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

191

É necessário enfatizar, também, a baixa produtividade deste segmento e sua correlação com os setores mais dinâmicos da economia. No Brasil, 73% dos cientistas concentram-se nas Universidades. Nos Estados Unidos, apenas 13,6%. Ou seja, a grande maioria dos cientistas americanos encontra-se diretamente engajada nas pesquisas voltadas para as empresas. Em comparação com outras economias em desenvolvimento, o País se encontra muito aquém de suas reais potencialidades. No Brasil, há 8.765 pesquisadores trabalhando nas empresas. Na Coreia do Sul esse número sobe para 74.565. Nos Institutos de Pesquisa do País o índice é de 12.336, contra 15.186 da Coreia do Sul, que tem apenas 48 milhões de habitantes, ou seja, um terço a menos que o Brasil (O Estado de São Paulo, 10/03/2002). Apesar disso, as verbas para os laboratórios de pesquisa vêm crescendo de forma consistente, a formação de doutores está aumentando e a participação de artigos científicos brasileiros em publicações estrangeiras quadruplicou nos últimos quinze anos (VEJA – Edição Especial. *O Brasil*, São Paulo: mai. 2002. Edição especial).

192

Somente a USP recebe 46,81% dos recursos investidos em pesquisa pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

193

A FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) destinou aproximadamente 53% dos seus recursos para o ano de 2000, somente nestes setores (Fapesp, 2001).

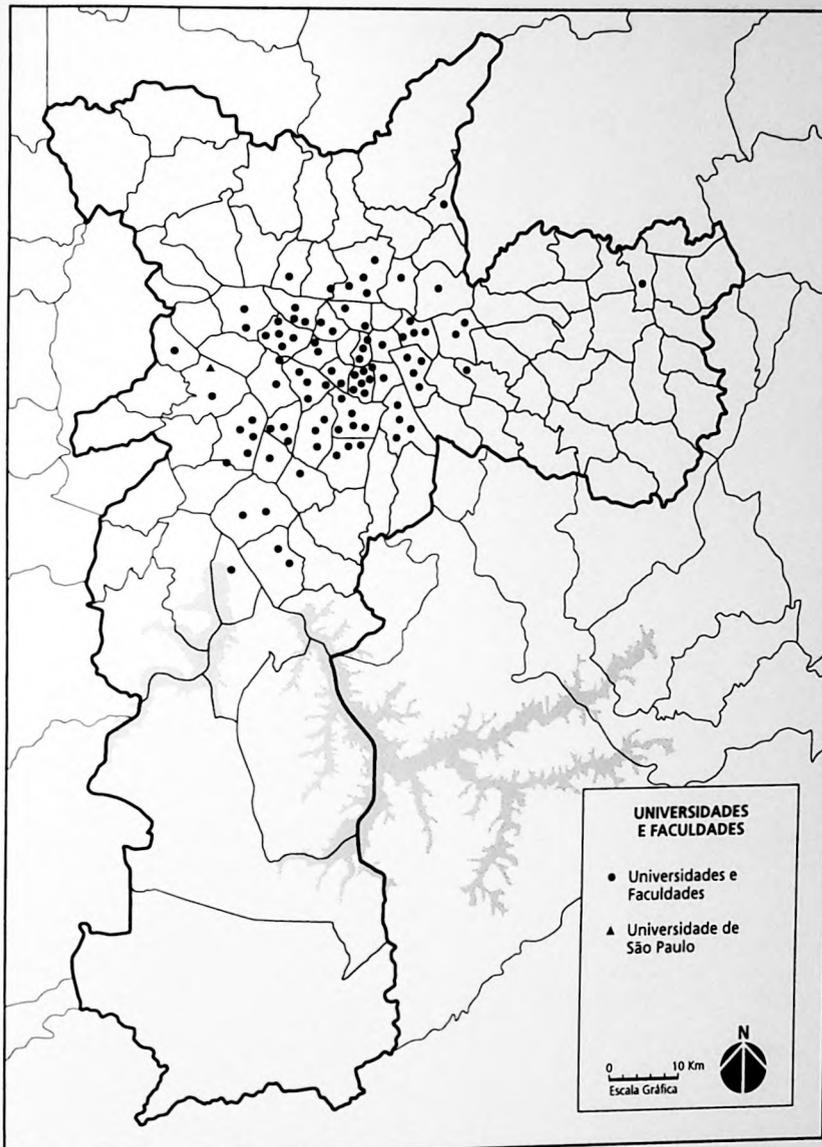
zem tal situação: essas regiões possuíam, respectivamente, por volta de 375 mil e 278 mil alunos, em 1998. Isso significa que, na relação com o país, os percentuais atingem 17,7% na primeira região e 13,1% na Capital paulista, valores superiores ao Rio de Janeiro ou, por exemplo, aos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina juntos” (Emplasa, 2000).

A crescente demanda tem propiciado, por sua vez, o aumento no número de vagas e instituições oferecidas em universidades ou faculdades privadas. *“Em termos percentuais, de 1994 a 1998, houve um crescimento de 35% para o total das redes, mas, na verdade, foram abertas cerca de três mil vagas nos últimos quatro anos no setor público do Ensino Superior paulista, frente ao incremento de 64 mil vagas no mesmo período na rede privada”* (Emplasa, 2000). Essa característica tem sido implementada também em outras regiões do País. Todavia, a concentração em peso dá-se na Região Metropolitana de São Paulo e no seu Município. Obtivemos uma listagem, na qual apareciam cerca de 700 Faculdades e Universidades em todo o Estado de São Paulo. Dessa amostra, cerca de 206 situavam-se na Capital paulista. Ocorre, porém, que dos 206 endereços obtidos, muitos refletiam as várias unidades de uma mesma Faculdade ou Universidade. Ainda assim, uma pré-triagem permitiu-nos chegar a um número de aproximadamente 85 Faculdades ou Universidades, o que é bastante expressivo (Listas OESP, 2002).

Essas instituições de Ensino Superior distribuem-se no território paulistano de forma desigual (Mapa 17), ou seja, as principais Faculdades e Universidades concentram-se basicamente nas Regiões Sul, Oeste e Centro do Município. Isso ilustra uma condição altamente excludente que a cidade impõe aos seus residentes. A extensão da rede privada e a busca por novos mercados têm levado o Ensino Superior, no entanto, aos bairros menos privilegiados da cidade. A Região Leste, por exemplo, já conta com algumas Faculdades e Universidades, fato esse inimaginável anos atrás. *Todos estes dados permitem-nos afirmar que o Estado de São Paulo, e mais especificamente a sua Região Metropolitana expandida, concentram instituições de pesquisa e ensino de ponta que se assemelham ao de outras Cidades Mundiais.*

15.4.2 Saúde

Um outro aspecto interessante abrange a rede hospitalar. A avaliação dos hospitais interessa-nos, principalmente, sob o ponto de vista dos recursos tecnológicos e tipos de medicina especializada que eles possuem.



MAPA 17

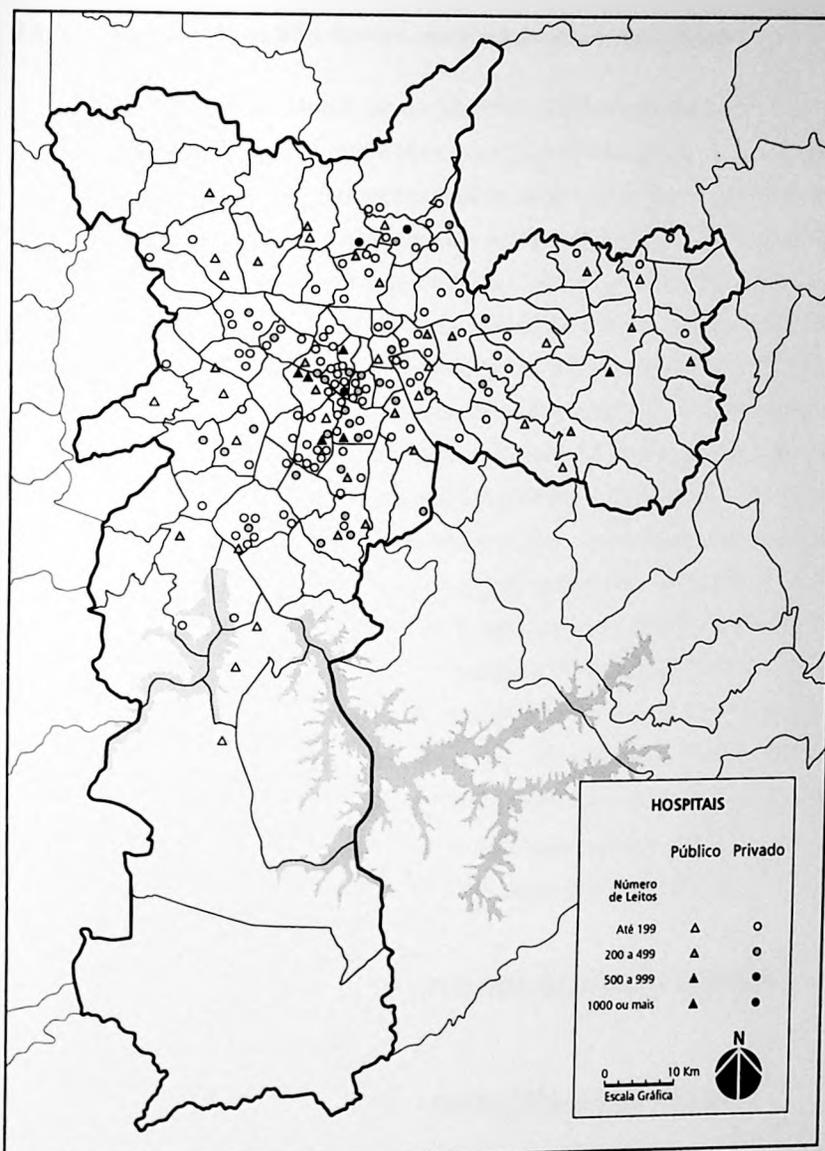
Localização das Principais Faculdades e Universidades

Município de São Paulo (2002)

Fonte: Compilação de dados da autora (baseado em Listas OESP, 2002).

Obviamente, a *Saúde* dos cidadãos corrobora para níveis de qualidade de vida mais satisfatórios. Mas, para efeito deste estudo, importa-nos somente a distribuição da rede hospitalar, bem como a capacitação de cada um deles. O último item exige, contudo, uma avaliação específica e detalhista, o que não constitui o escopo principal neste momento.

O número de hospitais no Município de São Paulo em 1998 era de 183, totalizando 38.441 leitos (Redes Municipal, Estadual e Particular). A Rede Particular contava, porém, com 131 hospitais e 20.555 leitos. Esse fato esboça a precariedade das redes municipal e estadual, de um lado, e res-



MAPA 18

Localização dos Principais Hospitais por Distritos

Município de São Paulo (1998)

Fonte: Emplasa, 2000.

salta a necessidade de dotar a metrópole de um melhor atendimento médico, de outro. Muitos são, portanto, os centros médicos especializados na cidade de São Paulo (Hospital do Coração – Incor, Hospital das Clínicas, Sírio-Libanês, Beneficência Portuguesa, Hospital Alemão Osvaldo Cruz, Albert Einstein, etc.). A confluência deles no espaço urbano é limitada. *O bairro de Bela Vista (Região Central) concentrava sozinho 11 hospitais com 3.314 leitos. A Região Sul próxima aparece em segundo lugar (Mapa 18). Novamente, como em outros serviços, esta área congrega uma fatia singular do que há de melhor na cidade.*

15.4.3 Organizações Não-Governamentais e outras Instituições

A participação do Município de São Paulo é grande também em relação ao número de instituições, entidades e associações de classe. Existem, porém, todos os tipos de agremiações, desde as mais significativas até as locais. Das 2.114 Entidades e Associações com endereços listados no Estado de São Paulo, 817 situam-se na capital (Listas OESP, 2002). Além das associações de classe regionais de renome (OAB, CREA, IAB, etc.), destacamos na metrópole a presença de ONGs (Organizações Não-Governamentais)¹⁹⁴ nacionais e internacionais. A participação crescente das ONGs no cenário econômico nacional e internacional está relacionada, respectivamente, ao maior interesse na cooperação de problemas internacionais e às leis de incentivo fiscal do País. Apesar disso, em termos de instituições sociais e políticas de peso (embaixadas, sedes de organizações internacionais, etc.), a participação do Distrito Federal ainda é superior à de São Paulo devido ao fato da primeira ser a sede do governo nacional. *Mas várias filiais (consulados, subsedes, etc.) encontram substancial representatividade na capital, seja pela demanda acentuada, seja pela consciência político-social elevada que esta metrópole apresenta.* A temática das instituições sociais (Terceiro Setor) tem sido muito pouco explorada pela literatura nacional, e só recentemente começa a ser estudada. Decorre daí esta breve explanação.

194

De acordo com a Revista Veja (Edição Especial. O Brasil, mai. 2002), o País conta atualmente com cerca de 220.000 organizações não-governamentais, as quais envolvem o trabalho de cerca de 20 milhões de pessoas.

16 SÃO PAULO E O CRESCIMENTO DOS SERVIÇOS: RUMO À CIDADE MUNDIAL?

16.1 A SÃO PAULO 'NÃO GLOBAL': CONTRASTES DE UMA MESMA METRÓPOLE

16.1.1 Um país desigual chamado Brasil

Segundo artigo da Revista Veja (Edição Especial. O Brasil. Mai. 2002), não há no mundo um único país em que um Estado tenha, perante os demais, a vantagem econômica que São Paulo apresenta sobre o restante do Brasil. Os paulistas, que representam aproximadamente 20% da população nacional, são responsáveis por 35% de toda a riqueza do País. Além disso, representam 45% da produção industrial total, 80% da produção tecnológica e 90% do mercado financeiro (Ibid., 2002). A visibilidade mais acentuada dessa pujança econômica encontra-se refletida na metrópole, conforme foi tratado ao longo dos capítulos anteriores. Com cerca de 17 milhões de habi-

tantes (2001)¹⁹⁵ e ocupando o terceiro lugar em termos populacionais no mundo (atrás somente de Tóquio e da Cidade do México, com 29 e 18 milhões de habitantes, respectivamente), a Região Metropolitana de São Paulo, e em particular o seu Município, tem-se constituído no principal local de significativa transformação do País, ao longo da última década, em função dos processos globalizantes. Isso confere a São Paulo o privilegiado *status quo* de segunda melhor cidade na América Latina para se fazer negócios (Revista AméricaEconomia, 16/05/2002). Diversos especialistas, entre eles Saskia Sassen, confirmam as potencialidades dessa metrópole na atração de negócios globais, competindo de igual para igual com Miami¹⁹⁶ (Ibid., 16/05/2002), apesar dos problemas relacionados à insegurança, ao trânsito caótico e à insalubridade do meio ambiente (poluição, infra-estrutura precária, etc.).

Porém, não é possível discorrer sobre a questão da *Cidade Mundial* sem que, para isso, abordemos alguns aspectos contraditórios da lógica do capital. Em paralelo ao progresso e à evolução socioeconômica trilhados por algumas das principais economias mundiais em anos recentes, tem-se constatado o aumento da exclusão social¹⁹⁷ e da segregação espacial. Esses fatos são, por sua vez, mais acentuados nos países em desenvolvimento, cujo atraso tecnológico e industrial teve que ser tratado em menos décadas do que nos países desenvolvidos¹⁹⁸. A Tabela 86, adiante, mostra a questão em termos de receita municipal *per capita* ao ano, e nela aparece a enorme discrepância existente entre as principais *Cidades Mundiais* ou *Globais* (Tóquio, Nova Iorque e Londres) e as demais selecionadas, entre as quais São Paulo.

Cidade	Receita por habitante (em US\$)	População (em milhões)	Ano de Referência
Tóquio	5.256	11,6	2000
Nova Iorque	5.055	8,0	2001
Londres	3.630	6,9	1993/94
Ottawa	3.086	0,3	2001
Paris	1.662	2,1	2001
Toronto	1.645	2,3	1999
Buenos Aires	1.110	2,9	2001
Seattle	1.020	0,5	2000
Seul	860	10,3	2000
Madri	698	2,8	1998
Cidade do México	659	8,5	2000
Rio de Janeiro	467	5,8	1998
Belo Horizonte	459	2,1	1996
Porto Alegre	418	1,3	1996
São Paulo	368	9,8	1999

195

Revista Veja, 24/01/2001. Os dados preliminares do Censo de 2000, fornecidos pelo IBGE, estimam em 10.405.867 o número de habitantes do Município de São Paulo. É provável, portanto, que esse indicador para a Região Metropolitana de São Paulo esteja atingindo a marca dos 20 milhões de habitantes.

196

Classificada, segundo essa revista, como a primeira no ranking das melhores cidades da América Latina em termos de negócio (Revista AméricaEconomia, 16/05/2002). É interessante notar que, de acordo com tal classificação, Miami figura como uma cidade vinculada ao contexto latino-americano do que propriamente ao americano.

197

Conforme diz Sposati (2001), exclusão é mais do que pobreza, um estado de não ter, pois se trata de um processo de não inclusão, isto é, de apatenação, de negação como decisão histórica e culturalmente humana de criar interdições. Neste sentido é um processo social perverso, já que restringe potências e pratica homicídios de possibilidades (p. 143).

TABELA 86

As Mais Ricas Populações do Mundo

Fonte: O Estado de São Paulo, 10/12/2001 (baseado em orçamentos e balanços obtidos em sites oficiais por Marcos Mendes, membro do Instituto Fernand Braudel).

198

Segundo Taschner & Bógus (2001), nos pólos urbanos do chamado Terceiro Mundo sempre existiram contrastes fortes entre as elites locais e os pobres marginalizados. O que difere o contexto atual seria o crescimento da pobreza visível em função do processo de globalização, tendo com consequência o incremento no número de favelados e dos sem-teto (p. 100).

Apesar dos avanços nos indicadores sociais, como nos mostram os dados definitivos do Censo 2000 (O Estado de São Paulo, 20/12/2001), constatou-se que cerca de 22 milhões de habitantes responsáveis por domicílios viviam, em 2000, com renda mensal de no máximo 350 reais¹⁹⁹. Essa pobreza é mais aguda nos Estados da Região Nordeste e Norte do País. Mas também nas regiões metropolitanas, onde o processo de urbanização tem sido intenso (passando de 75,6%, em 1991, para 81,2%, em 2000), tem-se notado o aumento dos bolsões de miséria e o aprofundamento das distâncias sociais (Ibid., 20/12/2001). Nos últimos dez anos, a população de oito regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Recife e Salvador) saltou de 37 milhões para 42 milhões de habitantes, sendo o fato mais surpreendente o crescimento em 30% de suas respectivas periferias (Revista Veja, 24/01/2001).

É observado, igualmente, uma enorme carência de habitação, equipamentos públicos e serviços de infra-estrutura urbana²⁰⁰ decorrentes da má distribuição de renda e da falta de planejamento nos investimentos públicos, embora substanciais progressos tenham ocorrido na última década²⁰¹. *"A falta de moradias, por exemplo, atinge diretamente 20,2 milhões de pessoas, quase 12% dos habitantes do País, e aumenta em um ritmo mais acelerado do que o do crescimento da população. O déficit habitacional é de 6,6 milhões de unidades, o que representa quase 15% do total de domicílios existentes, 44,9 milhões"* (Folha de São Paulo, 20/01/2002). Esses fatores têm colaborado, assim, para o incremento dos índices de violência ao longo dos anos 90 no Brasil. Todos esses problemas tornam-se nítidos também no caso de São Paulo.

16.1.2 A São Paulo ilegal²⁰²: o global versus o local

Embora a taxa de crescimento anual da metrópole paulistana venha decrescendo, como nos sugere Maricato (2001)²⁰³, baseada em dados do Ipea (1999), nota-se que os 10 milhões de habitantes, que nela vivem, se assentam de forma diferenciada no território (p. 24). Entre 1991 e 1996, a população de 40% dos distritos aumentou, enquanto em 60% deles a população se reduziu (Sposati, 2001:117). *"A análise do incremento populacional mostra a explosão populacional de Anhangüera, Cidade Tiradentes e Iguatemi, áreas de intensos programas habitacionais governamentais. (...) São espaços construídos com moradias, mas não com condições de cidade"* (Ibid., 2001:118) (Tabela 87). Também outras periferias mais afastadas têm abri-

199

De acordo com a Revista Carta Capital (03/04/2002), cerca de 81% da população, ou quatro entre cinco pessoas, vivem na berlinda do que se produz e se consome na nona maior economia do mundo. As classes C, D e E representam, portanto, a imensa maioria da população, cujo poder de consumo restringe-se ao básico. O artigo enfatiza, ainda, o baixo consumo *per capita*/ano de alguns produtos secundários, tais como: iogurte, sucos, matinais, cereais, massas, leite em pó, veículos, etc., quando comparados a alguns países.

200

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo IBGE, revela um país precário em termos de infra-estrutura urbana: 47,8% dos municípios brasileiros não têm serviço de esgoto sanitário, 68,5% dos resíduos das grandes cidades são jogados em lixões e alagados e só 451 cidades fazem coleta seletiva de detritos (Revista Isto É, 03/04/2002).

201

De 1989 para 2000, aumentou em 10% o número de municípios servidos por esgotamento sanitário, a cobertura de abastecimento de água cresceu 2%, chegando a 97,9% das cidades, e a coleta de lixo já é feita em praticamente todos os municípios do País, ou seja, 99,4% (Revista Isto É, 03/04/2002).

202

"Esta gigantesca ilegalidade não é fruto, porém, da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado, de um lado, de um processo de urbanização/industrialização baseado em baixos salários e, de outro, de uma tradição de especulação fundiária alimentada por investimentos públicos regressivos e concentrados, além de uma legislação cuja forma de aplicação exclui e segrega" (Maricato, 2001:156).

203

As taxas de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo passaram de 1,89%, entre 1980 e 1991, para 1,45%, entre os anos de 1991 e 1996 (Maricato, 2001:24).

gado uma série de novos moradores excluídos da cidade legal. "Grajaú, na Zona Sul, ganhou 41% dos habitantes que incrementaram a população de São Paulo de 1991 a 1996. Das 192.881 pessoas recebidas pela cidade, 78.930 nasceram ou foram para lá. (...) Depois de Grajaú, os distritos que mais receberam moradores de 1991 a 1996 foram Cidade Tiradentes (66.372), Jardim Ângela (43.051), Brasilândia (33.736) e Iguatemi (30.015)" (Folha de São Paulo, 24/09/2000). Assim, entre os anos de 1972 e 2000, surgiram 105.102 lotes, os quais ocupavam 52 milhões de metros quadrados, distribuídos em 825 loteamentos clandestinos²⁰⁴ (Sposati, 2001:38).

Distrito	População
Grajaú	333.436
Sapopemba	282.239
Brasilândia	247.328
Jardim Ângela	245.805
Cidade Ademar	243.372
Capão Redondo	240.793
Jabaquara	214.095
Itaim Paulista	212.733
Itaquera	201.512
Campo Limpo	191.527
Cidade Dutra	191.389

Ao crescimento populacional da periferia paulistana, soma-se o abismo existente em termos de rendimento médio familiar. Os resultados do IBGE (2000) sugerem uma elevada concentração de renda média nos distritos de Morumbi (R\$ 6.498,82), Moema (R\$ 5.576,78), Jardim Paulista (R\$ 5.144,03), Alto de Pinheiros (R\$ 4.809,46) e Itaim Bibi (R\$ 4.241,57), todos situados no vetor sudoeste, em detrimento aos distritos longínquos e mais pobres, tais como: Cidade Tiradentes (R\$ 598,82), Grajaú (R\$ 597,70), Itaim Paulista (R\$ 597,42), Jardim Ângela (R\$ 568,12), Lajeado (R\$ 543,58) e Marsilac (R\$ 447,04) (O Estado de São Paulo, 20/12/2001). Esse distanciamento econômico tem contribuído diretamente para o aumento da exclusão social. O *Mapa da Exclusão/Inclusão Social 2000*, idealizado pela equipe da PUC/São Paulo, revela, portanto, que ao longo dos anos 90, 53 dos 96 distritos que compunham o Município tiveram uma piora significativa nas condições de vida de seus moradores (Mapa 19). Os distritos mais prejudicados são, por sua vez, aqueles nos quais vem se processando o maior incremento populacional e onde se identificam as menores rendas médias familiares.

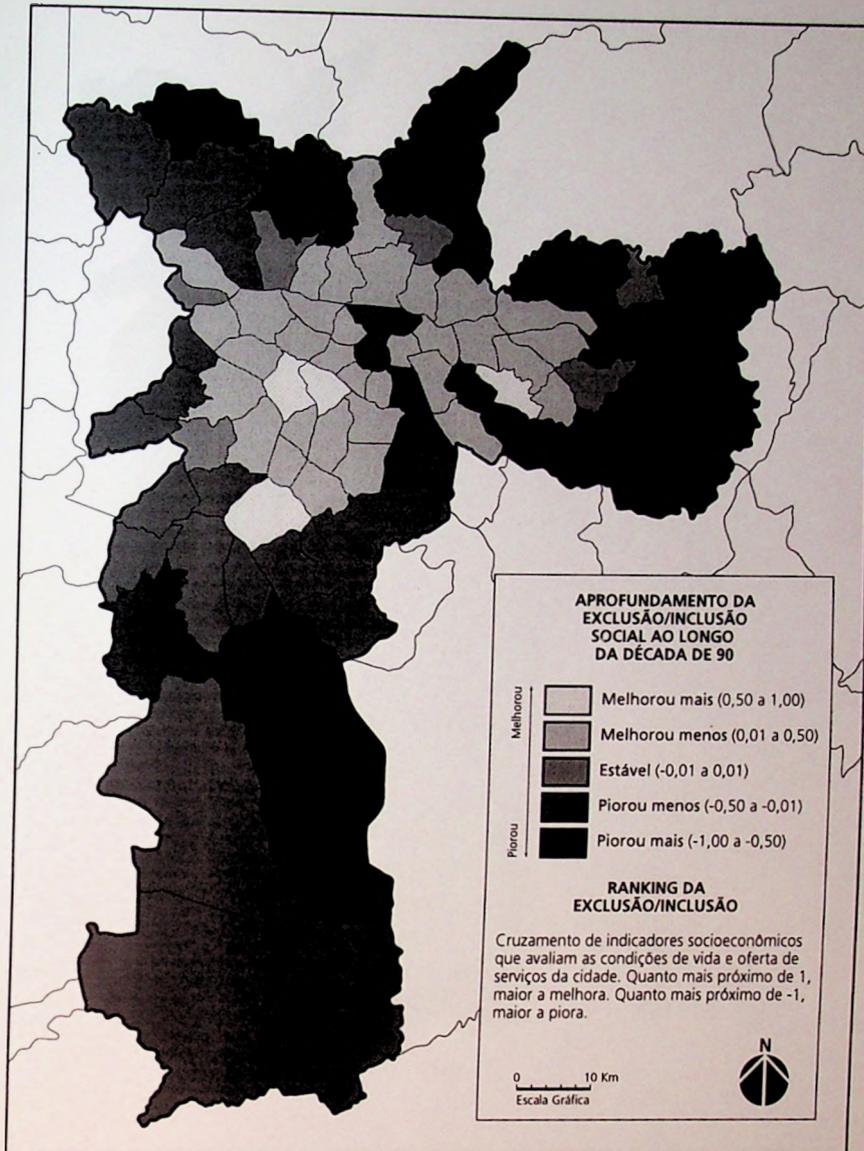
204

Nas regiões de Capela do Socorro e Campo Limpo, Zona Sul da cidade de São Paulo, situada junto aos mananciais e áreas de proteção ambiental, existem cerca de 147 loteamentos que ocupavam quase 24 milhões de metros quadrados em cerca de 20.000 lotes (Sposati, 2001:38). Ver: Gronstein, M. et al. *A cidade invade as águas: qual a questão dos mananciais?* São Paulo: FAUUSP, 1985.

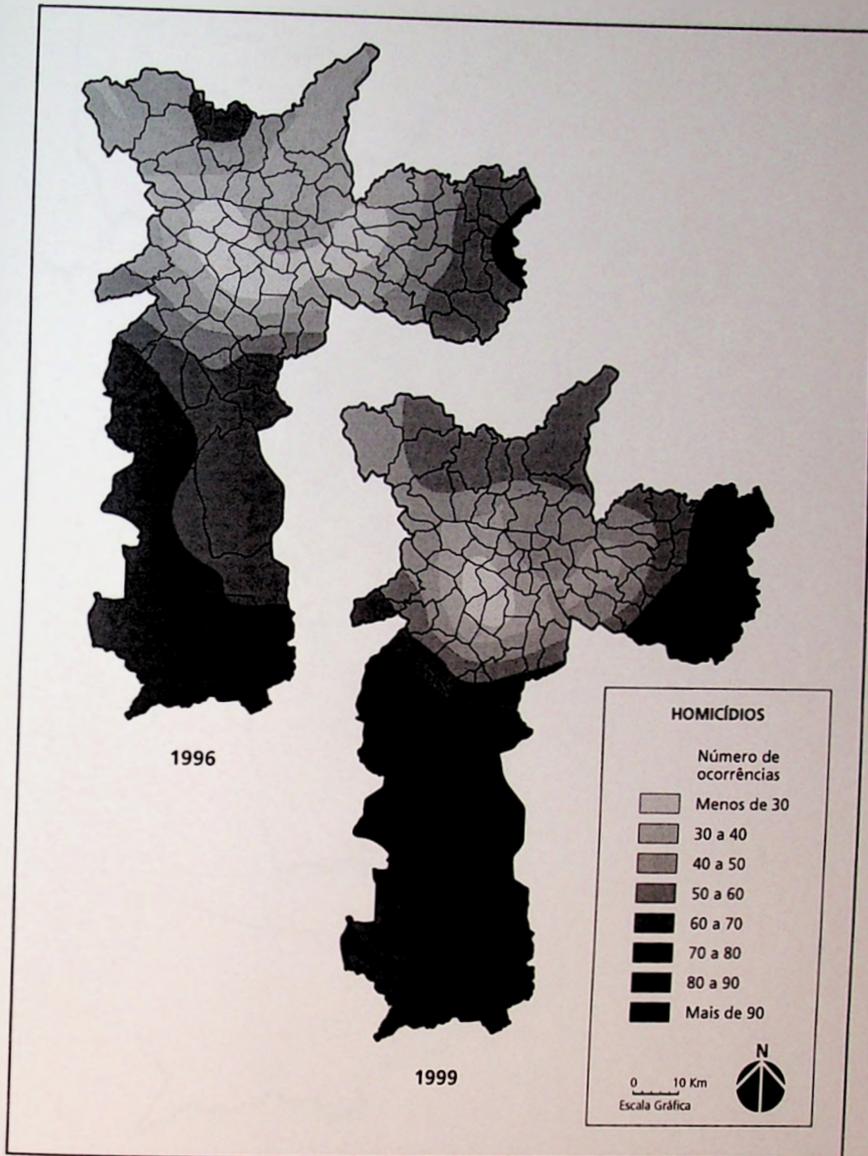
TABELA 87

Os Distritos mais Populosos do Município de São Paulo

Fonte: O Estado de São Paulo, 20/12/2001 (baseado em dados do IBGE).



Dessa forma, “(...) o exame da condição de vida nos 96 distritos revela que em 76% deles a situação majoritária é de exclusão social. São 8 milhões de habitantes da cidade de São Paulo, isto é, 81% de sua população que vivem em 73 distritos onde predomina a exclusão social. Em contrapartida, só 1,8 milhão de habitantes, isto é, 19% estão instalados em 23 distritos onde predomina a inclusão” (Sposati, 2001:147). É justamente nos distritos mais carentes do Município que se encontram os mais altos índices de violência, como aponta a análise feita pelo *Mapa da Exclusão e Inclusão Social* e da *Violência*, entre os anos de 1996 e 1999. O número de homicídios tem crescido também em áreas mais centrais da capital (*Mapa 20*).



Surgem, igualmente, diferenças em termos de escolaridade. “No anel interior do município concentram-se os chefes com maior escolaridade – 41,98% dos chefes residentes neste anel tem 12 anos e mais de estudo. Na periferia há a maior concentração de chefes sem nenhuma escolaridade (12,4%). A diferença de escolaridade, medida em anos de estudo formal, entre os 2 anéis mais centrais do tecido urbano e o periférico é enorme (...)” (Taschner & Bógus, 2001). Taschner & Bógus (2001), bem como Sposati (2001), fazem, assim, associações diretas entre renda, escolaridade, mobilidade e outros fatores que permitem avaliar a transformação do potencial humano de acordo com o novo paradigma técnico-científico que caracteriza o momento atual.



MAPA 21

Distribuição dos Diversos Serviços Analisados

Fonte: Compilação de dados da autora (baseado nos mapas anteriormente apresentados).

Nesse sentido, sugere-se que menos de um terço da cidade é globalizada (Folha de São Paulo, 24/09/2000). O Mapa 21 mostra os distritos com maior grau de oferta de serviços. Os restantes apresentam condições menos favoráveis. As distâncias entre os distritos não são mensuráveis, portanto, apenas em quilômetros, e sim por enormes distâncias sociais (Sposati, 2001:145). Dessa maneira, só será possível falarmos em uma São Paulo propriamente *Mundial* ou *Global* à medida que forem sendo eliminadas as diferenças gritantes entre a São Paulo 'colonial' e a São Paulo 'mundial' (ibid., 2001:164) ou, ainda, entre a São Paulo 'legal' e a São Paulo 'ilegal'. Cabe ao poder público, por conseguinte, minimizar as diferenças sociais, a partir de

políticas de planejamento urbano que visem ao coletivo e não meramente atendam aos interesses privados e especulativos do capital.

17 CONCLUSÕES FINAIS: DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS DA HIPÓTESE

“A dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo. Agravam-se as diferenças e disparidades, devidas, em parte, aos novos dinamismos e a outras formas de comando e dominação. Onde carregava a indústria esse papel motor, agora é a informação que ganha tal poder. Aprofundam-se, assim, com novos fundamentos históricos, as tendências estruturais que fizeram da Região Concentrada o verdadeiro pólo da vida econômica nacional. No entanto, é também verdadeiro o fato de notar-se nesse período, isto é, a partir dos anos 70 e sobretudo a contar dos anos 80, uma difusão da nova modernidade, com uma dispersão no território de indústrias dinâmicas, de uma agricultura moderna e do respectivo setor de serviços. Essa divisão do trabalho mais estendida no território consagra, pois, certo centrifugismo. À essa tendência junta-se, porém, a necessidade de uma cooperação também territorialmente espalhada, mas que reclama informação especializada, localizada na Região Concentrada, em especial no Sudeste e mormente em São Paulo. Ao centrifugismo das atividades produtoras soma-se um centripetismo que beneficia a metrópole paulistana” (Santos & Silveira, 2001:253-4).

A presente tese objetivou demonstrar a potencialidade da Região Metropolitana, em particular do Município de São Paulo, e de sua inserção no agrupamento das *Cidades Mundiais* ou *Globais*. A *globalização*, por meio dos avançados mecanismos tecnológicos e do fluxo de capitais internacionais, tem se difundido através dos territórios nacionais, impactando mais precisamente, sobre espaços urbanos seletos. Neste cenário, destacamos o predomínio de algumas cidades ou regiões metropolitanas em relação às outras. As primeiras caracterizam-se, por sua vez, pela concentração de atividades, em especial daquelas relacionadas aos Serviços e à produção de conhecimento (ou *Setores Terciário e Quaternário*). O Setor Terciário subdivide-se, também, em quatro parcelas: *Pessoal, Distributivo, Produtivo e Social*. Alguns autores, entre eles Sassen (1994) e Daniels, (1993) sugerem que o *Subsetor Produtivo* e o *Subsetor Distributivo* compõem os principais elementos que evidenciam as verdadeiras transformações físico-espaciais sob a ótica da globalização. A *financeirização da economia* e as *tecnologias informacionais* correspondem, assim, à parcela mais substancial da

nova conjuntura mundial. Entretanto, é preciso salientar que, apesar de serem menos relevantes, *os Serviços Pessoais e Sociais* contribuem, direta ou indiretamente, para que novas formas de consumo, sociabilidade e outras mais, se materializem no território. Decorre daí, portanto, a necessidade de havermos estudado tais subsetores.

Vários argumentos favoráveis permitem-nos sugerir, desse modo, que *São Paulo vem assumindo funções de comando e gerenciamento das atividades produtivas em nível global*. A onipresença das atividades do *Terciário Produtivo*, bem como as do *Distributivo*, vêm esboçando considerável concentração no Estado de São Paulo, e particularmente no respectivo Município. Mostramos, assim, a importância da capital paulista não somente do ponto de vista nacional e regional, mas de determinadas funções especializadas mais voltadas para a globalização da economia. Também em São Paulo vem ocorrendo um processo de intensa redefinição do traçado urbano e das atividades exercidas sobre seu território, semelhante ao que ocorre nas principais metrópoles mundiais. Ou, no entender de Cordeiro (1997), "(...) o *tresdobramento da nucleação do Centro Metropolitano de São Paulo se configura, por conseguinte, como um notável exemplo da reabilitação do espaço interno para atender às exigências de equipamentos neotecnológicos do sistema de decisão empresarial do Complexo Corporativo das 'Cidades Mundiais'*" (p. 330).

Assim, como sugere Verás (1999), São Paulo concentra igualmente as polaridades identificadas nas *cidades mundiais*: desconcentração industrial, aumento da produção do Setor Terciário, bem como exclusão social, elevadas taxas de desemprego e miséria urbana, sendo estas frequentemente expressas pela sua configuração espacial (favelas, autoconstrução, cortiços, *homeless* em contraposição às áreas residenciais de classe média e alta, shopping centers, áreas de lazer e entretenimento de luxo, etc.). *Poder-se-ia concluir, aparentemente, que São Paulo estaria se conectando aos fluxos mundiais mais avançados deste processo socioeconômico e político-cultural. Nesse sentido, a metrópole paulistana, (semiperiférica ou periférica)²⁰⁵ do sistema capitalista mundial, distinguir-se-ia sobremaneira dos outros aglomerados urbanos brasileiros e da América do Sul, podendo ser equiparada aos centros urbanos mundiais de excelência.*

Porém, de acordo com Beaverstock et al. (1999), Friedmann (1986) e outros autores, *São Paulo vem se posicionando, no cenário internacional,*

205

Alguns autores consideram São Paulo como sendo uma cidade mundial da semiperiferia do sistema capitalista mundial, como por exemplo Friedmann (1986). Outros, no entanto, acreditam que esta metrópole reflete padrões desiguais, que a classificam como periférica. Este tema encontra-se melhor abordado na contextualização do fenômeno da globalização, sistema capitalista mundial e suas inter-relações que formam a primeira parte da presente tese de doutorado.

como *Cidade Mundial* ou *Global relevante*, mas não como uma das mais essenciais do sistema, tais como: *Londres, Paris, Nova Iorque e Tóquio*. Possivelmente os fatores que distinguem a primeira região metropolitana das demais seriam: a exclusão social acentuada, a precariedade de parcela de sua infra-estrutura urbana e o número limitado de algumas das atividades produtivas avançadas, além de uma distribuição desigual destas sobre o território. Embora a proposição anterior seja bastante discutível, na medida em que várias das *Cidades Mundiais* ou *Globais* de primeira grandeza vêm apresentando sintomas semelhantes aos das situadas nos países em desenvolvimento (entre eles, gentrificação, exclusão social, racismo, etc.), isso se verifica mais no caso das últimas do que no das primeiras.

Assim sendo, observa-se em São Paulo a concentração de trabalhadores altamente qualificados e de uma indústria de serviços e finanças bastante especializados. Em contrapartida, desigualdades sociais crescentes, como, por exemplo, aumento da violência urbana, declínio dos padrões sociais, elevados índices de analfabetismo, crise no sistema de transportes públicos, déficit habitacional, entre outros, tornam-se cada vez mais representativas desta nova realidade socioeconômica²⁰⁶ (Souza, 1999). Portanto, pode-se argumentar que, apesar do crescimento significativo do Setor Terciário em São Paulo (mais de 60% das sedes de empresas multinacionais estão localizadas na cidade) e do aumento do estoque construído (mais de 3 milhões de metros quadrados foram construídos entre 1986 e 1991, nas Zonas Sul e Oeste da cidade, para as classes médias e altas), tem ocorrido um aumento das desigualdades sociais, facilmente identificado a partir da leitura do espaço urbano metropolitano. Dessa forma, como coloca Verás (1999), apesar de São Paulo preencher todos os requerimentos necessários para exercer seu papel competitivo na economia mundial, ele o faz apenas parcialmente.

Constata-se, assim, que o reflexo das correntes internacionais do capital sofre uma metamorfose não homogênea sobre a cidade. Ou, nos dizeres de Santos e Silveira (2001):

"Dentro do território, podemos admitir a existência de áreas em que se pode falar de uma globalização 'absoluta' e de outras em que essa globalização é apenas 'relativizada'. As primeiras são áreas de presença mais plena da globalização. Nelas há concentração, com pequena contrapartida, de vetores da modernidade atual, o que leva à possibilidade de ação conjunta de atores 'globais' ou 'globalizados'. Nessas áreas, a tendência é que a produ-

206

Estadísticas recentes apontam que a exclusão social tem aumentado e que aproximadamente 60% da população de São Paulo vive em condições subnormais (19% moram em favelas, 28% em residências alugadas, e 25% em habitação autoconstruída na periferia). Ver: VERÁS, Maura Pardini. "Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global". In: SOUZA, Maria Adélia et al. (orgs.). *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.

ção, a circulação, a distribuição e a informação sejam corporativas, isto é, que a respectiva demanda principal seja de tais empresas. (...) Mas o território não é 'global', ele não é completamente globalizado. No entanto, e seja como for, o comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é, direta ou indiretamente, influenciado e, em muitos casos, subordinado, acarretando com isso efeitos não desejados e não previsíveis. Produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das grandes empresas sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesmas e desordem para o resto. De modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores" (Santos & Silveira, 2001: 257-8).

Em outras palavras, traduzimos isso com a formação de '*ilhas de excelência globalizadas*' no Município de São Paulo, em contraste com uma vasta porção urbana intocável e isolada das recentes transformações socioeconômicas. Há, conseqüentemente, uma tendência dos fluxos de investimentos se instalarem em locais onde a infra-estrutura é mais moderna, embora ela nem sempre corresponda aos padrões igualitários de distribuição²⁰⁷. Destacamos, particularmente, no exemplo paulistano, algumas destas *centralidades*²⁰⁸ *globalizadas*, situadas nas Regiões Sul, Oeste e Centro do Município de São Paulo. Assim sendo, o eixo Faria Lima – Berrini, a Avenida Paulista e arredores e o Centro Antigo da capital configuram, juntos, a chamada '*Cidade Mundial ou Global*' de São Paulo, graças à elevada participação das atividades terciárias e quaternárias de caráter internacionalizante. E as suas arquiteturas respondem, de forma mais ou menos enfática, aos padrões estilísticos e culturais vigentes na esfera central do sistema mundial. As ditas '*requalificações e renovações urbanas*' e, as '*operações urbanas especiais*' têm propiciado, também, novas leituras de uma mesma cidade em transformação. Institui-se, assim, um modelo de cidade amplamente difundido no mundo, muitas vezes incompatível com as realidades nacionais²⁰⁹.

A maneira como o capital se difunde pelo território não é, entretanto, tão clara, como pode transparecer no discurso anterior. A realocação de plantas industriais para localidades economicamente mais favoráveis (interior paulista e outros Estados) e a descentralização de alguns serviços e moradia (devido às inovações tecnológicas) têm permitido a dispersão geográfica das atividades socioeconômicas sobre o território. *Distinguimos, desta forma, novas dinâmicas que corroboram por demonstrar a pulverização de alguns processos globalizantes para regiões distintas daquelas deno-*

207

Sobre a questão da infra-estrutura urbana, ver: SILVA, R.T. "A Regulação e o Controle Público da Infra-estrutura e dos serviços urbanos no Brasil", in: DEÁK, C. & Schiffer, S. (eds.) *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999; e SILVA, R.T. "Multi-utilities and horizontal monopolies in the provision of urban infrastructure", in: CARMONA, M. *Globalization, Urban Form & Governance*. Delft: Publicatebureau Bouwkunde, 1999.

208

Sobre a consolidação das diversas centralidades em São Paulo, ver: FRUGOLI JR., H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Editora Cortez/ Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

209

Sobre este assunto ver críticas realizadas por ARANTES, O et al. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000; MARICATO, E. *Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

minadas por 'ilhas de excelência globalizadas'. Porções mais periféricas do Município de São Paulo vêm assimilando, sobretudo, alguns Serviços Pessoais internacionais, inexistentes há uma década atrás. Assim sendo, nota-se que o consumo globalizado expande-se por vários lados da metrópole.

Nossa argumentação principal abordou, portanto, dois processos distintos e complementares. De um lado, apresentamos uma porção altamente globalizada do Município de São Paulo (que reverbera por toda a Região Metropolitana), ou seja, as por nós denominadas '*ilhas de excelência globalizadas*'. Por outro lado, sugerimos a dispersão de processos globalizantes em algumas áreas mais afastadas das centralidades principais mencionadas. Ou, como poderíamos caracterizá-las, as chamadas '*periferias globalizantes*'. Ao propor esta orientação, não estamos eliminando os aspectos altamente excludentes e discrepantes que configuram as metrópoles dos Países em Desenvolvimento. Mais do que enfatizar o caráter dicotômico dos impactos da globalização sobre o território, buscamos elucidar, aqui, alguns processos dinâmicos e contraditórios da lógica exercida pelo capital internacional no território urbano. *Pudemos sugerir, por conseguinte, a configuração de São Paulo como uma Cidade Mundial ou Global, diferenciada das demais, uma vez que uma série de acontecimentos simultâneos toma curso num espaço urbano diversificado, plural e múltiplo. Ou, como coloca Ablas (1993):*

"Por se localizarem em todas as regiões do mundo e em países com níveis variados de desenvolvimento, as cidades mundiais comportam uma contradição específica, na medida em que representam, simultaneamente, o sistema econômico mundial com todas as suas características dinâmicas e as diversas realidades nacionais diferenciadas pelos vários níveis de desenvolvimento e pelas peculiaridades locais. Nesse contexto, cada uma das chamadas cidades mundiais tem suas próprias características ligadas simultaneamente a essas duas órbitas básicas de influência. (...) a contradição específica das cidades mundiais será mais ou menos forte dependendo da amplitude das condições de subdesenvolvimento presentes em cada sociedade considerada. (...) O aglomerado urbano de São Paulo enquadra-se em grande medida nessa caracterização de cidade mundial, situada em um país subdesenvolvido, mas fazendo parte da semiperiferia do sistema capitalista mundial, o que leva a metrópole a assumir um papel integrativo entre o capitalismo mundial e a economia brasileira" (Ablas, 1993:46-47).

Finalmente, pudemos argumentar que embora existam similaridades entre as metrópoles de '*Primeiro Mundo*' e as metrópoles de '*Países em Desenvolvimento*', é necessário que sejam traçados os diferentes perfis dos

agentes envolvidos, para não incorrerem em generalizações. Ou seja, apesar da globalização estar afetando praticamente todas as cidades consideradas vitais para o funcionamento do novo sistema econômico mundial, nem todas vêm sofrendo as mesmas reestruturações espaciais. Medeiros (1997) sugere que *“(...) mais do que procurar por outra Nova Iorque ou Tóquio em São Paulo, é preciso definir um modelo meta-teórico que seja capaz de entender como forças produzidas no cenário internacional assumem formas distintas em lugares específicos, de acordo não apenas com níveis diferenciados de desenvolvimento econômico, mas igualmente de acordo com culturas e conformações sócio-espaciais particulares. (...) É preciso que se questione, por exemplo, até que ponto os novos padrões sociais, culturais, econômicos e espaciais observáveis em São Paulo se devem mais aos efeitos de sua inserção no mercado internacional do que a dinâmicas internas”* (Medeiros, 1997). Mas, como dizem Sampaio & Pereira Xavier (1997), *“(...) há fortes tendências para São Paulo responder a complexidade da atual globalização, porém deixamos evidente que há muito atraso a se superar. Mas, não seria esta a grande peculiaridade histórica de São Paulo: exacerbar contrastes”* (p. 1.051).

- ABARCA, F. "A atração de São Paulo". *AméricaEconomia*, Rio de Janeiro, n. 230, p. 30-38, 16 mai. 2002.
- ABLAS, L. "São Paulo: cidade mundial ou metrópole subdesenvolvida". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 7, n. 2, p. 45-49, abr./jun. 1993.
- ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura) *Dados do Mercado*. Disponível em: <<http://www.abta.com.br/tvporassinatura/dadosdomercado.htm>>. Acesso em: 18 out. 2001.
- ACI (Airport Council International). *The world's busiest airport: world airports ranking by total passengers – 2000 (preliminary)*. Disponível em: <http://www.airports.org/traffic/td_passengers_doc.html>. Acesso em: 08 mai. 2002.
- AGÊNCIA ESTADO (AE). "São Paulo quer ser um pólo de serviços: em substituição às perdas industriais, aparece a cidade do turismo da excelência e da referência tecnológica e científica". *Diário do Comércio*, São Paulo, p. 12, 11 jan. 2002.
- ALLEN, T.; HAMNETT, C. (eds.) *A Shrinking World: Global Unevenness and Inequality*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1995.
- ALMEIDA, E. P. "Espigões globalizados". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 40-45, mar. 2001.
- ALMEIDA, W. J. M.; SILVA, M. C. *Dinâmica do Setor Serviços no Brasil: Emprego e Produto*. Relatório de Pesquisa n. 18. Rio de Janeiro, Brasil: IPEA/INPES, 1973.
- ALVES FILHO, F. "País sujo". *Isto É*, São Paulo, n. 1696, p. 74-80, 03 abr. 2002.
- AMBROSE, P. *Urban Process and Power*. London, UK: Routledge, 1994.
- AMIN, S. *Delinking: towards a polycentric world*. Translated by Michael Wolfers. London: Zed Books Ltd., 1990.

- ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). *Relatório Paste 2000*. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>
- ANHEMBI. *Relação das Feiras e Eventos em São Paulo*. São Paulo, 2001.
- ANTONGIOVANNI, L. "Alguns Nexos entre a Atividade Publicitária e o Território Brasileiro". In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L.S. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 401-411.
- ARANTES, O et al. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- ARAÚJO, M. de F. I. "Mapa da Estrutura Industrial e Comercial do Estado de São Paulo". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 13, n. 1-2, jan./jun. 1999.
- ASCHER, F. *Métapolis: ou L'Avenir des Villes*. Paris, France: Éditions Odile Jacob, 1995.
- ATLAS Brasileiro de Telecomunicações. São Paulo: Glasberg, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimentos Estrangeiros Diretos*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/firce/invest/Ingressos/Htms/DistribuiçãoAtividades95-00.Htm>>. Acesso em: 27 jun. 2001.
- BARCELONA: La Ciudad de Gaudí. Menorca, España: Triangle Postals, 1998.
- BASTOS, R. "Mais de 90 mil pessoas circulam, todos os dias, pela rodoviária de SP: uma cidade dentro da cidade". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2001. Caderno Cidades, p. C6-8.
- BATISTA JR., P. N. "Mitos da Globalização". *Coleção Documentos n.52 (Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo)*, São Paulo: Universidade de São Paulo, set. 1997.
- BATTEN, D. F. "Network Cities: Creative Urban Agglomerations for the 21st Century". *Urban Studies*, v. 32, n. 2, p. 313-327, 1995.
- BEAVERSTOCK, J. V. et al. "A Roster of World Cities". *Cities*, v. 16, n. 6, p. 445-458, 1999.
- BEAVERSTOCK, J. V. et al. "World City Network: A New Metageography?". *Annals of the Association of American Geographers*, v. 90, n. 1, p. 123-134, 2000.
- BECK, U. *O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo). *Resumo das Operações Realizadas (1995-2000)*. São Paulo, vários anos.
- BRAGON, R. "Falta de moradias afeta 12% dos brasileiros". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 jan. 2002. Folha Cotidiano, p. C1.
- BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 1996.
- BROTCHIE, J. et al. (eds.). *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Sydney, Australia: Longman, 1995.
- BRUNN, S. D. "Cities of the Future". In: BRUNN, S. D.; WILLIAMS, J. (eds.) *Cities of The World*. New York, USA: Harper & Row, 1983. p. 453-487.
- BRUNN, S.D.; WILLIAMS, J. (eds.) *Cities of The World*. New York, USA: Harper & Row, 1983.
- BURNS, W. *New Towns for Old: the Technique of Urban Renewal*. London, UK: Leonard Hill Ltd., 1963.
- BUSQUETS, J. "Urban Transformation as Urban Project: La Villa Olimpica de Barcelona". *Lotus International*, Milano, Italia, n. 67, p.7-54, dic. 1990.
- CALVINO, I. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo, Brasil: Editora Schwarcz, 1991.
- CARDOSO, F.H.C.; FALETTTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Brasil: Editora Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. *The informational city: information technology, economic, restructuring and urban regional process*. Oxford, UK: Blackwell, 1989.
- CASTELLS, M.; AOYAMA, Y. "Hacia la Sociedad de la Información". *RIT*, v. 113, n. 1, Ginebra: OIT, 1994.
- CASTELLS, M.; HALL, P. *Technopoles of the World: the Making of 21st Century Industrial Complexes*, London, UK: Routledge, 1994.
- CASTELLS, M.; MOLLENKOPF, J. *Dual City*. New York, USA: The Russel Foundation, 1991.
- CHASE-DUNN, C. K. "The System of World Cities, ad 800-1975". In: TIMBERLAKE, M. (ed.) *Urbanization in the World-Economy*. London, UK: Academic Press Inc., 1985. p. 269-282.

- CHASLIN, F. "Parc de la Villette, Parigi". *Domus*, Milano, Italia, n. 817, p. 8-17, giul./ago. 1999.
- CHESHIRE, P.; GORDON, I. "European Integration: the Logic of Territorial Competition and Europe's Urban System". In: BROTCHE, J. et al. (eds.), *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Sydney, Australia: Longman, 1995. p. 108-126.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Trans. Baskin, C. W., New Jersey, USA: Englewood Cliffs, 1966.
- CLARK, C. *The Conditions of Economic Progress*. London, UK: MacMillan Co. Ltd., 1940.
- CORDEIRO, H.K. "A Cidade mundial de São Paulo e o Complexo Corporativo de seu Centro Metropolitano". In: SANTOS, M. et al. (orgs.) *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 318-331.
- DANIELS, P. W. "Producer Services and the Post-Industrial Space-Economy". In: MASSEY, D.; ALLEN, J. (eds.) *Uneven Re-development: Cities and Regions in Transition*. London: Open University, 1988. p. 107-123.
- DANIELS, P. W. *Service Industries in the World Economy*. Oxford, UK: Blackwell, 1993.
- DAVID, M. "Informação revolucionaria bancos". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2001. Cadernos Setoriais (Finanças), p. H1.
- DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. London, UK: Verso, 1990.
- DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (orgs.) *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- DIAS, A. "Hora de crescer: o Wal-Mart tem crescido pelo menos 22% ao ano no Brasil. E parece que, agora, vai acelerar". *Forbes*, São Paulo, ano 3, n. 37, p. 50, 26 abr. 2002.
- DINIZ FILHO, L.L. "Modernização e Dinâmica Regional do Comércio no Estado de São Paulo (1980-1993)". In: FUNDAÇÃO SEADE. *Estratégias Recentes no Terciário Paulista*. São Paulo: Fundação Seade, 1995. p. 25-47.
- DONIZETTI, W. "Até na favela: os telefones chegam à baixa renda e a fila está acabando". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 46-47, ago. 2001.

- EMPLASA (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo)
Por Dentro do Município de São Paulo. São Paulo, 2000. CD-ROM.
- EMURB. *Impresso para Urbis 2002*. São Paulo, 2002.
- EXAME. *Melhores e Maiores*. São Paulo: Abril, jul. 2001. Edição Especial.
- FABRI, M. "Franquias sob medida". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 52-55, mar. 2001.
- FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)
Relatório de Atividades 2000. São Paulo, 2000.
- FEAGIN, J.R.; SMITH, M. P. (eds.). *The Capitalist City: global restructuring and community politics*. Oxford, UK: Blackwell, 1987.
- FIBV (International Federation of Stock Markets) *Annual Reports*. Vários anos.
Disponível em: <<http://www.fibv.com>>
- FISHER, A G. B. "Capital and the Growth of Knowledge". *Economic Journal*, v. 45, p. 279-389, 1933.
- FIX, M. *Parceiros da Exclusão: Duas Histórias da Construção de uma 'Nova Cidade' em São Paulo – Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FRANK, A. G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*. New York: Modern Reader Press, 1967.
- FRIEDMANN, J. "The World City Hypothesis". *Development and Change*, n. 17 (1), p. 69-83, 1986.
- FRIEDMANN, J. "Where we stand: a decade of world city research". In: KNOX, P.L.; TAYLOR, J. (eds.) *World Cities in a World-System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 21-47.
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. "World City formation: an agenda for research and action". *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 6, p. 309-344, 1982.
- FRUGOLI JR., H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Editora Cortez/ Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FUCHS, V. R. *The Service Economy*. New York, USA: Columbia University Press, 1968.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep*. São Paulo, 1996.

- FUNDAÇÃO SEADE. *São Paulo 2000*. São Paulo: Seade, 2000.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Comunicações: Telefonia. Terminais Telefônicos em Serviço, por Categoria, e Terminais em Serviço por cem habitantes*. São Paulo: Seade, 1994. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/titabpv98/clt/ANU99/clt99003.htm>>. Acesso em: 22 abril 2002.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Guia Cultural do Estado de São Paulo*. São Paulo: Seade, 1999. Disponível em: <<http://seade.gov.br/cgi-bin/titabpv98/tab.htm?com/ANU94/com94001-COLTAB>>. Acesso em: 22 abril 2002.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Guia Cultural do Estado de São Paulo*. São Paulo: Seade, 1999. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/titabpv98/clt/ANU99/clt99004.htm>>. Acesso em: 22 abril 2002.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Guia Cultural do Estado de São Paulo*. São Paulo: Seade, 1999. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/titabpv98/clt/ANU99/clt99005.htm>>. Acesso em: 22 abril 2002.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Comunicações: Telefonia. Acessos Telefônicos Fixos em Serviço e Densidade (1998-1999)*. São Paulo: Seade, 1999. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/titabpv98/com99001.htm>>. Acesso em: 16 out. 2001.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Comunicações: Terminais Telefônicos. Estado de São Paulo e Países Selecionados (1990-1998)*. São Paulo: Seade, 1999. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/cgi-bin/titabpv98/tab.htm?com/SP2000/com00001-SP2000>>. Acesso em: 16 out. 2001.
- FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GARAY, A.M. "Puerto Madero, a montagem de uma intervenção urbana". *Urbs*, São Paulo, ano IV, n. 21, p. 40-46, abr./mai. 2001.
- GEDDES, P. *Cidades em Evolução*. Tradução Maria José Ferreira de Castilho. Campinas, Brasil: Papyrus, 1994.
- GERSHUNY, J. I. "The Future of Service Employment". In: GIARINI, O. (ed.) *The Emerging Service Economy*. Oxford, UK: Pergamon Press, 1987. p. 105-124.
- GIARINI, O. "Some Considerations on the Future of Work: Redefining Productive Work". In: SIMAI, M. et al. (eds.) *Global Employment: an International Investigation into the Future of Work*. London, UK: Zed Books Ltd. for United Nations University, 1995. p. 89-107.
- GIARINI, O. (ed.) *The Emerging Service Economy*. Oxford, UK: Pergamon Press, 1987.

- GIDDENS, A. *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Tradução de Maria Luiza X. de A Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Oxford, UK: Polity Press/Blackwell, 1990.
- GLICKMAN, N. F. "Cities and the International Division of Labor". In: FEAGIN, J.R.; SMITH, M.P. (eds.). *The Capitalist City: global restructuring and community politics*. Oxford, UK: Blackwell, 1987. p. 66-86.
- GODFREY, B. J.; ZHOU, Y. "Ranking Cities: Multinational Corporations and the Global Urban Hierarchy". *Urban Geography*, n. 20, p. 268-281, 1999.
- GONÇALVES, M.F.; SEMEGHINI, U.C. "A Modernização do Setor Terciário Paulista". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 6 n. 3, jul./set. 1992.
- GÖSSEL, P.; LEUTHÄUSER, G. *Arquitetura no Século XX*. Köln: Benedikt Taschen Verlag GmbH, 1996.
- GOTTMANN, J. *Since Megalopolis*. London, UK: The John Hopkins University Press, 1990.
- GOTTMANN, J. *The Coming of the Transactional Society*. Baltimore: University of Maryland, 1983.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Pinacoteca do Estado – Relatório de Exposições: 1992 à 2001*. São Paulo, 2001.
- GRAHAM, S.; MARVIN, S. *Telecommunications and the City*. London, UK: Routledge, 1996.
- GRONSTEIN, M. et al. *A cidade invade as águas: qual a questão dos mananciais?* São Paulo: FAUUSP, 1985.
- GRUZINSKI, S. *A Passagem do Século: 1480 – 1520 – as origens da globalização*. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HAILA, A.; BEAUREGARD, R. A "The Unavoidable Continuities of the City", In MARCUSE, P.; KEMPEN, R. *Globalizing Cities: a New Spatial Order?* Oxford, UK: Blackwell, 2000. p. 22-36.
- HALL, P. "Globalization and the World Cities". In: LO, F.; YEUNG, Y. (eds.) *Globalization and the World of Large Cities*. New York, USA: United Nations University Press, 1998. p. 17-36.
- HALL, P. *Cities of Tomorrow*. London, UK: Blackwell, 1988.

- HALL, P. *The World Cities*. London, UK: Weindenfeld and Nicolson, 1966.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HATTON, B. "The Development of London's Docklands". *Lotus International*, Milano, Italia, n. 67, p. 55-88, dic. 1990.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalização em Questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- HOFFMANN-AXTHELM, D. "Un Caso Extremo de Crisis Urbana". *Arquitectura y Vivienda*, Madrid, España, n. 50, p. 4-9, nov./dic. 1994.
- HOLM, H.H.; SORESEN, G. (eds.) *Whose World Order?* Oxford, UK: Westview Press, 1995.
- HOOGLVELT, A. *Globalization and the Postcolonial World: The New Political Economy of Development*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- HÜFNER, K. "Higher Education and Employment". In: SIMAI, M. et al. (eds.) *Global Employment: an International Investigation into the Future of Work*. London, UK: Zed Books Ltd. for United Nations University, 1995. p. 55-71.
- HYMER, S. "The Multinational Corporation and the Law of Uneven Development". In: BHAGWATI, J. (ed.) *Economics and World Order from the 1970s to the 1990s*. Colier-MacMillan, 1972.
- IANNI, O. *A Era do Globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Departamento de Contas Nacionais. Vários anos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/economia/contasnacionais/vol1/tab11.shtm>>. Acesso em: 13-jul. 2001.
- INFO BOX: The Catalogue. Berlin: Nishen Kommunikation GmbH & Co KG, 1998.
- INFORME PUBLICITÁRIO. "Shopping Centers". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 60-69, jul. 2001.
- INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária). *Resumo Anual: Pousos, Decolagens e Movimento de Passageiros (1990-2000)*. São Paulo, vários anos.

- INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária).
Histórico do Movimento de Correio, Bagagem e Carga (1992-2000).
São Paulo, vários anos.
- INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária).
Empresas de Transporte Aéreo Regular Internacional (1991-2000).
São Paulo, vários anos.
- JAMESON, F. *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*.
London, UK: Verso, 1992.
- JAMOUS, L. "Ao gosto do freguês: varejo adere à estratégia de segmentação na
São Paulo cosmopolita". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 38-40,
out. 2001.
- JAMOUS, L. "É hotel que não acaba mais". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 7,
out. 2001.
- JAMOUS, L. "Quem vê mais TV a cabo?". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 9,
out. 2001.
- JONES, E. *Metropolis*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1990.
- JORNAL DA TARDE. "SP: de pólo industrial para centro de serviços".
Jornal da Tarde, São Paulo, 11 jan. 2002. Caderno A, p. 12.
- JUNQUEIRA, J. "Setor de serviços aponta carreiras promissoras". *O Estado de
São Paulo*, São Paulo, 06 set. 1998. Caderno Geral, p. A13.
- KEELING, D. J. "Transport and the World City Paradigm". In: KNOX, P.L.; TAYLOR,
J. (eds.) *World Cities in a World-System*. Cambridge: Cambridge
University Press, 1995. p. 115-131.
- KING, A. *Global Cities: Post-imperialism and the Internationalization of London*.
London, UK: Routledge, 1990.
- KNIGHT, R.V.; GAPPERT, G. *Cities in a Global Society*. New York, USA:
Sage, 1989.
- KNOX, P. L. "World Cities in a World-System". In: KNOX, P. L.; TAYLOR, J. (eds.)
World Cities in a World-System. Cambridge: Cambridge University Press,
1995. p. 3-20.
- KNOX, P. L.; TAYLOR, J. (eds.) *World Cities in a World-System*. Cambridge:
Cambridge University Press, 1995.
- KON, A. *A Produção Terciária*. São Paulo, Brasil: Editora Nobel, 1992.

- KON, A. *Evolução do Setor Terciário Brasileiro*. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas, Núcleo de Pesquisas e Publicações – Relatório Nº. 16, 1996.
- KON, A. *Reestruturação Produtiva e Terciarização*. São Paulo, Brasil: Fundação Getúlio Vargas, Núcleo de Pesquisas e Publicações - Relatório Nº. 29, 1997.
- LEAL, L. N. “Renda média do chefe de família cresce 42%: apesar disso, mais de 22 milhões de pessoas ainda vivem com, no máximo, R\$ 350 mensais”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 dez. 2001. Caderno Geral, p. A17.
- LeGATES, R. T.; STOUT, F. (eds.) *The City Reader*. London, UK: Routledge, 1996.
- LENCIONI, S. “Reestruturação Urbano-Industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada”. *Espaço e Debates*, ano XIV, n. 38, 1994.
- LESNIKOWSKI, W.G. *The New French Architecture*. New York, USA: Rizzoli International Publications Inc., 1990.
- LIPIETZ, A. *Le Capital et son Espace*. Paris: Maspero, 1983.
- LISTAS OESP. Disponível em: <<http://www.listasoesp.com.br>>. Várias datas, 2002.
- LO, F.; YEUNG, Y. (eds.) *Globalization and the World of Large Cities*. New York, USA: United Nations University Press, 1998.
- MACIEL, L. “As estrelas saem do chão”. *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 12-17, mar. 2001
- MARCUSE, P.; KEMPEN, R. (eds.) *Globalizing Cities: a New Spatial Order?* Oxford, UK: Blackwell, 2000.
- MARI, J. “Os lucros pipocam: três redes internacionais reinventam o negócio do cinema na capital e fermentam a bilheteria com uma receita à base de milho”. *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 30-33, dez. 2000.
- MARICATO, E. *Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- MARINHO, M.R.N.; COSTA, F.N. “Bancos no Estado de São Paulo: 1988-93”, In: FUNDAÇÃO SEADE. *Estratégias Recentes no Terciário Paulista*. São Paulo: Fundação Seade, 1995. p. 49-92.

- MARQUES, T. "Tá (quase) tudo cabeado". *Exame*, São Paulo, 19 set. 2001. São Paulo Tecnologia. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/exame/sp/ed749rep32.shb>>. Acesso em: 26 out. 2001.
- MARTINS, L. "Rio pode ter filial do Guggenheim". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 nov. 2001. Caderno 2, p. D1.
- MARTINS, L.; LEAL, L. N. "População cresce menos. E fica mais urbana". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 dez. 2001. Caderno Geral, p. A10.
- MASANO, T. "A onipresença dos bancos: agências proliferam em plena era da Internet". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 22, mar. 2001.
- MASCELLA, S. "Cidade do helicóptero: São Paulo ganhará em novembro o maior heliporto do mundo". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 37, out. 2001.
- MASP (Museu de Arte de São Paulo). *Calendário de Exposições (1997-2001)*. São Paulo, 2001.
- MATOS, T. "São Paulo quer mais turista para lazer". *Diário do Comércio*, São Paulo, p. 11, 05 jan. 2002.
- MATTEO, M.; TAPIA, J. *As características setoriais e distribuição espacial da indústria paulista na década de noventa: desconcentração, desindustrialização ou concentração?* Campinas: Universidade de Campinas, 2000. Mimeografado.
- MEDEIROS, B.F. "São Paulo, cidade global? - Testando algumas hipóteses sobre as cidades mundiais na periferia.". *Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR*. Recife, Brasil, 1997.
- MELO, H. P. de et al. *O Setor de Serviços no Brasil: uma Visão Global – 1985/95*. Texto para Discussão n. 549. Rio de Janeiro, Brasil: IPEA, mar. 1998.
- MILITELLO, K. "Como a Vila Olímpia virou a Vila do Silício". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 44-47, dez. 2000.
- MORAES, M. "Rede paulistana continuará sendo uma das menores em extensão". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2001. Caderno Cidades, p. C1.
- MORAES, M. "Crise da Internet muda a cara da Vila Olímpia". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 2001. Caderno Cidades, p. C1.
- MOREIRA, A. "Desigualdade caracteriza maior cidade do país". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 dez. 2001. Caderno Geral, p. A18.

- MURDOCK, R. et al. *Services Operation Management*. Boston, USA: Allyn and Bacon, 1990.
- NEGRI, B. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- OECD/ EUROSTAT. *Estatísticas em Comércio Internacional de Serviços*. vários anos.
- OHMAE, K. *O Fim do Estado Nação: A Ascensão das Economias Regionais*. Tradução de Ivo Korytowsky. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.
- PINTAUDI, S.M.; FRUGOLI JR., H. (eds.). *Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- PITTA, I. "Região da Berrini ganha o edifício dos sonhos". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 mai. 2002. Caderno Geral, p. A10.
- PITTA, I. "Violência avança sobre bairros nobres de SP". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2002. Caderno Cidades, p. C2.
- POCHMANN, P. *O Emprego na Globalização – A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2001.
- PRADO, A.A. "Pobres cidades pujantes". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 dez. 2001. Caderno Especial, p. H1-8.
- PRETECEILLE, E. "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JÚNIOR, O.A. *Globalização, Fragmentação e Reforma urbana: o Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira, 1994.
- REVISTA EXAME. *Melhores e Maiores 2001*. São Paulo: Abril, jul. 2001.
- REZENDE, F.; LIMA, R. (orgs.) *Rio-São Paulo Cidades Mundiais: Desafios e Oportunidades*. Brasília: IPEA, 1999.
- RIDDLE, D. "The Role of the Service Sector in Economic Development: Similarities and Differences by Development Category". In: GIARINI, D. (ed.) *The Emerging Service Economy*. Pergamon Press, 1987. p. 83-104.
- RIDDLE, D. *Service-led Growth: The Role of the Service Sector in World Development*. New York, USA: Praeger Publishers, 1986.
- RIMMER, P. J., "Transport and Telecommunications among World Cities". In: LO, F.; YEUNG, Y. (eds.) *Globalization and the World of Large Cities*. New York, USA: United Nations University Press, 1998. p. 433-470.

- ROBERTSON, R. *Globalização: Teoria Social e Cultura Global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ROCCA, C. A et al. *Mercado de Capitais e a Retomada do Crescimento Econômico*. São Paulo: FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), 1998.
- ROCHFORD, M. *Les Activités Tertiaire: leur Rôle dans l'organisation de l'espace: Formes et Relations entre activités tertiaire et Organisation de l'espace*. Paris: CDU/SEDES, 1976.
- ROLNIK, R. et al. *São Paulo: Crise e Mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ROSTOW, W. W. *Las Etapas del Crecimiento Económico*. México: FCE, 1961.
- SAFATLE, A.; PACHECO, P. "Só falta a grana: em cada cinco brasileiros, dois só ganham o suficiente para comprar o básico. Outros dois, nem para isso". *Carta Capital*, São Paulo, ano VIII, n. 183, p. 28-33, 03 abr. 2002.
- SALLUM, E.; MARGARIDO, O. "Jogada de craque: com megamostra sobre Pelé, Masp assume seu lado pop e espera atrair público recorde de 500.000 visitantes". *Veja São Paulo*, São Paulo, ano 35, n. 5, p. 14-22, 06 fev. 2002.
- SAMPAIO, M.R.A. & Pereira Xavier, P.C. "São Paulo, cidade global?". *Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR*. Recife, Brazil, 1997.
- SANT'ANNA, L. "Não, não é dinheiro o que falta. Falta saber gastar". *O Estado de São Paulo*, São Paulo 10 mar. 2002. Caderno Geral, p. A16-18.
- SANTOS, C. "Instituições estrangeiras conquistam fatia de depósitos nacionais: banco de fora triplica participação". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 mai. 2002. Folha Dinheiro, p. B6.
- SANTOS, G..M. dos et al. "Serviços de Informática: Caracterização e inter-relação Setorial". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 13, n. 1-2, p. 125-134, jan./jun. 1999.
- SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*. 3. ed. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L.S. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- SÃO PAULO CONVENTION BUREAU. *Pesquisa e Diagnóstico Econômico do Turismo de Eventos da Cidade de São Paulo*. São Paulo, s.d. Disponível em: <<http://www.spcvb.com.br/pesquisa/sumario.html>>. Acesso em: 05 jul. 2001.
- SASSEN, S. "Locating Cities on Global Circuits". Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb46.html>>. Research Bulletin n. 46, 2001.
- SASSEN, S. *Cities in a World Economy*. London, UK: Pine Forge Press, 1994.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London and Tokyo*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1991.
- SAVITCH, H.V. *Post-Industrial Cities: Politics and Planning in New York, Paris and London*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1988.
- SCHIFFER, S. "São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional". In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (orgs.) *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 73-110.
- SCOTT, A. J. *Metropolis: from the division of labor to the urban form*. USA: University of California Press, 1988.
- SCOTT, A. J. et al. "Cidades-regiões Globais". *Espaço & Debates (Revista de Estudos Regionais e Urbanos)*, São Paulo, ano XVII, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SCOTT, A. J. *Global City-Regions*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000.
- SCOTT, A.J.; SOJA, E. "Los Angeles: the Capital of the Twentieth Century". *Environment and Planning D: Society and Space*, n. 4, p. 201-216, 1986.
- SECCO, A.; SQUEFF, L. "A explosão da periferia: crime, desemprego e miséria: uma tragédia em torno das grandes metrópoles". *Veja*, São Paulo, edição 1684, ano 34, p. 86-93, 24 jan. 2001.
- SEMPA (Secretaria Municipal de Planejamento) *São Paulo em Números*. São Paulo, 2000.
- SHORT, J. R. et al. "From World Cities to Gateway Cities". *City*, v. 4, n. 3, p. 317-340, 2000.
- SILVA, R.T. "A Regulação e o Controle Público da Infra-estrutura e dos serviços urbanos no Brasil". In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (orgs.) *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999

- SILVA, R.T. "Multi-utilities and horizontal monopolies in the provision of urban infrastructure". In: Carmona, M. *Globalization, Urban Form & Governance*. Delft: Publicatebureau Bouwkunde, 1999.
- SINGELMANN, J. *From Agriculture to Services: the Transformation of Industrial Employment*. Beverly Hills, USA: Sage, 1978.
- SKLAIR, L. *Sociology of the Global System*. London: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf, 1995.
- SMITH, D.A.; TIMBERLAKE, M. "Cities in Global Matrices: toward mapping the world-system's city system". In: KNOX, P.L.; TAYLOR, J. (eds.) *World Cities in a World-System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a. p. 79-97.
- SMITH, D.A.; TIMBERLAKE, M. "Conceptualising and Mapping the Structure of the World Systems City System". *Urban Studies*, n. 32, p. 287-302, 1995b.
- SOJA, E. *Postmodern Geographies: the Reassertion of space in Critical Social Theory*. London, UK: Verso, 1989.
- SOJA, E. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other Real and Imagined Spaces*. Oxford, UK: Blackwell, 1996.
- SOUZA, M.A. et al. (org.) *Metrópole e Globalização: Conhecendo a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.
- SPOSATI, A. *Cidade em Pedacos*. Organização de José Roberto de Toledo. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- STORPER, M. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York, USA: Guilford Press, 1997.
- SWEEZY, P. *Teoria del Desarrollo Capitalista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974. 1ª Edição, 1942.
- TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. "São Paulo, uma metrópole desigual". *Eure (Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales)*, Santiago de Chile, v. XXVII, n. 80, p. 87-120, mai. 2001.
- TAYLOR, P. J. "Hierarchical Tendencies amongst World Cities: a Global Research Proposal". *Cities*, n. 14, p. 323-332, 1997.
- TELES, C. "Estudo derruba tese de esvaziamento do ABC: linhas de produção que chegam à região compensam as que saem". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 3, 20 set. 2001.

- THRIFT, N. "The Geography of International Economic Disorder". In: JOHNSTON, R.; TAYLOR, P. J. (eds.) *A World in Crisis? Geographical Perspectives*. Oxford, UK: Blackwell, 1989.
- THRIFT, N. "The Geography of International Economic Disorder". In: MASSEY, D.; ALLEN, J. (eds.) *Uneven Re-development: Cities and Regions in Transition*. London: Open University, 1988. p. 6-46.
- TIMBERLAKE, M.; SMITH, D.A.; SHIN, K.H. *Data Set 10 (GAWC Study Group and Network)*. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/gawc/>>.
- TOLEDO, J. R. "Cidade globalizada não passa de um terço". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 set. 2000. Folha Cotidiano, p. C2.
- TURCI, F. "Onde o bolo publicitário é maior". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 8, ago. 2001.
- VARGAS, H. C. *A Importância das Atividades Terciárias no Desenvolvimento Regional*. 1985. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VEJA. "As campeãs do turismo de negócios". *Veja*, São Paulo, edição 1740, ano 35, n. 8, p. 22, 27 fev. 2002.
- VEJA. *O Brasil*. São Paulo: Abril, mai. 2002. Edição especial
- VERÁS, M.P. "Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global". In: SOUZA, M. A. et al. (org.) *Metrópole e Globalização: Conhecendo a Cidade de São Paulo*. São Paulo, Cedesp, 1999. p. 197-217.
- VESPUCCI, A.C. "O Paramount renasce". *Urbs*, São Paulo, ano IV, n. 19, p. 52-53, dez. 2000/ jan. 2001.
- WALLERSTEIN, I. *The Capitalist World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World Economy (1600-1750)*. New York: Academic Press, 1980.
- WEBSTER, A. *Introduction to the Sociology of Development*. 2nd ed. London, UK: MacMillan, 1990.

WEGENER, M. "The Changing Urban Hierarchy in Europe". In: BROTHIE, J. et al. (eds.). *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Sydney, Australia: Longman, 1995. p. 139-160.

WOOD, P. A "Employment change and the role of the Producer Service Sector". In: MASSEY, D.; ALLEN, J. (eds.) *Uneven Re-development: Cities and Regions in Transition*. London: Open University, 1988. p. 91-106.

WORLD BANK. *World Development Indicators* (database), 2001.

WORLD BANK. *World Development Indicators* (database), vários anos.

YOSHIDA, E. "Dá para decolar". *Exame São Paulo*, São Paulo, p. 14-18, nov. 2001.

ZAPATEL, J. A. *Projetos Urbanos e Transformação Urbanística*. 1998. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAPA 1

Jardins: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA 12

Tatuapé: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA 15

Chácara Santo Antonio: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA 16

Vila Olímpia: Localização dos Principais Serviços
Município de São Paulo (2002)

MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – DISTRITOS

Município de São Paulo (2002)

**MAPA 12
TATUAPÉ**



- Hotel ou Flat
- Banco / Financeira
- Franquia (Franchising)
- Torres de Escritórios
- Loja de Grife Internacional
- Cinema, Teatro ou Casa de Espetáculo
- Restaurantes, Bares e afins
- Serviços Produtivos (Consultoria e Assessoria; Publicidade e Propaganda; Direito Internacional; Informática)
- Museu, Galeria de Arte e afins
- Torres de Escritórios (em construção)
- Outros (Shopping Centers, etc.)

